

Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais

Mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural

Área de especialização | Património Artístico e História da Arte

Dissertação

**PATRIMÔNIO MONÁSTICO-CONVENTUAL EM ÉVORA.
PROPOSTA METODOLÓGICA DE INTERVENÇÃO NO CONVENTO DE
SANTA HELENA DO MONTE CALVÁRIO**

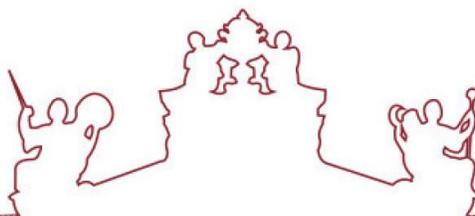
Tiago Giovanini Sobral

Orientadoras | Antónia Fialho Conde

| Sofia Aleixo

Évora 2021





Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais

Mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural

Área de especialização | Património Artístico e História da Arte

Dissertação

**PATRIMÔNIO MONÁSTICO-CONVENTUAL EM ÉVORA.
PROPOSTA METODOLÓGICA DE INTERVENÇÃO NO CONVENTO DE
SANTA HELENA DO MONTE CALVÁRIO**

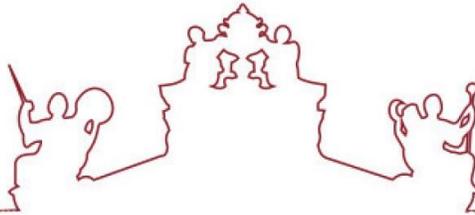
Tiago Giovanini Sobral

Orientadoras | Antónia Fialho Conde

| Sofia Aleixo

Évora 2021





A Dissertação de Mestrado foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri:

Presidente | Profa. Dra. Ana Cardoso de Matos (Universidade de Évora)

Vogais | Profa. Dra. Antónia Fialho Conde (Universidade de Évora) (Orientadora)

Prof. Dr. António Camões Gouveia (Universidade Nova de Lisboa) (Arguente)



Agradecimentos

A presente Dissertação de Mestrado não poderia chegar a bom porto sem o inestimável apoio de várias pessoas.

Agradeço antes de tudo às minhas orientadoras, a Professora Doutora Antónia Fialho Conde e a Professora Doutora Sofia Aleixo, por toda a paciência, empenho e generosidade com que sempre me orientaram neste estudo. Muito obrigado por terem me corrigido quando necessário sem nunca me desmotivarem.

Quero agradecer por todo o conhecimento transmitido ao longo do curso de Gestão e Valorização do Patrimônio Histórico e Cultural, aos docentes: Prof. Dr. Filipe Themudo Barata, Prof. Dr. João Brigola, Prof. Dr. José Alberto Machado, Profa. Dra. Sofia Capelo, Prof. Dr. Manuel Patrocínio, Profa. Dra. Ana Cardoso de Matos, Profa. Dra. Maria Ana Bernardo e novamente, à Profa. Dra. Antónia Fialho Conde.

À Dra. Maria Vitória Ilhicas e à Dra. Maria Balbina, que sem sua preciosa delicadeza, ajuda e paciência, este estudo não existiria.

À Dra. Patricia Carvalho, à Dra. Catarina Carrageta Costa e à Dra. Maria do Rosário Martins pela valiosa consideração e disposição em ajudar.

Ao Sr. Joaquim Peixe, pela gentileza e disposição em me guiar pelo interior do fascinante Convento de Santa Helena do Monte Calvário.

Ao Sr. Diácono José Carlos Carvalho, por ter me ajudado com informações precisas do meu estudo.

Às minhas amigas Marlene Faria, Dulce Serranito e Karla Martins, pela presença, carinho e partilha de ideias durante a realização deste estudo.

À Dra. Susana Tavares Nogueira, pela disposição em transmitir conhecimento na área de patrimônio religioso.

Finalmente, quero agradecer aos meus pais e às minhas primas Margarete e Marilda, por todo o apoio, carinho e incentivo, pois sem a presença deles, a realização deste estudo seria inexequível.

Patrimônio Monástico-Conventual Em Évora.

Proposta Metodológica de Intervenção no Convento de Santa Helena do Monte Calvário

Resumo

Esta dissertação tem como questão principal investigar o significado histórico e cultural do Convento de Santa Helena do Monte Calvário de Évora, para que possa ser alvo de uma proposta metodológica de intervenção arquitetônica que garanta a sua salvaguarda e a sua identidade cultural. Este patrimônio religioso, fundado em 1574, foi uma Casa monástica de religiosas da Primeira *Regra* de Santa Clara. Atualmente o conjunto edificado alberga serviços arquidiocesanos e está em débil estado de conservação. Através dos quatro primeiros capítulos estabelecemos um processo de intervenção que se orienta pelos seguintes princípios: conhecer como este Convento responde aos preceitos arquitetônicos da Ordem de Santa Clara; compreender a fundação e a evolução histórico-arquitetônica do Convento em Évora; identificar os valores patrimoniais do Convento; enquadrar uma eventual proposta de intervenção nas orientações e recomendações internacionais. Uma proposta metodológica de intervenção no Convento do Calvário conclui esta dissertação.

Palavras-Chave: Valor Patrimonial; Salvaguarda; Princípios Orientadores; Convento do Calvário; Évora.

Conventual -Monastic Heritage in Évora. Methodological proposal for intervention in the Convent of Santa Helena do Monte Calvário

Abstract

The purpose of this study is to investigate the historical and cultural significance of the Convent of Santa Helena do Monte Calvário of Evora, in order to propose a methodological architectural intervention to safeguard its cultural identity. This religious heritage was founded in 1574 as a monastic house of nuns of the First *Rule* of Saint Clare. Nowadays, the building complex provides archdiocesan services, in spite of its poor state of conservation. The first four chapters establish the proposed intervention process, guided by the following principles: knowing how the Convent responds to the architectural precepts of the Order of Saint Clare; understand the foundation and its historic-architectural evolution; identify the heritage values of the Convent; and propose a framework for the intervention aligned with international guidelines and recommendations. Based on these four principles, we present in the last chapter a methodological proposal for intervention in the Convent of Calvário.

Key Words: Heritage Value; Safeguard; Guiding Principles; Convent of Calvário; Évora.

Abreviaturas

C.I.A.M – Congresso Internacional de Arquitectura Moderna

C.M.É. – Câmara Municipal de Évora

C.T.T. – Correios de Portugal

D.G.E.M.N. – Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

D.R.C. Alentejo – Direção Regional de Cultura do Alentejo

I.C.O.M.O.S. – Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios

I.C.O.M. – Conselho Internacional de Museus

I.P.H.A.N. – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

P.G.D.L. – Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa

P.V.C. – Policloreto de vinil

S.I.P.A. – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico

U.N.E.S.C.O. – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Z.E.P. – Zona Especial de Proteção

ÍNDICE

Agradecimentos.....	ii
Resumo.....	iii
Abstract.....	iv
Abreviaturas.....	v
Introdução.....	12

Capítulo 1- Expressão dos preceitos arquitetônicos da Ordem de Santa Clara na arquitetura das Casas monásticas femininas

1.1. A <i>Regra</i> de Santa Clara e os preceitos no uso das dependências monásticas. Reflexos no convento de Santa Helena do Monte Calvário (Évora).....	19
1.2. Orientações Tridentinas para as construções monástico-conventuais.....	23
1.3 Elementos identitários da arquitetura dos conventos de clarissas em Évora: abordagem comparativa.....	30
1.3.1. Localização.....	35
1.3.2. Muros.....	35
1.3.3. Fachadas.....	36
1.3.4. Nave.....	36
1.3.5. Dependências.....	37
1.3.6. Mirantes	37
1.3.7. Coros.....	37
1.3.8. Elementos separativos.....	38

Capítulo 2- Fundação e Evolução histórico-arquitetônica do Convento de Santa Helena do Monte Calvário em Évora

2.1. A localização do Convento do Calvário e a sua relação com a cidade de Évora.....	40
2.2 Enquadramento histórico do Convento do Calvário no panorama conventual da cidade de Évora.....	46
2.3. Fundação do Convento do Calvário.....	47
2.4. As religiosas do Convento do Calvário.....	50
2.5. O Convento do Calvário do final do século XIX até aos dias de hoje.....	51
2.6 Análise Arquitetônica do Convento.....	53
2.6.1. Materiais de Construção e Técnicas construtivas do Conjunto Edificado.....	62
2.6.2. Intervenções efetuadas pela DGEMN.....	63
2.6.3. Estado de Conservação do Conjunto Edificado.....	64
2.6.3.1. Coberturas.....	65
2.6.3.2. Retábulo da Capela-mor.....	68
2.6.3.3. Antessala do Refeitório.....	68
2.6.3.4. Acesso à Escada.....	69

Capítulo 3 - O Convento de Santa Helena do Monte Calvário e o seu valor patrimonial

3.1 Valor histórico-arquitetónico.....	71
3.2. Valor religioso.....	74
3.3. Valor artístico.....	76

3.4. Valor cultural.....	79
--------------------------	----

Capítulo 4- Discurso conceitual e metodológico na área da intervenção patrimonial na atualidade

4.1. Orientações e Recomendações Nacionais.....	83
4.1.1. Documento da Conferência Episcopal Portuguesa - 1990.....	83
4.1.2. Lei 107/2001.....	84
4.2. Orientações e Recomendações Internacionais.....	85
4.2.1. Carta de Atenas – 1931 e 1933.....	85
4.2.2. Carta de Veneza - 1964.....	86
4.2.3. Convenção de Granada - 1985.....	87
4.2.4. Carta da Vila Vigoni – 1994.....	87
4.2.5. Carta de Lisboa -1995.....	88
4.2.6. Carta de Cracóvia – 2000.....	89
4.2.7. Convenção de Faro – 2005.....	90
4.2.8. Carta de Burra – 1979-1999-2013.....	90
4.3. Graus de Intervenção.....	92
4.4. Princípios do Processo Metodológico na Intervenção Patrimonial.....	93

Capítulo 5- Princípios orientadores de uma proposta metodológica de intervenção patrimonial no Convento do Calvário, em Évora

5.1. Expressão dos Preceitos arquitetônicos da ordem de Santa Clara na arquitetura do Convento do Calvário.....	96
5.2. Caracterização e Identificação da evolução histórico-arquitetônica do Convento do Calvário.....	99
5.3. Identificação dos valores identitários do Convento do Calvário.....	102
5.4. Documentos que fundamentarão a Proposta metodológica de Intervenção no Convento do Calvário.....	105
5.5. Contributos para uma intervenção de salvaguarda.....	106
Conclusão.....	111
Referências Bibliográficas.....	115
Anexos.....	I

ÍNDICE DE FIGURAS

Fig. 1 Elementos Construtivos dos Preceitos da <i>Regra</i> de Santa Clara no uso das dependências monásticas - reflexos no Convento do Calvário.....	23
Fig. 2 Cobertura em madeira na nave da Igreja de Santa Clara de Santarém.....	31
Fig. 3 Cobertura em pedra/ inexistência de arcobotantes na Igreja de Santa Clara-a-Velha a Velha de Coimbra.....	31
Fig. 4 Localização dos Conventos do Calvário, do de Santa Clara e do Salvador do Mundo.....	32
Fig. 5 Casas monásticas de Évora.....	42
Fig. 6 Barra cronológica do Convento do Calvário até o período atual.....	52
Fig 7 Cobertura da Sala de Leitura.....	64

Fig 8 Infiltração na Sala de Leitura e no Refeitório.....	65
Fig 9 Infiltração nas coberturas da Sala de Leitura e do Refeitório.....	65
Fig 10 Infiltração na cobertura do Coro alto.....	66
Fig 11 Brasão das armas reais da Infanta D. Maria em estado de risco de queda.....	67
Fig 12 Desagregação do reboco na parede da Antessala do Refeitório.....	67
Fig 13 Parede de acesso à escada com desagregação do reboco.....	68
Fig 14 Elementos prioritários do plano de faseamento.....	109
Fig 15 Elementos de menor prioridade do plano de faseamento.....	109

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo 1 -Roda do Convento do Calvário.....	I
Anexo 2 -Grade do Coro alto.....	II
Anexo 3 -Porta de entrada do Convento do Calvário.....	III
Anexo 4 - Volumetria do Convento do Calvário.....	IV
Anexo 5 - Volumetria do Convento de Santa Clara.....	V
Anexo 6 - Volumetria do Convento do Salvador.....	VI
Anexo 7 -Cerca conventual do Convento do Calvário.....	VII
Anexo 8 - Cerca conventual do Convento de Santa Clara.....	VIII
Anexo 9 -Cerca conventual do Convento do Salvador.....	IX
Anexo 10 -Fachada principal do Convento do Calvário.....	X
Anexo 11 - Fachada principal do Convento do Salvador.....	XI
Anexo 12 - Fachada principal do Convento de Santa Clara.....	XII
Anexo 13 -Plantas das dependências dos Conventos de clarissas de Évora.....	XIII
Anexo 14 -Plantas dos coros do Convento do Calvário, do Salvador e de Santa Clara.....	XVI
Anexo 15 -Coro baixo do Convento de Santa Clara.....	XVIII
Anexo 16 - <i>Latecoro</i> do Convento do Salvador.....	XIX
Anexo 17 -Grade e portinhola do Coro alto do Convento.....	XX
Anexo 18 -Cerca Velha da cidade de Évora.....	XXI
Anexo 19 -Fundações de Casas monásticas em Évora por século.....	XXII
Anexo 20 -Planta de Évora de fevereiro de 1884 com a extinção dos conventos.....	XXIV
Anexo 21 -Localização do Convento do Calvário e da sua torre Fernandina.....	XXV
Anexo 22 -Localização do Convento do Calvário.....	XXVI
Anexo 23 -Antiga Rua da Lagoa.....	XXVII
Anexo 24 -Antigo Palácio dos Sepúlvedas.....	XXVIII
Anexo 25 -Antiga Rua dos Lagares.....	XXIX
Anexo 26 -Coberturas danificadas do Convento devido à artilharia de D. João José de Áustria (1663)	XXX
Anexo 27 -Convento do Calvário adaptado à Casa de Trabalho.....	XXXI
Anexo 28 -Planta da Zona de Proteção do Convento do Calvário.....	XXXIII
Anexo 29 -Percurso pelas divisões do Convento do Calvário.....	XXXIV
Anexo 30 -Contrafortes e Pórtico do Convento do Calvário.....	XXXVII
Anexo 31 -Grades no convento (interior e exterior)	XXXVIII
Anexo 32 -Setorização das divisões do Convento do Calvário.....	XXXIX
Anexo 33 -Poço do Pátio.....	XLII
Anexo 34 -Átrio (função atual)	XLIII

Anexo 35 -Sala de reuniões (função atual)	XLIV
Anexo 36 -Roda/Gabinete de trabalho (função atual)	XLV
Anexo 37 -Parlatório interno.....	XLVI
Anexo 38 -Claustro.....	XLVII
Anexo 39 -Via Sacra no primeiro piso.....	XLVIII
Anexo 40 -Nave na Igreja.....	XLIX
Anexo 41 -Transepto, lado do Evangelho. Pintura com <i>Pentecostes</i>	L
Anexo 42 -Transepto, lado da Epístola; Pintura com <i>Assunção da Virgem</i>	LI
Anexo 43 -Capela-mor.....	LII
Anexo 44 -Sacristia.....	LIII
Anexo 45 -Pinturas na Igreja.....	LIV
Anexo 46 -Igreja. Balcão com balaustrada que precede o Coro alto.....	LVI
Anexo 47 -Sala Capitular.....	LVII
Anexo 48 -Refeitório.....	LVIII
Anexo 49 -Tríptico no Refeitório (1960)	LIX
Anexo 50 -Tríptico na Sé de Évora (proveniente do Refeitório do Convento do Calvário)	LX
Anexo 51 -Azulejo figura avulsa no Refeitório.....	LXI
Anexo 52 -Fonte na entrada do Refeitório.....	LXII
Anexo 53 -Antigas capelas do claustro.....	LXIII
Anexo 54 -Capela do claustro.....	LXIV
Anexo 55 -Cozinha.....	LXV
Anexo 56 -Lavanderia.....	LXVI
Anexo 57 -Antessala do refeitório.....	LXVII
Anexo 58 -Segundo refeitório (século XX)	LXVIII
Anexo 59 -Atual sala de apoio à sala de arrecadação.....	LXIX
Anexo 60 -Claustrim.....	LXX
Anexo 61 -Enfermaria e antessala.....	LXXI
Anexo 62 -Dormitório.....	LXXII
Anexo 63 -Rouparia.....	LXXIII
Anexo 64 -Sala de leitura (século XX) e varanda.....	LXXIV
Anexo 65 -Coro alto.....	LXXV
Anexo 66 -Capela do Baptismo.....	LXXVI
Anexo 67 -Segundo dormitório (século XX)	LXXVII
Anexo 68 -Casas de banho (século XX)	LXXVIII
Anexo 69 -Rouparia (século XX) e Enfermaria (original)	LXXIX
Anexo 70 -Sala de costura (século XX)	LXXX
Anexo 71 -Capela de S. João Baptista.....	LXXXI
Anexo 72 -Capela da Sagrada Família.....	LXXXII
Anexo 73 -Capela da Cerca.....	LXXXIII
Anexo 74 -Via Sacra na cerca.....	LXXXIV
Anexo 75 -Horta na cerca das religiosas.....	LXXXV
Anexo 76 -Adições de acabamentos, salas e pinturas no convento.....	LXXXVI
Anexo 77 -Destacamento de pintura de abóbada da Igreja.....	LXXXIV
Anexo 78 -Pintura mural comprometida na abóbada da Capela-mor.....	XC
Anexo 79 -Fissura na abóbada da Capela-mor.....	XCI
Anexo 80 -Colapso de tábuas no teto de caixotões do Coro alto (madeira e estuque)	XCII
Anexo 81 -Lacuna em parede do Coro alto.....	XCIII
Anexo 82 -Base de capela do Coro alto.....	XCIV
Anexo 83 -Pinturas murais manchadas no Coro alto.....	XCV
Anexo 84 -Possível elemento decorativo do retábulo-mor que caiu e foi substituído.....	XCVI

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – <i>De Fabrica Ecclesiae</i> - Capítulo XXXIII do Livro I das Instruções parte 1.....	26
Tabela 2 – <i>De Fabrica Ecclesiae</i> - Capítulo XXXIII do Livro I das Instruções parte 2.....	27
Tabela 3 – <i>De Fabrica Ecclesiae</i> - Capítulo XXXIII do Livro I das Instruções parte 3.....	28
Tabela 4 – <i>De Fabrica Ecclesiae</i> - Capítulo XXXII do Livro I das Instruções parte 4.....	29
Tabela 5 – Graus de Intervenção.....	92
Tabela 6 – Elementos Identitários dos Preceitos arquitetônicos da Ordem de Santa Clara parte 1.....	97
Tabela 7 – Elementos Identitários dos Preceitos arquitetônicos da Ordem de Santa Clara parte 2.....	98
Tabela 8 – Elementos Identitários dos Preceitos arquitetônicos da Ordem de Santa Clara parte 3.....	99
Tabela 9 – Caracterização e Identificação da evolução histórico-arquitetônica do Convento do Calvário Parte 1.....	100
Tabela 10 – Caracterização e Identificação da evolução histórico-arquitetônica do Convento do Calvário Parte 2.....	101
Tabela 11 – Avaliação dos Valores Identitários do Convento do Calvário Parte 1.....	102
Tabela 12 – Avaliação dos Valores Identitários do Convento do Calvário Parte 2.....	103
Tabela 13 – Avaliação dos Valores Identitários do Convento do Calvário Parte 3.....	104
Tabela 14 – Avaliação dos Valores Identitários do Convento do Calvário Parte 4.....	105

INTRODUÇÃO

A presente dissertação propõe-se a realizar um estudo da fundação e evolução histórico-arquitetônica do Convento de Santa Helena do Monte Calvário até aos dias de hoje, com o objetivo de apresentar uma Proposta Metodológica de Intervenção neste conjunto conventual para salvaguardar o patrimônio material e imaterial do Convento, baseado nos seus valores materiais e imateriais, além de atender ao discurso conceitual e metodológico contemporâneo na área da intervenção patrimonial.

A sua história, os seus objetivos religiosos e culturais, bem como as características arquitetônicas que atenderam às prerrogativas e influências das diretrizes do Concílio de Trento apresentam particularidades que merecem ser detalhadamente pesquisadas, no intuito de oferecer subsídios para a construção de conhecimento acadêmico, histórico e patrimonial, e principalmente, no âmbito da presente dissertação, para subsidiar futuras ações de intervenção de salvaguarda.

Entre os motivos que me fizeram escolher o Convento de Santa Helena do Monte Calvário como objeto de estudo para um projeto de intervenção, estão a nossa trajetória profissional. Ainda durante o curso de Arquitetura e Urbanismo realizado no Brasil, a nossa aproximação com a área de intervenção no edificado foi-se intensificando; nesse sentido decidimos realizar um curso de pós-graduação para aprender na prática como realizar intervenções nos edifícios, daí a escolha pelo curso de pós-graduação em Reabilitação e Conservação do Edificado na Universidade de Évora. Através desse curso, novos conhecimentos foram potencializando a nossa aproximação apaixonada pela questão da necessidade da salvaguarda do patrimônio. História, arquitetura e patrimônio foram áreas do saber que nos levaram a decidir pelo curso de mestrado em Gestão e Valorização do Patrimônio Histórico e Cultural na Universidade de Évora, o qual nos possibilitou o aprofundamento de conhecimentos em Patrimônio Histórico e Cultural.

A escolha pelo Convento de Santa Helena do Monte Calvário em si se deu a partir de uma visita de estudo no Convento organizada pelo curso de mestrado em outubro de 2018. Ficamos admirados pela arquitetura do conjunto edificado, comovidos pelo cotidiano das religiosas que por ali viveram, e tristes pelo estado de conservação em que se apresenta o Convento. Este conjunto de fatores nos impulsionou a conhecer mais sobre a sua história e a realizar uma proposta metodológica de intervenção com o intuito da sua salvaguarda.

Somando-se a esse contexto acadêmico, a área de história também sempre veio permeando o nosso interesse na relação história-arquitetura, sendo que dessa relação, a compreensão sobre cultura

ganhou nova dimensão. Assim, determinadas obras académicas foram ampliando esse conhecimento ao mesmo tempo que nos atraíam para melhor conhecer esse novo mundo científico. Através dessas obras, aos poucos um nível mais elevado no processo de desenvolvimento intelectual e científico veio acontecendo.

Nesse sentido, autores como Gabriel dos Santos Frade, Antónia Fialho Conde, Elsa Maria Caeiro, Luís Urbano e Francisco Manuel Teixeira foram cruciais para a escrita do Capítulo I (Expressão dos preceitos arquitetónicos da Ordem de Santa Clara na arquitetura das Casas monásticas femininas). Gabriel Frade (2016) apresentou a primeira tradução da obra contrarreformista *De Fabrica Ecclesiae*, do Cardeal Carlos Borromeu (1577), do latim para a língua portuguesa, a qual orientava como as igrejas e conventos femininos deveriam ser construídos. Logo Antónia Fialho Conde (2015) dissertou sobre o reforço da clausura na vida monástica. Já Elsa Caeiro (2005) abordou a retrospectiva histórica de todas as Casas monásticas de Évora, sendo que Luís Urbano (2007) e Francisco Teixeira (2007) abordaram os elementos identitários dos conventos femininos.

No Capítulo II (Fundação e Evolução histórico-arquitetônica do Convento de Santa Helena do Monte Calvário em Évora) foram cruciais para a sua compreensão com profundidade, autores como Adel Sidarus, Maria Simplício, Padre António Franco, Padre Francisco da Fonseca e Túlio Espanca. Adel Sidarus (1993) e Maria Simplício (2013) abordaram a relação do Convento de Santa Helena do Monte Calvário com a cidade de Évora. Já o P. António Franco (1945) e o P. Francisco da Fonseca (1728) abordaram a fundação do Convento e o quotidiano das religiosas. Túlio Espanca (1966) apresentou a descrição histórico-artística do Convento do Calvário.

Sobre o Capítulo III (O Convento do Calvário e o seu valor na cidade de Évora) foram determinantes para o seu entendimento de forma minuciosa, autores como Aloïs Riegl, Marilena Chaui, Ernst Gombrich, Nuno Saldanha e Carlos Delphim. Aloïs Riegl (1999) abordou o valor histórico-arquitetônico do património. Segundo esse autor, o reconhecimento por parte da sociedade desses valores, se transforma numa espécie de culto, ao ponto de aproximar a memória individual com a coletiva se transformando em um “valor de rememoração”. Seus conceitos ainda orientam a condução de políticas de conservação do património nos dias de hoje. Já Marilena Chaui e Abraham Maslow abordaram o valor religioso do património. Chaui (2000) indica que a religião cristã necessita da construção de espaços sagrados (templos, igrejas) para além de espaços exclusivos de reunião, ou seja, espaços para devoção. Maslow (1983) argumenta que o ser humano necessita do espaço sagrado para fomentar a ampliação da experiência de vida em comunidade. Logo Ernst Gombrich (1999) e Nuno Saldanha (2019) abordaram o valor artístico do património. Gombrich explica que a arte, historicamente, sempre se aproximou da religião, enquanto Saldanha discorre com acuidade a diferença

entre arte religiosa e arte sacra, sendo a arte religiosa como aquela que reflete a vida e a devoção e, a arte sacra como necessária para despertar sensações de fé. Por fim, Carlos Delphim (2005) abordou o valor cultural do patrimônio. Recomenda a necessidade de se conhecer com profundidade os valores culturais do patrimônio para se estabelecer as estratégias de proteção e conservação do mesmo.

Sobre a questão do Capítulo IV (Discurso conceitual e metodológico na área da intervenção patrimonial na atualidade), as autoras Beatriz Mugayar Kühl (2010), Caroline Ramos (2015) e Patrícia Coelho Pedrosa (2011) foram muito significativas para a sua compreensão, pois abordaram os conceitos e metodologias utilizadas na área de intervenção. Logo Vítor Cóias (2007), Aylin Orbasli (2007), Cesare Brandi (2008), Antero Ferreira (1992), Bernard Feilden (1998) e Jukka Jokilehto (1998) abordaram de forma considerável com pertinência os diferentes graus de intervenção.

Por fim, no Capítulo V (Princípios orientadores de uma proposta metodológica de intervenção patrimonial no Convento do Calvário, em Évora) foram cruciais para a sua compreensão autores como Vitor Cóias (2007), Victor Mestre & Sofia Aleixo (2006) e Adalberto Dias (2017). Estes autores abordaram com pertinência intervenções em patrimônios monástico-conventuais que respeitaram a sua essência.

Assim, através do suporte teórico desses autores, o “problema da pesquisa” tornou-se mais claro ao mesmo tempo que a sua definição foi sendo concretizada. Desta forma o nosso estudo ocupar-se-á da história do Convento de Santa Helena do Monte Calvário (comunidade de clarissas da *1ª Regra* fundada no século XVI sob o patrocínio da Infanta D. Maria), relacionando-a com a sua evolução arquitetônica e com a expressão dos preceitos arquitetônicos da Ordem de Santa Clara na arquitetura monástico-conventual, para por fim subsidiar uma proposta metodológica de intervenção que contribua para a salvaguarda do patrimônio material e imaterial do Convento.

Desse modo, a investigação foi realizada buscando responder a uma principal questão, definindo a problemática do presente estudo: Qual o significado histórico e cultural do Convento de Santa Helena do Monte Calvário para que possa ser alvo de uma proposta metodológica de intervenção arquitetônica que garanta a sua salvaguarda e a sua identidade cultural? Dessa forma, a construção de resposta para essa questão central da investigação encontra-se nos caminhos propostos pelos objetivos deste estudo: compreender a expressão dos preceitos arquitetônicos da Ordem de Santa Clara na arquitetura das Casas monásticas femininas; descrever a fundação e analisar os aspectos históricos que influenciaram a evolução do conjunto arquitetônico do Convento do Calvário, situado na malha urbana da cidade de Évora; analisar a importância que diferentes valores (histórico, arquitetônico, religioso, artístico e cultural) representaram e ainda representam na história do Convento do Calvário em Évora;

analisar os conceitos e metodologias utilizadas na área de intervenção do patrimônio na atualidade; propor uma metodologia de intervenção patrimonial no Convento, fundamentada nas Cartas e Recomendações Patrimoniais que norteiam as intervenções em Patrimônio classificado (como é o caso), contribuindo para a salvaguarda do patrimônio material e imaterial do mesmo orientando possibilidades de novos usos.

Esse estudo torna-se pertinente quando nos deparamos com a pouca quantidade de trabalhos que tratam sobre os preceitos arquitetônicos da Ordem de Santa Clara e sobre a vida das religiosas, como fontes históricas a respeitar na definição de uma intervenção de salvaguarda patrimonial. Nesse sentido, entendemos que a presente dissertação é de fundamental importância para encontrar elementos que tragam para a atualidade conhecimentos que possam sensibilizar a comunidade no sentido de fomentar o cuidado e a preservação para com o patrimônio, bem como agregar um novo significado para a identidade da comunidade local.

A busca de uma orientação metodológica para esse estudo parte da premissa de que a pesquisa qualitativa (utilizando a análise documental) e o trabalho de campo são cruciais para ajudar a atingir os objetivos propostos. Assim, na análise documental foram realizadas pesquisas bibliográficas e análise de fontes para subsidiar: a proposta metodológica de intervenção, os preceitos arquitetônicos da Ordem de Santa Clara na arquitetura das Casas monásticas femininas, a fundação do objeto de estudo e o seu valor na cidade de Évora. No trabalho de campo, a documentação fotográfica contribuiu para capturar em imagem o estado atual do convento e as relações espaciais entre os elementos arquitetônicos fundamentais desta Ordem. Importa lembrar também que na tentativa de compreender a disciplina da vida das religiosas do Convento de Santa Helena do Monte Calvário, o estudo necessitou aproximar-se de uma metodologia de pesquisa que transitasse entre as ciências sociais com a arquitetura.

Assim, considerando toda a proposta metodológica de pesquisa já apresentada, com o estado da arte, problemática, objetivos e pertinência, o nosso contexto de investigação demandou a organização da dissertação em cinco capítulos, assim estruturados: Inicialmente no Capítulo I, apresentaremos considerações a respeito dos preceitos arquitetônicos da Ordem de Santa Clara na arquitetura das Casas monásticas femininas. Desenvolveremos uma breve exposição sobre a origem dos preceitos da arquitetura Franciscana, pois a Ordem das clarissas surge em paralelo com a expansão da Ordem Franciscana pela Europa, sendo compreendida como o braço feminino dos franciscanos, também denominada como Segunda Ordem Franciscana, adotando determinados preceitos de São Francisco.

Pelo fato deste estudo ser focado no Convento de Santa Helena do Monte Calvário, descreveremos e analisaremos a 1ª *Regra* onde são mencionados os elementos construtivos dos conventos bem como as orientações tridentinas para as construções monástico-conventuais.

No Capítulo II, descreveremos a fundação do Convento do Calvário e analisaremos os aspectos históricos que influenciaram a evolução de seu conjunto arquitetônico, situado na malha urbana da cidade de Évora. Para tanto, foi necessário trazer a trajetória histórica da cidade de Évora, pois nessa trajetória determinados processos de desenvolvimento e crescimento da malha urbana são indicadores da relevância religiosa da cidade e da sua expressão em termos arquitetônicos.

Nessa análise dos aspectos históricos mais marcantes, apresentaremos detalhes dos hábitos de vida das religiosas no interior do Convento do Calvário para se compreender melhor o projeto arquitetônico pensado para esse Convento.

Considerando que essa investigação pretende também um resgate histórico de um patrimônio religioso situado numa cidade que é Patrimônio Mundial, entendemos como necessário para não dizer obrigatório, considerar os valores como referências indispensáveis para uma análise histórica mais precisa. Nesse sentido, no Capítulo III, realizaremos uma análise da importância que diferentes valores representaram e ainda representam na história secular do Convento do Calvário em Évora. Assim, valores históricos, arquitetônicos, culturais, artísticos e religiosos, compreendem o conjunto de valores que abordaremos, analisando a sua importância para a cidade de Évora. Mesmo considerando que conceitualizar “valor” não é tarefa fácil, pois esse conceito encontra diferentes significados em diferentes áreas do saber, entendemos ser necessário trazer a questão dos valores quando se analisa um monumento histórico de reconhecida importância cultural, religiosa e social na cidade de Évora.

Importa lembrar que para a realização deste capítulo, havíamos proposto realizar entrevistas para enfatizar o valor sociocultural do patrimônio, sendo originalmente direcionada aos agentes públicos e à população de Évora. Contudo, em decorrência da pandemia da Covid-19, foi necessário abandonar esta ação planejada. Sendo assim, o valor sociocultural para a comunidade foi o valor patrimonial que não conseguimos identificar conforme o planejado.

No Capítulo IV, apresentaremos e analisaremos os conceitos e metodologias utilizadas na área de intervenção do patrimônio na atualidade. A necessidade de trazer a esse trabalho essa questão, reside no fato de que, ao se propor toda e qualquer iniciativa de intervenção no patrimônio histórico, faz-se necessário entender o conceito e a metodologia utilizada nesse processo. E face à literatura, recomendações e princípios orientadores emanados pela UNESCO, Conselho da Europa e ICOMOS, é necessário selecionar os que melhor enquadram a intervenção no tipo de patrimônio em estudo.

Além dos conceitos e metodologias utilizadas na área de intervenção do patrimônio, apresentaremos também princípios do processo metodológico na intervenção patrimonial por meio de estudos de caso de metodologias de intervenção em patrimônios monástico-conventuais em Portugal. Esses estudos de caso contribuirão para a definição de uma proposta metodológica de intervenção no Convento do Calvário, além de compreender como os arquitetos hierarquizaram o que é mais urgente ou prioritário em uma intervenção.

Por fim, no Capítulo V apresentaremos uma proposta metodológica de intervenção patrimonial (conservação e restauro) para o Convento do Calvário de Évora, objetivando contribuir para a salvaguarda dos seus valores na sua totalidade. Para tal, esta proposta estará ancorada nos significados de valores explicitados no Capítulo III, bem como atenderá às prerrogativas das Cartas e Recomendações Patrimoniais, relativas à preservação do patrimônio e aos princípios do processo metodológico na intervenção patrimonial apresentados no Capítulo IV.

Assim, para contribuir na definição de uma intervenção de salvaguarda, sintetizaremos as conclusões de cada capítulo e mencionaremos os valores materiais e imateriais do Convento do Calvário a partir da análise dos capítulos. Abordaremos também a questão de uma possível ocupação futura no Convento, que será de vital importância para a sua conservação.

Capítulo 1- Expressão dos preceitos arquitetônicos da Ordem de Santa Clara na arquitetura das Casas monásticas femininas

Para realizar a análise da obra arquitetônica de um convento de religiosas clarissas, é tomada como referência a história da Ordem Franciscana. Neste capítulo serão apresentadas considerações a respeito das particularidades (Andrade, 2011) e dos preceitos arquitetônicos presentes numa construção para clarissas a partir de uma breve exposição sobre a origem dos preceitos da arquitetura Franciscana.

A vida de São Francisco de Assis (1181-1226) e a sua proposta alternativa para a espiritualidade constituíram fatos de muita novidade para a época. A sua meta era caminhar e pregar o Evangelho de forma despojada. Pautado pela pobreza, indicava um novo modelo de vida religiosa para aquele momento histórico, sendo que a sua proposta inicial não incluía a fundação de uma Ordem monástica, pois a missão da pregação era considerada por ele mais importante.

Ocorreu um aumento significativo de seguidores de São Francisco, desencadeando com sucesso o surgir da Ordem, que passa a abranger também as cidades de maior dimensão para além dos pequenos burgos a que inicialmente Francisco se dedicara (Carratelli, 1987).

Segundo Carratelli (1987), a intenção de reabilitar igrejas abandonadas para a obra Franciscana sempre foi o desejo de São Francisco. Foi assim que na época da reconstrução da Igreja de Porciúncula, nas proximidades de Assis, São Francisco aproveitando essa obra reformada, indicou-a como abrigo para Santa Clara.

Com o tempo, a Ordem cresceu por todo o território da Itália, sendo que os frades adotaram moradias em inúmeras cidades (Merlo, 2005). Importa lembrar que inicialmente, os frades da Ordem Franciscana adotavam a prática orientada por São Francisco de reutilização de edifícios religiosos abandonados, no entanto, com o tempo passaram a construir os seus próprios conventos (Merlo, 2005).

Em paralelo com essa expansão da Ordem Franciscana pela Europa, surgiu a Ordem das clarissas, o braço feminino dos franciscanos, também denominada como Segunda Ordem franciscana, que também adota determinados preceitos de São Francisco. Importa lembrar que três séculos após essa expansão da Ordem clarissa, no ano 1577 a Igreja lança a obra *De Fabrica Ecclesiae*, escrita pelo Cardeal São Carlos Borromeu, com orientações arquitetônicas para construções religiosas, sendo um dos principais focos as Casas monásticas femininas. Estas orientações acabariam por influenciar, em parte, a construção do Convento de Santa Helena do Monte Calvário, o objeto deste estudo, e a que mais adiante aludiremos.

Em Portugal, as primeiras Casas monásticas de clarissas documentadas são da segunda metade do século XIII, época tardia em relação à presença franciscana, que é atribuída ao início do século XII

(Andrade, 2011). Os primeiros conventos de clarissas foram: o Convento de Santa Clara de Lamego (1258), transferido em 1259 para Santarém; o de Entre-os-Rios (1258), transferido em 1416 para Porto; o de Coimbra (1286); o de Lisboa (1288). A partir do século XIV, entre 1314 e 1317 foi fundado o Convento de Santa Clara de Vila do Conde; entre 1343 e 1345 o de Santa Clara de Beja; em 1344 o da Guarda e em 1370, o de Portalegre. Em 1442 foi fundado o Convento de Santa Clara de Amarante; em 1428 o de Estremoz; em 1459 o da Conceição de Beja; em 1489 o de Jesus de Setúbal e o do Funchal, em 1476 (Andrade, 1999). Na cidade de Évora foram fundados três conventos de clarissas, sendo o convento de Santa Clara (1452), o convento de Santa Helena do Monte Calvário (1574) e o convento do Salvador, de clarissas urbanistas (1605).

Segundo Andrade (1999), um dos principais fenômenos relacionados com a implantação das Casas monásticas de clarissas é a escolha de grandes urbes para serem instalados, assim como para os franciscanos. Outro fator importante é a proximidade com os conventos masculinos, de quem as religiosas estariam sempre dependentes.

Os primeiros cenóbios surgiram no Norte e Centro de Portugal, e foi apenas nos finais do século XIV que as clarissas passaram a escolher o sul para se instalarem, num movimento que, até certo ponto, acompanha a ocupação e a renovação das cidades ali sediadas (Andrade, 1999).

1.1 A Regra de Santa Clara e os preceitos no uso das dependências monásticas. Reflexos no convento de Santa Helena do Monte Calvário (Évora)

Santa Clara de Assis (1194-1253) admirava o modo de vida de São Francisco, que adotara vida mendicante devido à sua vocação e prática pastoral. A sua forma de vida assentava na abdicação de bens materiais, vivendo somente de esmolas, e a sua ideologia cumpria-se na imitação da vida de Jesus Cristo (Franco, 2010).

Diante disso, Santa Clara fundou a 2ª Ordem Franciscana no dia 18 de março de 1212, assente na pobreza, clausura, castidade, obediência e desprovida de posses, integrando-se na forma de vida mendicante (Franco, 2010).

Assim, após algumas semanas da fundação da Ordem, Santa Clara (com o cargo de abadessa) juntamente com as suas irmãs (religiosas), viveram em clausura pela primeira vez no Convento de São Damião em Assis (Franco, 2010), com o auxílio de São Francisco (Teixeira, 2007). Este Convento foi considerado “a Casa-mãe do ramo feminino da Ordem” (Bruzelius, 1992, p.83).

Os mosteiros na Idade Média asseguravam a sua subsistência com rendas e dotes, no entanto, Santa Clara e as religiosas renunciaram a absolutamente tudo. O seu trabalho era a “expressão de

oração, de comunhão com os pobres” (Franco, 2010, p.360), e se caso fosse necessário, pediam apoio aos fiéis, recorrendo portanto à esmola (Franco, 2010).

É importante salientar que mesmo que a relação de São Francisco com a comunidade das clarissas fosse notável, ele não permitiu que os seus irmãos se consagrassem à assistência espiritual das religiosas, e que fossem incorporadas as comunidades femininas na Ordem masculina, visto que São Francisco não aceitava que Santa Clara mendigasse e pregasse pelas cidades, da mesma forma os religiosos seus irmãos faziam (Teixeira, 2007).

Assim, Santa Clara elaborou a *Regra* de Santa Clara entre 1247 e 1253, destinada às comunidades femininas. Importa lembrar que esta *Regra*¹ é apresentada em três variantes. A primeira, aprovada pelo Papa Inocêncio em 1253, fundamenta-se nos valores espirituais e nos comportamentos sugeridos pela *forma de vida*², que em 1213, Santa Clara recebeu de São Francisco (Coelho, 2010). Esta *Regra* sujeitava as clarissas a um modo de vida de clausura, obediência e mendicidade e é a mais rigorosa no cumprimento dos votos de pobreza e humildade (Teixeira, 2007).

A segunda variante, menos rigorosa, foi aprovada pelo Papa Urbano IV em 1263 (chamada de *Regra Urbanista*), o qual acatou as constituições baseadas na *Regra* de São Boaventura e do Cardeal Usini (Coelho, 2010). Segundo Franco (2010, p.361), esta *Regra* permitia “receber, possuir e reter em comum rendas e possessões”. Logo a última, a Ordem Terceira da Penitência agregava leigas em vida comunitária, segundo orientações aprovadas em 1289 pelo papa Nicolau IV (Franco, 2010).

Logo após a fundação do Convento de São Damião, começaram a ser fundadas Casas monásticas mendicantes sob a *Regra* de Santa Clara, como o convento anexo à igreja de Santa Donna Regina Vecchia em Nápoles (1264), o convento de Santa Clara em Nápoles (1340) e o convento de Santa Maria Nova em Camerino (1384). Essas Casas monásticas começaram a difundir-se pela Europa a partir do século XIII (Franco, 2010). Importa lembrar que Santa Clara estendeu em 1258 o seu legado a Portugal, com a formação da primeira comunidade clarissa do país, na cidade de Lamego (Santos, 2015).

Pelo fato deste estudo ser focado no Convento do Calvário, fundado em 1574 como sendo regido pela Primeira *Regra* de Santa Clara, descreveremos essa *Regra* onde são mencionados apenas três elementos construtivos dos conventos: a grade do parlatório, também denominado de locutório; a grade do coro e a portaria (ver Fig. 1).

¹ Em Portugal, as religiosas que seguiam a *Regra* de Santa Clara eram designadas de clarissas capuchas. Elas eram intituladas com essa designação apenas pelo fato de possuírem um estilo de vida austero, mas não detém nenhum vínculo com a Reforma das clarissas capuchinhas (Franco, 2010).

² Aprovada pelo Papa Inocêncio III em 1210 (Coelho, 2010).

Importa lembrar que a presença de grades no parlatório e no local de separação entre o espaço da igreja dos leigos e a igreja das religiosas (coro alto/coro baixo), definida pela *Regra* de Santa Clara, foi muito significativa para a consumação da clausura (Teixeira, 2007).

Nas *Constituições Gerais para todas as religiosas da Ordem de S. Francisco*³, é mencionada a 1ª *Regra* de Santa Clara em doze capítulos, sendo que três deles abordam elementos construtivos dos conventos. No Capítulo V, “Do silêncio, e modo de falar no locutório, e grade” são apresentados critérios de concepção e construção do locutório e da grade no espaço entre a igreja dos leigos e a igreja das religiosas (coro). Primeiramente é mencionado que deveria haver sempre silêncio na “Igreja, dormitório; e no refeitório, somente às horas de comer; excepto na enfermaria, na qual por recreação, e serviço das doentes, sempre seja licito às Irmãs falar com modéstia.”⁴ (*Constituições Gerais...*, 1693, p.8). Não deveria ser permitido que as religiosas falassem na grade do parlatório ou na frente da grade do coro sem a permissão da abadessa ou da vigária. Os conventos deveriam possuir grades nos locutórios, havendo sempre “um pano posto por dentro, o qual nunca se tire.” (*Constituições Gerais...*, 1693, p.9). Era necessário ainda haver uma porta de madeira na grade, “bem defendida por duas fechaduras de ferro diferentes, ferrolhos e trancas, para que sejam fechadas, máxime de noite, com duas chaves, uma das quais ficará com a abadessa, e a outra com a sacristã”⁵ (*Regra* de Santa Clara, 1253, p.5).

Não subsiste uma grade no parlatório do Convento do Calvário, contudo, possivelmente subsistiu uma grade no local em que foi aberta uma porta no século XX, situada na parede do parlatório. Na mesma parede, também subsiste uma roda. Esta roda concede acesso à uma sala, que segundo Urbano (2007) seria o parlatório externo, “junto à portaria, para os visitantes”. Vale destacar que nas *Constituições* e na *Regra* de Santa Clara, não há nenhuma informação que obrigue o uso de uma sala ao lado do parlatório, além da portaria, e no Convento do Calvário há. Possivelmente, esta sala (parlatório externo) foi construída numa intervenção no século XX, e originalmente, a portaria englobava a área dessa sala.

³ Neste subcapítulo abordaremos citações da *Regra* de Santa Clara a partir de duas fontes: *As Constituições Gerais para todas as religiosas da Ordem de S. Francisco*, de 1693 e a própria *Regra* de Santa Clara, de 1253. A *Regra* de Santa Clara foi realizada muito anteriormente às *Constituições*, contudo, as *Constituições* detalham a *Regra* e acrescentam outras questões.

⁴ Fonte: *Constituições Gerais para todas as freiras, e religiosas sujeitas à Obediência da Ordem de N. P. S. Francisco, nesta família Cismontana/ de novo recopiladas das antigas/ E acrescentadas com acordo, consentimento, & aprovação do Capítulo Geral, celebrado em Roma a 11. de junho de 1693*. Lisboa: Officina de Miguel Deslandes, Impressor de Sua Magestade.

⁵ A *Regra* de Santa Clara pode ser acedida no site http://centrofranciscano.capuchinhosp.org.br/fontes-leitura?id=405&parent_id=388.

Segundo Nunes (2011), a roda⁶ é um mecanismo em madeira inserido na espessura das paredes, que possibilita a opacidade visual e física e tem como função o acesso/permuta de pequenos objetos entre o exterior e a clausura. É uma das características mais reconhecidas das Casas monásticas femininas (França, 2019). (ver Anexo 1-Fig. 1, p. I)

Na grade do coro, deveria haver também um pano “o qual se não tire, senão quando pregarem a palavra de Deos, ou se levantar o Santissimo Sacramento, ou alguma Irmã fallar com alguma pessoa” (*Constituições Gerais...*, 1693, p.9). Esta grade deveria ainda possuir uma porta de madeira “com duas fechaduras de ferro, ou mais, a qual se feche muito bem; e principalmente de noite esteja a Abbadeça, e outra a Sacristã (...)” (*Constituições Gerais...*, 1693, p.9).

No Convento do Calvário, o coro alto possui uma grande grade de ferro, com uma pequena portinhola também de ferro por onde era assegurada a Comunhão às religiosas; além de espigões direcionados para a igreja, existe uma porta dupla de madeira na frente da grade (ver Anexo 2-Fig. 2, p. II)

No Capítulo XI “*Da Porteira*”, além de definir como deveria ser a portaria, também cita o perfil da madre porteira. A Porteira precisaria ter idade adequada ao cargo e ser prudente nos seus costumes. Ela ainda deveria possuir uma companheira que fosse nomeada e que estivesse sempre de prontidão (*Constituições Gerais...*, 1693). Logo a “portaria seja de duas portas, e com dobradas fechaduras, e de noite principalmente feche-se com duas chaves, huma das quaes tenha a Porteira, e a outra a Abbadeça.” (*Constituições Gerais...*, 1693, p. 16), e em hipótese alguma poderia ficar sem guarda. Pessoas de fora só poderiam entrar pela portaria com o consentimento do Bispo ou do Cardeal da Santa Igreja de Roma. Não seria permitido nenhuma pessoa entrar no convento pela noite (*Constituições Gerais...*, 1693).

No Convento do Calvário, denominamos como localização da “portaria” (no subcapítulo 1.2), “(...) um lugar muito cômodo no mosteiro e bastante iluminado (...)”⁷. No entanto, segundo a *Regra* de Santa Clara, a portaria é porta principal do Convento. No Convento do Calvário, essa porta é dupla e as fechaduras originais foram trocadas por novas (ver Anexo 3-Fig. 3, p. III).

⁶ Era também denominada como *roda dos enjeitados*, pois eram colocadas recém-nascidos cujas mães não as poderiam criar (França, 2019).

⁷ Fonte: *De Fabrica Ecclesiae*, Livro I, Capítulo XXXIII – *O lugar da portaria* – página 169. Apud Frade 2016a.

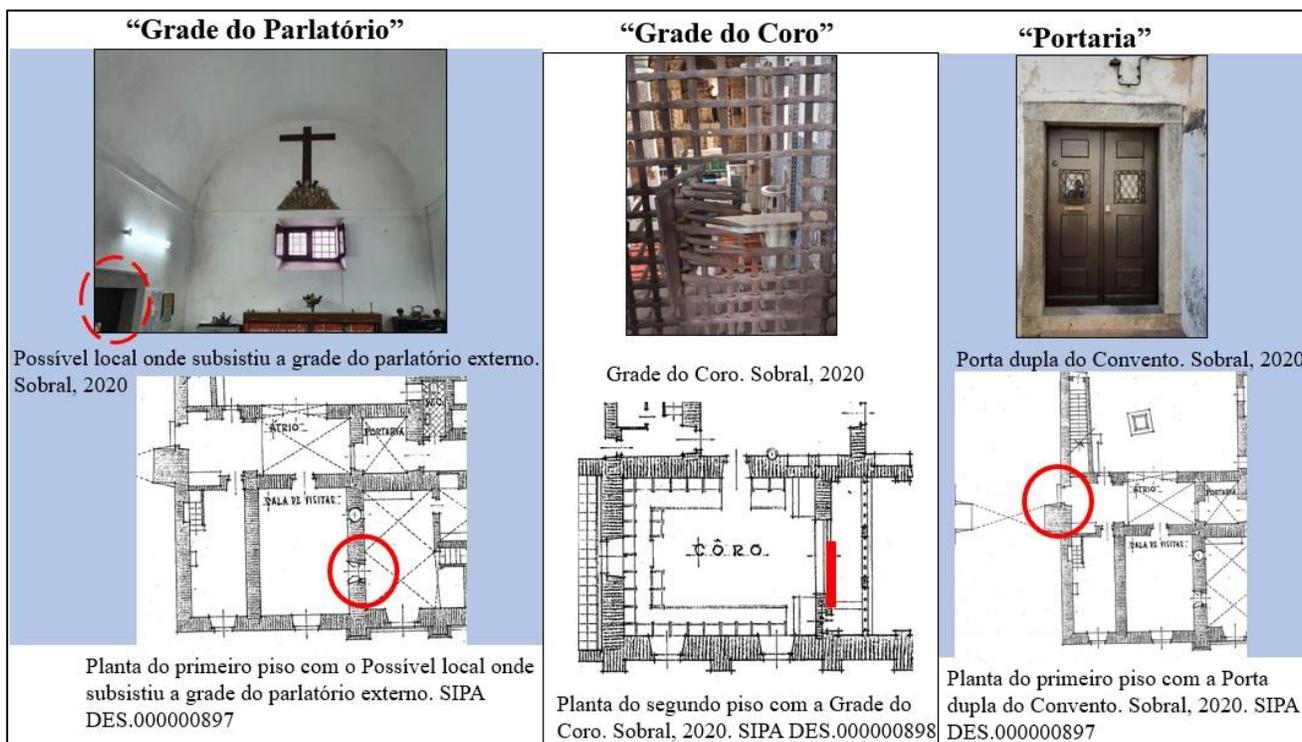


Fig. 1 Elementos Construtivos dos Preceitos da *Regra* de Santa Clara no uso das dependências monásticas - reflexos no Convento do Calvário.

Fonte: Elaboração própria (novembro de 2021).

1.2 Orientações Tridentinas para as construções monástico-conventuais

O Concílio de Trento foi convocado pelo Papa Paulo III (1534-1549) em 23 de maio de 1537 na cidade de Trento, Itália, pelo motivo da pressão da opinião pública, das necessidades de transição e reforma dentro da Igreja católica (Frade, 2016a) e de conter a propagação do protestantismo (Paiva, 2014). As decisões conciliares foram aprovadas pela bula *Benedictus Deus* em 26 de janeiro de 1564 e publicadas apenas em 30 de junho de 1564 em Trento (Paiva, 2014), sendo este Concílio um dos mais longos e complexos concílios da história da Igreja ocidental (Frade, 2016a).

Assim, os decretos disciplinares relativos ao Concílio de Trento especificavam a reestruturação da doutrina católica e da Igreja; o fortalecimento do poder do episcopado; a instrução do clero; a relação profunda entre política e religião; a disciplina e a vigilância da vivência religiosa e do comportamento dos fiéis; a união entre o catolicismo europeu e o do resto do mundo; a definição da doutrina do pecado original; a intensificação do culto aos santos; o fim da extravagância em rituais religiosos e o fortalecimento da vida conventual feminina, reforçando a clausura (Paiva, 2014).

Além do fortalecimento da clausura estrita e da questão da disciplina, o Concílio de Trento pregava a “livre aceitação da profissão religiosa (com aumento da idade da profissão para os 16 anos e após um ano de noviciado, procurando evitar vocações forçadas) (...)” (Conde, 2015, p.236).

Este Concílio reconfigurou o clero e a religiosidade dos fiéis até 1850 (Paiva, 2014), no entanto, promoveu uma ressignificação da identidade católica, que mantém certa influência até aos dias de hoje (Gomes & Souza, 2008).

Com o Concílio de Trento, a questão da arte plasmada na arquitetura religiosa não se encaixava como prioridade, nem mesmo na arte sacra, pois o combate ao calvinismo iconoclasta que assolava a Europa era primordial. Nesse sentido, a arte sacra foi desalentada pela Igreja, não se configurando como preocupação doutrinal (Frade, 2016b). Nomeadamente sobre a arquitetura, “não há afirmação alguma que explicita o pensamento do Concílio no tocante a essa matéria” (Frade, 2016b, p.89), no entanto, o mesmo autor deixa claro que a grande figura do pensamento Contrarreformista - Cardeal S. Carlos Borromeu ⁸- “escreve o texto do *De Fabrica Ecclesiae*⁹ com indicações precisas sobre a arquitetura das igrejas segundo a inspiração tridentina.” (Frade, 2016b, p.89). Importa lembrar que o Cardeal Borromeu iniciou esta obra em 1573 e a publicou em 1577.

Por intermédio de seu leal arquiteto, Pellegrino Tibaldi (1527-1596), o Cardeal Borromeu estabeleceu um extenso programa de transformações¹⁰ na arquitetura, distanciando-se da concepção arquitetônica simbólica medieval, com as suas características alegóricas, e preocupando-se com a visão moderna da arquitetura, que toma a funcionalidade como princípio, ou seja, servindo com prioridade o culto católico (Frade, 2016a).

No que respeita à vida das religiosas nas Casas monásticas, o Concílio Tridentino estipulou regras muito severas que resultaram numa rígida intervenção do Cardeal Borromeu no que respeita aos espaços monástico-conventuais femininos (o que não aconteceu para as Casas masculinas). No caso específico da arquidiocese de Milão, estas regras obrigavam a clausura estrita a todas as religiosas presentes no perímetro eclesiástico dessa arquidiocese, disponibilizando apurados ordenamentos para a construção de raiz ou readaptação das Casas monásticas de clausura. A arquitetura idealizada pelo Cardeal Borromeu, acaba por se estabelecer como um símbolo claro das mudanças determinadas pelo Concílio de Trento, indicando um novo método de relações internas nos mosteiros (Frade, 2016a). Na

⁸ Cardeal Borromeu (1538-1584) foi Arcebispo de Milão e é considerado um dos maiores motores da Contrarreforma. Foi canonizado na basílica de S. Pedro em 1610 (Frade, 2016a).

⁹ O título completo é: “*Instructionum Fabricae et Supellectilis Ecclesiasticae libri duo (Instruções sobre a Fábrica e as Alfaias Eclesiásticas- Dois Livros)*” (Frade, 2016a, p125). Esta obra teve validade na Arquidiocese de Milão até a criação do Concílio Vaticano II, em 1859 (Frade, 2016a).

¹⁰ Um dos exemplos de transformações é o caso das igrejas, que não poderia haver mais qualquer tipo de arte profana (Ruão, 2006).

obra *De Fabrica Ecclesiae*, S. Carlos Borromeu dedicou dois capítulos sobre instruções para a construção de igrejas e mosteiros femininos de clausura: Capítulo XXXII e Capítulo XXXIII do Livro I das Instruções, com regras de construção e de relação espacial (Frade, 2016a).

Visto que o objeto de estudo desta dissertação é o Convento do Calvário, fundado em 1574 (dez anos após a publicação dos ditames de Trento), convento feminino de clausura da primeira *Regra* de Santa Clara, faremos uma comparação (descrita nas tabelas abaixo) entre as regras de construção de conventos femininos propostas na obra *De Fabrica Ecclesiae* com o Convento em destaque, apesar de a obra de Borromeu não se destinar especificamente a esta *Regra* mas a todos os espaços monástico-conventuais femininos. Sobre isso, é relevante trazer a obra de Túlio Espanca (1966) quando cita que o Convento do Calvário foi construído “(...) conforme a traça barroquista imperante após as determinantes das Actas do Concílio Tridentino¹¹” (Espanca, 1966, p. 241). Importa lembrar, que embora a obra *De Fabrica Ecclesiae* tenha sido concluída três anos após a fundação do Convento do Calvário, há muitas instruções dessa obra que correspondem com a arquitetura deste Convento, naturalmente porque o conjunto, após a fundação, foi evoluindo arquitetonicamente. As incorporações na arquitetura do conjunto foram a Enfermaria (1682) e, em termos decorativos, o retábulo-mor (1594), assim como nos acabamentos, os azulejos da cozinha (XVI), da igreja (XVII) e do parlatório (XVII).

¹¹ Além do Convento do Calvário ter sido construído conforme as determinações do Concílio Tridentino, também tem influência da arquitetura franciscana: “(...) o Cardeal tinha desenhado conforme as limitadas ideias da mais escrupulosa Capucha.” (Fonseca, 1728, p.394). A influência da arquitetura franciscana será descrita no subcapítulo 1.2 deste estudo.

Tabela De Fabrica Ecclesiae:

<i>De Fabrica Ecclesiae</i>			
Capítulo XXXIII do Livro I das Instruções			
De Fabrica Ecclesiae		Convento do Calvário originalmente	Convento do Calvário atualmente
Mosteiro das Monjas (pg. 152-154)	O convento deveria estar afastado de mosteiros masculinos, igrejas colegiadas, edifícios eclesiásticos, torres e muros públicos. De modo algum poderia se localizar no extramuros da cidade.	O Convento do Calvário encontra-se no intramuros de Évora e está afastado de mosteiros masculinos e igrejas, no entanto, localiza-se junto a uma das portas da cidade, no limite do intramuros da muralha fernandina; que possui uma torre, utilizada como mirante para as religiosas do Convento. Portanto, o Convento do Calvário corresponde com a indicação da obra.	O Convento do Calvário permanece intacto no intramuros da cidade, assim como a muralha quatrocentista.
Pequena Sala do capítulo (pg. 155)	Deveria possuir assentos em todas as paredes, ser quadrada e escura e adornada com pinturas que estimulassem à piedade.	Ela é quadrangular, escura e havia pinturas religiosas a óleo sobre tela, populares ou freiráticas. Portanto, o Convento do Calvário corresponde com a indicação da obra.	Em 2020, esta sala era usada para reuniões do Cursilhos de Cristandade.
O Refeitório (pg. 156)	Também chamado de triclinio, o refeitório deveria possuir uma estrutura ampla para acomodar todas as religiosas sentadas ao longo das paredes, além de pinturas de imagens sacras e um púlpito no centro de uma das paredes.	É uma sala retangular ampla; a pintura que havia era um tríptico de óleo sobre madeira representado pela <i>Última Ceia</i> , <i>Sta. Clara</i> e <i>S. Francisco</i> . Há um púlpito no centro de uma das paredes. Portanto, o Convento do Calvário corresponde com a indicação da obra.	Atualmente o refeitório ainda é utilizado com o mesmo propósito. O tríptico atualmente está na nave lateral sudeste da Catedral da Sé de Évora, e foi concluído por Pedro Nunes em 1620.
A cozinha (pg. 157)	Deveria estar localizada ao lado do refeitório para que fossem passados os pratos para as religiosas que se encontravam no refeitório. Precisaria ser espaçosa, contendo uma lareira.	A cozinha do Convento localiza-se mesmo ao lado do refeitório, possui uma janela passa-pratos, uma chaminé e é espaçosa. Portanto, o Convento do Calvário corresponde com a indicação da obra.	Atualmente a cozinha continua sendo utilizada.
O lugar para lavar as mãos (pg. 158)	Nas proximidades do refeitório ou da sala capitular deveria haver uma bacia de água, no qual as religiosas, antes de comer, pudessem lavar as mãos.	Há uma fonte para a lavagem de mãos em frente ao refeitório. Portanto, o Convento do Calvário corresponde com a indicação da obra.	A fonte permanece no mesmo local, mas não é mais utilizada.

Tabela 1 *De Fabrica Ecclesiae* - Capítulo XXXIII do Livro I das Instruções, parte 1.

Fonte: Elaboração própria (janeiro de 2021).

Os Pórticos (pg. 161)	Os pórticos deveriam ser modestos, ou seja, contendo pilares e colunas simples e de estrutura mais modesta do que suntuosos; em todos os lados levantados, deveriam apresentar a forma quadrada.	O Convento do Calvário possui um pórtico simples na sua fachada principal, emoldurado em cantaria e desprovido de decorações e curvas; juntamente com ele, grandes contrafortes graníticos o rodeiam sem nenhuma decoração. Portanto, o Convento do Calvário corresponde com a indicação da obra.	O pórtico mantém o seu estado original.
Os Parlatórios (pg. 162-163)	Os parlatórios (externo e interno) deveriam ser localizados em um sítio evidente e próximo da porta da recepção. As janelas do parlatório exterior deveriam receber luz do exterior do convento; as do interior, da parte de dentro. Deveria haver também uma janela para conversação gradeada.	No Convento do Calvário, o parlatório interno está localizado próximo da porta da portaria, contudo, sua janela é externa. Possivelmente havia originalmente uma janela para conversação na parede. Já o parlatório externo, possuía duas janelas externas. Portanto, o Convento do Calvário corresponde parcialmente com a indicação da obra.	Atualmente, o local que abrigava o parlatório externo, possui duas divisões: sala de reuniões e gabinete de trabalho. O parlatório interno é utilizado como sala de arrecadação. No local em que poderia ter subsistido uma janela para conversação, há uma porta de perfil granítico evidentemente recente.
As portas (pg. 164)	Deveria haver apenas duas portas no convento: uma para a recepção, necessária para a entrada; a outra, para entrarem animais de carga e carroças. A porta da recepção deveria se localizar em um local perceptível para todas as partes do convento. Já a outra porta para passagem de carroças precisaria ter uma soleira de granito ou mármore, para que a saída não fosse insignificante.	No Convento do Calvário há quatro portas externas, contando com a porta da Igreja (pórtico). A porta da Igreja e a porta da Sacristia localizam-se na atual rua <i>Cândido dos Reis</i> . As outras duas portas se localizam na fachada adjacente à esta, em frente para a travessa dos Lagares. Uma dessas portas é a porta da portaria; a outra é a porta de acesso ao pátio. Esta última, é dupla, como também é a única que possui uma soleira com rampa na saída; sendo possível que fosse essa a ser utilizada para passar carroças. Portanto, o Convento do Calvário corresponde parcialmente com a indicação da obra.	Todas as quatro portas mantêm seu estado original, sendo apenas a porta da portaria, que sofreu alteração na fechadura e foi instalado um gradeamento.
As rodas (pg. 165)	A roda deveria ser de bronze ou de madeira	No Convento do Calvário a roda (de madeira) está localizada entre o parlatório interno e o externo. Portanto, o Convento do Calvário corresponde com a indicação da obra.	A roda mantém o seu estado original.

Tabela 2 *De Fabrica Ecclesiae* - Capítulo XXXIII do Livro I das Instruções, parte 2.

Fonte: Elaboração própria (janeiro de 2021).

O lugar para lavar (pg. 167)	O local de lavagem deveria estar próximo do horto e em um lugar não muito alto, para que as religiosas não conseguissem avistar a via pública.	No Convento do Calvário, o pátio de lavagem possui acesso fácil para o horto, se localiza junto à muralha e conserva um tanque para lavagem de roupa. Portanto, o Convento do Calvário corresponde com a indicação da obra.	O pátio de lavagem mantém o seu estado original.
O lugar da portaria (pg. 169)	A portaria (esta portaria não é a mesma referida anteriormente na <i>Regra</i> de Santa Clara, mas sim, uma sala para administrar o convento) deveria se localizar num sítio iluminado e cômodo, onde as responsáveis das religiosas pudessem se reunir para avaliar as questões do convento. Deveria haver estantes e armários.	No Convento do Calvário, a portaria localizava-se ao lado do átrio, e contemplava duas janelas externas, localizadas a nordeste. Portanto, o Convento do Calvário corresponde com a indicação da obra.	A sala toda é revestida por azulejos recentes, mas não existe mais a mobília original. Atualmente esta sala possui duas divisões, devido à uma intervenção que ocorreu no século XX, havendo uma sala de reuniões e outra sendo gabinete de trabalho.
O dormitório (pg. 172)	Para o local de construção do dormitório deveria ser escolhido um lugar no piso superior, que não fosse possível conseguir olhar desta divisão para a via pública. As janelas deveriam ser grandes para a entrada de luz e com grades, mas de forma que a parte superior pudesse ser aberta para a circulação de ar. Importa lembrar que não deveria haver nenhuma decoração no local.	No Convento do Calvário, o dormitório está localizado no segundo piso, possuindo grandes janelas. As janelas não possuem grades, no entanto, a parte superior pode ser aberta para a circulação de ar; não é possível avistar a rua. Não há nenhuma decoração no dormitório. Portanto, o Convento do Calvário corresponde com a indicação da obra.	O dormitório, tal como existe hoje, resulta já da ocupação do século XX. Ele foi utilizado com o mesmo fim até 2007, ano em que a Casa de Trabalho de Nossa Senhora do Rosário de Évora encerrou as atividades no edifício. Atualmente o teto está oculto por um teto falso (forro de PVC).
A enfermaria (pg. 176)	O local onde as religiosas eram cuidadas quando estavam doentes deveria ser situado no interior do convento, próximo da portaria e que estivesse num lugar salubre e pouco remoto.	No Convento do Calvário, a enfermaria se encontra distantemente da portaria e dos locais de convivência das religiosas, mais precisamente na extremidade da ala norte do Convento. É uma sala longa com duas janelas pequenas, permitindo portanto o arejamento e a entrada de luz solar. Portanto, o Convento do Calvário corresponde com a indicação da obra.	Atualmente esta sala não é mais utilizada.

Tabela 3 *De Fabrica Ecclesiae* - Capítulo XXXIII do Livro I das Instruções, parte 3.

Fonte: Elaboração própria (janeiro de 2021).

Os hortos (pg. 179)	Devido aos perigos de violação da clausura, o horto não poderia ser muito amplo e seus muros não poderiam ser baixos para as religiosas não serem vistas da via pública.	No Convento do Calvário, o horto tem grande amplitude, mas é cercado por altos muros. O muro paralelo à Travessa dos lagares mede 4,50 m e a muralha quatrocentista, 8 m. Portanto, o Convento do Calvário corresponde com a indicação da obra.	Os muros da cerca conventual permanecem em seu estado original.
Capítulo XXXII do Livro I das Instruções			
A Igreja das Monjas (pg. 139)	A igreja poderia ser construída com uma só nave orientada para oriente, se a localização do mosteiro permitisse. Ela deveria ser ampla, contendo o teto abobadado ou artesoado.	A Igreja do Convento do Calvário não está orientada para oriente, e sim para noroeste, mas ela é ampla e sua cobertura é abobadada. Portanto, o Convento do Calvário corresponde parcialmente com a indicação da obra.	A igreja mantém o seu estado original. Atualmente ela não está acessível ao público.
O altar mor (pg. 140)	Não deveria existir uma capela-mor na igreja, e sim, uma parede transversal que dividiria a igreja exterior (leigos), da interior (religiosas), onde o padre celebraria a sagrada missa. O altar se localizaria no centro desta parede transversal.	A Igreja do Convento do Calvário possui uma capela-mor. Portanto, o Convento do Calvário não corresponde com a indicação da obra.	A capela mor mantém o seu estado original.
A janelinha para administrar a sagrada comunhão (pg. 143)	Na mesma parede transversal mencionada anteriormente deveria ser construída uma pequena janela decorada onde através dela, fosse administrada a comunhão das religiosas.	No Convento do Calvário, esta abertura no caso é uma portinhola, que se localiza no centro da grade do Coro Alto. Portanto, o Convento do Calvário corresponde parcialmente com a indicação da obra.	A portinhola mantém o seu estado original.
A sacristia (pg. 147)	Na cabeceira da igreja deveria haver uma sacristia cuja porta ficasse dentro dos limites das grades. Deveria ainda ter atenção para que a janela ou a roda fossem idealizadas de forma que não fosse possível ver ou ouvir algo de dentro do convento das religiosas	A sacristia do Convento do Calvário localiza-se por baixo da capela-mor e possui uma porta (sacristia interior) que dá para o convento das religiosas. Desta porta, não é possível ouvir de dentro do convento. Portanto, o Convento do Calvário corresponde parcialmente com a indicação da obra.	A sacristia mantém o seu estado original, mas não é mais utilizada.

Tabela 4 *De Fabrica Ecclesiae* - Capítulo XXXII do Livro I das Instruções, parte 4.

Fonte: Elaboração própria (janeiro de 2021).

Concluindo, constatamos que na prática, as instruções da obra *De Fabrica Ecclesiae* foram seguidas em 72% dos espaços monástico-conventuais femininos e 28% atenderam parcialmente as

instruções, ou seja, o projeto arquitetônico do Convento do Calvário seguiu em muito os ditames da obra *De Fabrica Ecclesiae*.

1.3 Elementos identitários da arquitetura dos conventos de clarissas em Évora: abordagem comparativa

A arquitetura monástica mendicante em geral, que enquadra a Ordem de Santa Clara, a Ordem de São Francisco e a de São Domingos (Dominicanos), possui uma homogeneidade substancial a nível de um princípio de despojamento e austeridade (Villamariz, 2018).

O Capítulo Geral de 17 de maio de 1220¹² de S. Domingos, tal como o Capítulo Geral de 1219¹³ de S. Francisco, definiram diretrizes severas no propósito de um despojamento e considerável austeridade para as Ordens mendicantes que se necessitaria cogitar nas próprias Casas monásticas (Villamariz, 2018).

Segundo Villamariz (2018), no Capítulo Geral de 1228, os dominicanos determinaram as premissas próprias para a arquitetura das suas Casas monásticas, então planeadas no Capítulo Geral de 1220. Logo depois de 1228, foi determinado como deveriam ser as Casas monásticas mais austeras “Que os nossos irmãos tenham casas modestas e humildes de forma a que nem eles se sobrecarreguem com despesas, nem outros- seculares ou religiosos- fiquem escandalizados com os nossos edifícios sumptuosos” (Villamariz, 2018, p.2-3).

Estas determinações dominicanas não foram logo seguidas pela Ordem franciscana, que no início, “não promulgaram nenhuma prescrição acerca dos seus edifícios, sem dúvida porque entre eles as regras de pobreza impunham-se elas próprias” (Villamariz, 2018, p.3).

No entanto, é necessário realizar uma observação sobre a dificuldade de fazer uma investigação do desenvolvimento da legislação franciscana, “pois a verdade é que, a maioria dos estatutos e actas dos capítulos anteriores a 1260 não sobreviveram até aos nossos dias.” (Villamariz, 2018, p.3).

As primeiras Casas monásticas mendicantes (tanto femininas, quanto masculinas) na Itália, no século XIII, possuem características próprias, tal como a utilização de coberturas em madeira na nave das igrejas (não é exclusivo) (ver Fig.2), como também, a inexistência de arcobotantes, inclusive nos casos em que a cobertura era de pedra (ver Fig.3). Em Portugal, entre os séculos XIII e XIV, era comum ver em Casas monásticas, características arquitetônicas semelhantes com as da Itália, como por

¹² Um dos principais decretos dessas *Constituições* era a abdicação de bens ou propriedades por parte dos frades pregadores (Franco, 2010).

¹³ Os decretos visavam fortalecer a organização das províncias que então tinham sido criadas. Uma dessas províncias foi a Espanha (Franco, 2010).

exemplo nas igrejas de Santa Clara-a-Velha de Coimbra e de Santa Clara de Santarém (Villamariz, 2018).



Fig. 2 Cobertura em madeira na nave da Igreja de Santa Clara de Santarém.
Fonte:http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3392 (Janeiro de 2021)

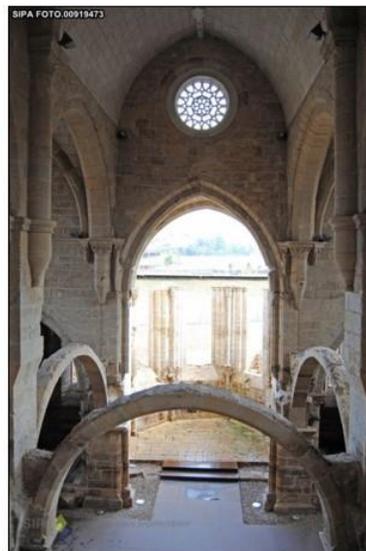


Fig. 3 Cobertura em pedra/ inexistência de arcobotantes na Igreja de Santa Clara-a-Velha de Coimbra
Fonte:http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2807 (Janeiro de 2021)

As Casas monásticas mendicantes femininas, sendo as de Évora abordadas neste subcapítulo, além de serem modestas, possuem uma série de elementos construtivos particulares, que se manifestam como estruturas construídas com o objetivo de dividir as pessoas e os seus sexos, manifestando-se como uma verdadeira fortaleza, no intuito de afastar o contato com as religiosas ali recolhidas. A separação era completa, não permitindo o contato físico ou visual (Nunes, 2011).

Mesmo partilhando o mesmo estatuto de vida, frades e religiosas¹⁴ identificavam-se com duas distintas representações da vida cristã: uma militar, e outra conjugal. Ao mesmo tempo que os corpos dos frades se tornavam públicos, os corpos das religiosas se tornavam mais reservados e inalcançáveis (Urbano, 2007). Nesse sentido, existiam algumas diferenças significativas entre os conventos masculinos e femininos, diferenças que se observaram em Évora. Segundo Silva (2019) nos conventos masculinos, não havia a clausura absoluta, ou seja, eram possíveis as entradas e saídas do convento tanto por parte dos religiosos, como dos seculares. A única proibição existente era sobre a entrada de

¹⁴ Importa lembrar que, de acordo com L. Urbano, contrariamente aos frades, que se tornavam assexuais ao entrarem numa casa monástica, as religiosas santificavam a sua virgindade à Igreja como sendo esposas de Jesus Cristo (Urbano, 2007).

mulheres. Já nos conventos femininos, principalmente após o Concílio de Trento, a clausura tornou-se “absoluta”, na tentativa de disciplinar a vida das monjas dentro do ambiente monástico de maneira a mantê-las fora do mundo profano. A clausura foi uma decisão encontrada, dado que as religiosas ao invés de evangelizarem o próximo, realizavam um sacrifício interior, marcado pelos votos de pobreza, castidade, obediência e pela constante oração (Alves, 2013).

A nível morfológico e tipológico, as Casas monásticas femininas e masculinas possuíam em comum a designada “tripla composição: igreja, dependências e cerca” (Alves, 2013, p.75)

Na cidade de Évora foram erguidos três conventos de clarissas: o Convento do Calvário, o Convento de Santa Clara e o Convento do Salvador do Mundo.



Fig. 4 Localização dos Conventos do Calvário, do de Santa Clara e do Salvador do Mundo.
Fonte: Google Earth 2021.

A identificação dos elementos caracterizadores destes tipos arquitetônicos¹⁵ permitirá apresentar as similitudes e particularidades entre esses três conventos.

Devido à extinção das Ordens Religiosas em Portugal em 1834, os conventos femininos tiveram a permissão de manter o uso religioso até ao momento em que a última freira morresse, não sendo admitidas, depois de 1833, mais noviças. Após os conventos serem secularizados, diversos

¹⁵ Segundo Durand, o tipo arquitetônico é “tanto a estrutura interna da forma arquitetônica como o processo metodológico do projeto baseado na articulação de elementos e partes em planta e fachada” (Apud Martorell, 2001, p.110).

fenômenos contribuíram para a sua descaracterização, abandono e em muitos casos, o desmembramento. Muitas destas edificações foram sendo reutilizadas logo no início da secularização em diversos usos, como hospitais, hospícios, quartéis militares e até escolas, como é o exemplo de um dos conventos analisados a seguir.

O Convento do Calvário¹⁶, objeto de estudo desta dissertação, localiza-se a noroeste do Centro Histórico da cidade de Évora, na atual Rua *Cândido dos Reis* (ver Anexo 4 - Fig. 4, p. IV) Adjacente à cintura da muralha quatrocentista (Cerca Nova), possui uma cerca que se prolonga ao longo da muralha.

O Convento de Santa Clara, o primeiro convento feminino intramuros da cidade de Évora (Monteiro, 2010), foi fundado em 1452 pelo bispo de Évora, D. Vasco Perdigão, num pequeno terreno com edifícios em ruínas, que pertencia ao Paço dos Falcões. Anos mais tarde, a comunidade religiosa anexou terrenos contíguos, originando um quarteirão que praticamente permanece com a mesma forma até a atualidade. O seu acesso principal se faz pela Rua *Serpa Pinto*, situando-se no centro oeste do Centro Histórico de Évora (ver Anexo 5- Fig. 5, p. V)

A comunidade tomou posse da edificação em 1459, dado que a primitiva igreja foi consagrada cinco anos depois, e reconstruída no ano de 1584. Durante a Guerra da Restauração, em 1663, o Convento de Santa Clara foi danificado consideravelmente, sendo, no entanto, o abrigo das religiosas do Convento do Calvário (cujo convento, à Porta da Lagoa, era mais inseguro dada a proximidade dos ataques das tropas espanholas) e de famílias em busca de segurança. No 1º de novembro de 1755 o Convento também foi danificado devido ao grande terramoto. Em 1903 morreu a última freira do Convento e o edifício recebe quartéis militares entre 1911 e 1936, exceto a igreja e em 1936 uma parcela do edifício sofreu um desabamento. Em meados da segunda metade do século XX, nele se instalou uma escola de ensino básico, do modo que se mantém até os dias de hoje (Caeiro, 2005). A igreja de Santa Clara está hoje sob tutela da Arquidiocese de Évora.

Já o Convento do Salvador do Mundo, historicamente de clarissas urbanistas, situa-se no centro do Centro Histórico da cidade de Évora, mais precisamente na atual *Rua da Olivença* (ver Anexo 6- Fig. 6, p. VI). O convento teve origem num recolhimento de religiosas fundado em 1550 por Joana da Gama, regido pela Ordem Terceira de S. Francisco, numa edificação localizada próximo do Colégio Espírito Santo (Caeiro, 2005), onde a toponímia revela ainda a sua existência inicial, na *Rua do Salvador Velho*. Por determinação do Cardeal Dom Henrique, no ano de 1567, a comunidade religiosa foi desapropriada dessas instalações, para construção da igreja do Colégio do Espírito Santo e

¹⁶ O Convento do Calvário será melhor descrito no subcapítulo 2.2.

instalações anexas, sendo então a comunidade transferida para o antigo Paço dos Camões, próximo ao Hospital da Misericórdia (Espanca, 1966). Pelo motivo de o Paço dos Camões ser pequeno para o número de religiosas e ser impossível ampliá-lo, pelo motivo da edificação ocupar todos os limites do terreno, a abadessa Dona Catarina de Aguiar resolveu procurar um local maior, até que o Arcebispo Dom Alexandre de Bragança cedeu uma parcela significativa do antigo Palácio dos Condes de Sortelha, que possuía uma torre da Cerca Velha. As religiosas mudaram-se para essas instalações em 1605, sendo que o início da construção do Convento aconteceu dois anos depois (Caeiro, 2005). O *latecoro* é datado de 1609 e o Coro alto, de 1610. A Igreja foi consagrada em 24 de julho de 1610, sendo fundamental a compra de terrenos contíguos ao Palácio com o intuito de construir a capela-mor. Entre os anos 1700 e 1705, o Convento do Salvador do Mundo sofreu grandes transformações de ampliação, perdendo o seu traçado original; foi construído o grande dormitório, as varandas de tijoleira da torre (utilizada como mirante para as religiosas) e a enfermaria. No ano de 1726, os coros, a cobertura da igreja e as fachadas sofreram melhoramentos e em 1766, foi construído o dormitório pequeno. Foi secularizado em 1886, quando morreu a última freira (Caeiro, 2005). Segundo Cameirão (2008), em 1940, o edifício conventual começou a ser desmembrado, sendo demolidos o claustro interior, a sala do capítulo, a portaria, o noviciado, a enfermaria e os dois dormitórios setecentistas.

No ano seguinte, 1941, ocorreu um grande ciclone em Évora, de modo que o que restava do Convento do Salvador sofreu consideráveis danos. Nesse mesmo ano começou a ser construído o edifício da estação de correios C.T.T. no local da antiga cerca conventual, sendo finalizado em 1942. Em 1960, a Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais se instalou na zona da torre (Caeiro, 2005). Segundo Espanca (1978), antes de ser demolido, “o edifício compunha-se por uma portaria para o exterior com grades seguida de uma portaria interior; seguia-se um pequeno pátio do qual se desenvolvia um corredor até à cozinha (...) junto à qual existia (...) um refeitório (...)” (Apud Cameirão, 2008, p.24). De acordo com Cameirão (2014), a igreja e a torre estão hoje sob tutela da Direção Regional de Cultura do Alentejo.

Importa lembrar que a arquitetura das Casas monásticas mendicantes femininas promove a separação entre religiosas e leigos e explora a distinção de gênero. A imposição da intransigente observância da clausura define as particularidades destas edificações, devido à necessidade da presença de elementos construtivos que promovam a intermediação entre dois mundos (Nunes, 2011).

1.3.1. Localização

A localização da maioria dos conventos femininos de clarissas era intramuros das cidades, devido à busca de proteção, que as religiosas tanto precisavam para afirmar a clausura exigida pelos votos religiosos, visto que extramuros, elas estariam à mercê de vandalismos. O motivo de haver conventos femininos de clarissas no extramuros das cidades, verifica-se pela insuficiência de espaço no interior da cerca dos burgos, ou simplesmente porque os terrenos doados para a sua construção se localizarem fora destes (Alves, 2013). A localização das Casas monásticas estava profundamente relacionada com os seus patronos e fundadores, dado que eram estes que determinavam o local que o convento iria ocupar, podendo ser em terrenos vazios dentro da cidade, ou em edifícios já existentes intra ou extramuros. Em Évora, os conventos de clarissas são intramuros. (Alves, 2013).

O exterior do conjunto arquitetónico das Casas monásticas mendicantes femininas define-se por uma arquitetura modesta, robusta, com altos muros e poucas janelas gradeadas nas fachadas, o que não permite perceber onde termina a edificação e onde inicia a cerca do convento (Nunes, 2011). O muro é um extenso elemento de resguardo onde finaliza um mundo secular e impede que nele entrem ladrões e que as religiosas possam ser vistas da rua (Nunes, 2011).

1.3.2. Muros

No Convento do Calvário, para quem está na via pública, todos os muros que englobam a cerca (ver Anexo 7- Fig. 7, p. VII) são altos, não sendo possível saber aonde se inicia a cerca e onde termina a edificação. O “muro” que circunda o Convento a oeste é na verdade a cintura original da muralha quatrocentista (Cerca Nova), e os outros (a sul e a leste) foram construídos durante a construção do Convento.

Já no Convento de Santa Clara, mesmo com a descaracterização do edifício com a instalação da atual escola, é possível identificar que os muros que circundavam a antiga horta (ver Anexo 8- Fig. 8, p. VIII), estão localizados num anexo a nordeste da edificação. Verifica-se, como no anterior, que não era possível para quem estava na rua, avistar o que se passava dentro da horta, devido à altura do muro.

O Convento do Salvador, por ter sido desmembrado, já não existe a cerca conventual, mas é muito provável que ela tenha sido alta o bastante para não poder ser visto de fora o que se passava no seu interior (ver Anexo 9- Fig. 9, p. IX).

1.3.3. Fachadas

Segundo Urbano (2007), as fachadas dos conventos femininos construídos na Idade Moderna utilizam uma expressão praticamente militar devido a presença de contrafortes e paredes de grande espessura e altura, o que é evidente nos três conventos apresentados. Esta observação é válida para a fachada principal do Convento do Calvário, a nordeste do edifício, que apresenta onze grandes contrafortes assimétricos, desprovidos de ornamentos (ver Anexo 10- Fig. 10, p. X).

No Convento do Salvador, mesmo tendo sido desmembrado, é possível identificar na fachada na igreja dois grandes contrafortes, sendo um em cada esquina da igreja mas, diferentemente do Convento do Calvário, possui mais ornamentos, bem como o coroamento da igreja no estilo barroco (ver Anexo 11- Fig. 11, p. XI). Já o Convento de Santa Clara, apresenta na sua principal fachada, sete imponentes contrafortes em estilo renascentista (ver Anexo 12- Fig. 12, p. XII). Este é o convento feminino que possui os maiores contrafortes da cidade de Évora. Mesmo possuindo um carácter rígido na sua fachada, há elementos construtivos que “quebram” esta rigidez, tal como os dois grandes pórticos renascentistas, que abrigam as duas entradas da igreja, e a parte superior dos contrafortes, possuindo formas arredondadas, que lembram volutas, rematadas por pináculos. Os dois portais ainda possuem ornamentos em estuque e fresco, simbolizando as Ordens de São Francisco e Santa Clara.

Ainda sobre as fachadas destes conventos, importa lembrar que os conventos femininos possuem características específicas, como a porta principal da igreja se localizar sempre na lateral da igreja, sendo uma “marcação enfática” (Urbano, 2007, p.40); como também, a porta principal do convento se localizar sempre na fachada lateral do edifício, sendo mais modesta do que a porta da igreja. O Convento do Calvário e o Convento de Santa Clara seguem esta característica, no entanto, o Convento do Salvador, além de possuir uma porta na lateral na igreja, possui também uma porta, mais imponente, na sua fachada.

1.3.4. Nave

As igrejas dos três conventos possuem igualmente uma só nave, de forma retangular, e possuem uma divisão de três terços (3/3), sendo o primeiro terço ocupado pelo altar mor, o segundo terço pela nave da igreja, e o último terço, é destinado ao espaço do coro ou os coros (alto e baixo, como em Santa Clara).

1.3.5. Dependências

As dependências, na maioria dos conventos femininos, são distribuídas ao redor do claustro, sendo este, localizado no centro do edifício. O refeitório e a sala do capítulo normalmente são localizados no piso térreo do convento (Urbano, 2007), o que se verifica nos três conventos analisados, tal como a cozinha e a despensa. O dormitório localiza-se no segundo piso, com o propósito de recolhimento, sendo mais afastado das atribuições diárias (Urbano, 2007). Os três conventos analisados correspondem com esta afirmação (ver Anexo 13 - Fig. 1, Fig 2, Fig. 3 p. XIII).

1.3.6. Mirantes

Os mirantes são os únicos elementos construtivos que avançam sobre a horizontalidade da edificação, de modo que a comunidade religiosa pudesse ver sem ser vista (Nunes, 2011). Estas estruturas situam-se na maioria das vezes, nos locais de maior visibilidade para as freiras, ou seja, paralelos aos principais eixos viários da cidade. No Convento de Santa Clara há três mirantes,

um dos três mirantes, que remata a poente a fachada principal e que serve também de torre sineira, se situa numa das esquinas do edifício, controlando toda a rua até à Porta de Alconchel, entrada poente na muralha da cidade. (...) outro mirante, situado por cima do falso transepto da igreja, existindo ainda um terceiro, também visível a grande distância e impondo-se no perfil da cidade, junto à portaria. (Urbano, 2007, p.44).

O Convento do Salvador possui um mirante, que por se localizar numa zona central, na Praça do Sertório, tinha uma grande visão panorâmica da cidade, correspondendo à torre da cerca primitiva da cidade (Urbano, 2007). No Convento do Calvário há dois mirantes, sendo um na torre Fernandina, ao lado da muralha, e outro a torre-campanário, tal como em Santa Clara.

1.3.7. Coros

Os coros revestem-se de grande importância para as religiosas e são particularmente essenciais no seu quotidiano. Eles são a continuação espacial da igreja dos leigos, no entanto, estão separados da igreja por elementos construtivos que asseguram o distanciamento necessário das

religiosas em severo cumprimento da clausura. Entre esses elementos, encontramos grades, rodas e portinholas (Nunes, 2011).

Há três tipos de coros: coro alto, coro baixo e *latecoro*. O coro alto se localiza no segundo piso na parede oposta ao altar da igreja, e em muitos conventos, há um balcão¹⁷ além da grade do coro (como existe no Convento do Calvário), principalmente nos cenóbios onde não há mais do que um coro. O coro baixo é localizado por baixo do coro alto, e ele, quando acompanhado de um coro alto, possibilita a sobreposição de dois coros. Já o *latecoro*, localiza-se ao lado da capela-mor e era um local privilegiado, pois estava muito próximo do altar. Eram “destinados às freiras mais idosas ou doentes que tinham dificuldade em participarem na missa, do distante coro aos pés da igreja.” (Alves, 2013, p.83). O Convento do Calvário apenas possui um coro alto. No Convento de Santa Clara, há um coro alto e um coro baixo. Já no Convento do Salvador, há um coro alto e um *latecoro* (ver Anexo 14 - Fig. 1, Fig 2, Fig. 3 p. XVI).

1.3.8. Elementos separativos

Os elementos construtivos de separação das religiosas entre o interior e exterior dos conventos são as rodas, grades e portinholas (Urbano, 2007). Eles serviam para definir uma certa distância que não pudesse permitir o contato visual, não tolerando ângulos de visão do interior para o exterior e vice-versa (Nunes, 2011). No Convento de Santa Clara, o coro baixo possui uma grande grade e uma portinhola no centro, servindo de comungatório (ver Anexo 15- Fig. 15 p.XVIII). Já no Convento do Salvador, o *latecoro* possui uma roda ao lado da grade, com o fim de passar a sagrada comunhão para as religiosas (Urbano, 2007) (ver Anexo 16- Fig. 16, p. XIX). No Convento do Calvário, o coro alto possui uma grande grade com uma portinhola no centro, e ainda, espigões virados para a igreja dos leigos, marcando a divisão dos espaços e reforçando a clausura das religiosas (ver Anexo 17- Fig. 1, Fig. 2, p. XX).

No conjunto de similitudes e particularismos de conventos de clarissas, enfatizamos a arquitetura modesta, a cerca conventual apresentando muros altos, a disposição das dependências conventuais, expressão militar dos contrafortes nas fachadas, torres-mirantes localizadas em sítios

¹⁷ Nesse caso, também é denominado de coro externo (Espanca, 1966) e é uma varanda que se estende para a nave da igreja. Segundo Alves (2013), é pelo balcão que o pároco (com acesso por uma escada) passava a hóstia para as religiosas por meio de uma roda ou portinhola na grade.

estratégicos, a porta principal da igreja ser lateral, igreja de apenas uma nave e elementos separadores entre o mundo externo e o interno.

Concluindo este capítulo, vale destacar que a arquitetura dos conjuntos monásticos regidos pela Ordem de Santa Clara baseou-se notoriamente na arquitetura Franciscana, devido a austeridade nas suas estruturas arquitetônicas e o Convento do Calvário seguiu em grande parte os ditames da obra tridentina *De Fabrica Ecclesiae*, criada em 1577.

No próximo capítulo, apresentaremos a fundação e evolução histórico-arquitetônica deste convento de clarissas da Primeira *Regra* em Évora, relacionando-as com o contexto histórico da cidade.

Capítulo 2- Fundação e Evolução histórico-arquitetônica do Convento de Santa Helena do Monte Calvário em Évora

O presente capítulo tem por objetivo descrever a fundação e analisar os aspectos históricos que influenciaram a evolução do conjunto arquitetônico do Convento do Calvário, situado na malha urbana da cidade de Évora.

Nesse sentido, para uma melhor compreensão, é necessário refletir sobre a história da cidade de Évora, pois na sua trajetória histórica os respectivos processos de desenvolvimento e crescimento são indicadores da relevância religiosa desta cidade e da sua expressão em termos arquitetônicos.

Quando se pretende realizar uma pesquisa histórica com considerável grau de profundidade de uma determinada localidade ou de uma cidade, torna-se essencial realizar uma análise e recolher testemunhos, de natureza vária (nomeadamente documentais, iconográficos, cartográficos) para se compreender a realidade atual à luz do passado. É extremamente relevante descobrir como as cidades surgiram, quais suas principais características e como ocorreram as articulações com a estrutura econômica e social. Considerando que nos primórdios, as cidades surgiram como pequenos aglomerados que foram sofrendo transformações ao longo do tempo, a análise de relatos históricos permitirá compreender como Évora se desenvolveu historicamente (Brumes, 2001; Barros, 2007).

2.1. A localização do Convento do Calvário e a sua relação com a cidade de Évora

Ao realizar uma pesquisa sobre a fundação da cidade de Évora, encontram-se diferentes perspectivas de análise por parte dos historiadores. Nesse sentido, segundo Leal (1874), a cidade foi fundada em 2059 a.C. com o nome de *Ebura* ou *Elbura*. Já Gromicho (1962-63), defende que foi no século VIII a.C., quando inúmeras tribos Germanas, seguindo os Celtas, chegaram à Península Ibérica, sendo que uma dessas tribos conhecida como *Eburone*, teria ocupado a região da atual Andaluzia, Alentejo central e parte da Estremadura, e fundado algumas povoações, entre elas Évora. Assim, embora de origem anterior ao domínio romano (Simplício, 2013), Évora foi ocupada pelos romanos em meados do século I a.C., época em que aconteceu uma forte romanização na cidade (Espanca, 1987). A localização era estratégica, já que a cidade situava-se num ponto de separação de três bacias hidrográficas, com grande importância e geograficamente próxima ao cruzamento de estradas militares. A sua posição geográfica, beneficiou o interesse militar e estratégico e levou a que, no decorrer da ocupação romana, a cidade adquirisse uma notável importância regional. Esta importância define-se pela designação que o Imperador Júlio César concedeu à cidade, no século I d.C., *Liberalitas*

Julia (Simplício, 1997). Neste período, segundo Gordalina (2018), foi construído o Templo Romano (séc. I - II d.C) e a Cerca Velha (séc. II - III d.C), intervencionada/acrescentada/reforçada também nos períodos imediatamente posteriores (domínios visigótico e árabe). Da Cerca Velha (ver Anexo 18- Fig. 18, p. XXI), com uma forma ovoide e atingindo 1.280 metros de perímetro, restaram alguns vestígios, tais como a Porta de D. Isabel, a torre de Sesibuto e a torre do Salvador (Giebels, 2006).

Ao longo do século V d.C. até o início do século VII, os visigodos, originários da Escandinávia, ocuparam a cidade; para alguns autores, a dominação visigótica não trouxe nenhuma adição à arquitetura militar da cidade (Carvalho, 2004).

No ano de 710, o comandante Omíada Tariq ibn Ziyad¹⁸ ocupou a Península Ibérica e derrotou os Visigodos (Abun-Nasr, 1987). Cinco anos depois, a cidade de Évora foi invadida pelas tropas de Abd al Aziz ibn Musa¹⁹, e ficou sob o domínio mouro por quatro séculos e meio (Carvalho, 2004). Évora foi considerada Capital de uma *Kuna* (território) com governador e sede de um Distrito Judicial sob a responsabilidade de um juiz (Beirante, 1995). A presença muçulmana teve grande influência na arquitetura de Évora. A utilização de adobe é visível em construções, bem como a habilidade em se adaptar à utilização de materiais locais, como por exemplo, o granito, em reconstruções das muralhas da cidade (Carvalho, 2004). Intramuros, a cidade era dividida em duas partes: a alcáçova (fortificação) se localizava a leste, correspondendo a cerca de 1/8 da área total, e a medina (cidade) a oeste (Beirante, 1995). A influência muçulmana no traçado urbano foi gradativamente sendo mais notável, sobrepondo-se ao planeamento da cidade romana. Um exemplo disso é a antiga *Rua da Selaria* (atual *Rua Cinco de Outubro*) que, conservando aproximadamente a posição da rua, passou a apresentar, em vez de um severo alinhamento, uma linha sinuosa com largura variável – ponto característico da cidade romana (Simplício, 1997). O domínio dos mouros não significou a ausência de incursões e ataques a esse domínio. Logo no verão de 913, o Rei Ordonho II da Galiza e Leão realizou um violento saque à cidade. Cerca de setecentos homens morreram nesse ataque, sendo que a cidade foi destruída e arrasada. No ano seguinte, a região de Évora passou a pertencer ao Emir de Badajoz e foi reconstruída e repovoada.

Em 1165, durante o processo da Reconquista Cristã do território, a cidade foi tomada pelos cristãos por ação de Geraldo sem Pavor, e cedida ao primeiro Rei de Portugal, D. Afonso Henriques (Sidarus, 1993). Nesse período histórico, Évora passou a conhecer um novo período de

¹⁸ Comandante Omíada que iniciou a conquista muçulmana da Hispânia Visigótica. Ele liderou um imenso exército para atravessar o estreito de Gibraltar a partir da costa norte da África, consolidando suas tropas no que hoje é conhecido como o Rochedo de Gibraltar ou Coluna de Hercules (Abun-Nasr, 1987).

¹⁹ Segundo Hugues (1965), foi o primeiro governador de Al-Andalus (atual Península Ibérica).

desenvolvimento, através do qual ganhou maior importância na rede urbana do país. D. Afonso Henriques concedeu à cidade o seu primeiro foral em 1167 e, além de inaugurar na cidade a sede da nova Ordem Militar de São Bento de Calatrava (posteriormente, de Avis), fortaleceu o papel militar da urbe na defesa e ampliação das posições conquistadas (Simplício, 1997).

O grande marco do domínio cristão na cidade, foi a construção da catedral, fundada em 1204. Posteriormente, a relevância de Évora levou a que, ainda na primeira dinastia, nela se estabelecesse temporariamente a corte nos reinados de D. Dinis (séc. XIII); D. Afonso III (séc. XIII); D. Afonso IV (séc. XIV); D. Pedro I (séc. XIV), D. Fernando (séc. XIV) e D. João I (séc. XIV/XV), o que claramente influenciou o seu enriquecimento e desenvolvimento. Importa lembrar que essa preferência da cidade pela Corte prolongar-se-ia, nomeadamente no século XV e XVI, com as estadas de D. João II, D. Manuel, seus filhos D. Afonso (bispo de Évora até 1540), D. João III e o Cardeal D. Henrique (1º arcebispo de Évora, em 1540), e D. Sebastião (Simplício, 1997).

A crescente importância da cidade entre os séculos XII e XIII, juntamente com seus atrativos, levaram a movimentos migratórios em relação a Évora, e rapidamente a urbanização é obrigada a prolongar-se para além da primeira cintura de muralhas. Assim, a malha urbana do interior da Cerca Velha foi gradativamente preenchida, e a limitação do espaço conduziu à fundação, extramuros em relação a essa primitiva cerca, de alguns conventos (Simplício, 1997), nomeadamente o de S. Francisco (1224), sendo a primeira instituição conventual não militar em Évora, o de S. Domingos (1286), também no século XIII (1278)²⁰ mas mais afastado da cidade, o mosteiro de São Bento de Cástris, sendo a primeira Casa de clausura feminina da região (Ordem de Cister) (Caeiro, 2005; Conde, 2005).

É importante salientar que Évora nesse momento histórico, fez parte ativa da consolidação da Reconquista, onde a Igreja, as Ordens Religiosas e as Ordens Religiosas-militares (como a de Avis) reorganizaram os espaços rurais e urbanos com forte afirmação católica. A criação de conventos e mosteiros, a implantação de igrejas, a influência de diferentes Ordens religiosas, a existência de albergarias e hospitais, indicam o século XIII como de crucial importância para a definição da malha urbana de Évora e do espaço periurbano, onde se começam a afirmar as hortas e as quintas (Beirante, 1995). Intramuros, as cercas das Casas conventuais encontravam-se bem definidas (Caeiro, 2005).

Antes da fundação do Convento do Calvário, em 1574, já estavam instalados em Évora (ver Anexo 19- Fig.1, Fig.2, Fig.3, Fig.4, p. XXII) diversos institutos de vida regular de várias Famílias religiosas, masculinos e femininos. Entre os masculinos, identificamos os conventos de S. Francisco (1224), de S. Domingos (1286), como atrás citámos, do Espinheiro (1463), de S. João Evangelista

²⁰ Data do reconhecimento papal (Conde, 2005).

(1491), de Nossa Senhora da Graça (1520), de Bom Jesus de Valverde (1544), de Santo António da Piedade (1581), e o primitivo convento do Carmo (1531, localizado junto ao forte de Santo António, e destruído em 1663 durante a Guerra da Restauração). Havia também o mosteiro cisterciense feminino, S. Bento de Cástris (1275). Já os conventos femininos foram as agostinhas de Santa Mónica (1508), e outro convento de clarissas, o de Santa Clara (1452), as Casas dominicanas, a de Santa Catarina de Sena (1490) e a de Nossa Senhora do Paraíso (1499). O final do século XVI e o início do século seguinte, já depois da fundação do Convento do Calvário, testemunharam a fundação do convento dos Remédios (1554), da Cartuxa (1598) a reinstalação do convento do Carmo em 1691, e o convento das Mercês (1669) todos masculinos. Já os cenóbios femininos foram o do Salvador (1605) (clarissas urbanistas) e o de S. José (1674), de carmelitas descalças, o mais tardio.

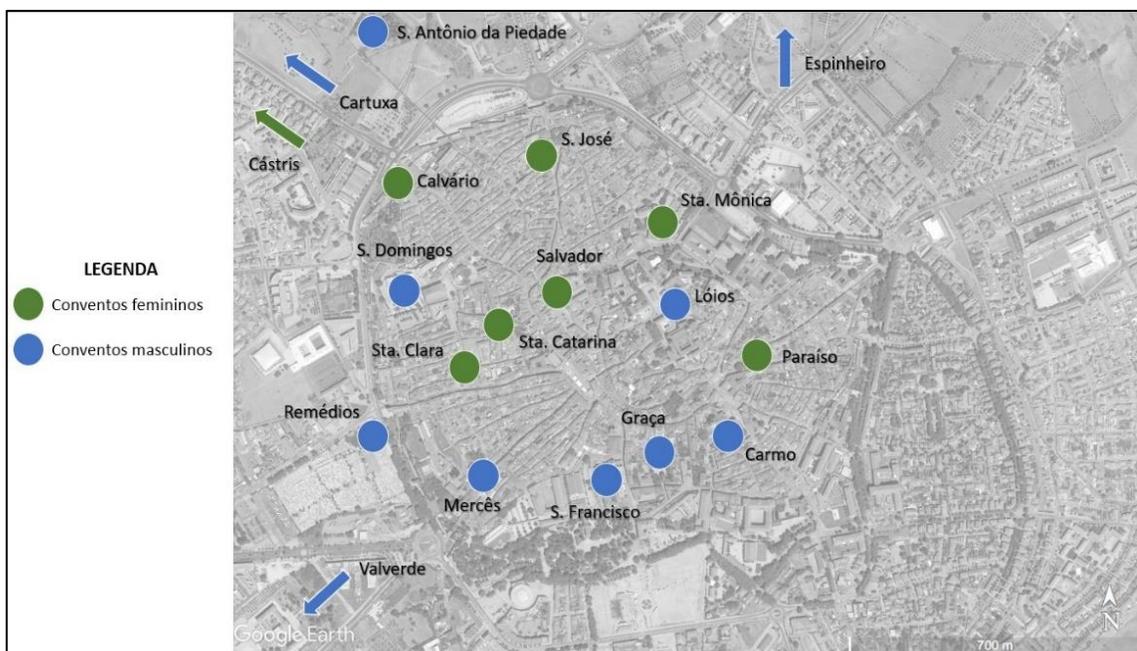


Fig. 5 Casas monásticas de Évora.

Fonte: Elaboração própria sobre o software Google Earth, 2021.

A justificativa de Évora ter sido palco dessas fundações monástico-conventuais desde tempos medievais, deve-se ao fato de esta ser uma cidade conquistada pelos mouros e estar situada em território limite ocidental da Cristandade. Estes fatores atraíram algumas Ordens religiosas que, seguindo o espírito apostólico e expansionista, aqui se vieram implantar posteriormente (Monteiro et al., 2016).

A cidade via concluída no século XIV a Cerca Nova, estabelecendo um espaço intramuros de cerca de 90,3 hectares (Abel, 2008), e abrangendo trinta e cinco torres (das quais atualmente permanecem vinte) (Fontes, 2015). Nesse mesmo século surge um grande movimento de instituições assistenciais que se espalham pela cidade, como leprosas, albergarias e hospitais, criados com apoio

do movimento das Beguinias²¹. Tal movimento, provoca reação das Ordens Religiosas Regulares, contrárias a esses beatérios ou Casas de Mulheres de Pobre Vida (Fontes, 2015). Nesse sentido, o movimento das Beguinias fez surgir vários recolhimentos, apoiados pela Ordem Dominicana. Alguns se transformam, ou foram integrados em conventos: Beguinias da Rua do Cavalo, Pobres das Casas de Dona Guiomar, Beatas da Maria da Fonseca, Casas das Beatas de D. Beatriz de Melo e Pobres das Casas das Galvoas (Caeiro, 2005).

No Século XVI, Évora conheceu um significativo apogeu cultural e econômico com grandes construções religiosas, militares e civis, incluindo estabelecimentos escolares: de fato, com o apoio do Cardeal D. Henrique, foi fundado o Colégio Jesuíta do Espírito Santo, em 1553 (em 1559, reconhecido como Universidade de Évora), a Capela de Vera Cruz, em 1555 (para 26 bolseiros clérigos, cursantes de Casos d Consciência), a Capela de S. João, em 1559 (para 24 bolseiros clérigos cursantes de Teologia e Artes), o Colégio de S. Manços, em 1562 (para estudantes leigos - pobres e porcionistas (Polónia, 2006). Dez anos depois, o Cardeal incentivou a criação de quatro novos Colégios anexos à já então Universidade de Évora: o de Santo Agostinho (para quarenta estudantes de Artes); o de São Gregório (para quarenta clérigos); o de São Jerónimo (para cinquenta humanistas) e o de Nossa Senhora da Purificação (para doze teólogos). Destes, apenas o último foi fundado (Moreira, 2004). Convém ainda destacar o Colégio de São Paulo, que foi criado também pelo Cardeal, por aprovação do Papa Gregório XIII no dia 1 de setembro de 1578. Foi ocupado pelos eremitas de Serra de Ossa, com o patrocínio de São Paulo (Franco, 1945)²².

A influência dos Jesuítas constituiu um importante significado cultural e educacional para a cidade de Évora. A nova forma de ensino proposta pelos Jesuítas, assentando no estudo das Artes e humanidades, representou um sucesso educacional para as cidades que tinham seus Colégios, pois além de atender seus próprios membros, também abriam as portas de forma gratuita para os estudantes externos (Miranda, 2009). Esse sucesso educacional, também era alcançado pelas novas práticas e normas pedagógicas indicadas na concepção do modelo didático pedagógica Jesuítica. Assim, o projeto

²¹ Eremitas, que durante o início do reinado de D. João II, em 1482, adotaram um sistema centralizado de governo, de aspecto congregacional, sendo orientados pela comunidade da Serra de Ossa. Elaboraram para si normas básicas, aprovadas por D. João II em 1488, em que lhes era permitido permanecerem livres da obediência a uma Regra e submetidos somente a profissão do voto de castidade (Fontes, 2015).

²² A obra *Évora Ilustrada*, do Padre António Franco (editada por Armando Nobre de Gusmão em 1945) é uma reedição da *Évora Ilustrada* do Padre Manuel Fialho. A obra do P. Fialho é um conjunto de quatro grandes volumes manuscritos, os quais em nenhum momento foram publicados. Importa ressaltar também, que o P. Francisco da Fonseca escreveu no ano de 1728 o *Epílogo* dos quatro volumes da *Évora Ilustrada*, denominado *Evora Gloriosa*. Nesse estudo utilizarei tanto a edição de 1945 do P. António Franco, como também a obra do P. Francisco da Fonseca de 1728.

educativo proposto pelos Jesuítas alcançou um grande destaque entre os séculos XV e XVII (Santos, 2014).

No século XVII, durante a Guerra da Restauração (1640-1668), D. João José de Áustria conquista por alguns dias a cidade de Évora em 1663, danificando inúmeros edifícios civis e religiosos, desde o Aqueduto até aos conventos, como o primitivo Convento do Carmo, que sofreu “destruição total” (Bilou, 2018, p.154) e o Convento do Calvário, “arruinou-se parcialmente” (Espanca, 1966, p.241). A cerca quatrocentista da cidade foi atacada neste contexto, havendo necessidade de reforço da defesa da cidade através da construção de baluartes, um forte (de Santo Antônio) e um fortim, hoje desaparecido (Lima, 1996).

Em 1759, sob o reinado de José I, ocorre o encerramento do Colégio do Espírito Santo pela expulsão da *Companhia de Jesus* do país. Quarenta e oito anos depois, durante a Guerra Peninsular, com a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil, as tropas de Napoleão Bonaparte iniciaram os saques em território português (Vaz, 2008). Évora tornou-se uma das vítimas, ao ser saqueada no dia 29 de julho de 1808 por 9.000 soldados de infantaria e cavalaria (Vaz, 2008). Primeiramente, os invasores começaram a saquear montes e quintas. Logo após o fim da resistência por parte da população eborense, foi iniciado o saque na cidade e arredores, com principal interesse nos conventos e igrejas. Nenhum convento ficou isento de roubos de dinheiro, objetos de ouro e prata, sacrários relicários e joias preciosas. Importa lembrar que os conventos eram conhecidos nessa época por serem ricos, especialmente em dinheiro, pois funcionavam como bancos, aceitando depósitos, emprestando dinheiro a particulares e adquirindo nos juros destes empréstimos, um importante provento (Vaz, 2008).

Após 30 de maio de 1834, por política do governo liberal, foram imediatamente extintas as Ordens religiosas masculinas, sendo que os conventos femininos continuariam em funcionamento até a morte da última freira. Uma nova configuração passou a se desenhar na cidade de Évora, transformando a organização interna da cidade, como já ocorria em quase toda a Europa do século XIX. Sendo assim, o Convento de Santa Mônica foi o primeiro a ser extinto ainda em 1881, seguindo-se o de Santa Catarina em 1882, o de Salvador e o Convento Novo em 1886, o de São Bento de Cástris em 1890, o do Paraíso em 1897, o de Santa Clara em 1903 e o do Calvário em 1889 (Caeiro, 2005) (ver Anexo 20- Fig.20, p. XXIV).

2.2 Enquadramento histórico do Convento do Calvário no panorama conventual da cidade de Évora

O Convento do Calvário, localiza-se intramuros da cidade de Évora, na Freguesia de Santo Antão, sendo adjacente à cintura da muralha quatrocentista (Cerca Nova), e possui a sua cerca prolongada ao longo da muralha. A sua estrutura de destaque é a torre Fernandina. Localizada na extremidade oeste do edifício, esta torre imponente é um ponto de referência da cidade. (ver Anexo 21- Fig.21, p. XXV).

É evidente que o Convento foi inserido numa localização estratégica, anexo a uma das principais portas da muralha quatrocentista e associado a um importante eixo urbano e viário (atual *Rua Cândido dos Reis*), o que promoveu a manutenção da importância dessa via junto da população (Bilou, 2018). A isto se juntava o simbolismo do lugar, ao situar-se junto à ermida da Vera Cruz, como adiante citaremos. Numa perspectiva simbólica, o convento ser localizado junto à porta da muralha, pretendia testemunhar o poder da existência religiosa para quem entrava na cidade (Alves, 2013).

Importa lembrar que a sua implantação, possibilitava exercer um grande poder visual sobre o espaço urbano, que atualmente é difícil perceber, devido ao inevitável crescimento da cidade, mas que no passado seria digna de ser notada (Urbano, 2007).

A sua fachada principal (nordeste), que apresenta a porta da Igreja, está posicionada na *Rua Cândido dos Reis* (antiga *Rua da Lagoa*) e junto à Porta da Lagoa (ver Anexo 22- Fig.22, p. XXVI). À porta principal do Convento (fachada sudeste) acede-se pela *Travessa dos Lagares* (antiga *Rua dos Lagares*), sendo transversal a essa via, a *Rua do Calvário* (antiga *Rua Direita de Cogulos*).

A origem do topónimo *Rua da Lagoa* (ver Anexo 23- Fig.23, p. XXVII). deriva da existência de uma lagoa que se localizava na sua última transversal à direita, a antiga *Travessa da Raposa* (atual *Rua do Muro*), e ocupava uma certa área, localizada entre o Aqueduto e a *Rua da Lagoa* (Carvalho, 2004). Segundo Carvalho (2004), possivelmente tratava-se de uma lagoa numa depressão que era acumulada por água pluvial. Segundo o mesmo autor, citada a partir de 1331, a *Rua da Lagoa*, designada por *lagoa de brita fios*, provavelmente era um importante núcleo de instalação da população urbana, porque a Porta da Lagoa proporcionava saída para as estradas que iam em direção a Arraiolos e a Montemor-o-Novo. Quintas, ferragiais e vinhas se estendiam entre a muralha e o montado. Ao lado direito de quem saísse pela Porta da Lagoa, passava um caminho que se alongava até a Porta de Avis (Carvalho, 2004). A *Rua da Lagoa* mudou de nome no dia 20

de outubro de 1910 para Cândido dos Reis, devido a homenagem ao vice-almirante Carlos Cândido dos Reis²³ (Queimado, 1975). Importa destacar que foi na *Rua da Lagoa*, que se fez sentir a gravidade do estatuto socioeconômico dos detentores da propriedade, pois foi nesta rua que foram erguidos entre os séculos XVI e XVII, a maior parte dos palacetes que a riqueza própria ou oriunda das colônias proporcionou (Abel, 2008).

Em frente ao Convento do Calvário, encontra-se o antigo Palácio dos Sepúlvedas (ver Anexo 24- Fig.24, p. XXVIII), construído no final do século XV, sendo que entre os séculos XVI e XVII, foi transformado no Colégio das Donzelas, recolhimento fundado pelo arcebispo D. Teotónio de Bragança. Essas instalações serviriam posteriormente para atividades fabris, albergando atualmente um estabelecimento hoteleiro (Carvalho, 2004).

A *Rua dos Lagares* (ver Anexo 25- Fig.25, p. XXIX) é originária de 1696 (Monte, 1981). Compõe-se de muros e a maioria das construções alinhadas com a rua eram lagares (Elerperk, 1978-79). Do outro lado da *Rua dos Lagares*, há uma casa que possui um passadiço no segundo piso que liga ao Convento do Calvário. Esta edificação, denominada de Casa do Capelão, foi construída no século XVI (Espanca, 1966). A *Rua Direita de Cogulos*, citada em 1402, passou a se designar *Rua do Calvário* em 1638 (Monte, 1981) por ter início junto ao Convento do Calvário (Elerperk, 1978-79).

2.3. Fundação do Convento do Calvário

O Convento do Calvário, foi fundado pela Infanta D. Maria no ano de 1574 (Franco, 1945). Filha do Rei D. Manuel e da Rainha D. Leonor, irmã do Cardeal D. Henrique e do monarca D. João III, a Infanta D. Maria nasceu em Lisboa no dia 8 de junho de 1521. D. Maria foi considerada uma das princesas mais ricas da Europa, recebendo de herança de sua mãe todas as cidades e rendas que a mesma tinha em Espanha e França (Fonseca, 1728). Usou a sua fortuna em doações e obras pias em Portugal, nomeadamente na fundação de instituições religiosas: “Suas rendas como Santa, gastava com Deus. Fundou à Ordem de Cristo, o convento de Nossa Senhora da Luz, junto a Lisboa, aonde está sepultada, e o Hospital junto ao convento.” (Franco, 1945, p.325).

O Cardeal D. Henrique, vendo a inclinação piedosa de sua irmã, Infanta D. Maria, a persuadiu para que fundasse na cidade de Évora um Convento de religiosas da 1^a Regra de Santa

²³ Foi um dos dirigentes da Revolução de 5 de outubro de 1910 (Queimado, 1975).

Clara (Franco, 1945). No local escolhido para a construção do Convento do Calvário, junto à Porta da Lagoa havia uma ermida da Vera Cruz²⁴ e casas anexas, que Frei Domingos, Donato de S. Francisco usava para cuidar de mendigos. O Arcebispo D. João de Melo doou à Infanta D. Maria tanto a ermida, quanto as casas anexas em 29 de maio de 1565²⁵. Em 1569, D. Sebastião, sobrinho da Infanta D. Maria, concedeu Alvará para que o Convento do Calvário obtivesse água do Aqueduto da Água da Prata (Franco, 1945). Em fevereiro de 1571 D. Sebastião solicitou a Câmara de Évora, que fosse doada às religiosas para seu miradouro a torre Fernandina²⁶, adjacente à cintura da muralha quatrocentista (com torres e panos do século XIV e XV). A primeira planta²⁷ do Convento do Calvário terá sido desenhada pelo Cardeal D. Henrique: “(...) deo ordem, a que se fundasse o Mosteyro pella planta, que o Cardeal tinha desenhado conforme as limitadas ideas da mais escrupula Capucha.” (Fonseca, 1728, p.394).

A planta arquitetônica do Convento do Calvário como atualmente se apresenta foi desenhada pelo arquiteto Afonso Álvares²⁸, e as obras foram iniciadas em novembro de 1569 pelo mestre de pedraria Mateus Neto²⁹. O padre Domingos Rodrigues foi o vedor da obra (Espanca, 1948).

O Convento do Calvário começa a ser habitado no dia 23 de outubro de 1574, por “cinco Freiras do convento da Assunção, de Faro, e Bernardina de Jesus³⁰, do convento de Jesus de Setúbal, as quais fundações eram oriundas do convento de Santa Clara de Gândia.” (Franco, 1945, p.325).

A Infanta D. Maria almejava que as religiosas fossem governadas pelos Padres Capuchos da Piedade, mas para isso, tinha que ter a aprovação do Provincial dos Capuchos, Frei Miguel de Estremoz, que a negou. À vista disso, ela decidiu entregar a governança do Convento do Calvário

²⁴ Esta ermida abrigou em 1499 o cortejo real que constituiu formalmente a Irmandade da Misericórdia de Évora (Monteiro, 2010). Na obra *Évora Gloriosa*, do Padre Francisco da Fonseca (1728), encontram-se mais detalhes da história da Ermida.

²⁵ Há uma discordância de datas, pois na obra *Évora Ilustrada*, do Padre António Franco, é referido que o Arcebispo D. João de Melo doou a ermida e as casas anexas em 29 de maio de 1570, o que neste caso não faz sentido, pois em 1569 as obras do Convento tiveram início. Seguimos a opinião de Túlio Espanca (*Inventário Artístico de Portugal – Concelho de Évora*) ao escolher 1565.

²⁶ Arquivo Distrital de Évora, L.º 6 dos Originais da Câmara de Évora, fl. 256.

²⁷ Há uma interpretação alternativa que retrata o Cardeal D. Henrique como autor da traça do Convento, e o Arquiteto Afonso Álvares, como diretor da obra (Pinto, 1996).

²⁸ “Commumente chamado, nos documentos officiaes, mestre das obras das fortificações do reino” (Viterbo, 1899, p.12). A biografia de Afonso Álvares está no Capítulo *Antas dos Arredores de Évora*, por Georg Leisner, na revista *A Cidade de Évora*. Évora: Câmara Municipal e Évora, Vol. VI número 15-16.

²⁹ No Arquivo Distrital de Évora há uma fonte que retrata o batismo do filho de Mateus Neto (Liv. Bap. St.º Antão, 6.º, fl. 163). É possível ser acessado em <https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1000765> Acedido em 23/03/20

³⁰ Foi a principal instrutora das religiosas, e tratou-as com tanto rigor que foi levada de volta ao Convento de Jesus de Setúbal para ser castigada (Fonseca, 1728).

aos padres de S. Francisco da Observância (Franco, 1945). Assim, a Infanta D. Maria enviou uma carta a D. Sebastião para que este garantisse o rigor da Observância de Santa Clara às religiosas, e que estas tivessem sempre a proteção *Real*, conforme o objetivo da fundação:

Al Rey mi señor a quem dexo por Patron deste Convento, me haga merced favorecerle, y ajudarle de manera que puedan siempre guardar las Monjas del interamente la regla de Sancta Clara, como agora guardan, porque con esta intención hize esta casa con mucho gusto (Pacheco, 1675, p.103).

Sob proteção régia, o Convento do Calvário, no ano de 1634, reinado de Filipe IV de Espanha (Barata, 1899), solicitou ajuda quando com uma tempestade, uma parte significativa do Convento foi arruinada:

Con una recia tempestad, cierta pieça del Convento, acudieron luego a su Magestad, para como supremo protector del testamento de la señora Infanta, las socorriesse con alguna ayuda de costa, de la hazienda de la misma señora, para reparar la ruina, que era de gran inconueniente a su clausura, su Magestad fue servido ordenar-me, como a Procurador general de la testamentaria desta Princesa, dixesse lo que podía hacer, y con mi informe le hizo merced de cinco mil ducados de plata, mandadome que los cobrasse de cierto effeto, y se los remitiesse como fe hizo. (Pacheco, 1675, p.103).

Vinte e nove anos depois, durante a Guerra da Restauração, o Convento do Calvário foi danificado parcialmente (Bilou, 2018) pela artilharia de D. João José de Áustria, fazendo com que as religiosas se recolhessem temporariamente no Convento de Santa Clara, também em Évora (Barata, 1899), como atrás foi mencionado. As áreas danificadas foram as coberturas de quatro águas das dependências posicionadas em frente a muralha quatrocentista (Espanca, 1966) (ver Anexo 26- Fig.26, p. XXX).

2.4. As religiosas do Convento do Calvário

No que diz respeito à população do Convento do Calvário, este comportou até vinte e quatro³¹ religiosas, que viviam de esmolas dos fiéis e não podiam aceitar rendimentos de qualquer espécie (Franco,1945):

Pobrissimas, só viviam de esmolas³², que para ellas pediam no reino quatro Donatos, e da que lhes legára a ilustre fundadora, consistente em 208\$000 réis de juro perpetuo, que administrava a Santa Casa, pelo que havia doze mil réis, por seu trabalho (...) Andavam descalças estas pobres mulheres, e nos últimos tempos tinham uma espécie de sandálias de madeira, vestiam camisa de estamena sobre carnes, dormiam numa cortiça, encostavam a cabeça num travesseiro de palha e jejuavam sempre. Assim era que, em tanto desconforto, assistiam religiosamente às rezas da Ordem, inclusive às matinas da meia noite. (Barata, 1899, p.8).

Tinham por hábito levantar-se à meia noite para rezar, e às seis horas da manhã rezavam oração mental por uma hora. E, aproximadamente às nove horas assistiam à missa. Após a consoada³³, rezavam vésperas e completas e tinham mais uma hora de oração mental (Franco,1945): “Sendo este o rigor, não houve até o presente alguma que se passasse a outro convento de menos rigor (...)” (Franco, 1945, p.326). Não possuíam nenhuma criada. O dia de Natal era o único dia do ano em que elas tinham permissão de comer duas vezes por dia. A carne não fazia parte da sua dieta, exceto quando ficavam doentes, por indicação do médico. Dormiam todas na mesma sala extensa, sem cortinas (Franco,1945). Um fato interessante é o “sino da fome”. Em tempos de crise, quando a fome apertava, as religiosas tocavam este sino para que a cidade de

³¹ No Arquivo Distrital de Évora há quarenta e quatro diligências, autos e perguntas feitas às noviças do Convento do Calvário para se professarem. Visualizado em <https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1066656>. Acedido em 28/03/20.

³² No site “Legislação Régia”

(<https://legislacaoregia.parlamento.pt/Pesquisa/?q=Convento%20do%20Calv%C3%A1rio&f=geral&ts=1> Acedido em 13/01/22) há seis Alvarás sobre as esmolas dadas às religiosas do Convento do Calvário por diferentes reinados. São eles: Alvará de 11 de junho de 1645, onde o Rei D. João IV doa esmolas de doze moios de trigo anuais por dez anos; Alvará de 1 de março de 1646, onde o Rei D. João IV doa esmolas anuais no valor de 200.000 réis entre os anos 1646 à 1648; Alvará de 18 de outubro de 1648, onde o Rei D. João IV renova as esmolas de 200.000 réis anuais para mais três anos; Alvará de 3 de agosto de 1660, onde a Rainha Luísa de Gusmão doa esmolas anuais no valor de 200.000 réis entre os anos 1660 à 1662; Alvará de 27 de agosto de 1666, onde o Rei D. Afonso VI doa doze moios de trigo anualmente entre 1666 à 1669; Alvará de 4 de novembro de 1700, onde o Rei D. Pedro II doa 200.000 réis entre os anos 1701 à 1703.

³³ Refeição que as religiosas realizavam à noite quando jejuavam.

Évora as ouvisse. Quando o alimento era entregue na portaria, as religiosas não tinham como saber quem havia feito tal dádiva.

Diferentemente das religiosas, que por ali viveram por vontade própria, houve uma senhora que foi obrigada a viver no Convento – D. Isabel Juliana de Sousa Coutinho, conhecida como “*Bicho de Conta*” (David, 1942, p.15) pela tradição eborense. Por ordem do Marquês de Pombal, seu filho José de Carvalho deveria se casar com D. Juliana, mas esta se recusa, pelo fato de estar apaixonada por D. Alexandre de Souza Holstein. Pela sua desobediência, o Marquês de Pombal ordena que ela passe a viver no Convento do Calvário, onde permaneceu até que Pombal foi afastado da Corte em 1777 (David, 1923).

2.5. O Convento do Calvário do final do século XIX até aos dias de hoje

Após a extinção das Ordens Religiosas em Portugal, em 7 de setembro de 1889 o Convento do Calvário foi secularizado devido ao falecimento³⁴ da última religiosa, a abadessa³⁵ D. Maria José de Jesus. Esta senhora, nascida em Cabeção, viveu no Convento do Calvário por sessenta e seis anos (Barata, 1899)³⁶.

Logo após o falecimento de D. Maria José de Jesus, em 14 de novembro de 1889 a *Academia Real de Belas Artes de Lisboa* recolheu diversas obras de arte do Convento, sendo onze quadros e um retábulo de madeira; para serem abrigados no *Museu Nacional de Bellas Artes*³⁷.

Com a secularização do Convento do Calvário pelo Estado, permaneceram doze senhoras recolhidas “(...) sem votos, dadas ao culto divino e ao ensino de meninas da vizinhança, que lá vão buscar o pão do espírito em uteis ensinamentos.” (Barata, 1899, p.11). Segundo Espanca (1966) estas senhoras ensinaram leitura e trabalhos manuais a raparigas pobres durante algum tempo (provavelmente até ao ano de 1920³⁸) e o Convento passou a ser denominado de *Casa de Trabalho*.

³⁴ Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo, Inventário de Extinção do Convento de Santa Helena do Calvário de Évora, PT/TT/MF-DGFP/E/002/00040-m0017.TIF.

³⁵ Havia sempre uma abadessa eleita pelas próprias religiosas (Arquivo Nacional Torre do Tombo, Ordem dos Frades Menores, Província dos Algarves, Província, Santa Helena do Calvário de Évora, mç. 103, n.º 2).

³⁶ Barata, A. F. (1899). *Breve Notícia do Mosteiro de Santa Helena do Monte Calvário em Évora*. Évora: Minerva Commercial de Ferreira, Irmão & C.^a. Importa frisar que há um desacordo com respeito ao nome da última religiosa do Convento do Calvário. Deste modo, além de António Francisco Barata, Celestino David (Évora Encantadora- impressões-arte-história) e Túlio Espanca (*Inventário Artístico de Portugal- Concelho de Évora*) também informaram que D. Maria José foi a última freira. Já João Rosa (*Alentejo a Janela do Passado-brevés notícias de arte, etnografia e história*), informou que foi D. Maria Paula de Almeida, a última freira.

³⁷ Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo, Inventário de Extinção do Convento de Santa Helena do Calvário de Évora, PT/TT/MF-DGFP/E/002/00040.

³⁸ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Processo PT/ACMF/CJBC/EVO/EVO/ADMIN/049. Secretaria- Geral- Ministério das Finanças. Disponível em http://purl.sgmf.pt/135974/1/135974_item1/index.html. Acedido em 28/03/20.

Elas viviam também de esmolas, mas sob a proteção da Senhora D. Ignacia Angelica Fernandes Ramalho Barahona, a qual as amparava com alimentação diária e obras de intervenção no “(...) arruinado Mosteiro, sempre carecente de concertos” (Barata, 1899, p.11).

Segundo o Diário do Governo de 1924³⁹, no dia 3 de janeiro de 1924, o edifício e a cerca conventual do extinto Convento do Calvário foram cedidos ao Grupo Pró-Évora, “(...) mediante renda estipulada pela Repartição do Património Nacional (...) com a obrigação de o mesmo grupo os manter em bom estado de conservação e no estilo primitivo.” (Diário do Govêrno n.º 2/1924, Série I de 1924-01-03).

Nove anos depois, no dia 6 de junho de 1933, a pedido da Direção-Geral de Assistência, foi instalada no extinto Convento do Calvário, com licença do Estado, a *Casa de Trabalho de Nossa Senhora do Rosário de Évora* (ver Anexo 27- Fig.1, Fig.2, p. XXXI). O objetivo desta casa era o “(...) ensino profissional das raparigas pobres”. Assim sendo, o Grupo Pro-Évora perdeu a posse do Convento. Todas as obras de reparação, adaptação e conservação passariam a ficar a cargo da cessionária (Diário do Govêrno n.º 125/1933, Série I de 1933-06-06)⁴⁰. Já no século XXI, em 2007 a *Casa de Trabalho de Nossa Senhora do Rosário de Évora* encerrou as atividades no Convento (Santos, 2014). Atualmente o conjunto edificado alberga serviços arquidiocesanos ligados ao Movimento dos Cursos de Cristandade e ao Corpo Nacional de Escutas, sob a tutela da Arquidiocese de Évora.

Segundo Santos (2014), o Convento do Calvário foi classificado como Monumento Nacional no dia 29 de junho de 1922 (Decreto n.º 8.217, DG, 1.ª série, n.º 130), abrangido em Zona Especial de Proteção (ZEP) (ver Anexo 28- Fig.28, p. XXXIII) em 15 de março de 1954 (Portaria, DG, 2.ª série, n.º 62).

³⁹ Disponível em <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/236314/details/normal?q=santa+helena+calv%C3%A1rio>. Acedido em 28/03/20.

⁴⁰ Disponível em <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/320126/details/normal?q=santa+helena+calv%C3%A1rio> Acedido em 28/03/20.



Fig. 6 Barra cronológica do Convento do Calvário até o período atual.
Fonte: Elaboração própria (janeiro de 2021).

2.6 Análise Arquitetônica do Convento

A análise arquitetônica seguirá uma sequência descritiva de um percurso (ver Anexo 29- Fig.1, Fig.2, Fig.3, p. XXXIV) desde a entrada principal do Convento do Calvário, passando por todas as dependências conventuais até a cerca conventual, sendo acompanhada por desenhos e fotografias resultantes da visita efetuada em 21 de agosto de 2020.

O edifício apresenta uma planta irregular, onde a partir do claustro, que está localizado no centro do conjunto edificado, são distribuídos os espaços de serviço e restantes dependências conventuais. A volumetria, igualmente irregular, é constituída por volumes de até dois pisos em diversos pontos do Convento, estabelecendo uma dinamização na edificação. Esta dinamização reflete-se nas coberturas, proporcionando telhados diferenciados de duas, três e quatro águas (Santos, 2014).

A fachada principal a nordeste, na *Rua Cândido dos Reis*, se estende desde a portaria, à muralha quatrocentista, na linha defensiva da antiga Porta da Lagoa. Esta fachada, de arquitetura *chã*⁴¹, dada a austeridade construtiva e o despojamento decorativo, é definida por onze grandes contrafortes graníticos de cor cinza, dispostos assimetricamente e rematados por gárgulas cilíndricas. Entre o quarto e o quinto contraforte (contando do leste para oeste), encontra-se o pórtico (ver Anexo 30- Fig.30, p. XXXVII), emoldurado em cantaria granítica, que concede acesso à entrada lateral da igreja (Santos,

⁴¹ Terminologia arquitetônica criada por George Kubler (*Portuguese Plain Architecture: Between Spices and Diamonds, 1521-1706*. (1972). Connecticut: Wesleyan University Press) para denominar o estilo próprio de construções erguidas entre o falecimento de D. Manuel, e a ascensão ao trono de D. João V. Este estilo arquitetônico é associado ao processo de construção do império ultramarino de Portugal (século XVI), onde muitas fortalezas foram construídas no Brasil, Ásia e África. Esta circunstância fez com que a maioria dos arquitetos portugueses tivessem adquirido num momento das suas carreiras, alguma prática de construção militar, seguindo princípios de pragmatismo que determinaram uma relação entre construções militares e religiosas (Senos, 2012).

2014), a única de ligação da igreja com o exterior, como todas as igrejas dos conventos femininos. Segundo Espanca (1966), além do Convento possuir uma torre Fernandina que servia de mirante, localizada na extremidade oeste do edifício, há também uma torre-campanário (também mirante), projetada pelo arquiteto Afonso Álvares, e localizada na zona leste, junto ao telhado do coro. Esta última, dispõe de dois sinos de bronze fundido, sendo um deles o “sino da fome”, como atrás foi mencionado. As duas torres possuem grades em envasados de tijoleiras nas quatro faces, contudo, a torre-campanário se destaca por um frontão saliente posicionado a sudeste (Espanca, 1966).

As grades existem em todas as janelas do convento, encontrando-se duas com espigões: uma localizada no Coro Alto com os espigões voltados para a nave da Igreja (público leigo) e a outra, na parede externa do Parlatório interno com os espigões voltados para a Rua Cândido dos Reis (ver Anexo 31- Fig.1, Fig.2, p. XXXVIII).

Os mirantes não eram apenas uma solução para a necessidade de compensação das dificuldades exigidas pela clausura ou pelo fato de as religiosas estarem afastadas do mundo exterior; eram também uma estratégia clara e propositada de dominação visual da cidade, que impunha um olhar que examinava os habitantes e que tinha uma intenção retórica de fortificação de defesa e resguardo. O fato de serem ocultos, através de pequenos elementos vasados que permitiam ver sem ser visto da rua, proporcionava uma sensação de controlo constante. Não obstante, a configuração dos mirantes era intimidatória ao ponto de, apesar de os pedestres se sentirem constantemente observados, as religiosas não conseguiam realmente vê-los, já que a espessura diminuta, unicamente permitia ver o que se encontrava a longas distâncias e nunca a rua que lhes passava próxima (Urbano, 2007).

Antes de começar a descrever os espaços internos do Convento do Calvário, importa analisar a setorização dos espaços conventuais (ver Anexo 32- Fig.1, Fig.2, Fig.3 p. XXXIX). Segundo Alves (2013), de modo conceitual, a igreja era o espaço mais significativo de todo o complexo, de acordo com as suas particularidades sagradas e religiosas, além de comunicar diretamente com o exterior. Logo as restantes divisões estavam estruturadas, de acordo com a função e simbologia. Estas desenvolviam-se ao redor de um claustro, sendo que passavam a organizar os diversos setores, tais como: setor do culto (Igreja e Capelas); setor representativo do poder (Sala do Capítulo); setor utilitário (dormitório, salas de penitência, enfermaria e refeitório); setor de apoio (portaria, cozinha, pátio da lavação, rouparia, sacristia, fontes, despensa e celeiro); setor de comunicação com o exterior (torre-mirante, coro alto/baixo, parlatório e confessionário); e setor da cerca (horta).

A entrada principal do Convento dá-se por uma porta de cantaria granítica na fachada sudeste, defronte para a *Travessa dos Lagares*. Assim como todos os conventos femininos, a entrada principal localiza-se na fachada lateral. Ao lado esquerdo da entrada (no atual Átrio), há um Pátio (ver Anexo

33- Fig.33, p. XLII), onde permanece um poço de gargalo em granito, de forma quadrada, contendo ainda uma roldana de ferro forjado. O Átrio (ver Anexo 34- Fig.34, p. XLIII) é uma sala retangular, formada por uma cobertura em abóbada abatida, de nervuras de aresta viva, repousadas em mísulas (Espanca, 1966). Ao lado direito do Átrio, localizam-se duas salas, o que originalmente era apenas uma grande sala. Uma destas salas é designada atualmente como sala de reuniões, e a outra, como gabinete de trabalho. A grande sala original funcionava como portaria e parlatório externo. Segundo Urbano (2007), o parlatório externo permitia que os cidadãos comunicassem com as religiosas, que estavam na sala ao lado – Parlatório interno (atualmente é a sala de arrecadação) - por meio de uma janela gradeada e uma roda. Estas salas permitiam a troca verbal, porém os corpos estavam cautelosamente separados numa relação de simetria. A sala de reuniões (ver Anexo 35- Fig.35, p. XLIV) é uma sala retangular, com teto de ladrilho retangular sobre estruturas em madeira à vista. Logo a sala do gabinete de trabalho (ver Anexo 36- Fig.36, p. XLV), possui em sua parede uma roda que concede acesso ao parlatório interno (atual sala de arrecadações).

No Parlatório interno (ver Anexo 37- Fig.37, p. XLVI), situado no limite da clausura e por baixo do Coro alto (Urbano, 2007), há molduras envolvidas por azulejos variados de motivos vegetalistas barrocos nas cores amarela, branca e azul, do século XVII, além de revestimento em azulejaria policromada de esmalte azul e branco, com motivos vegetalistas, igualmente do século XVII (Espanca, 1966).

Seguindo o corredor após a Portaria, o Claustro (ver Anexo 38- Fig.1, Fig.2, p. XLVIII) encontra-se à esquerda, e a Igreja, à direita. O Claustro é um exemplo da arquitetura barroca, totalizando dois pisos e um terceiro parcial, de planta retangular, com três tramos, no sentido transversal e cinco no longitudinal (Espanca, 1966). O teto do primeiro piso, constituído de ladrilho retangular sobre estruturas em madeira (ocultas por estuque), é reforçado por arcos abatidos em tijolo maciço, apoiados em colunas toscanas graníticas. Já o pavimento do primeiro piso, é revestido em ladrilho quadrado, provavelmente assente em terra batida. Segundo Espanca (1966), o segundo piso é composto por colunas dóricas, também de granito e o entablamento é retilíneo. A maior parte do teto é em telhado de madeira aparente, sendo que em alguns pontos, é constituído de ladrilho retangular sobre estruturas em madeira à vista. No centro do Claustro, uma fonte⁴² de mármore branco ergue-se com um tanque retangular e uma taça elíptica, do século XVI, e desenhada pelo arquiteto Afonso Álvares (Espanca, 1966).

⁴² Esta fonte recebia um quarto do Anel de água do Aqueduto (Elerspek, 1978-79).

Ao longo das paredes externas dos dois pisos do claustro, é apresentada a antiga *Via Sacra* (ver Anexo 39- Fig.39, p. XLVIII), em azulejos recortados, azuis e brancos em forma de cruz (Espanca, 1966), marcando o itinerário das procissões diárias das religiosas.

A Igreja (ver Anexo 40- Fig.40, p. XLIX), em estilo barroco, possui apenas uma nave, em planta retangular e posicionada paralelamente à Rua Cândido dos Reis. Contém seis tramos, definidos por pilastras, que englobam o Coro alto e a Capela-mor. A abóbada de berço em tijolo maciço possui caixotões geométricos, com estuques em alto relevo, de cor branca. As três paredes da igreja, com exceção da quarta (Capela-mor), são revestidas de azulejos de padronagem em azul e branco e pertencentes à década de 90 do século XVII⁴³ (Espanca, 1966). Dos sete pares de pilastras (revestidos também em azulejaria) presentes, seis possuem temas vegetalistas policromados de inspiração oriental com fundo roxo “pouco usuais” (Espanca, 1966, p.245), e o outro par (pórtico da Capela-mor), apresenta frescos com temas brutescos. O quinto tramo, relativo ao cruzeiro da Igreja, é preenchido por dois retábulos em talha dourada, executados sob a expressão barroca da Contrarreforma. Os retábulos apresentam arcos de volta perfeita e sobarco interrompido, com volutas, compostos de tábuas de pintura a óleo, sendo realizados pelos pintores Simão Rodrigues (Espanca, 1966) e Domingos Vieira Serrão. As pinturas presentes nos retábulos: *Pentecostes* (Anexo 41- Fig.41, p. L) e *Assunção da Virgem* (ver Anexo 42- Fig.42, p. LI), (ambas maneiristas), foram realizadas em 1580, sob encomenda testamentária da Infanta D. Maria. Saliente-se que ao lado do retábulo da *Assunção da Virgem*, há uma porta de acesso para o púlpito, “(...) feito em mármore regional, em caixa cilíndrica e balaustrada (...)” (Espanca, 1966, p.245). Também a expensas da Infanta, em 1594, o Convento recebeu no altar-mor um retábulo executado pelo pintor maneirista Francisco João (Serrão, 2015), e projetado pelo arquiteto Afonso Álvares (Espanca, 1956).

A Capela-mor (ver Anexo 43- Fig.43, p. LII), compreendendo o sexto e último tramo, está decorada com maior riqueza em detalhes, desde a abóbada, de caixotões pintados a fresco com um emblema escrito J.H.S., ao revestimento geral das duas paredes laterais por azulejos na cor azul e branca, de Padrão do final do século XVII. O retábulo em talha dourada da Capela-mor, realizado no final do século XVII, é um típico exemplo do estilo barroco. O seu corpo único é composto de colunas serpentinadas, revestidas de pânpanos e apoiadas em mísulas. As colunas são intervaladas por pilastras revestidas por motivos florais. Nos dois tramos laterais do retábulo, são apresentadas em nichos, esculturas em madeira estofada e policromada, de estilo barroco, dos padroeiros *São Francisco* e *Santa Clara*. No centro do ático, é ostentado o Brasão das armas reais da Infanta D. Maria (Espanca, 1966).

⁴³ Os azulejos foram realizados em Lisboa ao custo de 149.440 reais (Espanca, 1966).

Na tribuna há um trono de quatro degraus com o Calvário no alto. A Sacristia externa e a interna estão localizadas por baixo da Capela-mor, com acesso por escadas (ver Anexo 44- Fig.44, p. LIII).

No alto das paredes do corpo da nave, em friso acompanhando as cornijas e intervalando as pilastras, havia seis pinturas com temas sagrados sobre o culto franciscano: *São Francisco e São Domingos venerando a Virgem com o Menino; Nascimento da Virgem, Apresentação da Virgem no Templo; Casamento da Virgem; Fuga para o Egito e Nossa Senhora da Conceição* (ver Anexo 45- Fig.1, Fig.2, p. LIV). As obras são trabalhos acadêmicos da Escola Italiana dos meados do século XVIII. O balcão com balaustrada (ver Anexo 46- Fig.46, p. LVI), que precede o Coro alto, ocupa o tramo oposto ao tramo da Capela-mor, assenta numa galeria de entablamento retilíneo, apoiada em quatro colunas de mármore branco toscanas. (Espanca, 1966).

As restantes dependências do mesmo piso da Igreja, no primeiro piso, são: Sala Capitular; Refeitório, Pátio de Lavação e Cozinha. A Sala Capitular (ver Anexo 47- Fig.47, p. LVII) fica a sudeste do claustro e possui planta quadrangular, com uma coluna no centro. Esta coluna, toscana, com capitel renascentista, foi inspirada nos pilares do refeitório do demolido Convento do Paraíso, reconstituídos no Museu Nacional Frei Manuel do Cenáculo de Évora (Espanca, 1966). O teto, é constituído por esteiras lisas de carvalho com uma viga de madeira atravessando o teto no centro. Esta viga, além de apoiar na coluna, apoia-se em duas mísulas, com desenho semelhante ao pilar. As mísulas, na cor preta e vermelha, foram pintadas a têmpera. No centro da parede de frente para o Pátio da Entrada, uma remanescente capela de talha dourada foi transformada em uma janela. No chão da entrada da Sala do Capítulo, encontra-se o *carnarium* das religiosas, envolvido por lousas anepígrafas, calcárias e ligadas por argolas de ferro (Espanca, 1966). Por baixo da Sala do Capítulo havia catacumbas, com acesso ainda visível, mas inacessível, que armazenavam os ossos das religiosas, contendo ainda uma placa de mármore com inscrições alusivas.

O Refeitório (ver Anexo 48- Fig.48, p. LVIII), localizado à sudoeste do Claustro, possui planta retangular e é iluminado por janelas que estão posicionadas para a cerca conventual (horta). Contém uma coluna no centro, no mesmo estilo da coluna da Sala Capitular, no entanto, a coluna do Refeitório possui num lado do capitel, um fresco simbolizando a sagrada custódia, (símbolo de Santa Clara). As mísulas que suportam a viga de madeira, também são semelhantes as mísulas da Sala do Capítulo, mas são pintadas nas cores verde, amarela e vermelha, com acantos. Segundo Espanca (1966), o teto é de madeira fasquiada e dividido em seis caixotões lisos.

Na parede sudeste do Refeitório, havia um tríptico⁴⁴ de óleo sobre madeira, representando *Última Ceia*, (ao centro) e *Santa Clara* e *São Francisco* (nas laterais) (ver Anexo 49- Fig.49, p. LIX). As três obras foram repintadas posteriormente, possivelmente por uma religiosa e perderam a originalidade (Espanca, 1966). O tríptico atualmente está na nave lateral sudeste da Sé de Évora (ver Anexo 50- Fig.50, p. LX), e foi concluído originalmente por Pedro Nunes em 1620. Na escada que permite o acesso ao púlpito do Refeitório, há azulejos de “Figura Avulsa” do século XVIII (Gomes, 2011) (ver Anexo 51- Fig.51, p. LXI).

Na parede externa do Refeitório, há uma fonte de mármore branco (ver Anexo 52- Fig.52, p. LXII), contendo uma gárgula em forma de *putti*, também em mármore, e uma moldura de azulejos “Padrão” policromados nas cores amarela, branca e azul. Segundo Gomes (2011), estes azulejos começaram a ser utilizados no século XVII; sendo assim, podemos comprovar que esta fonte é do século XVII. A fonte servia para as religiosas lavarem as mãos, antes de entrarem no Refeitório. Defronte a essa fonte, havia duas capelas (ver Anexo 53- Fig.53, p. LXIII) no vão entre os pilares do Claustro. Não existe documentação que comprove quando que essas capelas foram construídas, no entanto, elas foram demolidas antes de 1960.

Do outro lado do Claustro, na ala leste, se localiza uma pequena capela abobadada com azulejos de “figura avulsa” (ver Anexo 54- Fig.54, p. LXIV), do século XVIII (Gomes, 2011). A Cozinha (ver Anexo 55- Fig.55, p. LXV) está localizada a norte do Refeitório e tem uma porta de acesso e uma janela passa-pratos. A pia de mármore e os azulejos na cor verde irisado e branca são originais. Segundo Gomes (2011), estes azulejos de padrão “xadrez” foram desenvolvidos até ao final do século XVI, o que sugere pertencerem à construção original. Ao lado da Cozinha, está localizada a Despensa, uma pequena sala retangular, que continua sendo utilizada com o mesmo propósito. Próximo da Despensa, por baixo da torre Fernandina, há uma sala que na época da *Casa de Trabalho de Nossa Senhora do Rosário de Évora*, funcionava como Lavandaria. Não se sabe a função original desta sala (ver Anexo 56- Fig.56, p. LXVI).

Ao lado da Cozinha, no lanço oeste do claustro, há um corredor com dois longos bancos em granito revestidos por azulejos “Padrão” policromados nas cores amarela, branca e azul, do século XVII. Esse “corredor” na realidade era uma Antessala (ver Anexo 57- Fig.57, p. LXVII) onde as religiosas se acomodavam antes de entrarem no Refeitório, podendo ser interpretado como uma casa de fresco (durante os verões quentes) para as religiosas. Ao lado dessa Antessala, se localiza uma pequena sala retangular, que atualmente funciona como segundo refeitório (ver Anexo 58- Fig.58, p.

⁴⁴ Conjunto de três pinturas.

LXVIII). O teto é similar ao da Sala Capitular, constituído por esteiras lisas de carvalho, como na sala seguinte. Não se sabe a função original desta sala. Ao lado dessa sala, há uma sala (ver Anexo 59- Fig.59, p. LXIX) que está posicionada simetricamente com a Sala Capitular, e possui também uma coluna toscana, com capitel renascentista. Não se sabe a função original desta sala, parecendo-nos que a parede divisória entre esta sala e a anterior é posterior à construção inicial. Atualmente ela é uma sala de apoio à sala de arrecadação. O Pátio da Lavação, localizado no claustro⁴⁵ do Convento, está junto à muralha na fachada noroeste e apresenta uma fonte com gárgula zoomórfica de mármore (Santos, 2014) (Anexo 60- Fig.60, p. LXX). Ainda no primeiro piso, há uma sala em que na época das religiosas, era utilizada como Enfermaria⁴⁶. Ela foi encomendada por D. João IV, em 1682 (Barata, 1899). A sala da Enfermaria localiza-se na extremidade norte do Convento, possui uma abóbada de volta perfeita, e passou a ser utilizada como ginásio no período da *Casa de Trabalho de Nossa Senhora do Rosário de Évora*. Ao lado da Enfermaria, há uma antessala, que não há documentação que comprove qual foi a sua função original; no entanto, ela era provavelmente a botica do convento, devido a sua proximidade com a Enfermaria (ver Anexo 61- Fig.61, p. LXXI). Possui três nichos em duas paredes, os quais poderiam ser usados para armazenar os medicamentos.

No segundo piso, a dependência mais extensa do Convento, é o Dormitório (ver Anexo 62- Fig.62, p. LXXII). De planta retangular, localiza-se na extremidade sul do Convento, contendo teto de madeira fasquiada, de carvalho, com caixotões triangulares e em alto relevo. As suas janelas são grandes, mas não é possível avistar a via pública.

Por baixo do Dormitório, no primeiro piso há uma sala que era utilizada até a extinção do Convento, como Rouparia (ver Anexo 63- Fig.63, p. LXXIII). Atualmente esta sala não tem mais uso, estando cedida aos escuteiros.

Adjacente ao Dormitório, há uma sala que na época da *Casa de Trabalho de Nossa Senhora do Rosário de Évora*, funcionava como Sala de Leitura. Não há documentação que comprove qual era a utilização original desta sala. Atualmente o teto está oculto por um teto falso (forro de PVC). O piso de parquet também não é original. Esta sala possui uma varanda que se abre para a horta. O destaque desta varanda são os colunelos em mármore no estilo manuelino. Atualmente a Sala de Leitura não é usada (ver Anexo 64- Fig.64, p. LXXIV).

Em frente ao Dormitório, à nordeste, localiza-se o Coro alto (ver Anexo 65- Fig.65, p. LXXV). Dependência retangular e concluída no final do século XVI, o Coro alto é coberto por um teto de

⁴⁵ Pequeno claustro.

⁴⁶ Não tivemos acesso à designada Enfermaria, pois não nos foi permitido o acesso.

caixotões de linhagem pintada e figurada por: atributos sacros da Ordem de Santa Clara; Brasão de armas reais de Portugal; Província Franciscana dos Algarves, e os sagrados *Corações de Jesus e Maria*, em obra vulgar do final do século XVIII (Espanca, 1966). O cadeiral do Coro, em carvalho, é composto de vinte e oito assentos esculpidos em lavramento floral e foi encomendado por D. João IV, um dos únicos existentes atualmente em Évora, e em estado de degradação. Na parede noroeste, há uma grande grade de ferro fundido, com espigões voltados para a nave da Igreja, contendo uma portinhola no centro (comungatório para as religiosas) (Espanca, 1966). Ao redor da grade de ferro há duas capelas colaterais. Na capela da direita, realizada em 1590, há uma pintura em tábua da *Assunção da Virgem*, em estilo maneirista (século XVI), emoldurada por pilastras estriadas pintada à fingidos, realizada pelo pintor Simão Rodrigues. Já a capela da esquerda, de 1750, é em talha dourada e contém um sacrário. Adjacente ao sacrário, há uma pintura a fresco de *São Francisco*, do início do século XVII (Espanca, 1966).

É importante salientar que o Coro das religiosas e o altar da Igreja “rivalizavam entre si, no que se respeita à intensidade dos elementos decorativos e na utilização de iconografia” (Urbano, 2007, p.42), ou seja, nas duas igrejas (interior/exterior) havia ornamentação nas capelas, paredes e tetos, como também, pinturas de imagens de santos. O Coro era o local da igreja que simboliza espacialmente a posição privilegiada das religiosas, como local de destaque e honra. Nesse local, as religiosas participavam nos serviços sagrados, recitavam o Ofício Divino e o Rosário, reuniam-se para a missa e para a oração meditativa (Urbano, 2007).

No lado oposto do dormitório, mais precisamente na ala noroeste do convento, localiza-se a Capela do Baptismo (ver Anexo 66- Fig.66, p. LXXVI), contendo na parede do altar, uma mistura de azulejos barrocos variados na cor azul e branca; e no arco, há estuques com Ponta de Diamante, do final do século XVI (Gomes, 2011).

Na extremidade oeste do edifício, adjacente à torre Fernandina, localiza-se um conjunto de divisões que abrigava um segundo Dormitório, utilizada durante a *Casa de Trabalho de Nossa Senhora do Rosário de Évora*. O segundo Dormitório (ver Anexo 67- Fig.67, p. LXXVII) provavelmente foi idealizado para acolher um número crescente de raparigas, dado que com a secularização do convento, havia apenas doze raparigas (Barata,1899), e após a nova função de *Casa de Trabalho de Nossa Senhora do Rosário de Évora*, o edifício abrigou até quarenta e cinco jovens⁴⁷; obras já do século XX acabariam por o adequar, com quartos particulares, possivelmente para uso das irmãs encarregadas da

⁴⁷ Conforme consta na fotografia recolhida no Convento do Calvário em 1968 (ver Anexo 27- Fig.1).

Casa de Trabalho. O acesso para a torre Fernandina⁴⁸ é garantido por esta ala. Não há documentação que indique qual foi o uso original desta ala.

As casas de banho se localizam em diferentes alas do segundo piso, sendo uma na ala leste do edifício, e a outra na ala oeste. Podemos constatar que as duas casas de banho foram instaladas em pontos estratégicos do edifício, pois as duas estão nas proximidades dos dois dormitórios. Não se sabe aonde localizavam-se as latrinas originais do Convento, no entanto, é possível que tenha sido no mesmo local da casa de banho construída no século XX, nas proximidades do Dormitório original (Anexo 68- Fig.68, p. LXXVIII)

Localizada mesmo por cima da antiga Enfermaria, há uma sala que na época da *Casa de Trabalho de Nossa Senhora do Rosário de Évora*, era utilizada como Rouparia⁴⁹ (Anexo 69- Fig.69, p. LXXIX). Importa lembrar que a Enfermaria e a Rouparia estão situadas junto a um troço da muralha quatrocentista. Não há documentação que comprove qual era a função original desta sala, no entanto, ela foi construída em 1682, assim como a Enfermaria.

Ao lado da sala da Rouparia está localizada a Sala de Costura⁵⁰ (Anexo 70- Fig.70, p. LXXX), utilizada para este fim durante a *Casa de Trabalho de Nossa Senhora do Rosário de Évora*. Não há documentação que comprove qual era a função original desta sala, dado que a Rouparia original se localizava por baixo do Dormitório original.

No terceiro piso parcial, existem duas pequenas capelas, onde eram realizados retiros espirituais na época das religiosas. A Capela de *São João Baptista* (Anexo 71- Fig.71, p. LXXXI), de planta retangular, localizada por cima da Capela do Baptismo, é completamente revestida em azulejo azul e branco, de motivos florais e albarradas. Ela foi concluída no final do século XVII. O teto possui painel policromado, quadrangular, com o desenho de dois *Anjos Adorando a Eucaristia*. Nesta obra de arte, a águia real coroada está sob a Custódia⁵¹, e ao seu lado, estão símbolos celestes. O cornijamento apresenta vestígios de pinturas murais, com ornamentos barrocos; e o altar, possui um retábulo do *Baptismo de Cristo*. As paredes das pequenas escadas de acesso à capela, estão revestidas de azulejos monocromáticos, com albarradas (Espanca, 1966). Foi nessa capela que a D. Isabel Juliana de Sousa Coutinho, conhecida como “*Bicho de Conta*”, viveu.

⁴⁸ Não tivemos acesso ao interior da Torre, pois não nos foi permitido o acesso.

⁴⁹ Não tivemos acesso à designada Rouparia, pois não nos foi permitido o acesso.

⁵⁰ Não tivemos acesso à designada Sala de Costura, pois não nos foi permitido o acesso.

⁵¹ A Custódia refere-se à Santa Clara. A maioria das imagens de Santa Clara é apresentada com a Santa segurando uma Custódia.

A outra capela, é a capela localizada por cima do Dormitório, dedicada à *Sagrada Família*⁵² (Anexo 72- Fig.72, p. LXXXII), com um altar ornamentado pelas pinturas de *Santa Ana e São Joaquim*. O teto é estucado, e possuía uma composição a fresco da glorificação dos luminares da Igreja: *São Francisco e São Domingos de Gusmão*, além dos seus emblemas. É rococó e é datada do ano de 1789 (Espanca, 1966).

Na parte sudoeste do edifício, alonga-se a grande cerca, na qual permanece uma capela barroca datada de 1696 (Anexo 73- Fig.73, p. LXXXIII), e alguns pontos da antiga *Via Sacra*, na parte interna da muralha quatrocentista (Anexo 74- Fig.74, p. LXXXIV). Atualmente esta capela é usada pelo Corpo Nacional de Escutas.

Segundo Alves (2013), a horta (Anexo 75- Fig.75, p. LXXXV), que localiza-se dentro da cerca dos conventos, era algo fundamental para a vida na clausura, visto que era nesse lugar que provinha a maioria da subsistência das religiosas. O grande muro da cerca promovia um limite do espaço do convento, separando-o do mundo exterior. Além de ser um espaço destinado ao cultivo de hortícolas e à criação de animais para o consumo, era também formado por grandes áreas ajardinadas, contendo tanques, capelas, bancos e pergolados (Alves, 2013).

Em síntese, analisando arquitetonicamente, e embora a clausura tenha sido o conceito principal da construção, a maioria das dependências convergiam para o claustro, proporcionando diariamente a contemplação e uma leve sensação de conexão com o exterior.

O projeto inicial foi claramente pensado para se adequar aos limites da muralha quatrocentista. Por este motivo, a planta arquitetônica foi planeada para que a construção aproveitasse o máximo do terreno possível, e a sua cerca foi prolongada de acordo com a linha da muralha.

O Convento, inaugurado em 1574, foi sofrendo adições em acabamentos, novas salas, adições em termos decorativos (talha, azulejaria, pintura, estuque), pelo menos nos dois séculos seguintes (Anexo 76- Fig.1, Fig.2, Fig3, p. LXXXVI)

A Igreja, merece destaque especial, pois foi construída a partir de um projeto arquitetônico e artístico elaborado, contendo um exuberante retábulo barroco em talha dourada, ladeado por azulejos policromados de diferentes motivos e estilos.

2.6.1. Materiais de Construção e Técnicas construtivas do Conjunto Edificado

Para a realização de uma intervenção numa edificação, é imprescindível ter conhecimento das tecnologias construtivas que foram utilizadas na sua construção. A caracterização dos materiais e

⁵² Não tivemos acesso à essa capela.

sistemas construtivos foi realizada a partir da observação dos elementos existentes no conjunto edificado.

Observamos que os principais materiais que estão presentes nesta edificação são o granito, o mármore, o adobe e a madeira. O granito (cor cinza) é observado em pilastras, pilares, plintos, vergas e aduelas de vãos, arcos (da abóbada de berço da igreja), contrafortes, gárgulas e mísulas. Segundo Santos (2014), o mármore regional (cor branca) está presente em elementos secundários e ornamentais, como as fontes, o púlpito, os balaústres (na igreja) e a escada da igreja. Os únicos pilares em mármore presentes no conjunto edificado são os dois colunelos em estilo manuelino da varanda da designada Sala de Leitura, e os quatro pilares que sustentam o coro externo na igreja. Importa referir que estes últimos quatro pilares possuem o corpo e a base em mármore branco, e os capitéis em mármore rosa. Todas as paredes do conjunto edificado foram levantadas com adobe. O adobe⁵³ é tanto um material, como uma técnica construtiva, e foi utilizado predominantemente nas paredes da edificação. A madeira é observada nas estruturas de cobertura, em pavimentos e nos tetos falsos.

Outros materiais argilosos também possuem expressão nesta edificação, fazendo parte dos sistemas estruturais, como os tijolos maciços presentes em praticamente todos os arcos da edificação e nas abóbadas da igreja.

2.6.2. Intervenções efetuadas pela DGEMN

A extinta Direção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) realizou obras de conservação e restauro no Convento do Calvário entre os anos 1953 e 1961. A intervenção de 31 de outubro de 1953⁵⁴ teve lugar na igreja, nos tetos de algumas dependências e na instalação de duas casas de banho no primeiro piso, próximo ao claustro, para servir aos visitantes.

A igreja possuía manchas de infiltrações de água na abóbada; alguns azulejos haviam caído da parede e algumas partes de madeira precariamente presas por arame do retábulo-mor desprenderam-se da estrutura e caíram no chão. Sendo assim, houve reparação nos telhados da igreja e nas manchas de infiltração da abóbada. Os azulejos das paredes foram recolocados. O retábulo-mor necessitou ser desmontado e algumas peças que faltavam foram substituídas por novas. Algumas dependências⁵⁵ sofreram infiltrações nos seus tetos, os quais foram reparados.

⁵³ São espécies de tijolos onde se utiliza terra crua, palha e água na sua constituição, moldados em fôrmas por processo artesanal.

⁵⁴ Ver o processo PTDGMN:DSARH-010/092-0709 (*Obras de reparações no antigo Convento de Santa Helena do Monte Calvário, em Évora*) no site SIPA.

⁵⁵ Não foi mencionado o nome das dependências.

Por sua vez, a intervenção de 16 de maio de 1961⁵⁶ teve lugar no telhado do dormitório, onde dormiam as raparigas, que se encontrava bastante arruinado, causando inúmeras infiltrações. Assim sendo, foram substituídos os barotes de pinho por outros também de pinho, assim como a limpeza de todos os telhados do conjunto edificado.

Vale sublinhar, que na intervenção realizada em 1953 pela DGEMN, é possível que a parte que havia caído e foi substituída por uma nova, tenha sido o elemento decorativo, localizado por baixo do *Brasão das armas reais da Infanta D. Maria*, sendo um busto de um querubim ladeado por acantos estilizados (Anexo 84- Fig.84, p. XCVI), onde é perceptível que o acanto lateral direito foi substituído por um novo, e não foi folheado a ouro como o original.

2.6.3. Estado de conservação do conjunto edificado

A avaliação do estado de conservação é resultado da observação de visitas ao complexo religioso, realizadas em outubro de 2018 e em agosto de 2020. Procuramos analisar e registrar as anomalias mais evidentes identificadas por meio da inspeção visual, para poder realizar uma proposta metodológica de intervenção no conjunto edificado. Importa lembrar que na realização destas visitas, utilizamos de observação criteriosa e principalmente com uma abordagem arquitetônica deste complexo religioso.

De um modo geral, o Convento do Calvário está em débil estado de conservação, contendo bens de valor histórico e artístico em risco de colapso, devido a insuficientes manutenções preventivas e ocorrências de infiltrações na cobertura. Outras áreas vão se degradando com o tempo devido à falta de manutenção e conservação. Estes são fatores que contribuem para acelerar o processo de degradação, e que se não houver uma intervenção a curto prazo, poderá ocorrer uma perda irreparável.

Apresentaremos a seguir os elementos do conjunto edificado que estão em pior estado de conservação, sendo prioritários para uma ação de intervenção.

⁵⁶ Ver o processo PTDGEMN:DSARH-010/092-0699 (*Convento do Calvário: obras de conservação*) no site SIPA.

2.6.3.1. Coberturas:

Sala de Leitura e Refeitório

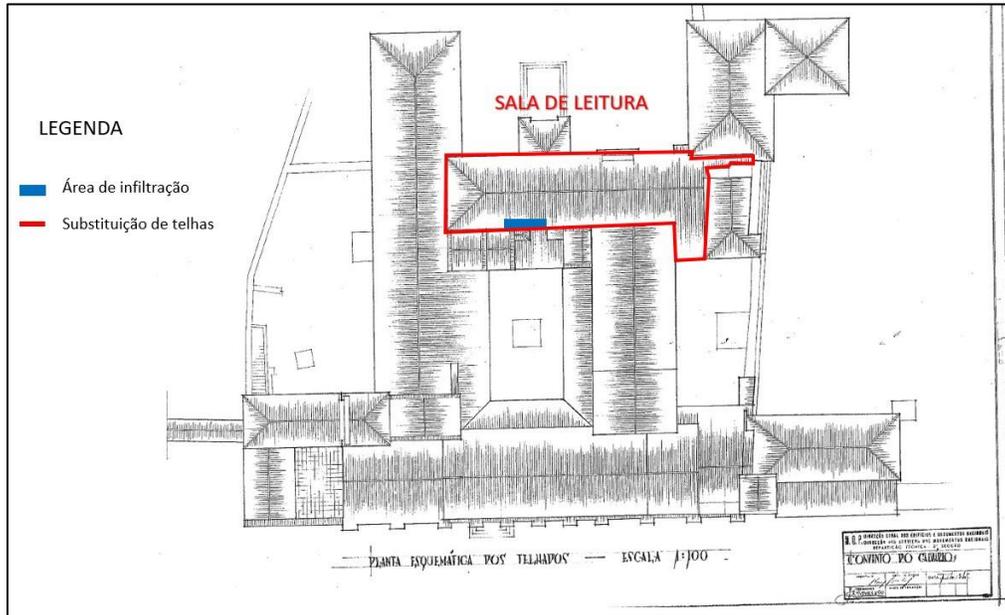


Fig. 7 Cobertura da Sala de Leitura.

Fonte: Elaboração própria sobre a Planta SIPA DES.00000899.

Dentre as coberturas do conjunto edificado, há dois pontos com anomalias graves: na antiga Sala de Leitura, e na igreja. No telhado da antiga Sala de Leitura, há uma infiltração grave, que permitiu que a água escorresse pela parede, ultrapassasse o pavimento, e atingisse o Refeitório, localizado no piso inferior. Foi danificada uma significativa percentagem do pavimento em *parquet* da Sala de Leitura, como também o forro do teto em madeira fasquiada do Refeitório.



Sala de Leitura



Refeitório

Fig. 8 Infiltração na Sala de Leitura e no Refeitório.

Fonte: Elaboração própria (agosto de 2020).

Igreja e Capela-mor

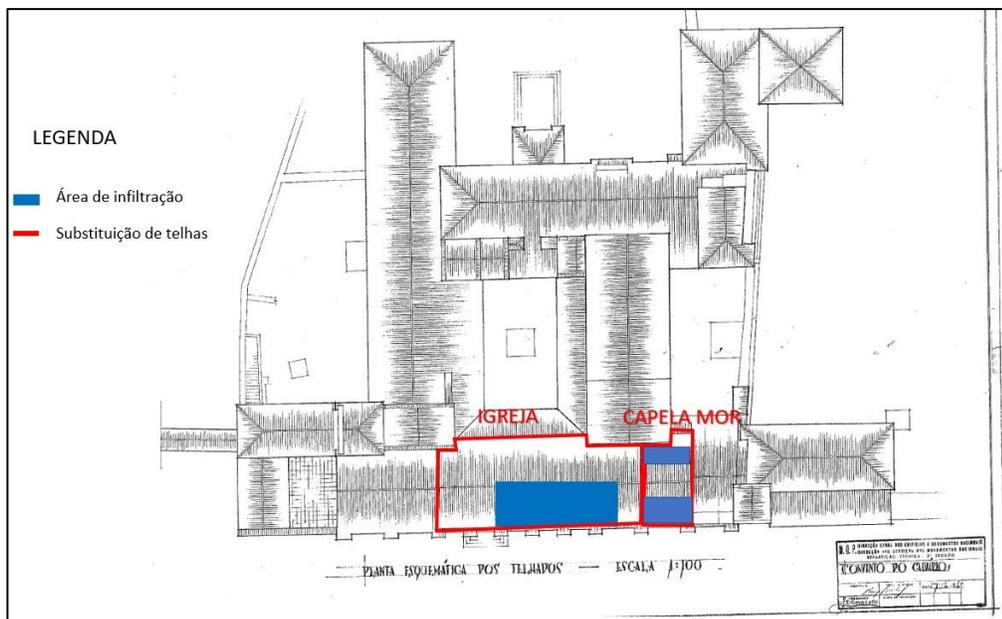


Fig. 9 Infiltração nas coberturas da Sala de Leitura e do Refeitório.

Fonte Elaboração própria sobre a Planta SIPA DES.00000899.

Na igreja, há duas infiltrações: na abóboda do corpo da igreja e na abóboda da Capela-mor. A infiltração da abóboda da igreja causou o destacamento da pintura (branca) dos caixotões em estuque (Anexo 77- Fig.77, p. LXXXIV).

Por outro lado, na abóboda da Capela-mor, além de haver uma infiltração que destacou partes da cornija de estuque e formou lacunas na pintura mural (restando apenas 1/3 da pintura mural) (Anexo 78- Fig.78, p. XC), há uma fissura longitudinal que atravessa o intradorso da abóboda, e segue até a clave do arco de granito (portal da Capela-mor) (Anexo 79- Fig.79, p. XCI).

Coro alto

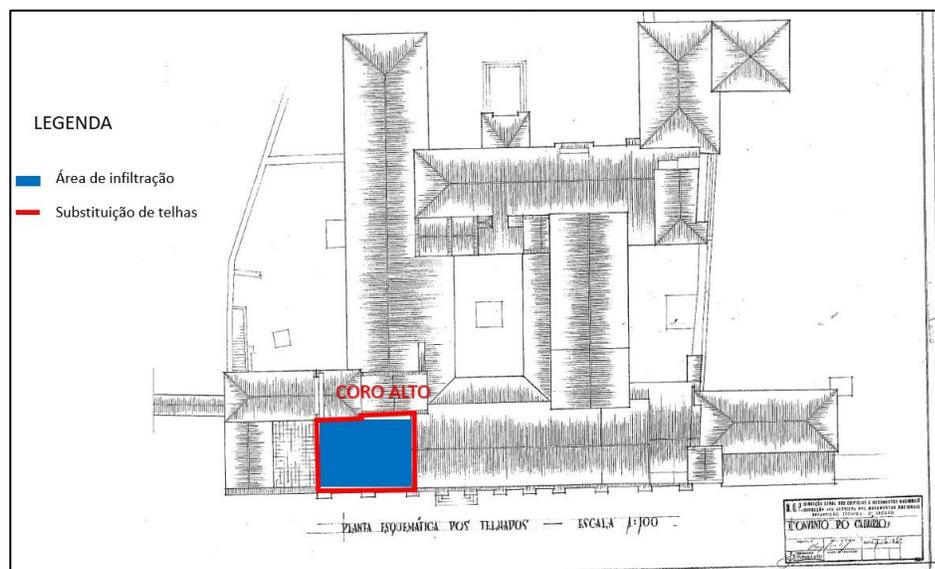


Fig. 10 Infiltração na cobertura do Coro alto.

Fonte: Elaboração própria sobre a Planta SIPA DES.00000899.

No Coro alto, há uma série de anomalias devido a infiltração de água no telhado e por falta de conservação, como alguns painéis de madeira, que se desprenderam das paredes; elementos estruturais de uma das capelas que ruíram, e o mais crítico - o teto de caixotões, que corre risco de colapso, caso não venha a ser reparado a curto prazo. O cadeiral do coro apresenta partes apodrecidas devido a infiltração do teto.

O teto de caixotões é constituído por vigas de madeira que sustentam tábuas, que foram pintadas originalmente no final do século XVIII. Importa referir que mesmo havendo essas vigas de madeira, há ainda por cima delas uma asna, também em madeira, que está coberta pelas telhas. A

superfície das tábuas cromáticas está muito manchada, devido à humidade, e uma zona das tábuas onde há mais entrada de água, apodreceu e ruiu (Anexo 80- Fig.80, p. XCII).

2.6.3.2 Retábulo da Capela-mor



Fig. 11 Brasão das armas reais da Infanta D. Maria em estado de risco de queda.
Fonte Elaboração própria (agosto de 2020).

O *Brasão das armas reais da Infanta D. Maria*, localizado no ático do retábulo da Capela-mor (peça de grande valor artístico e histórico), está prestes a desabar, por estar praticamente desligado do elemento estrutural de suporte. Esta situação originou-se possivelmente devido ao enfraquecimento dos elementos de fixação (pregos) utilizados.

2.6.3.3. Antessala do Refeitório



Fig. 12 Desagregação do reboco na parede da Antessala do Refeitório.
Fonte: Elaboração própria (agosto de 2020) / Elaboração própria sobre a Planta SIPA DES.00000897.

Na parede da Antessala do Refeitório, ocorreu uma desagregação do reboco, devido a humidade por capilaridade.

2.6.3.4. Acesso à Escada

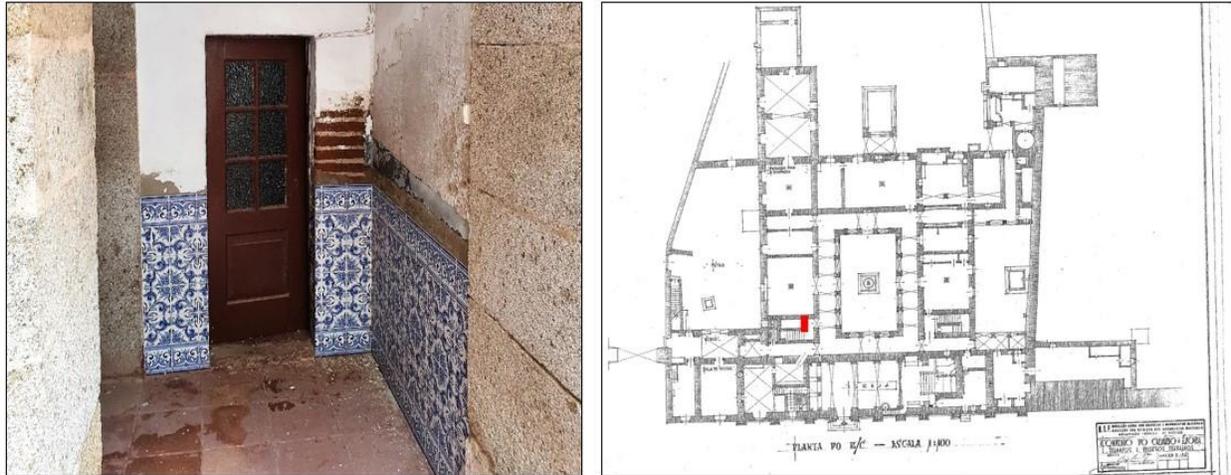


Fig. 13 Parede de acesso à escada com desagregação do reboco.

Fonte: Elaboração própria (agosto de 2020)/ Elaboração própria sobre a Planta SIPA DES.00000897.

No acesso para a escada, ao lado da Sala do Capítulo, ocorreu uma desagregação do reboco numa parede, devido a humidade por capilaridade.

Estes detalhes das anomalias mais evidentes e identificados por meio de inspeção visual, trazem uma noção do estado atual do conjunto edificado.

Por fim, vale destacar que este Convento se distingue dos demais conventos clarissas de Évora por ter sido regido sob a mais rigorosa *Regra* de Santa Clara, nesse sentido a importância histórica reside na construção de uma identidade peculiar que trouxe para Évora significativa contribuição cultural. Constatamos ainda que o Convento encontra-se em débil estado de conservação, o que indica uma urgente necessidade de intervenção de conservação e restauro na sua estrutura arquitetónica e em seus bens materiais.

No capítulo seguinte, analisaremos o enquadramento dos valores culturais do Convento do Calvário. A sua identificação como património arquitetónico será essencial para a definição de uma metodologia de intervenção que respeite os valores culturais em presença e que mitigue a alteração dos valores materiais deste lugar.

Capítulo 3 - O Convento de Santa Helena do Monte Calvário e o seu valor patrimonial

Neste capítulo, analisaremos a importância de diferentes valores culturais do Convento do Calvário em Évora, nomeadamente valores históricos, arquitetónicos, culturais, artísticos e religiosos.

O objetivo deste capítulo pode suscitar a questão do porquê analisar estes valores. Essa questão pode ser respondida pelo fato de que a nossa proposta de investigação pretende o resgate histórico de um patrimônio monástico-conventual situado numa cidade que é Patrimônio Mundial, e daí o seu valor, pois consideramos os valores como referências indispensáveis para uma análise histórica mais precisa.

Valor é pesquisado e conceitualizado em diferentes áreas do saber, sendo propósito de abordagens da filosofia, sociologia, história, economia entre outras áreas. Valorizar algo é segundo Aranha (1998), uma experiência fundamentalmente humana que se encontra no centro de toda escolha de vida, ou seja, atribuir um valor a alguma coisa é não ficar indiferente a ela. Portanto, a não-indiferença é a principal característica do valor.

Etimologicamente “valor” do latim *valere*, segundo Pedro (2014), apresenta-nos a ideia daquilo que vale (ou de merecimento), de robustez, força e poder de um objeto (bem) que se impõe primordialmente à consciência do sujeito. Ainda segundo esta autora, o valor é algo possível de se experienciar, ou seja, é possível vivenciar um valor em particular.

Assim a vivência do valor é experienciada como um fenômeno que se apresenta à consciência com um acontecimento que nos é dado. Podemos dizer que valores são crenças compartilhadas por determinada cultura e que podem se intensificar ao longo do tempo.

Entendemos que o valor potencializa-se quando ele é vivido como algo “valioso”, ao qual foi dada uma preferência maior no seu grau de importância quando comparado aos demais

Sobre a temática “valor”, Foucault (2016) levanta as significativas questões que auxiliam a reflexão que se pretende neste trabalho. Este autor questiona por que é que umas coisas valem mais que as outras? E ainda como se pode estabelecer o valor de uma determinada coisa e por que se pode garantir que ela vale tanto?

Na tentativa de se refletir sobre essas questões, Pedro (2014) indica que quando pensamos em valores estamos a referir-nos mais a “entes valiosos” ou a ideia do “bem”, do que propriamente valores. Assim, o “bem” possui determinadas qualidades reais e objetivas que podem satisfazer as necessidades do sujeito, ou seja, os valores constituem uma resposta às necessidades sentidas pelo sujeito, daí a importância para a transformação da realidade. Importa lembrar que a referência ao sujeito aqui descrita não pretende indicar só o sujeito individual, mas ao sujeito como pertencente ao gênero humano, com características supraindividuais.

Entendendo dessa forma, podemos perceber os valores como “apreciáveis” ou até mesmo “admiráveis”, por isso a indignação coletiva quando espaços arquitetônicos históricos são destruídos quer pela ação humana ou por fenômenos naturais. Dentro dessa indignação coletiva também se encaixa a falta ou pouca ação de preservação do patrimônio, tanto histórico quanto ambiental.

Na Grécia antiga, o conceito de valor era entendido e até compreendido como algo geral sem compartimentações ou divisões, mas a partir da especialização nos estudos, foram aparecendo diferentes tipos de valores relacionados com diferentes áreas científicas (Abbagnano, 2007). Como conceito, “valor” teve o maior estudo e reflexão na época da Filosofia Clássica, desde a Antiguidade esse conceito foi usado para indicar a utilidade ou o preço dos bens materiais e a dignidade das pessoas. Contudo, segundo Abbagnano (2007), o significado filosófico ganha outro sentido quando os filósofos gregos entendiam “valor” como qualquer contribuição para uma vida segundo a razão. Este autor descreve ainda que a mediação entre realidade e os valores é entendida como o “sentido”, ou seja, o sentido é a referência da realidade, por meio da qual os valores ingressam na história e são atribuídos pelo homem. Nessa óptica, a história é a força que acaba gerando determinações dos valores e determinando significados para o homem.

De acordo com Argan (1998), são os homens que acabam atribuindo valor às "pedras", logo cabe aos que se dedicam ao campo da história da arte (incluem-se aqui os arquitetos e historiadores) explicar o significado específico dos fatos artísticos, através da atribuição de valores. No entanto, tais valores têm atribuição subjetiva e não estão isentos de influências da realidade histórica em que vivemos.

Assim, esperamos que a análise histórica do Convento do Calvário, bem como dos valores que representaram e representam esta instituição para a nossa cultura (e concretamente para a cidade de Évora) possam contribuir para definir o tipo de intervenção de salvaguarda a implementar nesse patrimônio histórico e religioso.

Nesse sentido, a seguir descreveremos os valores que orientarão esse trabalho. Valores que, apesar de apresentarem certa semelhança, consideramos necessária a reflexão de determinados particularismos, pois entendemos que se enquadram no conjunto de valores do patrimônio aqui pesquisado, ou seja, do Convento do Calvário em Évora.

3.1 Valor histórico-arquitetônico

Patrimônio, palavra de origem latina *Patrimonium* era muito utilizada pelos antigos romanos e referia-se a tudo o que pertencia ao pai de família; logo, naquela época, além dos bens

móveis e imóveis, mulheres e escravos também faziam parte do patrimônio transmitido inclusive em testamento. Considerando que a maioria da população romana naquela época, não era proprietária, podemos concluir que se tratava de uma transmissão de valores patriarcais.

Ao realizar a tentativa de percorrer na questão do “sentido” histórico do patrimônio, é necessário compreender que ele esteve presente na cultura de inúmeras sociedades, divulgado como um elemento criador de identidade na sociedade. Assim, o patrimônio histórico insere-se na cultura que passa a dar significados, orientando inclusive futuras ações humanas, transmitindo para as gerações futuras o entendimento do ser humano e da história, daí o seu valor singular.

Segundo Lemos (1981), devemos preservar o patrimônio para “Garantir a compreensão de nossa memória social preservando o que for significativo dentro de nosso vasto repertório de elementos componentes do Patrimônio Cultural” (Lemos, 1981, p.29). E acrescenta:

Assim, preservar não é só guardar uma coisa, um objeto, uma construção, um miolo histórico de uma grande cidade velha. Preservar também é gravar depoimentos, sons, músicas populares e eruditas. Preservar é manter vivos, mesmo que alterados, usos e costumes populares. É fazer, também levantamentos de qualquer natureza, de sítios variados, de cidades, de bairros, de quarteirões significativos dentro do contexto urbano. É fazer levantamentos de construções (...) (Lemos, 1981, p.29).

Nesse sentido, preservar o patrimônio é uma ação que potencializa o conhecimento humano sobre a sua construção histórico-cultural. Podemos considerar inclusive o ato de preservação como um ato educativo, ou seja, o sentido de preservação do patrimônio apresentado por Lemos (1981) sugere indiretamente a necessidade ou possibilidade de inserir essa temática num processo de construção do conhecimento.

O valor atribuído ao patrimônio enquanto sentido cultural ou enquanto símbolo de um determinado país é digno de proteção e cuidado, num inventário dos lugares onde a história se materializou, orientando assim a difusão de sua história aos jovens bem como o entendimento do homem e da história no seu próprio tempo (Hartog, 2013).

Atualmente, preserva-se muito atendendo às reivindicações do capital, que inflaciona inclusive o seu lucro pelo turismo e não para perpetuar a memória, ocorrendo assim uma espécie de deturpação do valor do patrimônio e da justificação para a sua preservação. Sobre essa questão, Lopis (2017) indica que “são criados cenários exóticos que, em muitas ocasiões, chegam à artificialidade,

culminando em um preservacionismo cultural de conveniência” (Lopis, 2017,p.11), ou seja, deturpando o sentido de preservação do patrimônio que entendemos como influenciador de ressignificações sobre novos olhares culturais e históricos.

Segundo Le Goff (2000), Pollak (1989) e Funari (2009), a relevância da Preservação do Patrimônio Histórico está intimamente ligada a memória coletiva e a memória individual, pois é através delas que nos norteamos para compreender o passado, a conduta de um determinado grupo social, região, cidade e nação. A preservação (coletiva ou individual) da memória também contribui para a formação da identidade de um grupo ou de uma comunidade, resgata raízes culturais e históricas e está ligada a formação cultural e econômica de um povo.

De acordo com Le Goff (2000), a memória acaba por determinar uma relação entre as gerações e o tempo histórico que as segue. Desta forma, essa relação possibilita que essas gerações passem a encarar-se como sujeitos da história, que possuem assim um sentimento de que são capazes de construir a história, preservando e valorizando o patrimônio histórico. A perspectiva de análise de Pollak (1989) segue a mesma linha pois considera a memória no sentido não pelo que ocorreu somente no passado, mas no tempo presente e nos seus conflitos.

Consideramos a memória da arquitetura urbana como exercendo o papel fundamental de reproduzir as experiências construídas por uma sociedade, incluindo visão de mundo, influências religiosas, cultura, educação, entre outras.

Por fim, importa destacar que a temática *valor histórico do patrimônio* encontra possivelmente uma mais profunda análise, na obra de Alois Riegl (1858-1905), “O culto moderno dos monumentos”. Obra escrita em 1903, consideramos que é de fundamental importância para analisar e compreender as questões relativas à defesa e conservação dos monumentos históricos.

Riegl recebeu ainda em 1902 a incumbência de reorganizar e refazer a legislação de conservação dos monumentos históricos da Áustria, orientando a condução de políticas de conservação do patrimônio. A obra está baseada no reconhecimento por parte da sociedade, dos inúmeros valores históricos, culturais e artísticos dos monumentos. Segundo o Riegl (1999), esse reconhecimento se transforma em culto, conceito que veio evoluindo em nossa história recente.

Na sua análise, Riegl (1999) parte do princípio de que todo o monumento de arte é monumento histórico, bem como todo monumento artístico é também um monumento histórico, pois ambos apresentam um *valor de rememoração*; valor que se aproxima à memória individual e à coletiva.

Diante das considerações apresentadas nesse subcapítulo, podemos compreender com clareza o valor histórico-arquitetônico do Convento do Calvário para a cidade de Évora. Antes de apresentar o valor do Convento, é de grande relevância mencionar o valor da cidade em que ele está situado. O

Centro Histórico de Évora é classificado como Patrimônio da Humanidade desde 1986, segundo os critérios de classificação II e IV. De acordo com o critério II, “A paisagem urbana do Centro Histórico de Évora é um local único para a compreensão da influência da arquitetura portuguesa no Brasil, em locais como o Centro Histórico de Salvador da Bahia” (UNESCO, 2021). Logo o critério IV, consta que “O Centro Histórico de Évora é o melhor exemplo de uma cidade da época de ouro de Portugal após a destruição de Lisboa pelo terramoto de 1755” (UNESCO, 2021).

Inserido no Centro Histórico da cidade de Évora, o Convento do Calvário, além de ser classificado como Monumento Nacional desde 1922, apresenta particularidades que potencializam os seus valores histórico-arquitetônicos, tais como: a fundação pela Infanta D. Maria em 1574, a primeira planta do Convento ter sido traçada pelo Cardeal D. Henrique, o conjunto edificado ter sido um dos poucos afetados pela Guerra da Restauração, a sua relação com a muralha fernandina, e o fato de ser um dos conventos que subsistem na malha urbana da cidade que até aos dias de hoje se encontra, em termos arquitetônicos, mais fiel ao projeto para que foi concebido - espaço conventual. Sendo assim, indicamos o seu valor, no sentido de defender sua preservação.

3.2. Valor religioso

De acordo com Marujo (2005), a religião tem o intuito de aproximar pessoas ao transcendente, admite a ligação de dois elementos fundamentais: o homem e a fé. O homem que tem sede de cultura e busca as suas histórias e valores, e a fé, muitas vezes enraizada que impele as pessoas para o descobrimento de sua identidade e cultura. Essa união ou esse vínculo entre a natureza e a divindade, veio ao longo da história da humanidade se materializando em espaços criados pelo homem como o santuário, ou templo. Locais valorizados pela comunidade primitiva para a união entre o sagrado (ar) e o consagrado (solo). Pelo seu valor, esses espaços considerados sagrados tinham lugares centrais na arquitetura dos povoados. Em inúmeras religiões, o culto ao sagrado também se vinculava aos ancestrais que além de respeitados, também poderiam representar a intercessão junto aos deuses em nome dos descendentes.

Sobre a importância desse lugar sagrado, Chaui (2000) aponta que na “religião judaica, quando Jeová doa ao povo o lugar onde deve habitar – a Terra Prometida – indica o espaço onde o templo deverá ser edificado, orienta a maneira como deve ser edificado e determina sua finalidade” (Chau, 2000, p.253).

A religião cristã veio ao longo de sua história demandando a criação de espaços sagrados. O espaço de vida comum na comunidade é separado do espaço sagrado, onde através das cerimônias são feitos diferentes pedidos no sentido de aplacar ou diminuir o sofrimento humano.

Importa lembrar que com o tempo esses espaços sagrados (templos, igrejas), nas diversas confissões religiosas, para além de espaços de reunião, ganharam importância nos rituais religiosos e passaram a guardar objetos simbólicos de devoção. Impossível não creditar a esses espaços, um valor que veio sendo construído de forma crescente na nossa história desde a Antiguidade, passando inclusive a ter importância significativa na constituição da sociedade. Assim a religião atuava e ainda atua diretamente ou indiretamente na vida política, pois insere um conjunto de valores éticos que incorporados aos ensinamentos religiosos definem diferentes formas de pensar a sociedade (Chauí, 2000).

Nesse sentido o valor da religião veio sendo definido como valor da cultura humana. Deste modo, Maslow (1983) expressa que “a existência sem um sistema de valores é patológica. O ser humano necessita de uma trama de valores, de uma filosofia de vida, de uma religião ou de um substitutivo da religião de acordo com o qual viva e pense” (Maslow, 1983, p.271).

Desta forma, a religião estabelece-se enquanto fenómeno cultural, social e histórico que se amplifica na experiência de vida em comunidade. Crenças e costumes religiosos influenciam em muito a formação de sistemas de valores morais, sociais e, inclusive, políticos e económicos (Basáñez & Moreno, 1994).

Importa lembrar que, quando analisamos o valor da religião numa sociedade, não podemos deixar de trazer à luz a importância do valor afetivo que a igreja, o convento, o santuário, etc, representam na história e na cultura de uma comunidade. Laços afetivos pessoais, familiares e comunitários são criados pela presença dessas instituições numa determinada comunidade, e em que, não raro, observa-se o envolvimento social em eventos públicos destinados à arrecadação de fundos para intervenções arquitetônicas. Assim, compreendemos que a afetividade potencializa o homem a revelar os seus sentimentos pessoais e principalmente os coletivos.

Observamos que a história de inúmeros edifícios religiosos confunde-se com a história das próprias cidades onde eles localizam-se, e isso é notório na cidade de Évora. Essas edificações marcam a paisagem urbana e a arquitetura da cidade, mas entendemos que a sua importância ultrapassa as suas qualidades urbanísticas e arquitetônicas, configurando-se como elemento essencial na construção da identidade coletiva. O valor afetivo proporcionado nesses espaços de culto (e que pode ser de natureza material ou imaterial), acaba por criar um sentimento de pertença do homem a um determinado lugar, alimentando a sua identidade bem como a sua memória individual e coletiva.

Nesse sentido, e chegando ao final desse subcapítulo, entendemos o quão valioso para a cidade de Évora (para a sua história, cultura e identidade) é o Convento do Calvário, que apresenta um notável valor em termos religiosos. Podemos indicar como de muito valor algumas particularidades religiosas presentes no convento, tais como: o cenóbio era regido pela 1ª *Regra* de Santa Clara, sendo a mais rigorosa observância de clarissas, onde segundo a *Regra*, as religiosas cumpriam jejum e observavam o silêncio, cumprindo os votos de pobreza, castidade, além de viverem em clausura estrita. Importa destacar que na igreja, temos também, desde 1800, a pedra tumular do arcebispo D. Joaquim Xavier Botelho de Lima, benfeitor e devoto do convento.

Essa disposição de clausura total inclusive como uso do "sino da fome", certamente foi muito significativa para o patrimônio religioso na cidade de Évora. O dia a dia no interior do Convento (com um quotidiano marcado pela oração e pelo Ofício Divino - levantar às 00:00 para rezar, oração mental às 6:00, assistir à missa às 9:00, após a consoada, rezar vésperas e completas), ao mesmo tempo, transparecia para o exterior, dado que os ritmos conventuais eram marcados pelo toque dos sinos. Sendo assim, todas essas ações e práticas religiosas constituem um conjunto de grande riqueza cultural e religiosa para a cidade de Évora.

3.3. Valor artístico

Não é uma atividade fácil encontrar uma única definição de *arte*, ela existe há séculos e tem mudado ao longo do tempo. No entanto, mesmo não tendo uma definição única, a arte tanto no passado como no presente, continua ligada às questões da emoção humana.

A referência do termo “arte” vem do latim *ars*, que encontra significado em habilidade, no entanto, preferimos como definição trazer o conceito do Dicionário da Língua Portuguesa de Houaiss (2004) que a define como: “a habilidade humana de pôr em prática uma ideia, pelo domínio da matéria; (...) campos do pensamento; (...) perfeição técnica; (...) produção de obras, formas ou objetos com ideal de beleza e harmonia ou para a expressão da subjetividade humana” (Houaiss & Villar, 2004, p.65). Assim, uma obra de arte pode transmitir uma ideia ou uma expressão de sensibilidade, projetando ou refletindo a intenção do artista.

A arte frequentemente é compreendida como representação de uma determinada época e cultura, ou seja, ela preserva e mantém viva as referências que marcaram determinadas características de uma comunidade ou de um povo, possibilitando a ele (povo) um melhor entendimento do mundo (Aranha, 2003). Nesse sentido, Aranha (2003) cita a arte como um caso beneficiado de percepção intuitiva do mundo, tanto para o artista que concebe as obras quanto para o apreciador que se interessa por elas para lhes proporcionar o significado.

A partir dessa compreensão podemos intuir a perspectiva que o autor (artista) expressou na sua obra, bem como podemos atribuir significados ao mundo por meio da obra exposta, assim, o expectador compreende esses significados. Clareando essa ideia, Cassirer (1979) afirma que essa compreensão só é viável em termos de percepção e não de conceitos.

Mesmo realizando uma rápida pesquisa sobre a história da arte, encontraremos nos mais diferentes povos, marcas daquilo que podemos considerar como sentido da arte. Nas palavras do historiador Gombrich (1999): “Se aceitarmos o significado de arte em função de atividades tais como a edificação de templos e casas, realização de pinturas e esculturas, ou tessitura de padrões, nenhum povo existe no mundo sem arte” (Gombrich, 1999, p.19).

Segundo Chauí (2000), ao longo da história da humanidade, a arte sempre se aproximou do sentimento religioso. A criação de artefatos entendidos como objetos sagrados, bem como as decorações dos ambientes reservados para as funções religiosas e fúnebres, são indicadores do quanto a arte se revelou uma via para o mais profundo do ser humano. Ao estudar a religião, percebe-se claramente a relação entre as formas de rituais, tais como: semeadura e colheita, nascimento e morte, enfim tudo o que foi vivenciado estaria diretamente ligado às forças divinas, isso tudo fomentaria a criação artística. Assim, a arte na religião veio ganhando espaço, pois a ritualização da vida, fez com que a agricultura, instrumentos e até indumentárias fizessem parte dos cultos que ganhavam maior expressão pela arte.

De acordo com a mesma autora, a expressão “belas artes”, compreende a pintura, escultura, dança e música, tendo sido criada a partir dos cultos religiosos, sendo que o artista poderia ser um “mago” (médico ou astrólogo), um artesão (marceneiro ou arquiteto, pintor ou escultor) ou um membro de um ofício sagrado, como músico ou dançarino. O artista representava, um “oficiante” de cultos, “fabricador” de objetos e gestos dos cultos, o seu trabalho era visto como um dom divino.

Havia uma grande aproximação e afinidade entre religião e arte. No entanto, podemos dizer que essa grande afinidade também poderia levar a uma certa ausência de autonomia da arte ou a uma ausência da autonomia artística.

Nas sociedades grega e romana antigas, ocorreu uma certa independência em relação ao poder religioso, por outro lado, essas sociedades submeteram-se às autoridades políticas daquela época. Importa lembrar que, sobre esse fato, para que houvesse uma autonomia artística, foi necessário “dessacralizar” o mundo, laicizando a cultura.

Sendo a arte uma expressão da emoção e entendendo a emoção como força vital presente nas religiões, podemos dizer que tanto a arte como a religião são manifestações que valorizam o homem

na sua individualidade, podendo inclusive contribuir para a construção de um universo de reflexão íntegro de singularidade na vida humana.

A criação e a produção da obra de arte por envolver, a pessoa inteira através dos sentidos, compreensões, emoções, é capaz de fascinar, colocar em êxtase, como que possuída por ela, tal como se observa na experiência religiosa intensa. Com efeito, podemos dizer que a experiência da arte se aproxima até certo ponto, da experiência religiosa.

Nesse sentido, concebendo o envolvimento inteiro da pessoa através dos sentidos, podemos dizer que a arte na Igreja católica teve um papel pedagógico, pois as imagens vinculadas com cenas bíblicas, evangelhos e representações das vidas dos santos, tiveram por função estimular a religiosidade dos fiéis no acompanhamento das celebrações e catequizá-los.

O universo religioso expõe uma rica variedade de obras que apresentam as suas expressões artísticas através da arquitetura das igrejas e templos, painéis azulejares, pinturas, esculturas, talha dourada, vitrais etc. Quando se diz que a arte religiosa é rica e variada é importante apresentar a diferença entre arte religiosa e arte sacra, pois cada uma se destina a um determinado fim. Resumidamente, a arte produzida para fazer parte dos cultos ou celebrações despertando sensações de fé na comunidade é a arte sacra, enquanto a arte religiosa reflete a vida e a devoção religiosa do artista não sendo destinada aos cultos religiosos, podendo inclusive estar localizada fora dos ambientes de culto e celebrações religiosas (Saldanha, 2019).

Assim, o valor artístico do Convento do Calvário apresenta uma riqueza particular, pois mesmo considerando que Évora possui inúmeras riquezas religiosas e artísticas, este convento merece ser destacado pelos elementos que a seguir enunciaremos. Primeiramente, em relação aos painéis azulejares, há uma série de diferentes padrões de azulejos no Convento, como os azulejos do Claustro (*Via Sacra*), do Parlatório, da Cozinha, da Capela-mor, e da grande capela do segundo piso, mas dois se destacam pelo seu aspecto singular - o azulejo de inspiração oriental de fundo roxo presente nos seis pares de pilastras da Igreja e a Capela de *São João Baptista*, completamente revestida em azulejos.

Depois a pintura. Observamos as pinturas maneiristas presentes nos retábulos da igreja situados no transepto - *Pentecostes* e *Assunção da Virgem* - realizadas em 1580 pelos pintores Simão Rodrigues e Domingos Vieira Serrão, sob encomenda testamentária da Infanta D. Maria; o tríptico do Refeitório representado pela *Última Ceia*, *Santa Clara* e *São Francisco* (mesmo o tríptico não estando no Convento, representa artisticamente e historicamente o Convento); as pinturas no teto do Coro alto figurando atributos sacros da Ordem de Santa Clara, Brasão de armas reais de Portugal, Província Franciscana dos Algarves, e os sagrados *Corações de Jesus e Maria*; e por último as pinturas da *Assunção da Virgem e de São Francisco* do Coro alto.

Quanto às obras em madeira, observamos o retábulo do altar-mor em talha dourada construído com a expensas da Infanta, com grande riqueza em detalhes; os retábulos do cruzeiro da igreja; o cadeiral do Coro, encomendado por D. João IV, sendo um dos únicos existentes atualmente em Évora; e as capelas laterais do Coro alto.

Os elementos que assinalamos constituem um conjunto de valores artísticos significativos não só para o convento como para a cidade de Évora.

3.4. Valor cultural

Após apresentarmos conceitos e particularidades do Convento do Calvário no sentido do valor histórico, religioso, artístico, faremos uma sucinta abordagem sobre o valor cultural do mesmo.

O fato de apresentar a questão do valor cultural deste patrimônio após a exposição dos valores históricos, religiosos e artísticos, não foi ao acaso, reside na circunstância de conceber a cultura como um “conjunto acumulado de símbolos, ideias e produtos materiais associados a um sistema social” (Johnson, 1997, p.59). Assim, entendemos que a cultura representa o patrimônio social de um grupo sendo a soma e a articulação, dos aspectos históricos, religiosos e artísticos.

Nesse sentido, fica evidente a importância da história na construção cultural, sendo que a metáfora apresentada por Rodrigues (1970) simplifica esta questão; o autor expõe o tema História como um *iceberg* no oceano, representando um terço da possibilidade de visualizar (sendo a parte da História aquela em que se tem os registos dos fatos e acontecimentos), e o restante é invisível ao olhar, ou seja, a maior parte é o que se pode imaginar ou fantasiar; sendo assim, os fatos não registados bem como os momentos e eventos perdidos, podem estar presentes em manifestações culturais, mas não registados documentalmente na história.

Segundo Delphim (2005), o termo patrimônio cultural diz respeito a tudo que é produzido de forma material ou imaterial pela cultura de uma sociedade, e que pela sua importância cultural, deve ser preservado; assim na escolha do que deve ser preservado é fundamental estabelecer os valores para saber o que preservar, pois as estratégias de proteção e conservação podem mudar de acordo com o contexto e os valores associados ao bem.

No entanto, observamos que em inúmeros registos de classificação de patrimônio arquitetônico, não ocorrem tais discussões de valores. Desse modo, a questão de se levantarem dados sobre os valores do patrimônio cultural é muito pertinente quando se pretende levar a cabo uma investigação de caráter histórico para apresentação de uma posterior proposta metodológica de intervenção do patrimônio como um todo.

Podemos considerar que qualquer agente que tenha sob a sua responsabilidade desenhar propostas no sentido de intervencionar um determinado patrimônio arquitetônico, deve ter como principal consideração tomar conhecimento sobre a noção de valor do histórico, artístico, cultural, arquitetônico, entre outras definições.

Assim, mesmo considerando que o valor cultural engloba os valores históricos, religiosos e artísticos, o Convento do Calvário apresenta determinadas particularidades de valores culturais que, pela sua importância e relevância devem ser citados, tais como: as religiosas contribuíram para a preservação e conservação da religião católica, tão representativa e importante para a cultura da cidade de Évora. Viviam de esmolas, não tinham rendimentos, dormiam todas no mesmo dormitório, a carne não fazia parte da sua dieta, exceto quando ficavam doentes, andavam descalças, vestiam hábito de burel, dormiam sobre um pedaço de cortiça, os seus travesseiros eram feitos de palha e os seus cobertores eram pequenas mantas; em tempos de crise, quando a fome apertava, as religiosas tocavam o “sino da fome” para que a cidade de Évora as ouvisse e socorresse; fazem parte do patrimônio material e imaterial do Convento do Calvário a torre Fernandina e a torre-campanário (por serem a única conexão com o mundo externo que as religiosas possuíam); fazem parte do patrimônio imaterial o “pão de rala, condutos de azeitonas e bolo rolão” (Espanca, 1984, p.2) que as próprias religiosas criaram (e hoje são reconhecidos como alguns dos doces conventuais típicos da cidade).

A horta também é uma particularidade, dado que a forma de cultivar, de plantar, de colher e de conhecer as espécies adequadas para cada época do ano podem fazer parte do valor cultural do Convento. Segundo Alves (2013), a horta foi fundamental para manter a produção e o abastecimento do Convento com hortícolas e animais de pequeno porte. Contudo, não há só o valor nutricional, pois muitas hortícolas eram utilizadas também para fins medicinais. Vale destacar que a horta do Convento do Calvário possivelmente foi um espaço de convivência onde as religiosas se encontravam para trabalhar.

Acreditamos que para melhor relacionar o valor cultural do Convento do Calvário com a comunidade de Évora, seria importante enfatizar o valor sociocultural deste patrimônio através de entrevistas sob forma de questionário endereçado para agentes públicos e parcela da população da cidade que de forma direta ou indireta tem algum interesse pela preservação cultural. Devido a Pandemia da Covid-19, não foi possível realizar essas entrevistas. No entanto, apresentaremos as questões previamente formuladas no intuito de elucidar o direcionamento de nossa pesquisa:

- Você sabe onde se localiza, na cidade de Évora, o Convento de Santa Helena do Monte Calvário de Évora?
- Sabe qual foi o século da sua fundação?

- Considera este edifício importante para a cidade? Por quê?
- Tem conhecimento de que foi classificado como Monumento Nacional em 1922?
- Já teve oportunidade de visitar esse convento? Com que finalidade?
- Você ou sua família tem alguma ligação com o Convento do Calvário? Em caso afirmativo, qual foi essa relação?
- Tem conhecimento do tipo de uso atual do edifício? Em caso afirmativo, identifique.
- Na possibilidade de intervir neste monumento, que tipo de intervenção consideraria mais adequada: conservação do edificado com a manutenção do/s uso/s atual ou adaptação a um novo uso?

Assim, mesmo não conseguindo realizar esse questionário para coleta de opiniões e pareceres da comunidade sobre esse importante patrimônio, concluímos que há a necessidade de atentar para o fato de que devemos levar em consideração à necessidade de conhecer o máximo possível sobre os valores históricos de qualquer patrimônio que seja, para que ele conserve a sua história, a sua cultura e a sua aura do passado. Assim, a valorização do patrimônio depende, impreterivelmente, do nosso conhecimento sobre ele.

Concluindo, cabe destacar que os valores especificados neste capítulo constituem um conjunto de grande riqueza cultural e histórica para a cidade de Évora, que necessita ser preservado. Assim, com o detalhamento destes valores podemos com maior confiança elaborar propostas que venham a salvaguardar este patrimônio para a cidade de Évora.

No próximo capítulo, apresentaremos o discurso conceitual e metodológico na área da intervenção patrimonial na atualidade.

Capítulo 4- Discurso conceitual e metodológico na área da intervenção patrimonial na atualidade

Neste capítulo, apresentaremos e analisaremos os conceitos e metodologias utilizadas na área de intervenção do patrimônio na atualidade. A justificativa para constar neste estudo esta questão, reside no fato de que, ao se propor toda e qualquer iniciativa de intervenção no patrimônio histórico, torna-se necessário entender o conceito e a metodologia utilizada nesse processo. E face à literatura, recomendações e princípios orientadores emanados pela UNESCO, Conselho da Europa ICOMOS, é necessário selecionar os que melhor enquadram a intervenção no tipo de patrimônio em estudo.

Entendemos que o interesse pela história dos lugares e, pela sua antiguidade, gerou no século XX a formação de uma cultura de preservação, além de algumas propostas de intervenções no sentido de recuperar o patrimônio histórico.

Isso acabou por desencadear ações de salvaguarda do patrimônio mais concretas, permitindo o desenvolvimento de um pensamento sobre a conservação do patrimônio refletido em documentos doutrinários como Cartas, Declarações e Recomendações Patrimoniais, que proporcionam orientações relativas à proteção, intervenção e preservação do patrimônio. Estas, ao longo do século XX, trouxeram a visão de bem cultural de forma mais densa, indicando inclusive reivindicações ambientais e sociais (IPHAN, 2020).

As Cartas Patrimoniais são documentos que englobam desde conceitos, até propostas para ações administrativas no sentido de promover a preservação de bens, planos de conservação e restauro do patrimônio. Concebidas por especialistas e organismos que trabalham com patrimônio, as Cartas, por exemplo, são mais de quarenta (IPHAN, 2020) e continuam atuais, sendo constantemente ajustadas.

Importa lembrar que segundo Kühn (2010) as Cartas apresentam questões de um determinado momento histórico e com objetivo bem definido. Assim, por mais que se complementem, acabam tendo funções específicas, exigindo uma leitura de forma integral, pois se for realizada em partes, pode indicar interpretações equivocadas.

Quando tomamos conta da enorme quantidade de Cartas, Declarações, Recomendações e demais documentos elaborados (alguns descritos de forma mais simplificada e outros de forma mais aprofundada), compreendemos a relevante contribuição para a temática relacionada com a preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural no mundo.

Além dos conceitos e metodologias utilizadas na área de intervenção do patrimônio, apresentaremos também princípios do processo metodológico na intervenção patrimonial por meio de

estudos de caso de metodologias de intervenção em patrimônios monástico-conventuais em Portugal. Esses estudos de caso contribuirão para a definição de uma proposta metodológica de intervenção no Convento do Calvário, além de compreender como os arquitetos hierarquizaram o que é mais urgente ou prioritário em uma intervenção.

Nesse sentido, apresentaremos a seguir um resumo de algumas Cartas e Recomendações Patrimoniais que compreendem o conjunto de documentos que potencializam e fundamentam o discurso conceitual e metodológico na área de intervenção patrimonial neste momento, além dos estudos de caso de metodologias de intervenção no patrimônio conventual que contribuirão para a definição de uma proposta metodológica de intervenção.

As orientações e recomendações apresentadas neste capítulo foram selecionadas por nós por serem as principais e mais significativas que abordam a salvaguarda dos patrimônios históricos e principalmente religiosos.

No que respeita os estudos de caso, foram selecionadas intervenções em patrimônios conventuais de valor histórico e artístico, realizadas por arquitetos de referência em intervenções patrimoniais em Portugal.

4.1. Orientações e Recomendações Nacionais

4.1.1. Documento da Conferência Episcopal Portuguesa – 1990

A Conferência Episcopal Portuguesa, reunida em Lisboa, em 1990, dedicou a sua Assembleia Plenária ao estudo da conservação e valorização do “Património Histórico-Cultural da Igreja”, no conjunto de reflexões e normas pastorais.

Logo no artigo 2º, – sob o título “O Património Histórico-Cultural da Igreja” –, é indicado que o legado da Igreja também serve teoricamente a toda humanidade, sendo bens, obras, ideias e valores que interessam a todos (Centro de Estudos de História Religiosa, 1990). O artigo defende também que o patrimônio eclesiástico contém em si próprio um valor artístico inerente de uma convicção de fé e nasceu do encontro entre a inspiração estética e a religiosa.

No artigo 3º, – sob o título “Finalidades do Património da Igreja” –, é definido que o patrimônio eclesiástico é destinado a diversos fins, como “catequese” (o patrimônio é imprescindível à educação religiosa dos povos, em sentido amplo, para a qual em boa parte nasceu) e; “exercícios da caridade” (O patrimônio eclesiástico representa também um conjunto de meios de exercício da caridade da Igreja, realizado quer através dos vários carismas específicos da vocação religiosa – Casas monásticas – quer

por outras atividades caritativas concretas que, no essencial, correspondem à prática das obras de misericórdia).

Logo o artigo 6º –A Defesa, Conservação e Fruição do Património da Igreja” – versa que a Santa Sé criou no dia 10 de abril de 1989 uma Comissão Pontifícia, com o objetivo de salvaguardar o património histórico e artístico de toda a Igreja, auxiliando as dioceses e os bispos no trabalho de defesa e promoção destes bens e contribuindo para que a população em geral se torne cada vez mais consciente dos seus direitos e deveres neste âmbito. No mesmo artigo também é sublinhado que o património cultural só possui este título se a geração usufruir do legado comum que ele constitui. Para isso, devem ser promovidas iniciativas de estudo, de animação e de acesso aos bens do património cultural a todos os interessados, em função da sua natureza.

4.1.2. Lei 107/2001

A Lei estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural em Portugal e institui como direito e dever de todos os cidadãos preservar, defender e valorizar o património cultural.

Apresenta no seu artigo 1º o objetivo de estabelecer as bases da política de proteção e valorização do património cultural como de maior relevância para a compreensão e construção da identidade nacional e para a democratização da cultura.

Destacamos em especial que no conceito de “património cultural” integra não só o conjunto de bens materiais e imateriais de interesse cultural relevante, mas também os respectivos contextos que possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa. Ou seja, o contexto histórico e artístico por exemplo, quando vinculados a um bem material, também fazem parte do património cultural.

A transmissão de uma herança nacional (tema do artigo 3º), deverá ser assegurada pelo Estado, através da salvaguarda e valorização do património cultural.

O artigo 7º aponta que todos os cidadãos, têm o direito ao usufruto dos valores e bens que compõem o património cultural, como modo de desenvolvimento da personalidade através da realização cultural. No entanto, pelo artigo 11º, todos têm o dever de defender e conservar o património cultural, impedindo inclusive a destruição e deterioração de bens culturais. Assim, o documento esclarece os direitos e deveres dos cidadãos na questão do património cultural.

Mais adiante, o documento no seu artigo 12º indica que o Estado deve estimular a identidade cultural comum da Nação Portuguesa e das comunidades regionais e fortalecer a consciência da

participação histórica do povo português, com a finalidade de proteção e valorização do patrimônio cultural.

4.2. Orientações e Recomendações Internacionais

4.2.1. Carta de Atenas – 1931 e 1933

As Cartas de Atenas, uma escrita em 1931 e outra em 1933, ambas após a 1ª Guerra Mundial, manifestam ideias consideráveis no que diz respeito à preservação do patrimônio bem como apresentam uma forma nova sobre o conceito de urbanismo. Importa lembrar que nesse período histórico ocorreu um grande crescimento urbano principalmente nos países europeus, motivo que possivelmente despertava preocupações aos arquitetos quanto à ação de conservação do patrimônio histórico. A Carta de Atenas de 1931 representou um marco, ou seja, um processo robusto no que diz respeito às formulações intergovernamentais, de diretrizes voltadas para a proteção e conservação do patrimônio.

Essa Carta especificamente foi criada a partir de uma reunião coordenada pelo Escritório Internacional de Museus da Sociedade das Nações e aprovada pela Assembleia da Sociedade das Nações. Nesse evento, muitas discussões foram focadas sobre preocupações da época, como, legislações, técnicas, princípios de conservação e principalmente o restauro de bens patrimoniais históricos (IPHAN – Carta de Atenas, 1931).

A Carta de Atenas de 1933 abrange questões da criação de novas cidades, principalmente porque esse momento histórico foi, como já citámos, de grande crescimento urbano. O Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM) foi o responsável pela criação deste manifesto que teve como proposição principal, a cidade funcional e contou com arquitetos e urbanistas de renome, dentre eles Le Corbusier (IPHAN – Carta de Atenas II, 1933).

No que se refere a salvaguarda do patrimônio, que é o objeto de nosso estudo, esta Carta especifica que os valores arquitetônicos devem ser mantidos, respeitando-se a identidade e o passado da cidade. Estes valores fazem parte do “patrimônio humano”, e aqueles que os detêm, ou que são encarregados de sua proteção, têm a responsabilidade e a obrigação de fazer tudo o que é lícito para transmitir intacta aos séculos futuros essa nobre herança (IPHAN – Carta de Atenas II, 1933).

Caso a presença de um conjunto urbano histórico seja, entretanto, prejudicial, este será destruído, devendo dar lugar a áreas verdes, pois mesmo que destruindo um ambiente secular, bairros vizinhos se beneficiarão desta transformação. Contudo, se este conjunto urbano possuir algum tipo de

valor, serão exploradas outras soluções, mas sua conservação não deve ocasionar o sacrifício de populações mantidas em condições insalubres, por exemplo (IPHAN – Carta de Atenas II, 1933).

Defende ainda que ao construir edificações de raiz empregando estilos antigos sob pretextos estéticos em centros históricos, terá consequências desastrosas. Copiar o passado é condenar-se à mentira, é erguer o "falso" como princípio (IPHAN – Carta de Atenas II, 1933).

4.2.2. Carta de Veneza – 1964

Em 1964 durante o II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) elaborou a Carta de Veneza, enfatizando a carência de um planejamento internacional para conservar e restaurar o patrimônio histórico, numa ação multidisciplinar.

Essencialmente, a proposta central da Carta de Veneza esteve pautada na questão da conservação e do restauro dos patrimônios. A conservação nessa proposta é aquela que basicamente não deve alterar a forma ou até mesmo a decoração dos edifícios, assim, qualquer projeto de conservação deve se atentar a esses limites.

Defende ainda que a conservação do patrimônio tenha uma manutenção permanente, pois supõe-se preexistir o sentimento do valor para a sociedade. No entanto, vale destacar que não pode proporcionar mudanças de disposição ou decoração da construção. Proíbe também o deslocamento do monumento, a não ser quando a sua preservação exige tal ação. O restauro é tratado nesta Carta como uma ação de caráter excepcional e é tido como uma execução altamente especializada, devendo ser sempre precedido e acompanhado por uma investigação arqueológica e histórica do patrimônio (Ramos, 2015).

Tem por objetivo a conservação e revelação dos valores estéticos e históricos do monumento, fundamentando-se essencialmente no respeito ao material original e aos documentos, bem como à época de criação. Como indicação importante, os elementos que substituírem as partes faltantes devem ser integrados de forma equilibrada, porém é imprescindível que se distingam das partes originais a fim de que o restauro não falsifique o objeto em questão, devendo apresentar marcas que o reportem claramente ao tempo em que é feita a intervenção.

A Carta de Veneza ainda hoje serve de significativa referência quando se propõe qualquer projeto de conservação ou restauro de monumentos históricos. Nesse sentido, Kühl (2010) sintetiza sua importância desta forma:

A Carta de Veneza permanece um texto basilar. É um documento sintético, cujas indicações-desde que devidamente reinterpretadas para a realidade contemporânea, levando em conta a ampliação daquilo que passou a ser considerado bem cultural-continua válidas para enfrentar as questões ligadas à preservação de monumentos históricos (Kühl, 2010, p.317).

4.2.3. Convenção de Granada – 1985

Este documento no seu primeiro artigo define a expressão *patrimônio arquitetônico*, como integrando os seguintes bens: 1-Monumentos (construções de interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social, incluindo instalações ou elementos decorativos); 2-Conjuntos Arquitetônicos (conjunto homogêneo de construções urbanas ou rurais, notáveis pelo interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social); 3-Sítios (obras combinadas do homem e da natureza, parcialmente construídas e notáveis pelo seu interesse histórico). Assim, através desse documento o conceito de patrimônio arquitetônico é ampliado e melhor definido.

Considerando a importância de se valorizar a conservação do patrimônio arquitetônico junto da opinião pública, o artigo 15º versa sobre a informação e formação na questão do patrimônio. Assim, a valorização do patrimônio passa a requerer também uma formação que promova a sensibilização e a criatividade de gerações presentes e futuras. Nesse sentido, o documento manifesta que se deve promover o despertar para questões patrimoniais, bem como o desenvolvimento da sensibilidade do público a partir da idade escolar objetivando a proteção do patrimônio no seu sentido amplo.

A citação de particularidades do artigo 12º e do artigo 15º é relevante para o nosso estudo, pois apresentaremos no quinto capítulo uma proposta de adaptação no Convento do Calvário.

4.2.4. Carta da Vila Vigoni – 1994

Entre os dias 27 e 28 de fevereiro e 1 de março de 1994, foi realizado um encontro na Vila Vigoni (Lago de Como) promovido pelo Secretariado da Conferência Episcopal da Alemanha e pela Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja, acerca do tema “A conservação do patrimônio cultural como dever do Estado e da Igreja”. Deste encontro resultou a elaboração da Carta da Vila Vigoni.

Dos doze artigos presentes nesta Carta, selecionamos cinco que julgamos cruciais para o nosso objeto de estudo.

O artigo 2º define que a Igreja, a sociedade e o Estado devem consciencializar-se da sua grande responsabilidade em relação ao patrimônio religioso, e ainda necessitam investigar e salvaguardar o seu significado para ser transmitido às gerações futuras.

Logo no artigo 3º, é indicado que o Estado e a Igreja necessitam colaborar, no contexto das respectivas competências, na salvaguarda dos bens culturais eclesiais. Neste sentido, segundo o artigo 6º, todas as dioceses necessitam proceder à concepção de inventários e catálogos dos seus bens culturais, de acordo com um sistema unitário e que responda às exigências atuais. À luz destas considerações, o artigo 8º versa que a manutenção preventiva dos bens culturais necessita ser considerada a obrigação definitiva mais importante de cada comunidade responsável pela sua salvaguarda.

Considerando a importância em salvaguardar o patrimônio religioso, a Carta também determina, no artigo 9º, como deve ser realizada uma intervenção de restauro num bem material: as reparações consideradas necessárias devem atender à substância cultural dos bens, como também ao seu conteúdo religioso; necessitam ser confiadas somente a profissionais especializados; cada restauro precisa ser sistematicamente preparado com estudos e com um projeto prévio adequado e acompanhado por uma documentação apropriada em todas as suas fases.

4.2.5. Carta de Lisboa – 1995

A Carta de Reabilitação Urbana Integrada conhecida como Carta de Lisboa, constituiu uma inovação na preservação do patrimônio nas cidades, estabelecendo o edificado como pertencente ao tecido social e assim assegurando a identidade da cidade.

Esta Carta tem por propósito, estabelecer os princípios que deverão orientar as intervenções, bem como os percursos para a sua aplicação.

O artigo 2º aborda a preservação da identidade dos Núcleos Históricos que é expressa pelo seu patrimônio edificado, cultural e social. Aponta que é indispensável que as operações de reabilitação urbana sejam apoiadas pelas pesquisas histórica e sociológica.

4.2.6. Carta de Cracóvia – 2000

A Carta de Cracóvia aborda os princípios para a conservação e restauro do patrimônio arquitetônico. No seu primeiro artigo, é evidenciado que o patrimônio arquitetônico, urbano ou paisagístico, assim como os elementos que o compõem resultam de uma dialética entre os diferentes momentos históricos e os respectivos contextos socioculturais. A conservação do patrimônio é o objetivo central desta Carta.

Primeiramente, é relevante citar as diferenças conceituais entre conservação e restauro. A conservação é a atitude fundamental da salvaguarda do patrimônio histórico e busca consolidar tecnicamente os elementos isolados de uma edificação que ameaçam dano a mesma. Logo o restauro, tem por objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do patrimônio, e baseia-se no respeito ao material original (Repolho, 2011).

No artigo 3º desta Carta, a conservação do patrimônio edificado deve ser efetuada de acordo com o projeto de restauro, que se imprime numa estratégia para a sua conservação de forma duradoura, ou seja, de longo prazo. O projeto de restauro (definido como muito importante), deverá basear-se num conjunto de técnicas convenientes e ser elaborado segundo um processo de conhecimento que integra a busca de diferentes informações relevantes e a densa compreensão do edifício ou do lugar (compreendidos como patrimônio). Neste processo pode fazer parte o estudo dos materiais tradicionais, ou novos, o estudo estrutural e a identificação dos significados histórico, artístico e sociocultural. No projeto de restauro todas as disciplinas e áreas científicas pertinentes devem intervir e a coordenação deve ser desenvolvida por uma pessoa qualificada na área da conservação e restauro.

O artigo 6º traz uma importante consideração para a nossa proposta de trabalho, pois esclarece que o objetivo da conservação dos monumentos e dos edifícios com valor histórico, é o de garantir a sua autenticidade e integridade, incluindo todo o conjunto ou seja, os espaços interiores, o mobiliário e a decoração, de acordo com o seu aspecto original. Para isso a conservação requer um projeto de restauro apropriado, que defina os métodos e os objetivos do restauro. Em muitos casos, requer-se ainda um uso propício para os monumentos e edifícios com valor histórico ou cultural, conciliável com os seus espaços e o seu significado patrimonial. As obras de conservação e de restauro em edifícios com valor histórico devem analisar e respeitar todas as fases construtivas que pertenceram a períodos históricos anteriores e distintos.

4.2.7. Convenção de Faro – 2005

A Convenção-Quadro sobre o valor do Patrimônio Cultural para as Sociedades, conhecida como Convenção de Faro. Conceitualiza o patrimônio cultural como o patrimônio construído e herdado, o imaterial e a criação contemporânea.

O valor do patrimônio cultural deve ser ponderadamente utilizado como um recurso para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida numa sociedade em constante evolução.

Logo no seu artigo 1º, identifica que o direito ao patrimônio cultural é inseparável do direito de participar da vida pública bem como da vida cultural. Por outro lado, indica também a necessidade da responsabilidade individual e coletiva para com a preservação do patrimônio cultural, objetivando o desenvolvimento humano e a melhoria da qualidade de vida.

A Convenção define o conceito de patrimônio cultural como sendo tudo o que foi herdado do passado e que as pessoas identificam como expressão dos seus valores. Ou seja, coloca em prática a noção de que o patrimônio é um bem coletivo e que todos têm o direito de participar.

A questão do acesso ao patrimônio cultural é tratada no artigo 12º, quando discute a necessidade de adotar medidas para melhorar esse acesso, especialmente entre os jovens e pessoas desfavorecidas.

4.2.8. Carta de Burra – 1979-1999-2013

A Carta de Burra foi criada em 1979 na cidade de Burra, no sul da Austrália. Pequenas revisões foram feitas em 1988 e 1998, com mudanças mais substanciais em 1999, as quais adiante elucidaremos. Após uma revisão, em outubro de 2013 o ICOMOS da Austrália adotou uma nova versão (Carta de Burra, 2013)

A primeira versão da Carta de 1979 – *Lugares de Significância Cultural* – reconsiderou a teoria da conservação ao definir que “conservação” significa o conjunto dos processos que cuidam de um sítio de forma a manter a sua significância cultural. A Carta define que a conservação necessita estar baseada no respeito ao uso, à fábrica⁵⁷, a significados existentes e estabelece uma abordagem cautelosa da mudança, pois os acréscimos, alterações e tratamentos anteriores na

⁵⁷ De acordo com a Carta de Burra de 1979, a definição “fábrica” corresponde a todos os elementos físico-espaciais de um sítio, incluindo componentes, edifícios e seus interiores, objetos, remanescentes subterrâneos, assim como o material escavado, e pode definir espaços que podem ser elementos importantes da significância do lugar (Pedrosa, 2011).

fábrica de um sítio são a evidência da sua história que podem fazer parte da sua significância cultural (Pedrosa, 2011).

As mudanças mais impactantes na Carta de Burra ocorreram na versão de 1999 e incluíram o reconhecimento explícito de valores não físicos como “uso, associação e significado”, diversidade cultural e o potencial para valores divergentes ou conflitantes e os direitos e expectativas legítimas das pessoas que estão associadas com um sítio (Truscott, 2004). Essa visão mais ampla e inclusiva de valores e pessoas é evidente desde o início desta Carta, no Artigo 1.2:

Significado cultural significa valor estético, histórico, científico, social ou espiritual para as gerações passadas, presentes ou futuras. O significado cultural está incorporado no próprio lugar, sua estrutura, cenário, uso, associações, significados, registros, sítios relacionados e objetos relacionados. Os sítios podem ter uma gama de valores para diferentes indivíduos ou grupos (Carta de Burra, 1999, p.2).

Logo na versão de 2013, as mudanças realizadas foram direcionadas principalmente aos padrões de prática e incluem o desenvolvimento de uma série de “Notas Práticas” associadas, que fornecem orientações específicas sobre a aplicação da Carta da Burra a questões que vão desde a herança cultural indígena a novos trabalhos em um sítio de herança. Estas diretrizes, algumas das quais já estão em vigor, fornecem evidências dos vários tipos de locais e da variedade de projetos aos quais a Carta de Burra pode se aplicar (Mackay, 2017).

Segundo Mackay (2017), a abordagem baseada em valores da Carta de Burra de 2013, é definida num processo simples e lógico: compreender o significado (compreender o lugar e avaliar o significado cultural); determinar a política (identificar todos os fatores e questões, planejar um plano de administração); administrar de acordo com a política (implementar o plano de administração, monitorar os resultados e revisar o plano).

Assim, a Carta de Burra determina, nas suas diferentes versões, que o objetivo da conservação é a preservação da significação cultural do bem e que os lugares podem ser valorizados de diferentes formas por cada pessoa ou grupo social (Lira, 2020).

Considerando que as Cartas, Declarações e Recomendações Patrimoniais mencionadas neste estudo, proporcionam orientações relativas à proteção, intervenção e preservação do patrimônio, julgamos necessário apresentar definições sobre os diferentes graus de intervenção.

4.3. Graus de Intervenção

A esfera de intervenção no patrimônio não se restringe apenas em reabilitar ou restaurar um conjunto edificado, mas sim a um vasto conjunto de ações prudentes que consideram não somente o presente, mas também o futuro do mesmo (Simões, 2016). Segundo Orbasli (2007), ao intervir no patrimônio, é fundamental ter em conta os diferentes graus de intervenção, que estão vinculados ao nível de impacto da intervenção numa edificação (Apud Afonso, 2018). A seguir, apresentaremos de forma concisa os graus de intervenção:

Recuperação	Segundo Cóias (2007), a recuperação posiciona a reutilização como princípio, e a prática de conservação como consequência. Gonzalez-Varas (2006) acrescenta que a recuperação representa a revalorização de um patrimônio que está desprovido de funcionalidade.
Reabilitação	É uma ação que possibilita um uso eficiente de uma edificação, por meio de alterações e reparações (Cóias, 2007).
Revitalização	Possui o intuito de relacionar a recuperação das edificações com a recuperação das estruturas econômicas, sociais e culturais locais (Cóias, 2007).
Manutenção	Ação determinada a reduzir os efeitos dos ciclos e degradação na vida de uma edificação (Cóias, 2007). Segundo a Carta de Cracóvia (2000), esta operação exige inúmeros procedimentos, nomeadamente testes, inspeções, investigações prévias, supervisão dos trabalhos e do seu comportamento após a intervenção.
Preservação	Possui como objetivo manter o patrimônio no seu estado atual. Os seus critérios compreendem inspeções regulares e manutenção rotineira, para assegurar integridade e funcionalidade (Cóias, 2007). Importa lembrar que a deterioração causada pela água, micro-organismos e plantas deve ser impedida assim que detectada (Feilden & Jokilehto, 1998).
Conservação	Mantém o patrimônio em seu estado atual, prolonga o tempo de vida, salvaguarda os valores históricos e arquitetônicos de um edifício (Cóias, 2007). Segundo Repolho (2011), a conservação busca ainda consolidar tecnicamente os elementos isolados de uma edificação que ameaçam dano na mesma, e é uma ação de intervenção que prolonga a “vida útil” da edificação.
Restauro	Conforme a Carta de Veneza (1964), o restauro conserva e evidencia os valores históricos e estéticos dos monumentos e tem como base o respeito pelos objetos antigos. Caso o patrimônio necessite de uma reconstituição inevitável num ou mais elementos por razões técnicas ou estéticas, deve haver a harmonia arquitetônica, como também, exibir a data da intervenção. Em respeito a reconstituição de elementos, importa referir uma passagem de Cesare Brandi (2008, p.126), criador do conceito <i>Restauro Crítico</i> : “(…) devemos limitarmo-nos a favorecer a fruição daquilo que resta e se apresenta a nós da obra de arte, sem integrações analógicas, de modo que não possam surgir dúvidas sobre a autenticidade de uma parte qualquer da própria obra de arte”. Segundo o mesmo autor, o restauro deve objetivar o restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, “desde que isso seja possível sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem cancelar nenhum traço da passagem da obra de arte no tempo” (Brandi, 2008, p.33). Brandi (2008) presava pela autenticidade das obras de arte (patrimônio móvel e imóvel), sendo que em uma intervenção de restauro, é necessário tomar muito cuidado para que a obra não perca a sua essência.

Tabela 5 – Graus de Intervenção.

Fonte: Elaboração própria (janeiro de 2022).

A apresentação desta tabela objetiva conceituar os principais graus de intervenção que necessariamente devem ser levados em consideração num projeto de intervenção arquitetônica.

4.4. Princípios do Processo Metodológico na Intervenção Patrimonial

De acordo com Paupério et al (2018), para uma intervenção em um edifício, na qual pretende-se preservar o quanto mais possível, é imprescindível conhecer o seu estado real. A obtenção deste conhecimento permitirá analisar a sua atual capacidade resistente, tornando-se num recurso essencial na tomada de decisão referente ao tipo de ações de intervenção a executar. Na utilização de novas técnicas e materiais de intervenção no património, os critérios de integridade e autenticidade a conservar necessitarão ser apoiados em ações de intervenção que compreendem a reversibilidade e a compatibilidade das soluções. A partir do real conhecimento do estado da estrutura, será possível concluir de forma concreta acerca da possibilidade de intervenção na estrutura, “contemplando mais ou menos ações de reparação/reforço” (Paupério et al, 2008, p.2).

Assim, apresentaremos adiante, estudos de caso de metodologias de intervenção em patrimônios monástico-conventuais em Portugal.

O primeiro exemplo é a metodologia utilizada na obra de conservação e restauro da Igreja do Convento de São Francisco (2013-2014), em Évora, a qual foi desenvolvida pelo arquiteto Adalberto Dias. Segundo Dias (2017), foi fundamental realizar uma inspeção geral de todas as áreas e objetos incluídos no programa para identificação das anomalias existentes e avaliação das necessidades de conservação do conjunto edificado e dos seus bens integrados e móveis, de forma a conter os processos de degradação. O conceito de intervenção definiu como objetivo a valorização dos elementos estéticos com respeito pela originalidade e integridade de todos os elementos com o intuito de permitir que os visitantes usufríssem do conjunto artístico, compreendendo as suas características materiais e técnicas próprias da época em que foram realizadas (Dias, 2017).

A intervenção compreendeu:

(...) as oito capelas da nave, com todo o seu espólio e envolvente edificada; a Capela-mor e o transepto; Capela dos Ossos e espaço contíguo; Capela de São Joãozinho; vitrais e estruturas de suporte; todos os elementos pétreos aparentes, com relevo para a Galilé e os portais axial e norte (Dias, 2017, p. 110).

Importa destacar as relevantes intervenções nas Capelas da Ordem Terceira, dos Ossos e da Nossa Senhora das Necessidades: as duas primeiras, devido a dimensão dos espaços e

complexidade do material a intervir (material ósseo) e, a última, devido ao elevado grau de degradação do retábulo, que se encontrava em risco de colapso (Dias, 2017).

Salienta-se que após o término da intervenção, os espaços do Convento de S. Francisco continuaram com o uso de museu, e a igreja, com as cerimônias habituais.

O segundo exemplo de metodologia é a obra de conservação e restauro da Igreja de S. Pedro de Marialva (1995-2001), a qual foi desenvolvida pelo Engenheiro Fernando Marques e pela Arqueóloga Maria Antónia Athayde Amaral. Segundo Marques & Amaral (2001), o estado de conservação da igreja representava indícios alarmantes de degradação, no que refere os seus elementos de construção e seu conteúdo artístico.

A forte presença do espaço exterior da igreja (adro)⁵⁸ – belo cenário de simplicidade vivido pela população de Marialva em horas de lazer – instituía cuidados especiais de intervenção mínima de maneira a não prejudicar aquela vivência que constituía individualmente um vetor significativo da preservação, salvaguardando a autenticidade de toda a edificação (Marques & Amaral, 2001).

Assim, as ações de intervenção ocorreram nos elementos mais urgentes da edificação: “a intervenção na cobertura, o restauro do tecto e do altar-mor” (Marques & Amaral, 2001, p. 147). Vale sublinhar que após o término da intervenção, a igreja permaneceu com as cerimônias habituais.

O terceiro exemplo de metodologia é a obra de conservação do Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão, localizado na Vila Garcia, sendo desenvolvida pela arquiteta Mariana Pinto da Rocha Jorge Ferreira (2010).

Como prioritário, segundo Ferreira (2010), deve-se avaliar o estado das fundações e a existência de assentamentos diferenciais, nomeadamente nas áreas da cabeceira da igreja, das escadas interiores e do claustro, pois apresentam risco de colapso de suas paredes.

As coberturas do conjunto edificado apresentam-se danificadas e requerem urgentemente uma intervenção (Ferreira, 2010).

Logo o quarto exemplo de metodologia, é a obra de conservação do Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção (1995), em Arraiolos, a qual foi desenvolvida pelo arquiteto José Paulo dos Santos para adaptar o conjunto edificado numa pousada (Pousada de Nossa Senhora da Assunção). Segundo Venda (2008), o arquiteto assumiu as várias adições/alterações que o conjunto edificado sofreu ao longo dos séculos, numa abordagem que firma o processo construtivo com uma certa liberdade, não pretendendo modificar a estrutura espacial do edifício existente, e sim dar-lhe uma sucessão natural.

⁵⁸ Terreno ao redor de uma edificação.

Em respeito pela memória do sítio, a intervenção realizada relembra os mesmos princípios da reflexão e do silêncio, de modo que mesmo o mosteiro passando a ter uma função diferente, continua incentivando uma prática semelhante de recolhimento (Venda, 2008).

Assim, a associação entre o antigo e o novo é reforçada pelo prudente uso dos materiais. No novo anexo, foi utilizada a cor branca – sendo inspirada na caiçã alentejana – ao mesmo tempo que foram buscados “materiais existentes no antigo edifício para unificar toda a proposta, como é o caso, do granito cinza e o pavimento em placas de xisto esverdeado” (Venda, 2008, p. 59).

A apresentação destes exemplos de metodologia de intervenção serve para elucidar possíveis propostas metodológicas de intervenção em patrimônios monástico-conventuais em Portugal.

Por fim, neste capítulo, vale destacar que as Cartas, Declarações e Recomendações Patrimoniais proporcionam orientações relativas à proteção, intervenção e preservação do património e os casos de estudo de metodologias de intervenção em património monástico-conventual permitiram compreender como os arquitetos hierarquizaram o que é mais urgente em uma intervenção.

A seleção dos documentos e dos estudos de caso de metodologias de intervenção se baseou no atendimento da justificativa para uma proposta metodológica de intervenção patrimonial no Convento do Calvário, que apresentaremos no próximo capítulo.

Capítulo 5- Princípios orientadores de uma proposta metodológica de intervenção patrimonial no Convento do Calvário, em Évora.

Neste capítulo, apresentaremos considerações para a construção de uma proposta metodológica de intervenção para o Convento do Calvário em Évora, tendo como objetivo primordial contribuir para a salvaguarda dos seus valores na sua totalidade. Para tal, esta proposta está ancorada nos significados de valores explicitados no Capítulo 3, bem como atende às prerrogativas das Cartas e Recomendações Patrimoniais, relativas à preservação do património e aos princípios do processo metodológico na intervenção patrimonial apresentados no Capítulo 4.

Em nosso entender, ao construir-se uma proposta metodológica de intervenção objetivando a salvaguarda do património, concebemos que toda a ação proposta deve estar fundamentada na história do património em questão. Neste sentido, ainda no início deste estudo, ou seja, nos Capítulos 1 e 2, realizamos uma análise sobre a evolução histórica do Convento do Calvário de Évora, incluindo a apresentação dos preceitos arquitetônicos da Ordem de Santa Clara na arquitetura das Casas monásticas femininas, uma vez que a compreensão da qualidade arquitetônica é potencializada pelo conhecimento proporcionado pelo resgate histórico.

Assim, para definir a intervenção de salvaguarda, sintetizaremos as conclusões de cada capítulo anterior e mencionaremos os valores materiais e imateriais do Convento do Calvário a partir da análise dos capítulos.

Abordaremos também a questão de uma possível ocupação futura no Convento, que será de vital importância para a sua conservação.

5.1 Expressão dos Preceitos arquitetônicos da ordem de Santa Clara na arquitetura do Convento do Calvário

Entendemos a importância da atuação da área de arquitetura no campo do património como de interesse público, ou seja, a necessidade da preservação da história da sociedade deve apresentar um olhar arquitetônico sobre o contexto histórico dos lugares onde a humanidade veio construindo a sua cultura. Assim, edificações históricas e espaços públicos a serem utilizados pela coletividade na atualidade, revelam a necessidade do conhecimento da arquitetura.

No capítulo I deste estudo, abordamos considerações referentes aos preceitos arquitetônicos da Ordem de Santa Clara na arquitetura das Casas monásticas femininas pela razão do Convento do Calvário ter sido um cenóbio de clarissas regido pela 1ª *Regra* de Santa Clara. Assim, dividimos o

capítulo em três subcapítulos, sendo o primeiro sobre os preceitos da *Regra* de Santa Clara, no que se refere três elementos construtivos obrigatórios nos conventos femininos regidos pela *Regra*: grade do parlatório, grade do coro e portaria.

Logo no segundo subcapítulo, apresentamos as Orientações Tridentinas para as construções monástico-conventuais, sendo determinantes para fortalecer a clausura dos conventos femininos e que foram estabelecidas no mesmo período histórico em que o Convento do Calvário foi fundado.

Já no terceiro subcapítulo, apresentamos os elementos identitários da arquitetura dos três conventos clarissas de Évora – Convento de Santa Clara, do Salvador e do Calvário – o qual neste momento damos maior destaque, pois os elementos identitários do Convento do Calvário fazem parte do conjunto dos valores materiais e imateriais.

Adiante apresentaremos os elementos identitários da arquitetura conventual clarissa e seus respetivos valores no Convento do Calvário, tanto valores materiais como valores imateriais.

Elementos Identitários dos Preceitos arquitectónicos da Ordem de Santa Clara	
Localização	
Descrição	Valor
O Convento do Calvário localiza-se no intramuros, assim como a maioria dos conventos femininos de clarissas, devido à busca de proteção contra vandalismos.	A localização do Convento na cidade de Évora é um valor material em presença, principalmente pelo fato de situar-se no intramuros de uma cidade classificada como Património da Humanidade.
Muros	
Descrição	Valor
O muro é um extenso elemento de resguardo onde finaliza um mundo secular e impede que nele entrem ladrões e que as religiosas possam ser vistas da rua. No Convento do Calvário, para quem está na via pública, todos os muros que englobam a cerca são altos, não sendo possível saber aonde se inicia a cerca e onde termina a edificação.	O muro do Convento é um valor material em presença, tendo significativa relevância arquitectónica, tanto pela sua dimensão quanto pela sua imponentia.

Tabela 6 Elementos Identitários dos Preceitos arquitectónicos da Ordem de Santa Clara parte 1.

Fonte: Elaboração própria (setembro de 2021).

Fachadas	
Descrição	Valor
<p>As fachadas dos conventos femininos construídos na Idade Moderna utilizam uma expressão praticamente militar devido a presença de contrafortes e paredes de grande espessura e altura, o que é evidente no Convento do Calvário. Esta observação é válida para a fachada principal do Convento do Calvário, a nordeste do edifício, que apresenta onze grandes contrafortes assimétricos, desprovidos de ornamentos. Os conventos femininos possuem características específicas, como a porta principal da igreja se localizar sempre na lateral da igreja, sendo uma “marcação enfática” (Urbano, 2007, p.40). O Convento do Calvário segue esta característica.</p>	<p>As fachadas do Convento fazem parte do valor material em presença. Seus contornos destituídos de ornamentos expressam o sentido de simplicidade presente na Ordem de Santa Clara.</p>
Dependências	
Descrição	Valor
<p>As dependências, na maioria dos conventos femininos, são distribuídas ao redor do claustro, sendo este, localizado no centro do edifício. O refeitório e a sala do capítulo normalmente são localizados no piso térreo do convento, o que se verifica no Convento do Calvário, tal como a cozinha e a despensa. O dormitório localiza-se no segundo piso, com o propósito de recolhimento, sendo mais afastado das atribuições diárias.</p>	<p>As dependências fazem parte do valor material do Convento de forma peculiar. Contudo, uma parcela deste valor perdeu-se por não termos conhecimento do uso original de algumas dependências.</p>
Mirantes	
Descrição	Valor
<p>Os mirantes são os únicos elementos arquitectónicos que avançam sobre a horizontalidade da edificação, de modo que a comunidade religiosa pudesse ver sem ser vista. Os mirantes situam-se na maioria das vezes, nos locais de maior visibilidade para as freiras, ou seja, paralelos aos principais eixos viários da cidade. No Convento do Calvário há dois mirantes, sendo um na torre fernandina, ao lado da muralha, e outro na torre-campanário.</p>	<p>Os mirantes fazem tanto parte do valor material, como imaterial em presença do Convento, pois mesmo sendo estruturas arquitectónicas, os mirantes foram a única conexão com o mundo externo que as religiosas possuíam.</p>

Tabela 7 Elementos Identitários dos Preceitos arquitetônicos da Ordem de Santa Clara parte 2.

Fonte: Elaboração própria (setembro de 2021).

Coros	
Descrição	Valor
Os coros revestem-se de grande importância para as religiosas e são particularmente essenciais no seu quotidiano. Eles são a continuação espacial da igreja dos leigos, no entanto, estão separados da igreja por elementos construtivos que asseguram o distanciamento necessário das religiosas em severo cumprimento da clausura: grades, rodas e portinholas . Há três tipos de coros: coro alto, coro baixo e latecoro. O Convento do Calvário possui apenas um coro alto.	O coro-alto faz parte do valor material em presença do Convento. Seus detalhes são ricos principalmente pelas suas capelas laterais e pelo seu cadeiral.
Elementos separativos	
Descrição	Valor
Os elementos construtivos de separação das religiosas entre o interior e exterior dos conventos são as rodas, grades e portinholas. Eles serviam para definir uma certa distância que não pudesse permitir o contato visual, não tolerando ângulos de visão do interior para o exterior e vice-versa. No Convento do Calvário, o coro alto possui uma grande grade com uma portinhola no centro, e ainda, espigões virados para a igreja dos leigos, marcando a divisão dos espaços e reforçando a clausura das religiosas.	Os elementos separativos fazem parte do valor material em presença no Convento. Seus detalhes impressionam pela sua arquitetura, bem como pelo seu ótimo estado de conservação.

Tabela 8 Elementos Identitários dos Preceitos arquitetônicos da Ordem de Santa Clara parte 3

Fonte: Elaboração própria (setembro de 2021)

Assim, ao esquadrihar este subcapítulo, compreendemos o quanto é relevante apresentar os valores dos elementos identitários dos preceitos arquitetônicos da Ordem de Santa Clara, pois para realizar uma Proposta Metodológica de Intervenção no Convento do Calvário, é fundamental ter conhecimento dos valores arquitetônicos para a sua salvaguarda.

5.2. Caracterização e Identificação da evolução histórico-arquitetônica do Convento do Calvário

Pretendemos contribuir neste subcapítulo com o exame do valor territorial do Convento do Calvário e do valor imaterial do quotidiano das religiosas. Procuraremos também apresentar uma posição crítica sobre as intervenções efetuadas pela Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

Nesse sentido resgataremos pontos significativos do Capítulo II, quando descrevemos a fundação do Convento do Calvário e analisamos os aspectos históricos que influenciaram a evolução de seu conjunto arquitetônico, situado na malha urbana da cidade de Évora. Nessa análise dos aspectos históricos mais marcantes, apresentamos detalhes dos hábitos de vida das religiosas no interior do

Convento do Calvário para se compreender melhor o projeto arquitetônico pensado para esse Convento.

Assim, dividimos o Capítulo II em subcapítulos, que versam desde a localização do Convento do Calvário e a sua relação com a cidade de Évora, onde descrevemos a retrospectiva histórica da cidade de Évora, tendo como foco a fundação dos conventos na cidade, em especial do Convento do Calvário no panorama conventual da cidade; bem como apresentamos também o quotidiano da vida das religiosas.

Por fim, no último subcapítulo realizamos uma análise arquitetônica do Convento, apresentamos os materiais de construção e as técnicas construtivas do conjunto edificado, citamos as intervenções efetuadas pela DGEMN e apresentamos o estado de conservação do conjunto edificado.

Assim com o subsídio teórico apresentado pelo Capítulo II, apresentaremos o valor territorial do Convento do Calvário e o valor imaterial do quotidiano das religiosas.

Caracterização e Identificação da evolução histórico-arquitectónica do Convento do Calvário
Valor Territorial do Convento do Calvário
O Centro Histórico onde está localizado o Convento do Calvário, é classificado como Património da Humanidade desde 1986.
O valor territorial que a cidade de Évora possui deve-se às suas várias camadas de história, que passaram desde os eburones, romanos, visigodos, mouros até a Reconquista Cristã. A malha urbana da cidade foi se transformando século após século até chegar aos dias de hoje, e podemos notar as particularidades de alguns dos povos que por ali habitaram, no urbanismo, na arquitetura e até na cultura.
Considerando que estudo diz respeito a um património monástico-conventual, vale destacar que a cidade teve no total dezenove Casas religiosas, um número muito grande para uma cidade deste porte. Isso deve-se ao fato de esta ser uma cidade conquistada pelos mouros e estar situada em território limite ocidental da Cristandade, estes fatores atraíram algumas Ordens religiosas que, seguindo o espírito apostólico e expansionista, aqui se vieram implantar posteriormente (Monteiro et al., 2016).
As Ordens Religiosas tiveram um fator muito importante na definição da malha urbana da cidade de Évora, pois foi a partir da construção das cercas conventuais, que novas ruas foram traçadas e foram se desenvolvendo e densificando conjuntos urbanos (Monteiro et al., 2016).

Tabela 9 Caracterização e Identificação da evolução histórico-arquitectónica do Convento do Calvário, parte 1.
Fonte: Elaboração própria (setembro de 2021).

Valor Imaterial do quotidiano das religiosas do Convento do Calvário
O cenóbio era regido pela 1ª <i>Regra</i> de Santa Clara, sendo a mais rigorosa observância de clarissas, onde segundo a <i>Regra</i> , as religiosas cumpriam jejum e observavam o silêncio, cumprindo os votos de pobreza, castidade, além de viverem em clausura absoluta.
O quotidiano das religiosas era marcado pela oração e pelo Ofício Divino - levantar às 00:00 para rezar, oração mental às 6:00, assistir à missa às 9:00, após a consoada, rezar vésperas e completas.
As religiosas viviam de esmolas, não tinham rendimentos, dormiam todas no mesmo dormitório, a carne não fazia parte da sua dieta, exceto quando ficavam doentes, andavam descalças, vestiam hábito de burel, dormiam sobre um pedaço de cortiça, os seus travesseiros eram feitos de palha e os seus cobertores eram pequenas mantas; em tempos de crise, quando a fome apertava, as religiosas tocavam o “sino da fome” para que a cidade de Évora as ouvisse e socorresse.

Tabela 10 Caracterização e Identificação da evolução histórico-arquitetónica do Convento do Calvário, parte 2, **Fonte:** Elaboração própria (setembro de 2021).

Com relação as obras de conservação e restauro no Convento realizadas pela extinta DGEMN, elas ocorreram entre os anos 1953 e 1961, como foi mencionado no capítulo II.

A intervenção de 1953 teve lugar na igreja, nos tetos de algumas dependências e na instalação de duas casas de banho no primeiro piso.

A igreja possuía manchas de infiltrações de água na abóbada; alguns azulejos haviam caído da parede e algumas partes de madeira precariamente presas por arame do retábulo-mor desprenderam-se da estrutura e caíram no chão. Sendo assim, houve reparação nos telhados da igreja e nas manchas de infiltração da abóbada. Os azulejos das paredes foram recolocados. O retábulo do altar-mor necessitou ser desmontado e algumas peças que faltavam foram substituídas por novas. Algumas dependências sofreram infiltrações nos seus tetos, os quais foram reparados. O elemento decorativo (busto de um querubim ladeado por acantos estilizados) que caiu e foi substituído por um novo no retábulo-mor é um trabalho de respeito pela autenticidade da obra, pois a parte substituída em madeira não foi folheada a ouro como a original, para que fosse possível observar o que é novo e o que é original, sem criar um falso histórico.

Por sua vez, a intervenção de 1961 teve lugar no telhado do dormitório, onde dormiam as raparigas, que se encontrava bastante arruinado, causando inúmeras infiltrações. Assim sendo, foram substituídos os barrotes danificados de pinho por outros novos, também de pinho, assim como foi realizada a limpeza de todos os telhados do conjunto edificado.

Assim, acreditamos que as duas intervenções respeitaram o conjunto edificado em sua totalidade. Contudo, a limpeza de todas as coberturas deveria ser realizada regularmente, pois a falta

de manutenção periódica fez surgir infiltrações nos mesmos lugares, tanto na igreja como em outros lugares - coro alto.

5.3. Identificação dos valores identitários do Convento do Calvário

Neste subcapítulo, identificaremos os valores patrimoniais do Convento do Calvário, para tanto utilizaremos de contribuições presentes no Capítulo III, assim como indicaremos os valores arquitetônicos perdidos e transformados.

No Capítulo III, realizamos uma análise da importância que diferentes valores representaram e ainda representam na história secular do Convento do Calvário em Évora. Assim, valores históricos, arquitetônicos, culturais, artísticos e religiosos, compreendem o conjunto de valores que abordamos, analisando a sua importância para a cidade de Évora.

Analisamos e hierarquizamos os valores acima mencionados pelo fato de que a nossa proposta de investigação pretende o resgate histórico de um patrimônio monástico-conventual situado numa cidade que é Patrimônio Mundial, daí o seu valor, pois consideramos os valores como referências indispensáveis para uma análise histórica mais precisa.

Importa destacar que o Capítulo III é uma avaliação sistemática com base no Capítulo III, pois foi a partir das conclusões do segundo capítulo, que conseguimos descobrir os valores analisados e hierarquizados no terceiro capítulo.

Valores Patrimoniais do Convento do Calvário	
Valor Histórico-Arquitetónico	
Identificação	Tipo de Valor
O Convento do Calvário é classificado como Monumento Nacional desde 1922.	Valor imaterial em presença
Convento fundado pela Infanta D. Maria em 1574.	Valor imaterial em presença
A primeira planta do Convento foi traçada pelo Cardeal D. Henrique.	Valor material perdido
O Convento do Calvário foi um dos poucos afetados pela Guerra da Restauração.	Valor material em presença
A sua relação histórico-arquitetónica com a muralha fernandina que circunda a cidade a cidade de Évora.	Valor material e imaterial em presença
O fato de ser um dos conventos que subsistem na malha urbana da cidade e que ainda encontra-se mais fiel ao projeto para que foi concebido (em termos arquitetónicos).	Valor material em presença

Tabela 11 Avaliação dos Valores Identitários do Convento do Calvário, parte 1.

Fonte: Elaboração própria (setembro de 2021).

Valor Religioso		
Identificação		Tipo de Valor
O cenóbio era regido pela 1ª <i>Regra</i> de Santa Clara, sendo a mais rigorosa observância de clarissas.		Valor imaterial em presença
Na igreja do Convento, temos desde 1800, a pedra tumular do arcebispo D. Joaquim Xavier Botelho de Lima, benfeitor e devoto do convento.		Valor material em presença
Valor Artístico		
Identificação		Tipo de Valor
Painéis azulejares	Há uma série de diferentes padrões de azulejos no Convento, como os azulejos do Claustro (<i>Via Sacra</i>), do Parlatório, da Cozinha, da Capela-mor, e da grande capela do segundo piso, mas dois se destacam pelo seu aspecto singular - o azulejo de inspiração oriental de fundo roxo presente nos seis pares de pilastras da Igreja e a Capela de São João Baptista, completamente revestida em azulejos.	Valor material em presença
Pintura	Observamos as pinturas maneiristas presentes nos retábulos da igreja situados no transepto - <i>Pentecostes</i> e <i>Assunção da Virgem</i> - realizadas em 1580 pelos pintores Simão Rodrigues e Domingos Vieira Serrão, sob encomenda testamentária da Infanta D. Maria; o tríptico do Refeitório representado pela <i>Última Ceia, Santa Clara e São Francisco</i> (mesmo o tríptico não estando no Convento, representa artisticamente e historicamente o Convento); as pinturas no teto do Coro alto figurando atributos sacros da Ordem de Santa Clara, Brasão de armas reais de Portugal, Província Franciscana dos Algarves, e os sagrados Corações de Jesus e Maria; e por último as pinturas da <i>Assunção da Virgem</i> e de <i>São Francisco</i> do Coro alto.	Valor material em presença
Madeira	Observamos o retábulo do altar-mor em talha dourada construído com a expensas da Infanta, com grande riqueza em detalhes; os retábulos do cruzeiro da igreja; o cadeiral do Coro, encomendado por D. João IV, sendo um dos únicos existentes atualmente em Évora; e as capelas laterais do Coro alto.	Valor material em presença

Tabela 12 Avaliação dos Valores Identitários do Convento do Calvário, parte 2.

Fonte: Elaboração própria (setembro de 2021).

Valor Cultural		
Identificação		Tipo de Valor
Religiosas	As religiosas contribuíram para a preservação e conservação da religião católica tão representativa e importante para a cultura da cidade de Évora.	Valor imaterial em presença
Torre fernandina	A Torre fernandina, por ter sido uma torre-mirante, era a única conexão com o mundo externo que as religiosas possuíam	Valor material e imaterial em presença
Pão de rala; Conduitos de azeitona e Bolo roião	As próprias religiosas os criaram e hoje são reconhecidos como alguns dos doces conventuais típicos da cidade	Valor imaterial em presença
Horta	A horta também é uma particularidade, dado que a forma de cultivar, de plantar, de colher e de conhecer as espécies adequadas para cada época do ano podem fazer parte do valor cultural do Convento. Segundo Alves (2013), a horta foi fundamental para manter a produção e o abastecimento do Convento com hortícolas e animais de pequeno porte. Contudo, não há só o valor nutricional, pois muitas hortícolas eram utilizadas também para fins medicinais.	Valor material transformado
Valores arquitectónicos perdidos e transformados do Convento do Calvário		
Valor Perdido (Espaços que não possuem mais utilização)		
Igreja		
Dormitório		
Rouparia		
Pátio de Lavação		
Sacristia		
Capela de S. João Baptista		
Capela do Baptismo		
Coro alto		
Sala de Costura		
Enfermaria		

Tabela 13 Avaliação dos Valores Identitários do Convento do Calvário, parte 3.

Fonte: Elaboração própria (setembro de 2021).

Valor Transformado	
Identificação	Justificativa
Portaria/ Parlatório externo	Foi construída uma parede no meio da sala original, dividindo-a em duas, sendo uma atualmente utilizada como Sala de reuniões, e a outra como Gabinete de trabalho.
Horta	Sua forma original não existe mais, sendo que uma fração foi concretada para se tornar uma quadra de esportes. Logo na área verde, há árvores frutíferas e criação de pequenos animais, mas não há mais cultivo de hortícolas.
Sala Capitular	Atualmente é utilizada esporadicamente como sala de reuniões dos Cursos de Cristandade.

Tabela 14 Avaliação dos Valores Identitários do Convento do Calvário, parte 4.
Fonte: Elaboração própria (setembro de 2021).

Assim, esperamos que a análise histórica do Convento do Calvário, bem como dos valores patrimoniais e arquitetônicos que representaram e representam esta instituição para a nossa cultura (e concretamente para a cidade de Évora) possam contribuir para definir o tipo de intervenção de salvaguarda a implementar nesse patrimônio histórico e religioso.

5.4. Documentos que fundamentarão a Proposta metodológica de Intervenção no Convento do Calvário

Apresentaremos neste subcapítulo um resumo das Cartas e Recomendações Patrimoniais listadas no Capítulo IV, pois elas poderão fundamentar uma proposta metodológica de intervenção no Convento do Calvário, nesse capítulo apresentamos e analisamos os conceitos e metodologias utilizadas na área de intervenção do patrimônio na atualidade. A necessidade de trazer a esse trabalho essa questão, reside no fato de que, ao se propor toda e qualquer iniciativa de intervenção no patrimônio histórico, faz-se necessário entender o conceito e a metodologia utilizada nesse processo.

Subdividimos estes Documentos em Cartas e Recomendações Nacionais e Internacionais. Inicialmente as Cartas e Recomendações Nacionais que referem o legado da Igreja como relevante a toda humanidade, sendo bens, obras e valores interessantes a todos. Assim, qualquer intervenção que venha a ser realizada neste conjunto edificado deverá atender esta premissa, ou seja, para todo o

conjunto da sociedade. Ainda nas Recomendações Nacionais, apresentamos a Lei 107/2001 a qual estabelece que a transmissão de uma herança nacional deverá ser assegurada pelo Estado, através da salvaguarda e valorização do patrimônio cultural, deste modo entendemos que é necessária a participação do Estado no fomento da salvaguarda deste Convento.

Posteriormente, apresentamos uma síntese das Orientações e Recomendações Internacionais que proporcionam orientações relativas à proteção, intervenção e preservação do patrimônio. Praticamente todos estes documentos retratam a necessidade da salvaguarda do patrimônio arquitetônico e alguns expõem os significados das intervenções arquitetônicas de forma detalhada, como a conservação e o restauro dos patrimônios, e referem que é obrigação de cada comunidade transmitir intactos o seu patrimônio histórico, artístico, cultural e religioso para as gerações futuras.

Neste sentido, toda e qualquer proposta metodológica de intervenção deve levar em conta as prerrogativas destes documentos; tendo a conservação e o restauro pautados na condição de não se alterar a forma ou até mesmo a decoração dos edifícios, do mesmo modo que estas ações de intervenção devem ser destinadas a uma função útil à sociedade.

5.5. Contributos para uma intervenção de salvaguarda

Reconhecendo o Convento do Calvário como um patrimônio arquitetônico único em Évora e considerando o seu estado de conservação, é necessária a compreensão de que é urgente uma intervenção que venha a garantir a sua integridade material e a essencial estabilidade.

A nossa premissa é de que uma intervenção mínima no conjunto edificado, permitirá que o Convento não perca a sua integridade e autenticidade, e que objetive a salvaguarda dos bens materiais nele integrados. Importa destacar que a Carta de Cracóvia (2000) refere que ações de intervenção mínima de conservação preservam o máximo as preexistências.

Propomos que uma das ações a serem tomadas no conjunto edificado do Convento do Calvário seja a conservação, sendo que ela “exprime a atitude fundamental da salvaguarda do património histórico” (Repolho, 2011, p.82) e prolonga o tempo de vida do edifício e consolida os elementos que estão em risco de colapso.

Devido ao rico conjunto de valores que envolvem o Convento do Calvário, que apresentamos anteriormente, é indispensável que sejam realizadas além de ações de conservação, ações de restauro crítico no conjunto edificado.

O restauro crítico conservará e evidenciará os valores históricos e estéticos do patrimônio (patrimônio integrado do Convento do Calvário, sendo a talha dourada, os painéis azulejares, os frescos, que todos representam o barroco).

Assim, propomos ações de conservação e de restauro crítico de mínima intervenção no conjunto edificado.

A nossa proposta metodológica de intervenção tem a necessidade de seguir um processo de faseamento, desde elementos prioritários até aos elementos de menor prioridade.

No que diz respeito aos elementos prioritários, mencionaremos o Coro alto, a Capela-mor, a Igreja e o Refeitório, pois são os elementos que estão em pior estado de conservação e que compreendem alguns dos elementos identitários de importância significativa no Convento.

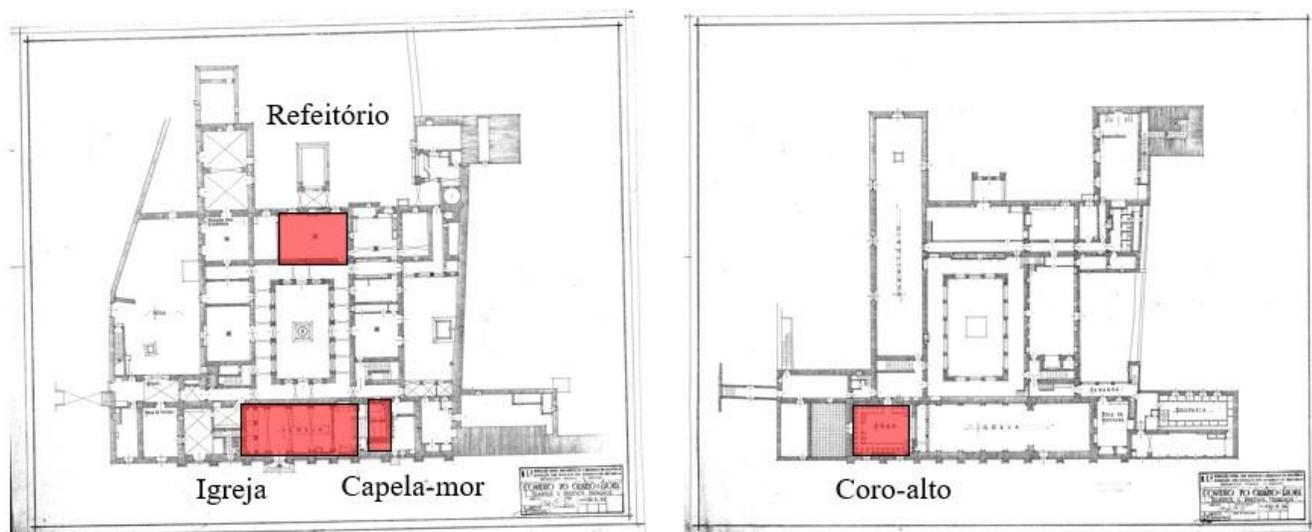


Fig. 14 Elementos prioritários do plano de faseamento.

Fonte: Elaboração própria (dezembro de 2021)/ Elaboração própria sobre a Planta SIPA DES.00000897.

Logo os elementos de menor prioridade, mencionaremos a torre Fernandina, a torre-campanário e materiais construtivos, nomeadamente as cantarias e os rebocos do conjunto edificado.

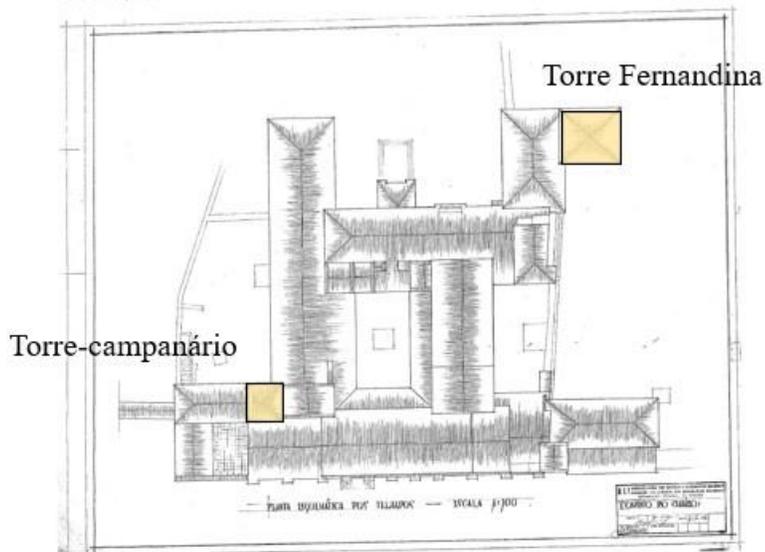


Fig. 15 Elementos de menor prioridade do plano de faseamento.

Fonte: Elaboração própria (dezembro de 2021)/ Elaboração própria sobre a Planta SIPA DES.00000897.

Antes de tocar no assunto dos elementos prioritários, é imprescindível salientar que logo no início da intervenção, devem ser realizadas a manutenção e a conservação nas coberturas, pois como atrás foi mencionado, há vários pontos de infiltração no conjunto edificado.

O Coro alto necessita ser restaurado por completo, pois ele integra bens materiais artísticos de grande valor histórico, artístico e religioso, nomeadamente as Pinturas da *Assunção da Virgem* e de *São Francisco*; o cadeiral do Coro (em estado de degradação), encomendado por D. João IV, sendo um dos únicos existentes atualmente em Évora e as capelas laterais (em estado de degradação). A intervenção necessita de urgência, pois seu teto de caixotões em madeira, também de grande valor artístico, pode colapsar devido a infiltração na cobertura, podendo danificar todos os bens materiais de valor da dependência conventual.

Na Capela-mor, devem ser restaurados os dois bens materiais que estão em débil estado de conservação e possuem valor artístico e histórico, nomeadamente a abóbada e o retábulo-mor. A abóbada de caixotões pintados a fresco apresenta uma fissura longitudinal, que atravessa seu intradorso, além de lacunas na pintura mural muito possivelmente devido a infiltrações. Logo no retábulo-mor, o *Brasão das armas reais da Infanta D. Maria* localizado no ático está prestes a desabar, necessitando também de urgente restauro.

Na Igreja, deve ser restaurado o caixotão da abóbada, pois devido a uma infiltração na cobertura, levou ao destacamento da pintura que está começando a danificar o estuque, que possui um inestimável valor artístico.

No Refeitório, o forro do teto em madeira fasquiada deve ser restaurado, pois devido a uma infiltração na cobertura da antiga Sala de Leitura (acima), ele foi muito danificado.

Chegando aos elementos de menor prioridade, mas que também possuem grande valor como um todo, temos a torre Fernandina e a torre-campanário, as quais também são elementos identitários de muita importância no Convento, e fazem parte tanto do valor histórico-arquitetônico, como do valor material e imaterial do Convento do Calvário e necessitam ser restauradas.

Em relação aos materiais construtivos, é necessário ter particular atenção com os rebocos de alguns pontos do conjunto edificado, que sofreram desagregações devido a umidade por capilaridade, necessitando ser conservados.

As cantarias do conjunto edificado também precisam de atenção, pois é muito possível que haja algumas com necessidade de serem restauradas.

Consideramos que os elementos identitários deverão ser salvaguardados em qualquer intervenção que seja realizada num convento feminino, e aqui em especial no Convento do Calvário de Évora.

Após uma análise detalhada para uma proposta metodológica de intervenção, visando a salvaguarda do Convento do Calvário, abordaremos a questão de uma possível ocupação futura para o Convento, o que será de vital importância para a sua conservação.

Antes de começar a abordar estudos de caso de conventos reutilizados em Évora, é necessário analisar o uso atual do Convento do Calvário pelo Movimento dos Cursos de Cristandade e pelo Corpo Nacional de Escutas. Estas duas entidades utilizam pelo menos seis salas do Convento e desde a sua ocupação no conjunto edificado em 2007, não fizeram nenhuma manutenção. Consideramos que não é suficiente haver apenas uma utilização num património histórico com o intuito de preservá-lo, e sim, é necessário salvaguardá-lo e realizar manutenções periódicas.

Assim, apresentaremos de forma sucinta duas situações que envolvem outros dois conventos claríssimos de Évora, os quais também foram reutilizados. A importância de elucidar esses casos, reside no fato de exemplificar cenários semelhantes.

O Convento de Santa Clara foi reutilizado numa escola de ensino médio em meados da segunda metade do século XX, que se mantém até os dias de hoje. Não nos foi permitido o acesso para desenvolver uma análise sobre a adequabilidade da escola no convento, mas sabe-se que a escola utiliza

as antigas dependências do extinto convento e a igreja de Santa Clara abriga exposições temporárias ligadas à Igreja.

O Convento do Salvador, lamentavelmente foi desmembrado em 1940 e em 1942 foi inaugurado o edifício da estação de correios C.T.T., no local da antiga cerca conventual. Apenas restou a igreja, a torre-mirante, o *latecoro*, o coro alto e uma parte da arcada do claustro. A igreja atualmente abriga exposições temporárias com temas diversos.

No entanto, o desmembramento do Convento do Salvador acabou por descaracterizar a estrutura conventual como um todo, pois a sua unidade fragmentada perde a essência.

Assim, a descrição, mesmo de forma sucinta, dessas duas situações de reutilização de um patrimônio histórico pode contribuir para um futuro estudo sobre o destino do Convento do Calvário.

Como proposta de uma metodologia que auxilie na identificação de um uso compatível e adequado ao Convento do Calvário, recomendamos que a nova função não seja divergente do uso original, e sim, que respeite e possa assegurar a sua história e seu significado. De acordo com Mestre & Aleixo (2006, p.90), “É o retorno à espiritualidade, mesmo que se alterem os usos (com parcimónia e no sentido do lugar), deverá permanecer, senão mesmo se sobrepor, o sentido pelo qual foi concebido o edifício ou o conjunto arquitectónico”.

A primeira proposta que levantamos é abrir a Igreja ao público, tanto para cerimônias religiosas, quanto para visitas, o que poderia trazer de volta o seu valor religioso.

A segunda proposta, é que a cerca conventual do Convento seja transformada num jardim e aberta ao público, criando uma nova área verde em Évora e proporcionando um local agradável e acolhedor para a comunidade de Évora.

Por fim, neste último capítulo realizamos uma síntese dos capítulos anteriores visando a aproximação dos elementos identitários dos preceitos arquitetônicos da Ordem de Santa Clara; da identificação da evolução histórico arquitetônica do Convento do Calvário e principalmente da avaliação dos valores identitários do Convento para a indicação de princípios orientadores de uma proposta metodológica de intervenção patrimonial no Convento do Calvário, em Évora.

Nesse sentido, consideramos que este estudo poderá contribuir para a identificação de um uso compatível e adequado que salvasse o Convento do Calvário para benefício das futuras gerações.

Conclusão

Este estudo sobre o Convento do Calvário foi fundamental para um melhor conhecimento sobre a fundação e evolução histórico-arquitetônica do Convento, os preceitos arquitetônicos da Ordem de Santa Clara na arquitetura das Casas monásticas femininas, e as características naturais e construtivas em presença, fatores cujo conhecimento é essencial para a definição de ações de salvaguarda do Convento, ou seja, de propostas metodológicas de intervenção.

Ao analisar os capítulos, iniciando pelo primeiro que aborda a “Expressão dos preceitos arquitetônicos da Ordem de Santa Clara na arquitetura das Casas monásticas femininas”, compreendemos que a arquitetura dos patrimônios monástico-conventuais regidos pela Ordem de Santa Clara, se baseou na arquitetura Franciscana, devido a austeridade nas suas estruturas arquitetônicas. Contudo, também possuía significativas particularidades por se tratar de Casas monásticas femininas, como a clausura absoluta. Este capítulo alcançou o nosso objetivo de compreender a expressão dos preceitos arquitetônicos da Ordem de Santa Clara na arquitetura das Casas monásticas femininas, retratando exaustivamente todas as orientações e *regras* de construção e função de cada espaço conventual feminino, além de comparar os elementos identitários de três conventos de clarissas em Évora para melhor contextualização.

Importa destacar também que este capítulo evidenciou a construção da diferença de género na Igreja Católica, o que é indispensável referir neste estudo, principalmente na atualidade, onde as questões de género são cada vez mais discutidas no universo dos direitos humanos. Naquela época histórica, era nítida e compreensível a diferença entre o quotidiano dos religiosos e das religiosas dentro dos conventos. Assim como referimos neste capítulo, nas Casas monásticas masculinas não havia a clausura absoluta, ou seja, eram possíveis as entradas e saídas da Casa monástica tanto por parte dos religiosos, como dos seculares. A única proibição dizia respeito a entrada de mulheres nestes locais. Por outro lado, nas Casas monásticas femininas, principalmente após o Concílio de Trento, a clausura tornou-se “absoluta”, estrita, na tentativa de disciplinar a vida das monjas dentro do ambiente monástico de maneira a mantê-las fora do que se considerava mundo profano.

No segundo capítulo que diz respeito a “Fundação e Evolução histórico-arquitetônica do Convento de Santa Helena do Monte Calvário em Évora”, apresentamos um relato histórico sobre a fundação e a evolução histórico-arquitetônica do Convento de Santa Helena do Monte Calvário

de Évora. Descrevemos particularidades sobre a fundação e analisamos os aspectos históricos que influenciaram a evolução do conjunto arquitetônico do Convento, situado na malha urbana da cidade de Évora. Constatamos que o Convento do Calvário teve a sua fundação em 1574 pela Infanta D. Maria, sob a mais rigorosa *Regra* de Santa Clara, fato esse que o distingue dos demais conventos clarissas de Évora. O Convento possui fachadas austeras, desprovidas de ornamentos, altos muros e revestido por grades nas poucas janelas voltadas para o exterior, dando a entender ao transeunte, que o edifício se assemelhava a uma fortificação, e a intenção da “arquitetura da clausura absoluta”, tinha o propósito de proteger as religiosas dentro do Convento e ao mesmo tempo evitar que elas saíssem, ou que alguém de fora entrasse. As Casas monásticas femininas eram muito similares a estabelecimentos prisionais, não só pelos limites físicos que isolavam as religiosas do mundo exterior, mas por vários elementos de controle e vigilância interna da vida conventual.

Contudo, no interior do Convento, mesmo as religiosas possuindo uma vida de grande reclusão imperando o controle, disciplina, castidade e pobreza, verificamos que o estilo barroco presente na maioria das dependências internas do Convento e pelos bens artísticos representados por pinturas, azulejos, torre-mirante e capelas ricamente adornadas em talha dourada, acabavam por apresentar uma arquitetura que até certo ponto poderia “suavizar” e minimizar o rigor da vida num convento feminino de clausura absoluta.

No que respeita a análise arquitetônica do Convento, apresentamos os materiais de construção e técnicas construtivas do conjunto edificado, as intervenções de conservação e restauro efetuadas pela extinta DGEMN no Convento entre os anos 1953 e 1961, assim como o estado de conservação atual do conjunto edificado.

Constatamos que o Convento encontra-se em débil estado de conservação, contendo bens de valor histórico e artístico em risco de colapso, devido a insuficientes manutenções preventivas. Deste modo, constatamos que o conjunto edificado necessita de uma urgente ação de intervenção.

Com referência ao terceiro capítulo que retrata “O Convento do Calvário e o seu valor na cidade de Évora”, analisamos a importância dos diferentes valores identitários na história do Convento do Calvário em Évora, sendo eles os valores históricos, arquitetônicos, culturais, artísticos e religiosos. A argumentação apresentada nesse capítulo contribui para o resgate histórico do Convento de Santa Helena do Monte Calvário, fundamentando a sua importância para

a cidade de Évora e principalmente por indicar significativos argumentos para uma possível ação de intervenção de conservação e restauro⁵⁹.

No quarto capítulo intitulado “Discurso conceitual e metodológico na área da intervenção patrimonial na atualidade”, apresentamos e analisamos os conceitos e metodologias utilizadas na área de intervenção do patrimônio na atualidade. Essa questão é de grande relevância para este estudo, pois ao se propor qualquer iniciativa de intervenção no patrimônio histórico, é necessário entender conceitos e metodologias utilizados nesse processo. Nesse sentido, a elaboração de uma proposta metodológica de intervenção para a salvaguarda do patrimônio monástico-conventual em Évora encontrar-se-á amparada em conceitos legais.

Além dos conceitos e metodologias utilizadas na área de intervenção do patrimônio, apresentamos também princípios do processo metodológico na intervenção patrimonial por meio de estudos de caso de metodologias de intervenção em patrimônios monástico-conventuais em Portugal. Esses estudos de caso contribuíram para a definição de uma proposta metodológica de intervenção no Convento do Calvário, além de compreender como os arquitetos hierarquizaram o que é mais urgente ou prioritário em uma intervenção.

Para finalizar, no quinto capítulo “Princípios orientadores de uma proposta metodológica de intervenção patrimonial no Convento do Calvário, em Évora”, que consideramos ser o capítulo mais relevante deste estudo, tivemos como objetivo definir uma metodologia de intervenção para salvaguardar o patrimônio material e imaterial do Convento, baseada nos seus valores materiais e imateriais⁶⁰.

Assim, considerando que o Convento é um patrimônio único em Évora, e examinando criteriosamente seu estado de conservação, propomos que fosse realizada uma intervenção de conservação e restauro no seu conjunto edificado. A proposta de ação de restauro de mínima intervenção é baseada no rico conjunto de valores existentes no Convento do Calvário e teve como premissa o respeito absoluto pela autenticidade do patrimônio histórico como um todo. Quanto a conservação, esta será relevante para consolidar tecnicamente os elementos isolados do conjunto edificado que ameaçam danos ao mesmo, e ainda prolongará a vida útil da edificação.

⁵⁹ Importa lembrar que para a realização deste capítulo, havíamos proposto realizar entrevistas para enfatizar o valor sociocultural do patrimônio, sendo originalmente direcionada aos agentes públicos e à população de Évora. Contudo, em decorrência da pandemia da Covid-19, foi necessário abandonar esta ação planejada. Sendo assim, o valor sociocultural para a comunidade foi o valor patrimonial que não conseguimos identificar conforme o planejado.

⁶⁰ Averiguamos que não foi possível resgatar detalhes de alguns valores, bem como a planta original do Convento, traçada pelo Cardeal D. Henrique e de algumas dependências conventuais que não tiveram funções definidas.

Como recomendação para uma futura intervenção no conjunto edificado do Convento do Calvário, é necessária a investigação da procedência dos materiais de construção do Convento, nomeadamente os elementos de granito e mármore, pois utilizar materiais compatíveis é imprescindível.

No que diz respeito a questão do uso do Convento, importa destacar que atualmente o valor do uso está reduzido a uma pequena parte do conjunto edificado, que não danifica o Convento, contudo, a parte remanescente da edificação está desativada e contribui para a sua degradação.

Vale ressaltar que este estudo aprofundado em investigação, poderá ser útil para próximas investigações bem como para futuros projetos de intervenção. Acreditamos que este estudo possui elementos que contribuirão na definição de uma intervenção de salvaguarda, pois terá neste trabalho indicadores tais como: o historial, os valores do convento, a identificação do estado de conservação para a definição de um uso.

Encerrando a presente dissertação, consideramos respondidas algumas questões que formulamos quando iniciamos a investigação, mas novas questões se colocaram no decorrer do estudo, sugerindo novos temas para reflexão bem como para novas investigações.

Referências Bibliográficas

Fontes

- Arquivo Distrital de Évora, L.º 6 dos Originais da Câmara de Évora, fl. 256
- Arquivo Nacional Torre do Tombo, Inventário de Extinção do Convento de Santa Helena do Calvário de Évora, PT/TT/MF-DGFP/E/002/00040.
- Arquivo Nacional Torre do Tombo, Inventário de Extinção do Convento de Santa Helena do Calvário de Évora, PT/TT/MF-DGFP/E/002/00040-m0017.TIF
- Arquivo Nacional Torre do Tombo, Processo PT/ACMF/CJBC/EVO/EVO/ADMIN/049. Secretaria- Geral- Ministério das Finanças. Disponível em http://purl.sgmf.pt/135974/1/135974_item1/index.html. Acedido em 28/03/20
- Arquivo Nacional Torre do Tombo, Ordem dos Frades Menores, Província dos Algarves, Província, Santa Helena do Calvário de Évora, mç. 103, n.º 2
- Biblioteca Pública de Évora, Livro 89 do Salvador, fl. 46v.
- Barata, A. F. (1899). *Breve Notícia do Mosteiro de Santa Helena do Monte Calvário em Évora*. Évora: Minerva Comercial de Ferreira, Irmão & C.^a
- *Constituições Geraes pera todas as freiras, e religiosas sogeitas à Obediencia da Ordem de N. P. S. Francisco, nesta familia Cismontana/ de novo recopiladas das antigas/ E acrescentadas com acordo, consentimento, & approvação do Capitulo Geral, celebrado em Roma a 11. de junho de 1693*. Lisboa: Officina de Miguel Deslandes, Impressor de Sua Magestade.
- Fonseca, Francisco S.J. (1728). *Evora Gloriosa*. Roma: Officina Komarekiana: Epílogo dos quatro tomos da Evora Illustrada, que compôs o R. P. M. Manuel Fialho da Companhia de Jesus: Escrita, acrescentada, [sic] e ampliada pelo P. Francisco da Fonseca da mesma Companhia / Pe. Francisco da Fonseca.
- Franco, P. António, S.J. (1945). *Évora Illustrada*. Évora: Edições Nazareth: ou resumo dos quatro volumes que com o título de Évora Illustrada compôs o P. Manoel Fialho da Companhia de Jesus natural da mesma cidade / Recopilado pelo P. António Franco da Companhia de Jesus. Évora: [s.n.], [16--].
- Grilo, Maria Ludovina B. - O Concelho de Évora nas Memórias Paroquiais de 1758 (Conclusão). A Cidade de Évora. Évora: Câmara Municipal. 2ª Serie, nº 1 (1994-95), pp. 89-156. Disponível em: <http://www.cidemusdigital.uevora.pt/portugal1758/memorias/evora-santo-antao>. Acedido em 06/04/20

- Legislação Régia- Assembleia da República, Carta Patente -11 de junho de 1645. Livro 1675-1683. Disponível em: <https://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/9/43/p177>
- Legislação Régia- Assembleia da República, Alvará- 1 de março de 1646. Livro 1675-1683. Disponível em: <http://legislacaoregia.parlamento.pt/Pesquisa/?q=calv%c3%a1rio&f=geral&ts=1>
- Legislação Régia- Assembleia da República, Alvará- 18 de outubro de 1648. Livro 1675-1683. Disponível em: <http://legislacaoregia.parlamento.pt/Pesquisa/?q=calv%c3%a1rio&f=geral&ts=1>
- Legislação Régia- Assembleia da República, Alvará- 3 de agosto de 1660. Livro 1675-1683. Disponível em: <http://legislacaoregia.parlamento.pt/Pesquisa/?q=calv%c3%a1rio&f=geral&ts=1>
- Legislação Régia- Assembleia da República, Alvará- 27 de agosto de 1666. Livro 1675-1683. Disponível em: <http://legislacaoregia.parlamento.pt/Pesquisa/?q=calv%c3%a1rio&f=geral&ts=1>
- Legislação Régia- Assembleia da República, Alvará- 4 de novembro de 1700. Livro 1683-1700. Disponível em: <http://legislacaoregia.parlamento.pt/Pesquisa/?q=calv%c3%a1rio&f=geral&ts=1>
- Pacheco, M. (1675). *Vida de la Serenissima Infanta Doña Maria hija delRey D. Manoel, Fundador de la insigne Capilla mayor del Cõvento de N. Señora de la Luz, y de su Hospital, y otras muchas casas dedicadas al culto divino / por el M. R. P. M. Fr. Miguel Pacheco*. Lisboa: Officina de Juan de la Costa: a costa de Miguel Manescal Libreiro de S. Alteza
- Processo PTDGMN:DSARH-010/092-0709 (*Obras de reparações no antigo Convento de Santa Helena do Monte Calvário, em Évora*). Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00002862
- Processo PTDGEMN:DSARH-010/092-0699 (*Convento do Calvário: obras de conservação*). Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00002862

Bibliografia

- Abbagnano, N. (2007). *Dicionário de Filosofia*. 5ª edição. São Paulo: Martins Fontes.
- Abun-Nasr, J. (1987). *A History of the Maghrib in the Islamic Period*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Abel, A. (2008). *Os limites da cidade*. (tese de Doutoramento). Universidade de Évora, Évora.

- Afonso, M.T.M. (2018). *Valorização e Renovação do Convento de São Francisco do Monte*. (dissertação de Mestrado). Escola superior Gallaecia, Galiza.
- Alves, A.C. (2013). *Arquitetura, Clausura e Cidade. Inserção urbana dos conventos femininos da Província dos Alagares*. (tese de Mestrado). Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes. Portimão.
- Andrade, M.F. (1999). As clarissas em Portugal: dimensões regionais de uma corrente de espiritualidade europeia (Sécs. XIII-XIV). *Discursos: língua, cultura e sociedade*, (1), 109-127
- Aranha, M. (1998). *Temas de filosofia*. 2ª edição. São Paulo: Moderna.
- Aranha, M. (2003). *Filosofando: introdução à filosofia*. 3ª edição. São Paulo: Moderna.
- Arendt, H. (1999). *Crises da República*. 2ª edição. São Paulo: Perspectiva.
- Argan, G. (1998). *História da arte como história da cidade*. 4ª edição. São Paulo: Martins Fontes.
- Barros, J.D. (2007). *Cidade e História*. Petrópolis: Vozes.
- Basáñez, M., Moreno, A. (1994). México en la Encuesta Mundial de Valores 1981-1990. In J. Nicolas & R. Inglehart (Eds.), *Tendencias mundiales de cambio en los valores sociales y políticos* (pp.499-528). ISBN 84-8112-022-7.
- Beirante, A. (1995). *Évora na Idade Média*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- Bilou, J. (2018). *Rede monástica de Évora: um percurso arquitetónico entre a cidade e o ermo*. (dissertação de Mestrado). Universidade de Évora. Évora
- Brandi, C. (2008). *Teoria da Restauração*. 3ª Edição. São Paulo: Ateliê Editorial
- Brumes, K.R. (2001). Cidades: (Re)definindo seus papéis ao longo da história. *Revista on line Caminhos de Geografia*, (3), p.47-56. Retrieved from <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:PGBCOE8OzMIJ:www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15260+&cd=1&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=pt> [referência de: 2021-03-06].
- Boito, C. (2002). *Os restauradores*. 1ª edição. São Paulo: Ateliê Editorial.
- Bruzelius, C. A. (1992). Hearing Is Believing: Clarissan Architecture, ca. 1213-1340. *Monastic Architecture for Women*, 31(2), 83-91. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/767041?seq=1> [referência de: 2021-03-06].
- Caeiro, M. E.M. (2005). *Os conventos do Termo de Évora*. (tese de Doutorado, Universidad de Sevilla. Sevilla.

- Cameirão, E. (2008). *A Igreja do Salvador, em Évora. Reutilização cultural do espaço litúrgico*. (dissertação de Mestrado). Universidade Católica Portuguesa, Lisboa.
- Cameirão, E.S. (2014). A obra no antigo convento do Salvador, Évora: reutilização do património arquitectónico religioso. *Anuário do Património*, (2), 10-15.
- Cassirer, E. (1979). *Symbol, Myth and Culture: Essays and Lectures of Ernst Cassirer*. New Haven: Yale University Press.
- Carratelli, G. (1987). *Dall'eremo al cenobio. La civiltà monastica in Italia dalle origini all'età di Dante*. Milão: Libri Scheiwiller.
- Carvalho, A. (2004). *Da Toponímia de Évora - Dos Meados do Século XII a Finais do Século XIV*. 1º Volume. Lisboa: Edições Colibri
- Chauí, M.S. (2000). *Convite à filosofia*. 7ª Edição. São Paulo: Ática.
- Choay, F. (1996). *A alegoria do património*. São Paulo: Editora Unesp.
- Coelho, F. S. (2010). *Na Busca da Fidelidade: Convento do Calvário de Évora e a fundação do Mosteiro do Santíssimo Sacramento das Irmãs Clarissas do Desagravo do Louriçal*. Poster session presented at the O Convento do Calvário e os 300 anos da fundação do Convento do Louriçal.
- Córias, V. (2007). *Reabilitação Estrutural de Edifícios Antigos*. Lisboa: Argumentum.
- Conde, M. A. M. F. C. (1995) Mosteiro de S. Bento de Cástris (Évora): bases para uma proposta de valorização histórico-arquitectónica. (dissertação de Mestrado). Universidade de Évora
- Conde, A.F. (2015). O conjunto monástico de S. Bento de Cástris e o cumprimento do paradigma cisterciense: a escolha do locus e as imposições da clausura estrita. *UBILETRAS - Revista Online do Departamento de Letras da Universidade da Beira Interior*. Covilhã: Universidade da Beira Interior. (5), 21-36. ISSN: 1647-709. <http://hdl.handle.net/10174/16918>
- Conde, A. (2015). O reforço da clausura no mundo monástico feminino em Portugal e a ação disciplinadora de Trento. In Imprensa da Universidade de Coimbra (Ed.), *As mulheres perante os tribunais do Antigo Regime na Península Ibérica* (pp. 235-257). doi: 978-989-26-1033-7 (PDF)
- Conde, A. F.; Palma, I. (2018). Dos espaços que o tempo silencia: novos dados para a interpretação do conjunto edificado do convento dominicano de N^a Sr.^a do Paraíso (Évora).

Almansor- Revista de Cultura. (3), 3ª Série, 71-98. ISBN: 0870-0249
<http://hdl.handle.net/10174/23603>

- David, C. (1923). *Évora Encantadora- impressões-arte-história*. Évora: Livraria e Papelaria Nazareth
- David, C. (1942). *A Cidade de Évora. Ano 1.º N.º 1*. Évora: C.M.É.
- Delphim, C. (2005). *Manual de Intervenções em Jardins Históricos*. 2ª Edição. Brasília: IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional.
- Dias, A. (2017). *Igreja de São Francisco, Évora/ São Francisco's Church, Évora*. Lisboa: Uzina Books
- Espanca, T. (1948). *A Cidade de Évora. Vol. VI número 15-16*. Évora: C.M.É.
- Espanca, T. (1955-56). *A Cidade de Évora. n.º 37-38*. Évora: C.M.É.
- Espanca, T. (1966). *Inventário Artístico de Portugal- Concelho de Évora*. 1º Volume. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes.
- Espanca, T. (1978). Extinção do Convento do Salvador de Évora. *Revista CIDADE DE ÉVORA: Boletim de Cultura da Câmara Municipal* (61), 157-194
- Espanca, T. (1987). *Évora, Arte e História*. Évora: C.M.É.
- Elerspek, A. (1978-79). Sinopse das ruas de Évora em 1849. In *A cidade de Évora- Boletim de cultura da Câmara Municipal* N 61-62. Évora: C.M.É.
- Feilden, B., & Jokilehto, J. (1998) *Management Guidelines for World Cultural Heritage Sites*. Roma: ICCROM.
- Ferreira, M.P.R.J. (2010). *Mosteiro Cisterciense de Santa Maria de Marceira Dão: contributos para a sua conservação e a sua valorização*. (dissertação de Mestrado). Universidade de Évora, Évora.
- Fontes, J. (2015). Em torno de uma experiência religiosa feminina: as mulheres da *pobre vida* de Évora. *Lusitana Sacra*, (31), 51-71.
- Foucault, M. (2016). *As palavras e as coisas: Uma arqueologia das ciências humanas*. 10ª edição. São Paulo: Martins Fontes.
- Frade, G.S. (2016a). *Entre renascimento e barroco: os fundamentos da arquitetura religiosa e a contrarreforma - o De Fabrica Ecclesiae de Carlos Borromeu*. (tese de Doutoramento). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo.

- Frade, G.S. (2016b). Os Fundamentos da Arquitetura Religiosa Tridentina. *Revista Cordis. A Cidade e a Arquitetura Sacra, São Paulo*, (17), 69-98.
- França, I. E. (2019). Os Mosteiros Femininos Micaelenses e a Tipologia Arquitectónica do Torreão Mirante. *Memória e Identidade Insular: Religiosidade, Festividades e Turismo nos Arquipélagos da Madeira e Açores*, 397-410.
- Franco, J. E. (2010). *Dicionário Histórico das Ordens*. Lisboa: Gradiva
- Funari, P., Pelegrini, S. (2006). *Patrimônio Histórico e Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Garrido, M., Sánchez, J. (2015). Los centros de interpretación como motor de desarrollo turístico local. ¿un modelo fracasado? El caso de la provincia de Cádiz. *Boletín de la Asocioación de Geógrafos Españoles*, (67), 143-165.
- Giebels, D. (2006). Sistema de Informação para o Património Arquitectónico – Muralhas e Fortificações de Évora. Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3822 [referência de: 2021-03-06].
- Gombrich, E. (1999). *A História da Arte*. Rio de Janeiro: LTC.
- Gomes, J.R.P. (2011). *Exemplos da Azulejaria dos Séculos XVI e XVII, em Coimbra*. (dissertação de Mestrado). Universidade de Coimbra. Coimbra.
- Gomes, E.S., Souza, N. (2018). Trento em Movimento: Contexto e Permanências. *Revista de Cultura Teológica*, (92), 271-278.
- González-Varas, I. (2006). Conservación de bienes culturales: teoría, historia, principios y normas. Madrid: Ediciones Cátedra.
- Gordalina, R. (2018). Sistema de Informação para o Património Arquitectónico - Templo Romano de Évora. Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2863 [referência de: 2021-03-06].
- Gromicho, A. (1962-63). *A Cidade de Évora. n.º 45/46*. Évora: C.M.É.
- Hartog, F. (2013). *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Houaiss, A., Villar, M. (2004). *Minidicionário Houaiss da língua portuguesa*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Hughes, T. (2007). *A Dictionary of Islam*. Chicago: Kazi Publications Inc.

- IPHAN. (2020). Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=17575&sigla=Institucional&retorno=paginaInstitucional> [referência de: 2021-03-06].
- Johnson, A. (1997). *Dicionário de Sociologia: guia prático da linguagem sociológica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Kühn, B. M. (2010). Notas sobre a Carta de Veneza. *Anais do Museu Paulista*, (18), 287-320. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v18n2/v18n2a08.pdf> [referência de: 2021-03-06].
- Leal, A. (1874). *Portugal Antigo e Moderno*. 3º Volume. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia.
- Le Goff, J. (2000). *História e Memória*. 11º volume. Campinas: Edições 70: Coimbra.
- Lemos, C. (1981). *O que é patrimônio histórico*. São Paulo: Editora Brasiliense S.A.
- Lima, M. (1996). *O recinto amuralhado de Évora: subsídios para o estudo do seu traçado*. Lisboa: Estar Editora.
- Lira, F. (2020). Desafios contemporâneos da significância cultural, integridade e autenticidade do patrimônio cultural: teoria e prática. *Oculum Ensaio*, (17), 1-22.
- Lopes, M.T. (2017). *Perspectivas sobre o Patrimônio e Educação Patrimonial no início do Período Democrático (1974-1985)*. (dissertação de Mestrado). Instituto Universitário de Lisboa.
- Lopis, A. (2017). Patrimônio histórico cultural: preservar ou transformar? Uma questão conflituosa. *Revista Mosaico*, (8), 9-23.
- Mackay, R. (2017). Values-Based Management and the Burra Charter: 1979, 1999, 2013. Disponível em <https://www.getty.edu/publications/heritagemanagement/part-two/8/> [referência de: 2021-07-24].
- Maslow, A. (1983). *El hombre autorrealizado*. Barcelona: Kairós.
- Marujo, A. (2005). Novos Areópagos: Os meios de Comunicação Social. In *Transmissão do Patrimônio Cultural e Religioso* (pp. 109-115). Lisboa: Edições Paulinas.
- Marques, F., Amaral, M.A.A. (2001). Igreja de São Pedro de Marialva: Intervenção de conservação e restauro 1995-2001, o ressurgir de um novo templo. *Patrimônio – Estudos*, (1), 145-150.

- Martorell, J. (2001). *A Modernidade superada: Arquitetura, arte e pensamento do século XX*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, S.L.
- Maslow, A. (1983). *El hombre autorrealizado*. Barcelona: Kairós.
- Merlo, G. (2005). *Em nome de Francisco – história dos Frades Menores e do franciscanismo até inícios do século XVI*. Petrópolis: Vozes.
- Mestre, V., Aleixo, S. (2006). O novo tempo dos edifícios religiosos - Algumas intervenções arquitectónicas. In Sociedade do Mosteiro de São Cristóvão de Lafões (Ed.), *2º Encontro Cultural S. Cristóvão de Lafões: Perspectivas do Portugal Contemporâneo - as ordens religiosas da extinção à herança* (pp. 85-93). Disponível em <http://hdl.handle.net/10174/23965> . [referência de: 2021-03-06].
- Miranda, M. (2009). Ratio Studiorum: uma nova hierarquia de saberes. *Código Pedagógico dos Jesuítas: Ratio Studiorum da Companhia de Jesus*, 17-37.
- Monte, G. (1981). *Dicionário da Toponímia Eborensis*. 1º Volume. Évora: Gráfica Eborensis.
- Monteiro, M. F.M. (2010). *Sistema monástico-conventual e desenvolvimento urbano de Évora na baixa idade média*. (tese de Doutoramento). Universidade de Évora. Évora.
- Monteiro, M., Tereno, M., Pereira, M. (2016). Morfologia urbana na zona ocidental intramuros da cidade de Évora (séc. XIII-XXI): do património à malha urbana. In J. Correia, M. Bandeira (Eds.), *Os Espaços da Morfologia Urbana: 5.ª Conferência Internacional da Rede Lusófona de Morfologia Urbana* (pp.259-268). Isbn: 978-989-99484-6-4.
- Moreira, N. (2004). *Cardeal D. Henrique: um pensamento em acção (1539-1578)*. (dissertação de Mestrado). Universidade do Porto. Porto.
- Nunes, L. (2011). Sistemas de Mediação, Elementos Construtivos e Espaciais- O exemplo da Arquitetura das Casas Monásticas Femininas de Clausura. *e-LP Engineering and Technology Journal*, (2), 75-97. Disponível em <http://hdl.handle.net/10437/2864> [referência de: 2021-03-06].
- Orbasli, A. (2007). *Architectural Conservation: Principles and Practice*. New Jersey: Wiley-Blackwell.
- Paiva, J. (2014). A recepção e Aplicação do Concílio de Trento em Portugal: Novos problemas, novas perspectivas. In A. Gouveia, D. Barbosa, J. Paiva (Eds.), *O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas: olhares novos* (pp. 13-40). Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa.
- Paupério, E., Arêde, A., Vila Pouca, N., Romão, X., Guedes, J., Varum, H., ... Furtado, A. (2018, novembro). *Metodologia de abordagem à intervenção estrutural em património*

cultural edificado. Paper session presented at Construção 2018 – Reabilitar e Construir de Forma Sustentável, Porto.

- Pedro, A. P. (2014). Ética, moral, axiologia e valores: confusões e ambiguidades em torno de um conceito comum. *Kriterion-Revista de Filosofia*, (55), 483-498.
- Pedrosa, P. (2011). *Significância cultural como critério para conservação do património mundial*. (dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco. Pernambuco.
- Pinto, C. (1966). *O Mecenato da Infanta D. Maria de Portugal (1521-1577)*. (dissertação de Mestrado). Universidade Nova de Lisboa. Lisboa.
- Pollak, M. (1989). Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, (2), 3-15.
- Polónia, A. (2006). A diocese de Évora em contextos pré e pós-tridentinos: a actuação pastoral do Cardeal Infante D. Henrique. *Eboresnia*, (38), 45-65.
- Queimado, J. (1975). *Alentejo Glorioso-Évora, suas ruas e seus conventos-uma achega para a história de Évora*. Évora: Edição do Autor.
- Ramos, C. (2015). Cartas Patrimoniais. Disponível em <https://siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/cotidiano/cartas-patrimoniais/61157#> [referência de: 2021-07-23].
- Regra de Santa Clara. 1253. Disponível em http://centrofranciscano.capuchinhosp.org.br/fontes-leitura?id=405&parent_id=388 [referência de: 2021-06-16].
- Repolho, J.M.S.V. (2011). *Convento de Santo Agostinho de Leiria: contributos para a recuperação e valorização dos espaços regulares subsistentes*. (dissertação de Mestrado). Universidade de Évora. Évora.
- Riegl, A. (1999). *El culto moderno a los monumentos: caracteres y origen*. 2ª edição. Madrid: Visor.
- Rodrigues, J. (1970). *História e Historiografia*. Petrópolis: Vozes Limitadas.
- Ruão, C. (2006). *"O Eupalinos Moderno": teoria e prática da arquitectura religiosa em Portugal:1550-1640*. (tese de Doutoramento). Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Saldanha, N. (2019). Arte sacra, culto, cultura e património. *MASF journal*, (2), 195-204. ISSN 2184-2272.
- Santos, F. (2014). A Companhia de Jesus e o concílio de trento: aspectos pedagógicos da contra-reforma. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, 207-218.

- Santos, J. (2014). Sistema de Informação para o Património Arquitectónico - Convento de Santa Helena do Monte Calvário. Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2862 [referência de: 2021-03-06].
- Santos, M. (2015). *As Regras da Regra Santa Clara- Códice do século XVI*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra
- Senos, N. (2012). A arquitetura portuguesa chã antes e depois de George Kubler. Tritão, (1), 1-21. Disponível em <http://revistatritao.cm-sintra.pt/index.php/todas-as-edicoes/numero-1/a-arquitectura-cha-antes-e-depois-de-george-kubler>. [referência de: 2021-03-06].
- Serrão, V. (2015). *Arte Religião e Imagens em Évora no tempo do Arcebispo D. Teotónio de Bragança, 1578-1602*. Vila Viçosa: Fundação Casa de Bragança
- Sidarus, A. (1993). Um texto árabe do século X relativo à nova fundação de Évora e aos movimentos muladi e berbere no Ocidente Andalus. In *A Cidade de Évora* n.71-76 (1988-1993). Évora: Câmara Municipal de Évora.
- Simões, M. (2016). *Metodologia de Intervenção em Património Edificado. Intervenção num Palacete no Centro Histórico de Braga*. (dissertação de Mestrado). Universidade do Porto. Porto.
- Simplício, M. (1997). *Evolução e Morfologia do Espaço Urbano de Évora*. (tese de Doutoramento). Universidade de Évora. Évora.
- Simplício, M. (2013). A Nova Vida do Velho Centro nas Cidades Portuguesas e Brasileiras. In J. Fernandes, M. Sposito (orgs.) *A nova vida do velho centro nas cidades portuguesas e brasileiras* (pp. 211-225). Disponível em <https://journals.openedition.org/confins/10603> [referência de: 2021-03-06].
- Silva, A. (2019). Espaços de Reclusão: a vida conventual feminina em Portugal nos séculos XVI e XVII. *Revista de Pesquisa Histórica- CLIO*, 37, 351-359. Disponível em <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/240015/33947> [referência de: 2021-03-06].
- Teixeira, F. M. A. C. (2007). *A Arquitectura Monástica e Conventual Feminina em Portugal, nos séculos XIII e XIV*. (tese de Doutoramento). Universidade do Algarve. Faro.
- Truscott, M. (2004). Contexts for Change: Paving the Way to the 1999 Burra Charter. *Historic Environment* (18), 30-34.
- UNESCO. (2020). Portal da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Disponível em whc.unesco.org/en/list/361 [referência de: 2021-03-01].
- Urbano, L. (2007). A propósito de Évora. Ideologia religiosa e arquitectura nos conventos femininos. *Revista Semestral de Edifícios e Monumentos*, (26), 38-45.

- Vaz, F. (2008). *O saque de Évora pelos franceses em 1808*. Casal de Cambra: Caleidoscópio-Edição e Artes Gráficas, AS.
- Venda, C. F. F. S. (2008). *Reabilitação e reconversão de usos: o caso das pousadas como património*. (dissertação de Mestrado). Instituto Superior Técnico. Lisboa.
- Viterbo, S. (1899). *Diccionario histórico e documental dos architectos, engenheiros e construtores portugueses*. 1º Volume. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Villamariz, C. (2018). Tesouros do património arquitectónico de Portugal. *A Arquitetura das Ordens Mendicantes dos Séculos XIII e XIV: Singularidades do Panorama Nacional*, Lisboa, 1-23. ISBN: 978-972-623-344-2.

Cartas, Recomendações e Legislação

- Carta de Atenas. 1931. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=232>[referência de: 2021-03-01].
- Carta de Atenas. 1933. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=232>[referência de: 2021-03-01].
- Carta de Veneza 1964. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236>[referência de: 2021-03-01].
- Carta de Granada 1985. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/granada.pdf>[referência de: 2021-03-01].
- Carta da Vila Vigoni 1994. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartadevillavigoni.pdf>[referência de: 2021-03-01].
- Carta de Lisboa 1995. Disponível em https://www.culturante.gov.pt/wp-content/uploads/2020/07/1995_carta_de_lisboa_sobre_a_reabilitacao_urbana_integrada-1%C2%BA_encontro_luso-brasileiro_de_reabilitacao_urbana.pdf?x69634[referência de: 2021-03-01].
- Carta de Cracóvia 2000. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf> [referência de: 2021-03-01].
- Carta de Burra 1979. Disponível em https://australia.icomos.org/wp-content/uploads/Burra-Charter_1979.pdf [referência de: 2021-07-24].

- Carta de Burra 1999. Disponível em <https://australia.icomos.org/publications/burra-charter-practice-notes/burra-charter-archival-documents/#BC1999> [referência de: 2021-07-24].
- Carta de Burra 2013. Disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/The-Burra-Charter-2013-Adopted-31_10_2013.pdf [referência de: 2021-07-24].
- Conferência Episcopal Portuguesa 1990. Disponível em <https://www.bensculturais.com/documentos/1990-PatrimonioHistoricoCulturalDaIgrejaCEP.pdf> [referência de: 2021-03-01].
- Convenção de Granada 1985. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/granada.pdf> [referência de: 2021-03-01].
- Convenção de Faro 2005. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/col%C3%B3quio%20Patrim%C3%B4nio%20Cultural%20%201%202009.pdf> [referência de: 2021-03-01].
- Lei 107/2001, 8 de setembro- DRE. Disponível em <https://dre.pt/pesquisa/-/search/629790/details/maximized> [referência de: 2021-03-01].
- Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março- PGDL. Disponível em <https://dre.pt/home/-/dre/612626/details/maximized> [referência de: 2021-03-01].
- Documento da Conferência Episcopal Portuguesa 1990. Disponível em http://icm.ft.lisboa.ucp.pt/resources/Documentos/CEHR/Gru/arquiv/CEP_Patrimonio.pdf [referência de: 2021-03-01].

Anexos

Anexo 1

Roda do Convento do Calvário



Fig. 1 Roda do Convento.

Fonte: Elaboração própria (agosto de 2020).

Anexo 2

Grade do Coro alto



Fig. 2 Grade do Coro alto.
Fonte: Elaboração própria (agosto de 2020).

Anexo 3

Porta de entrada do Convento do Calvário



Fig. 3 Porta de entrada do Convento do Calvário.
Fonte: Elaboração própria (agosto de 2020).

Anexo 4

Volumetria do Convento do Calvário

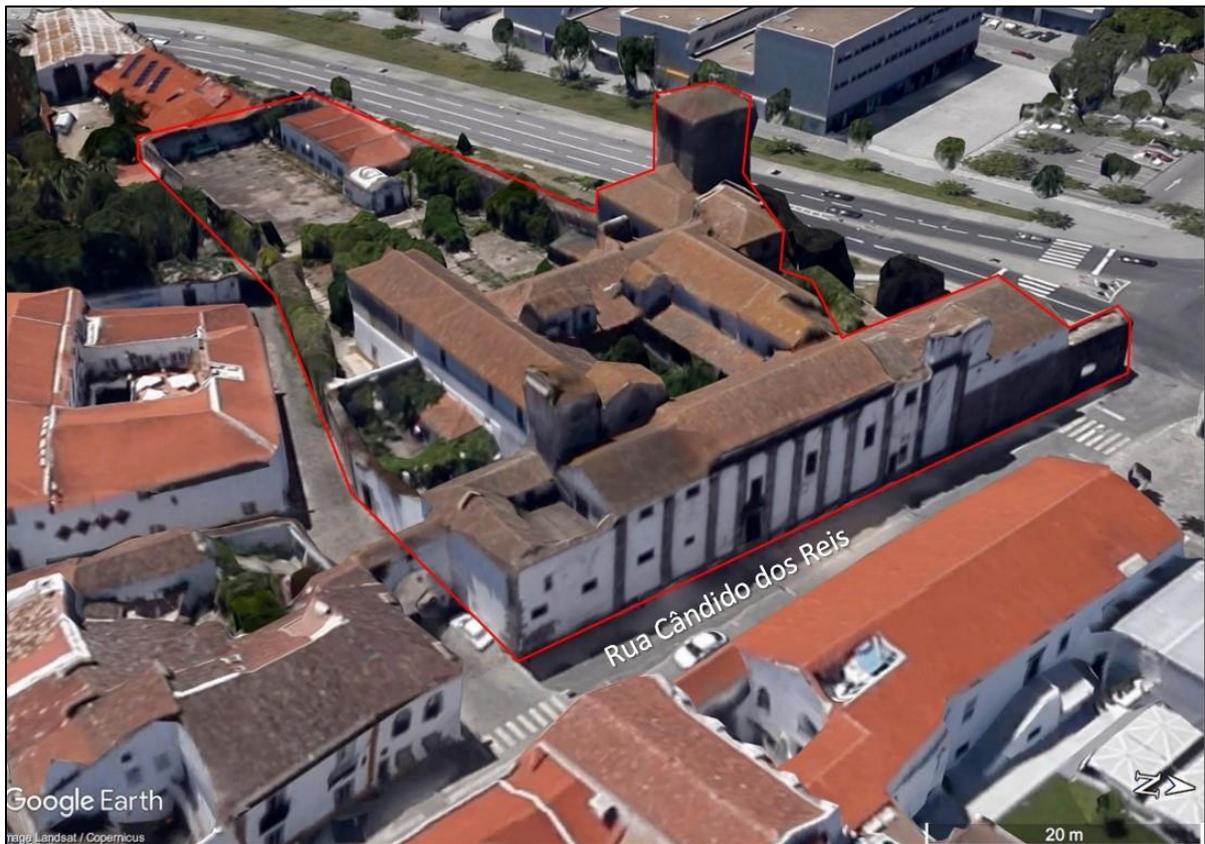


Fig. 4 Volumetria do Convento do Calvário (conjunto edificado e cerca).
Fonte: Google Earth 2021.

Anexo 5

Volumetria do Convento de Santa Clara



Fig. 5 Volumetria do Convento de Santa Clara (conjunto edificado e cerca).

Fonte: Google Earth 2021.

Anexo 6

Volumetria do Convento do Convento do Salvador



Fig. 6 Volumetria do Convento do Salvador do Mundo (dependências que se mantiveram).
Fonte: Google Earth 2021.

Anexo 7

Cerca Conventual do Convento do Calvário

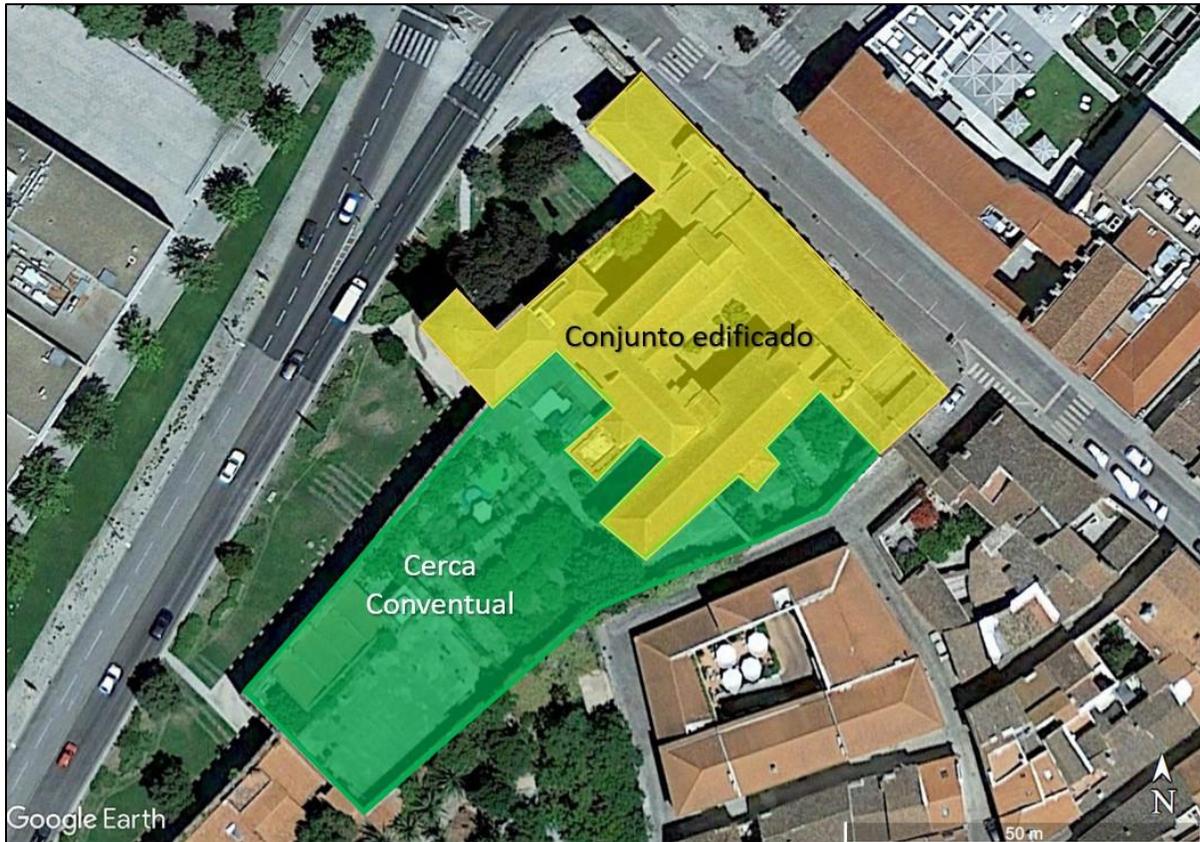


Fig. 7 Cerca Conventual do Convento do Calvário.

Fonte: Elaboração própria sobre o software Google Earth 2021.

Anexo 8

Cerca Conventual do Convento de Santa Clara



Fig. 8 Cerca Conventual do Convento de Santa Clara.

Fonte: Elaboração própria sobre o software Google Earth 2021.

Anexo 9

Possível Cerca Conventual do Convento do Salvador

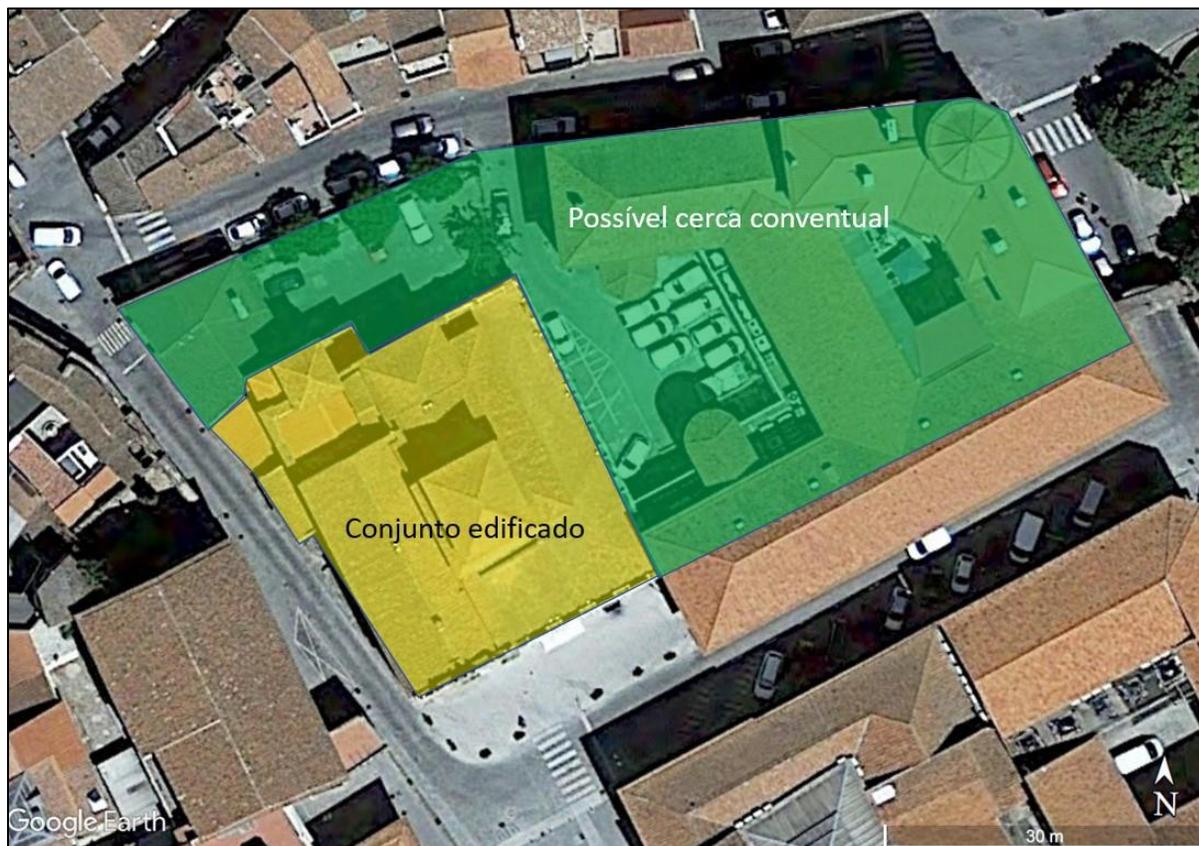


Fig. 9 Possível Cerca Conventual do Convento do Salvador do Mundo.

Fonte: Elaboração própria sobre o software Google Earth 2021.

Anexo 10

Fachada principal do Convento do Calvário



Fig. 10 Fachada principal do Convento do Calvário.
Fonte: Elaboração própria (outubro de 2020).

Anexo 11

Fachada principal do Convento do Salvador



Fig. 11 Fachada principal do Convento do Salvador do Mundo.
Fonte: Elaboração própria (outubro de 2020).

Anexo 12

Fachada principal do Convento de Santa Clara



Fig. 12 Fachada principal do Convento de Santa Clara.
Fonte: Elaboração própria (outubro de 2020).

Anexo 13

Plantas das dependências dos Conventos de clarissas de Évora

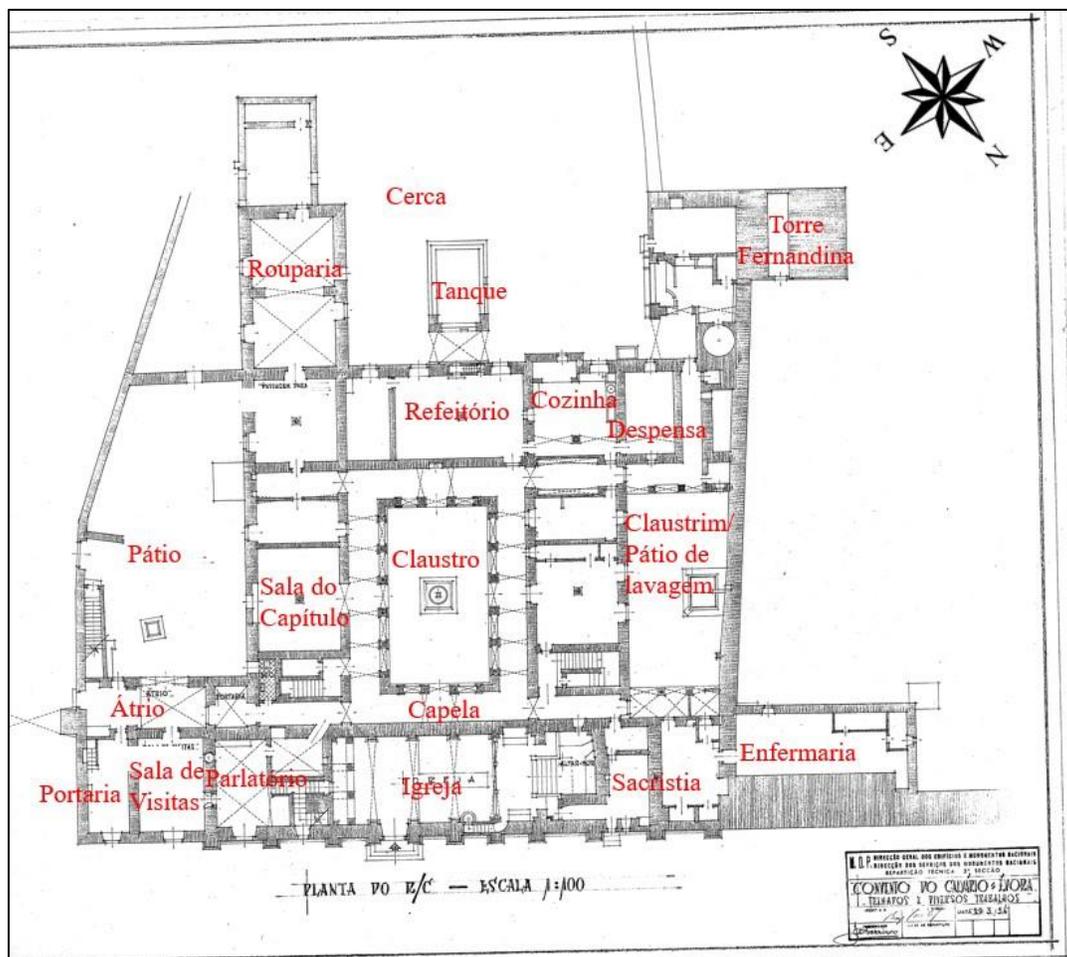


Fig. 1 Planta do primeiro piso do Convento do Calvário com as dependências.

Fonte: Elaboração própria sobre a Planta SIPADES.00000897.

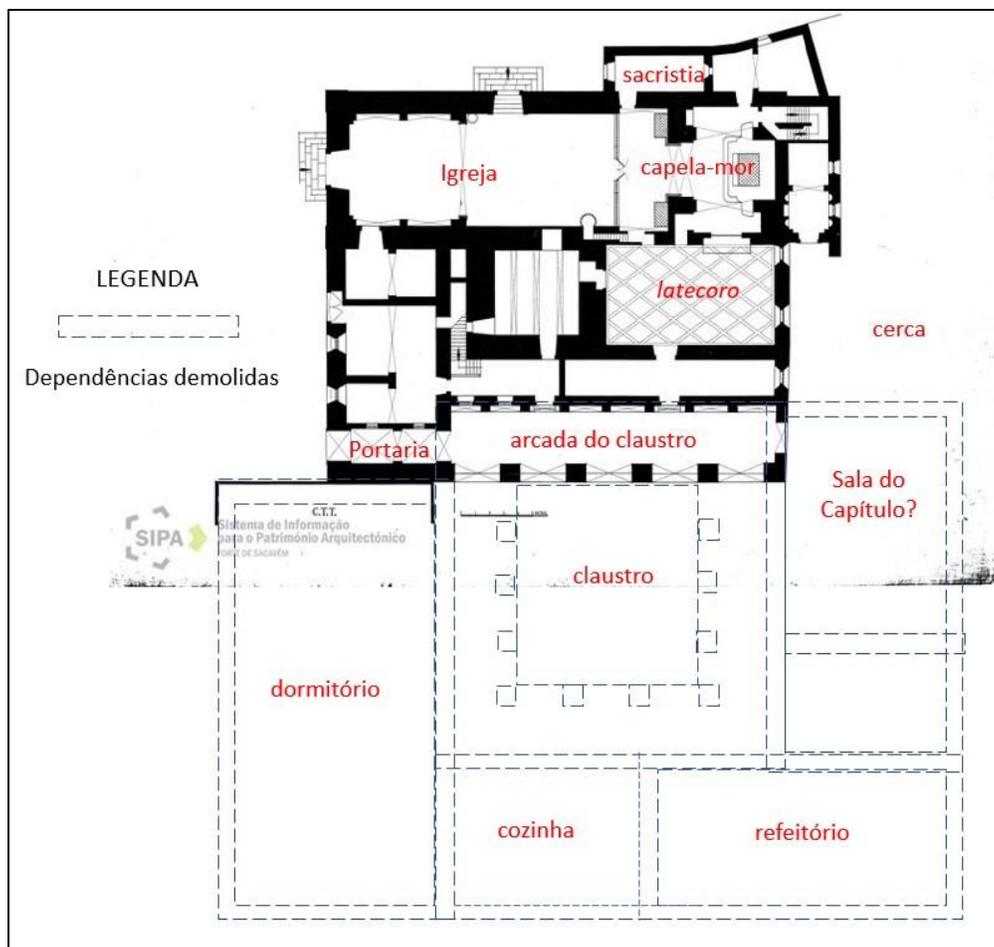


Fig. 2 Suposta reconstituição das dependências do primeiro piso do Convento do Salvador do Mundo conforme o Livro 89 do Salvador, fl. 46v⁶¹.

Fonte: Elaboração própria sobre a Planta SIPADES. 00010652.

⁶¹ Documento localizado na Biblioteca Pública de Évora e que nos foi dado a conhecer pela nossa orientadora, Prof.^a Doutora Antónia Fialho Conde, ficamos a saber das obras que aconteceram em 1705 no convento do Salvador. Trata-se de um documento muito importante para a reconstituição do conjunto conventual ao nível do primeiro e segundo pisos, referindo-se espaços construídos (dormitórios - que ficavam no prolongamento da porta de D. Isabel -, enfermaria, noviciaria, rouparia, botica, capelas, despensa, refectório, forno, acrescentamento da portaria) e espaços exteriores, como a horta e os canteiros.

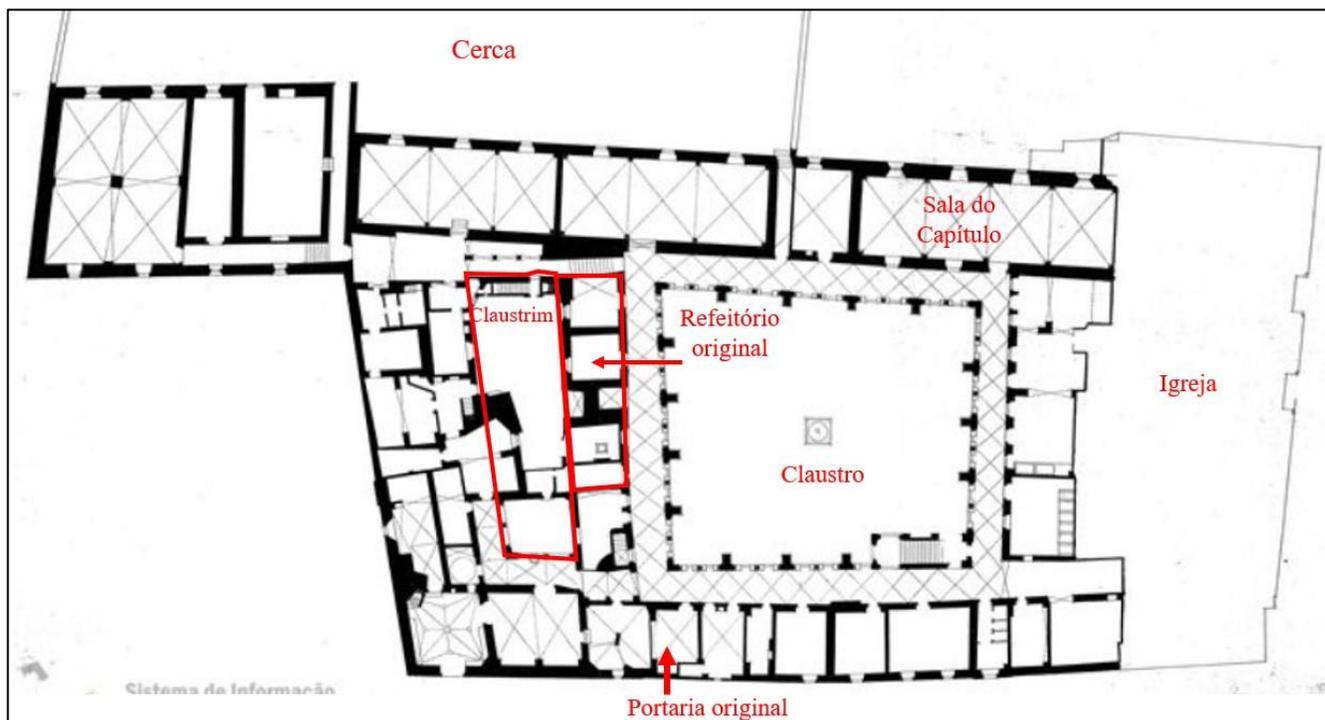


Fig. 3 Planta do primeiro piso do Convento de Santa Clara.
Fonte: Elaboração própria sobre a Planta SIPADES. 00051984.

Anexo 14

Plantas dos coros do Convento do Calvário, do Salvador e de Santa Clara

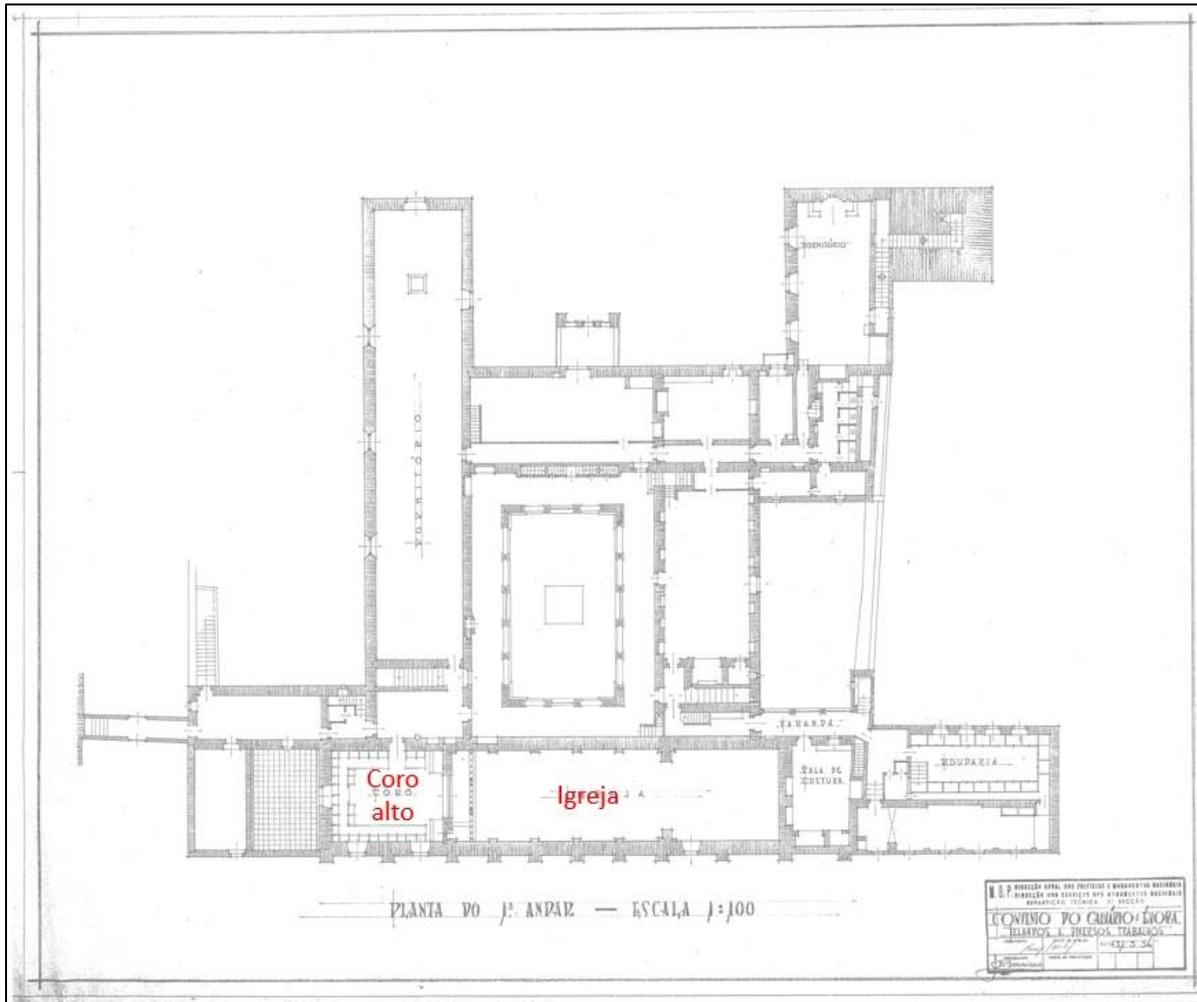


Fig. 1 Planta do segundo piso do Convento do Calvário com o Coro alto.

Fonte: Elaboração própria sobre a Planta SIPADES. 00000898.

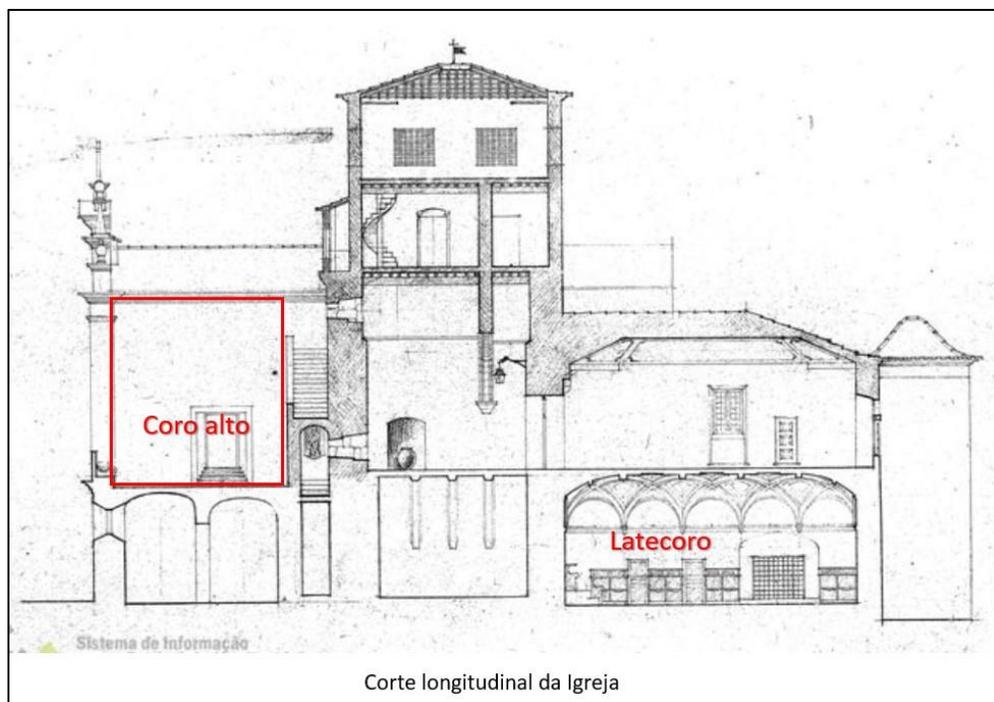


Fig. 2 Coro alto e *latecoro* do Convento do Salvador.

Fonte: Elaboração própria sobre a Planta SIPADES. 00001632.

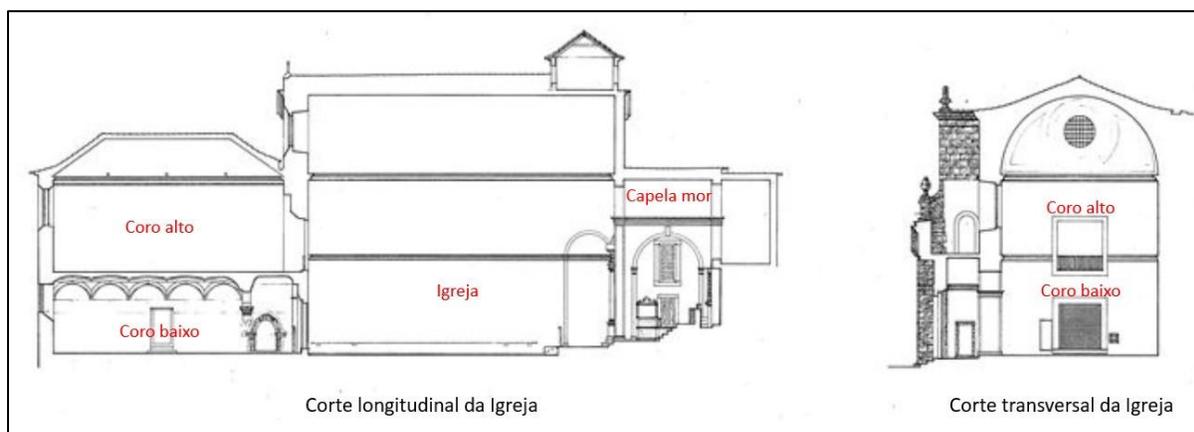


Fig. 3 Coro alto e Coro baixo do Convento de Santa Clara.

Fonte: Elaboração própria sobre a Planta SIPADES.00000895.

Anexo 15

Coro baixo do Convento de Santa Clara



Fig. 15 Coro baixo do Convento de Santa Clara.
Fonte: Elaboração própria (outubro de 2020).

Anexo 16

Latecoro do Convento do Salvador com grade e roda

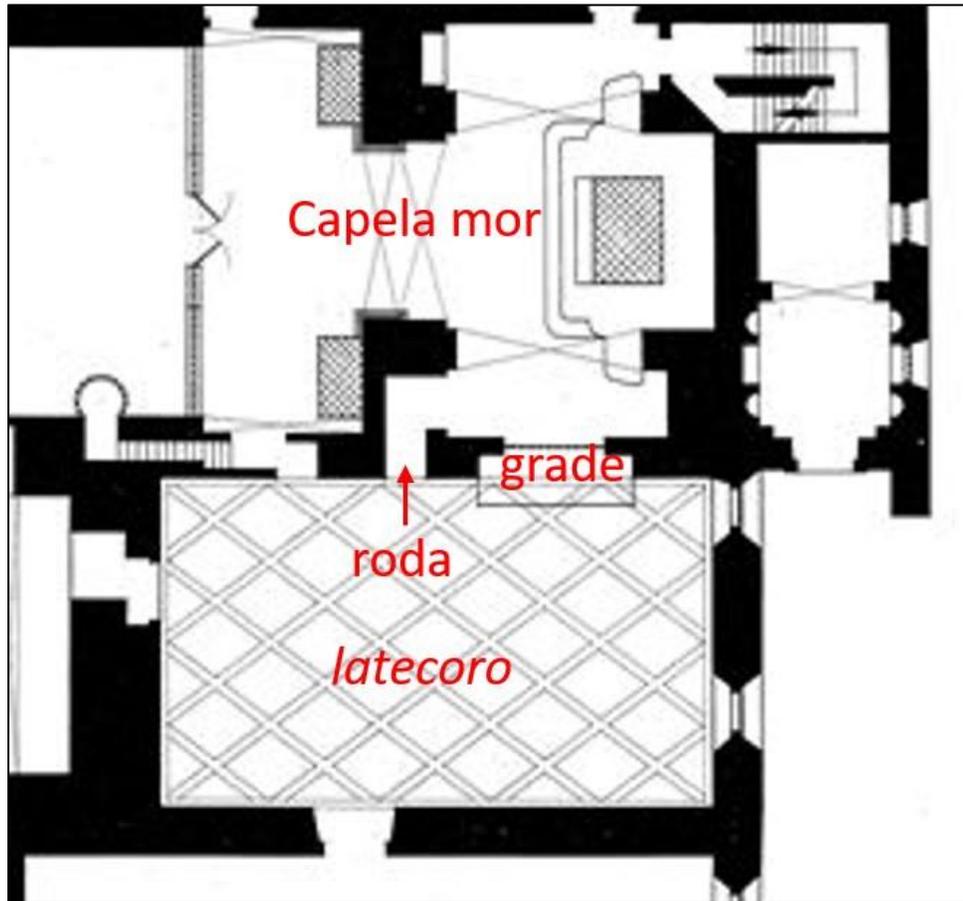


Fig. 16 *Latecoro* do Convento do Salvador com grade e roda.
Fonte: Elaboração própria sobre a Planta SIPADES. 00010652.

Anexo 17

Grade e portinhola do Coro alto do Convento



Fig. 1 Portinhola na grade do Coro alto.
Fonte: Elaboração própria (agosto de 2020).



Fig. 2 Grade do coro alto do Convento do Calvário.
Fonte: Elaboração própria (agosto de 2020).

Anexo 18

Cerca Velha da Cidade de Évora



Fig. 18 Cerca Velha da Cidade de Évora.

Fonte: Elaboração própria sobre o software Google Earth, 2021.

Anexo 19

Fundações de Casas monásticas em Évora por século

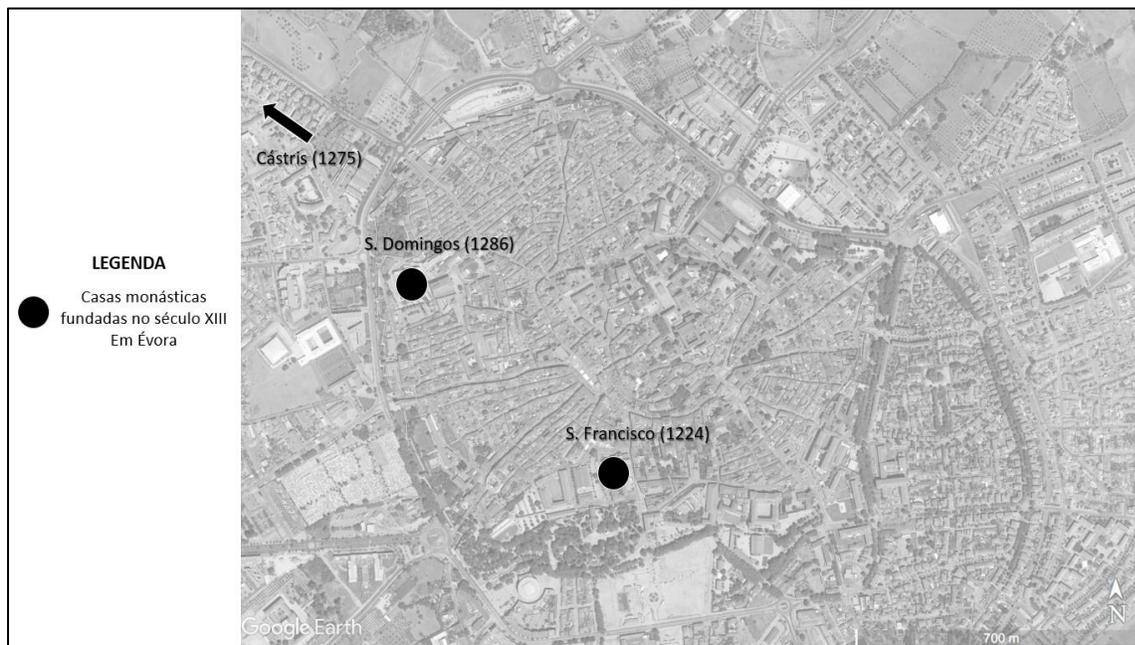


Fig. 1 Casas monásticas fundadas no século XIII em Évora.

Fonte: Elaboração própria sobre o software Google Earth, 2021.

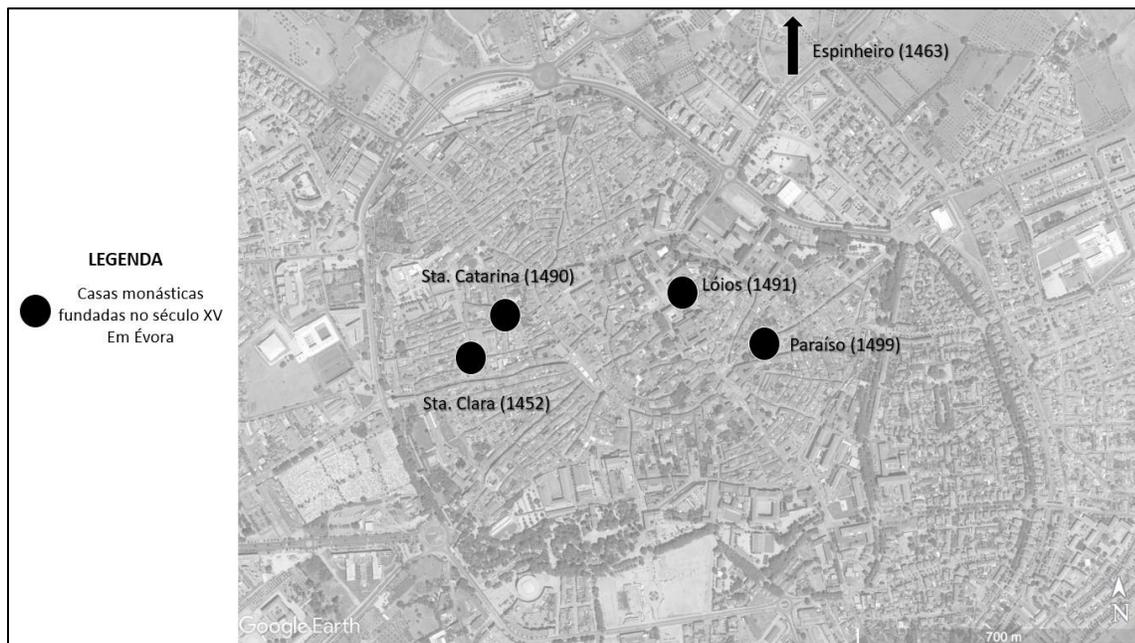


Fig. 2 Casas monásticas fundadas no século XV em Évora.

Fonte: Elaboração própria sobre o software Google Earth, 2021.

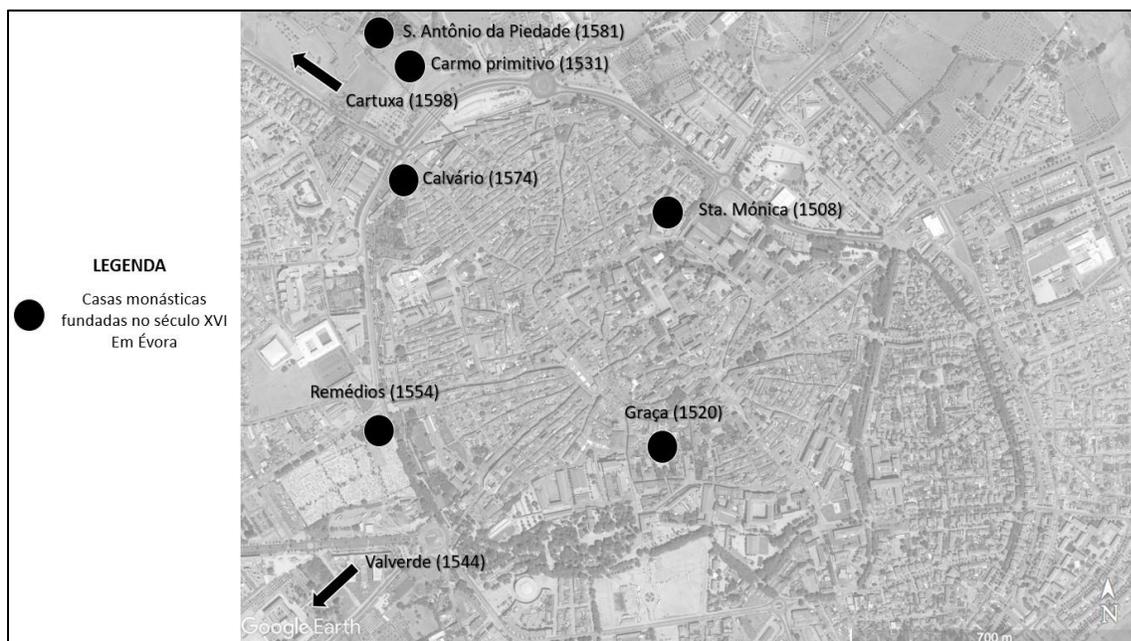


Fig. 3 Casas monásticas fundadas no século XVI em Évora.

Fonte: Elaboração própria sobre o software Google Earth, 2021.

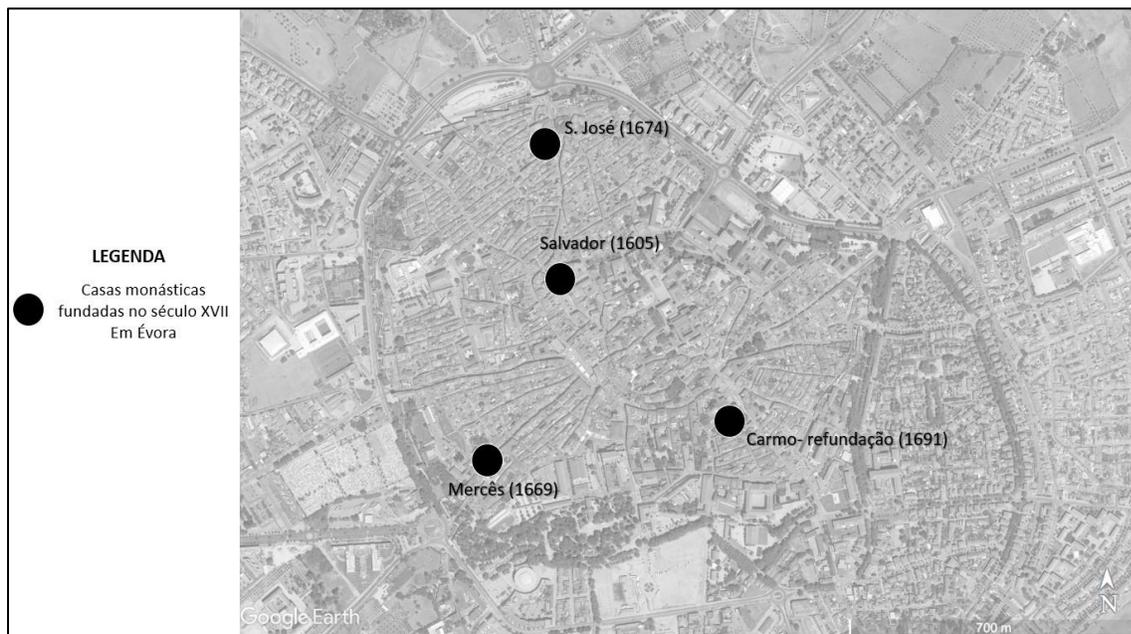


Fig. 4 Casas monásticas fundadas no século XVII em Évora.

Fonte: Elaboração própria sobre o software Google Earth, 2021.

Anexo 20

Planta de Évora de fevereiro de 1884 com a extinção dos conventos

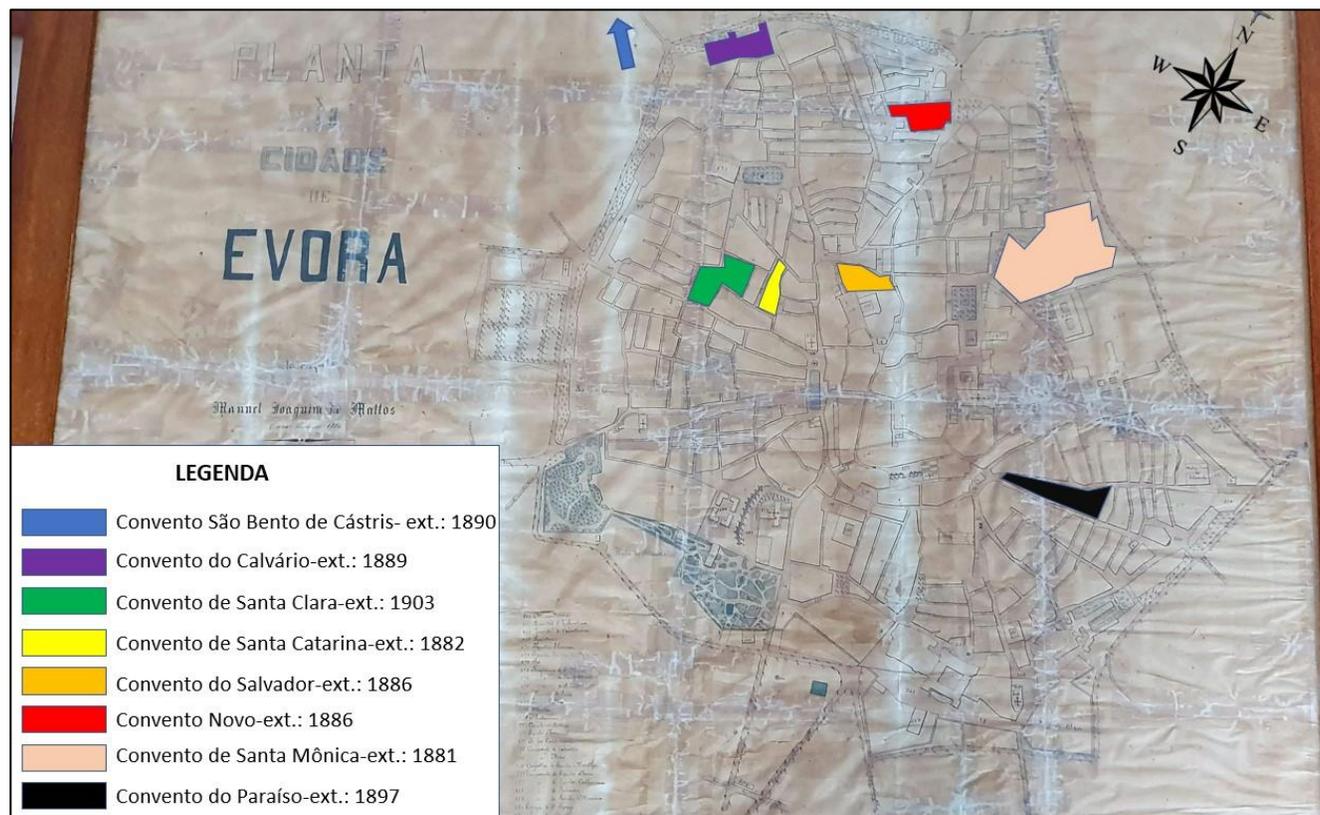


Fig. 20 Planta de Évora de fevereiro de 1884 com a extinção de conventos.

Fonte: Elaboração própria sobre a Planta base - Santa Casa da Misericórdia de Évora.

Anexo 21

Localização do Convento do Calvário e da sua torre Fernandina

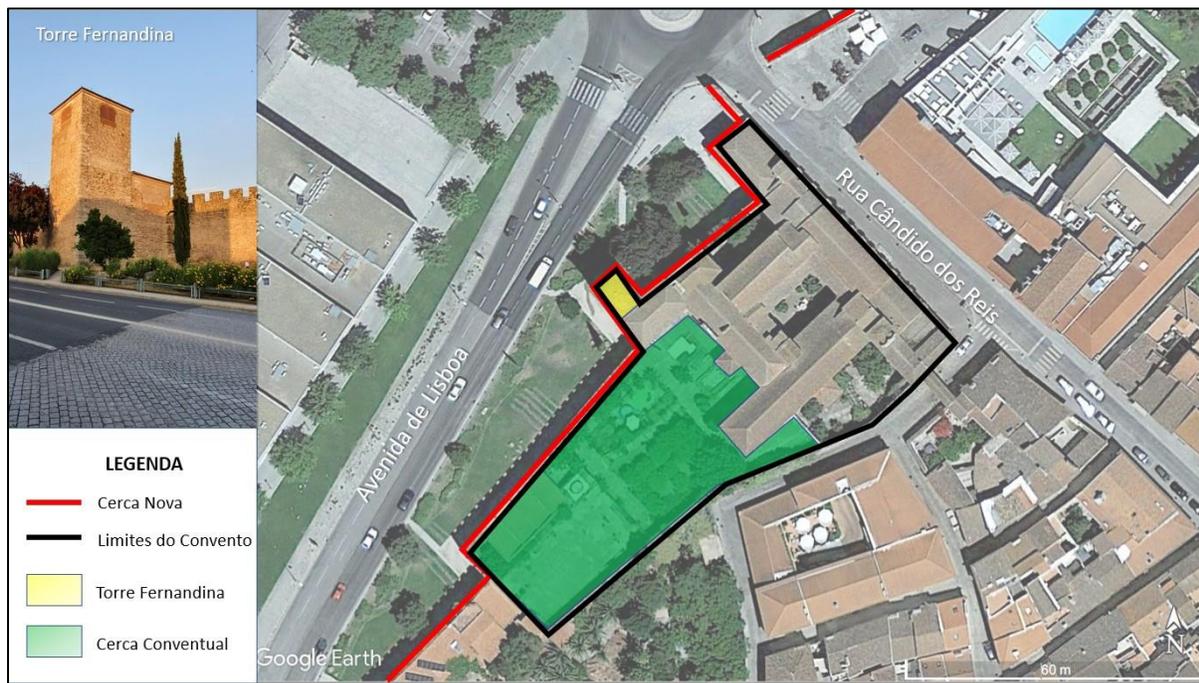


Fig. 21 Localização do Convento do Calvário e da sua torre Fernandina.

Fonte: Elaboração própria sobre o software Google Earth, 2021/ Sobral, 2020.

Anexo 22

Localização do Convento do Calvário

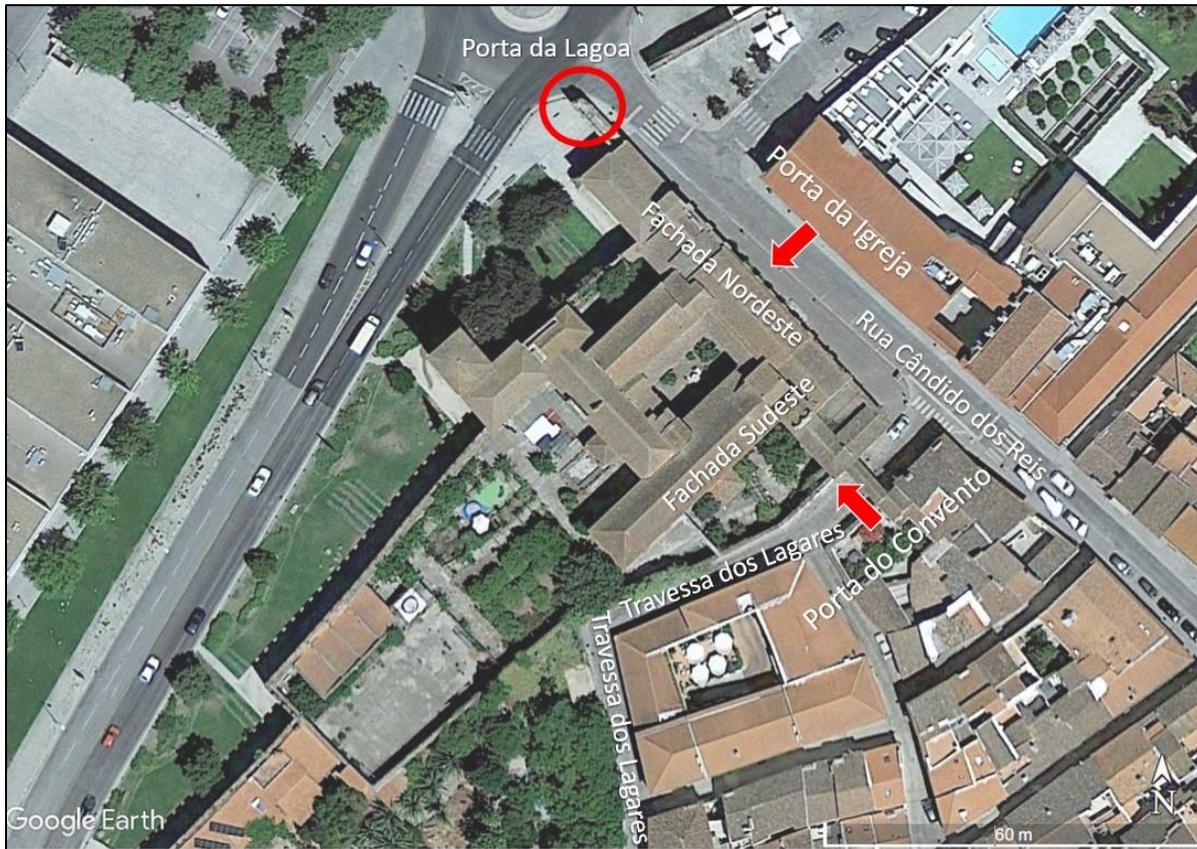


Fig. 22 Localização do Convento do Calvário.

Fonte: Elaboração própria sobre o software Google Earth, 2021.

Anexo 23

Antiga Rua da Lagoa



Fig. 23 Antiga Rua da Lagoa (atual R. Cândido dos Reis).
Fonte: Elaboração própria (outubro de 2020).

Anexo 24

Antigo Palácio dos Sepúlvedas



Fig. 24 Antigo Palácio dos Sepúlvedas (fronteiro à fachada do convento). Função atual: hotel.
Fonte: Elaboração própria (agosto de 2020).

Anexo 25

Antiga Rua dos Lagares



Fig. 25 Antiga Rua dos Lagares (atual Travessa dos Lagares).
Fonte: Elaboração própria (agosto de 2020).

Anexo 27

Convento do Calvário adaptado à *Casa de Trabalho*



Fig. 1 Grupo de Pupilas do Convento do Calvário em 1968.

Autor: David Freitas.

Fonte: Arquivo Fotográfico de Évora (DFT208).



Fig. 2 Alunas da Casa de Trabalho em 1960.

Autor: David Freitas.

Fonte: Arquivo Fotográfico de Évora (DFT7531).

Anexo 28

Planta da Zona de Protecção do Convento do Calvário



Fig. 28 Planta da Zona de Protecção do Convento do Calvário.

Fonte: Planta SIPADES.00000896.

DES.00000899
DGPC/SIPA; apnoe; 26-08-20

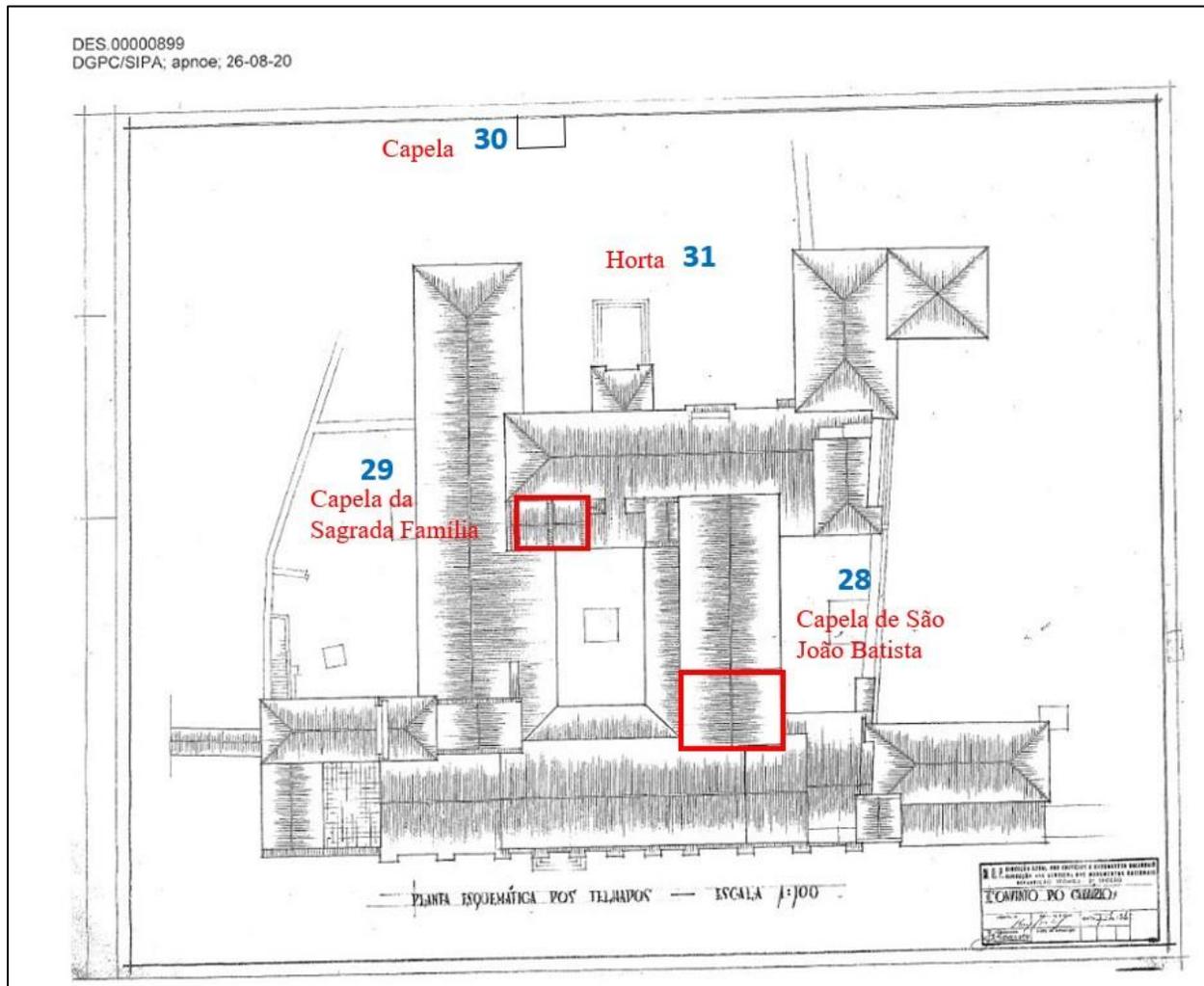


Fig. 3 Percurso pelo terceiro piso do Convento e pela horta.
Fonte: Elaboração própria sobre a Planta SIPADES.00000899.

Anexo 30

Contrafortes e Pórtico do Convento do Calvário



Fig. 30 Contrafortes e Pórtico (no século XX a parte mais baixa da fachada, à esquerda, foi adaptada às novas funções, daí não podemos determinar bem a dimensão do parlatório, ou se haveria dois, e mesmo da portaria; aliás, há móveis que cortam a divisão).

Fonte: Elaboração própria (agosto de 2020).

Anexo 31

Grades no Convento (interior e exterior)



Fig. 1 Grade com espigões no Coro-alto.
Fonte: Elaboração própria (agosto de 2020).



Fig. 2 Grade com espigões na janela do Parlatório interno.
Fonte: Elaboração própria (agosto de 2020).

Anexo 32

Setorização das divisões do Convento

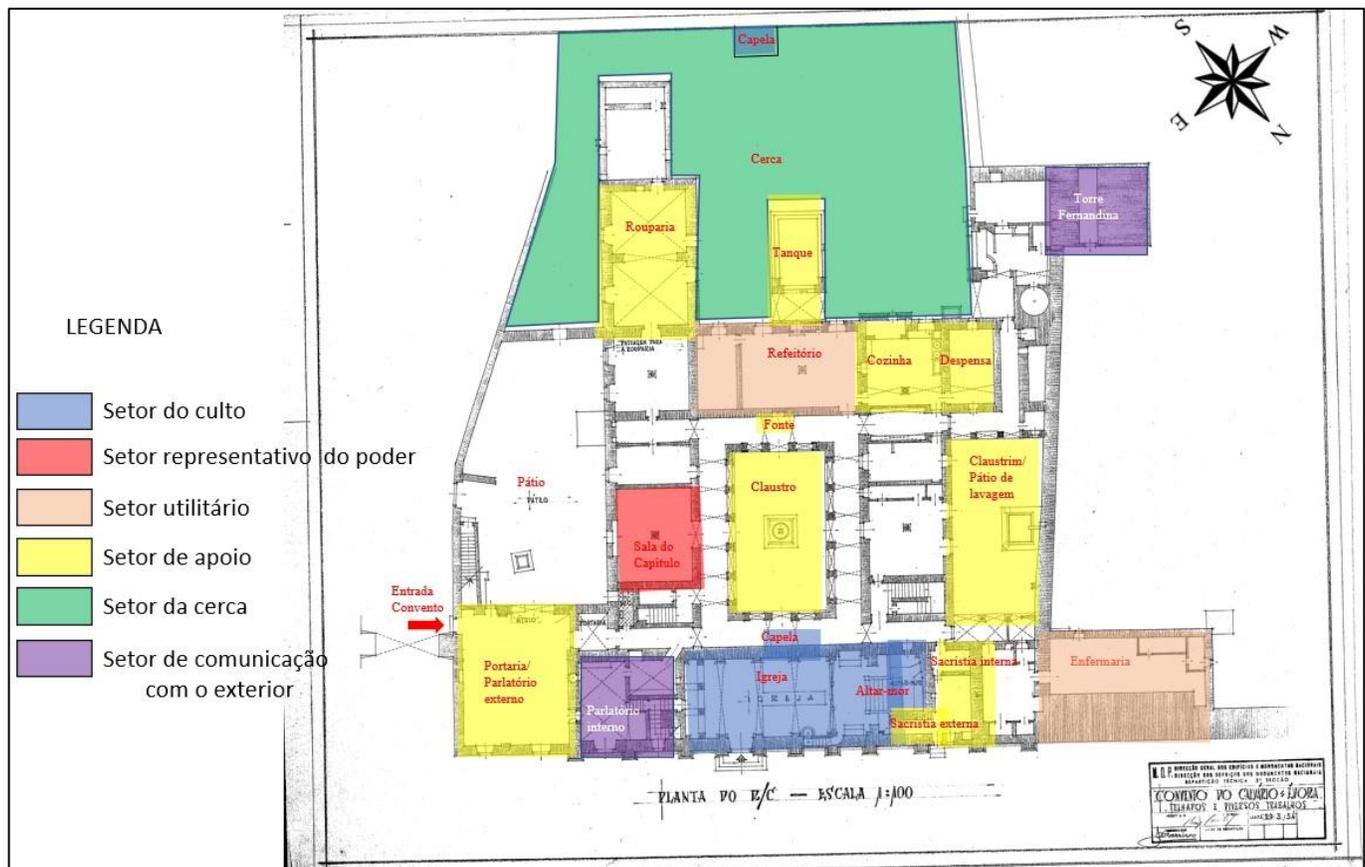


Fig. 1 Setorização das divisões do Convento no primeiro piso.
Fonte: Elaboração própria sobre a Planta SIPADES.00000897.

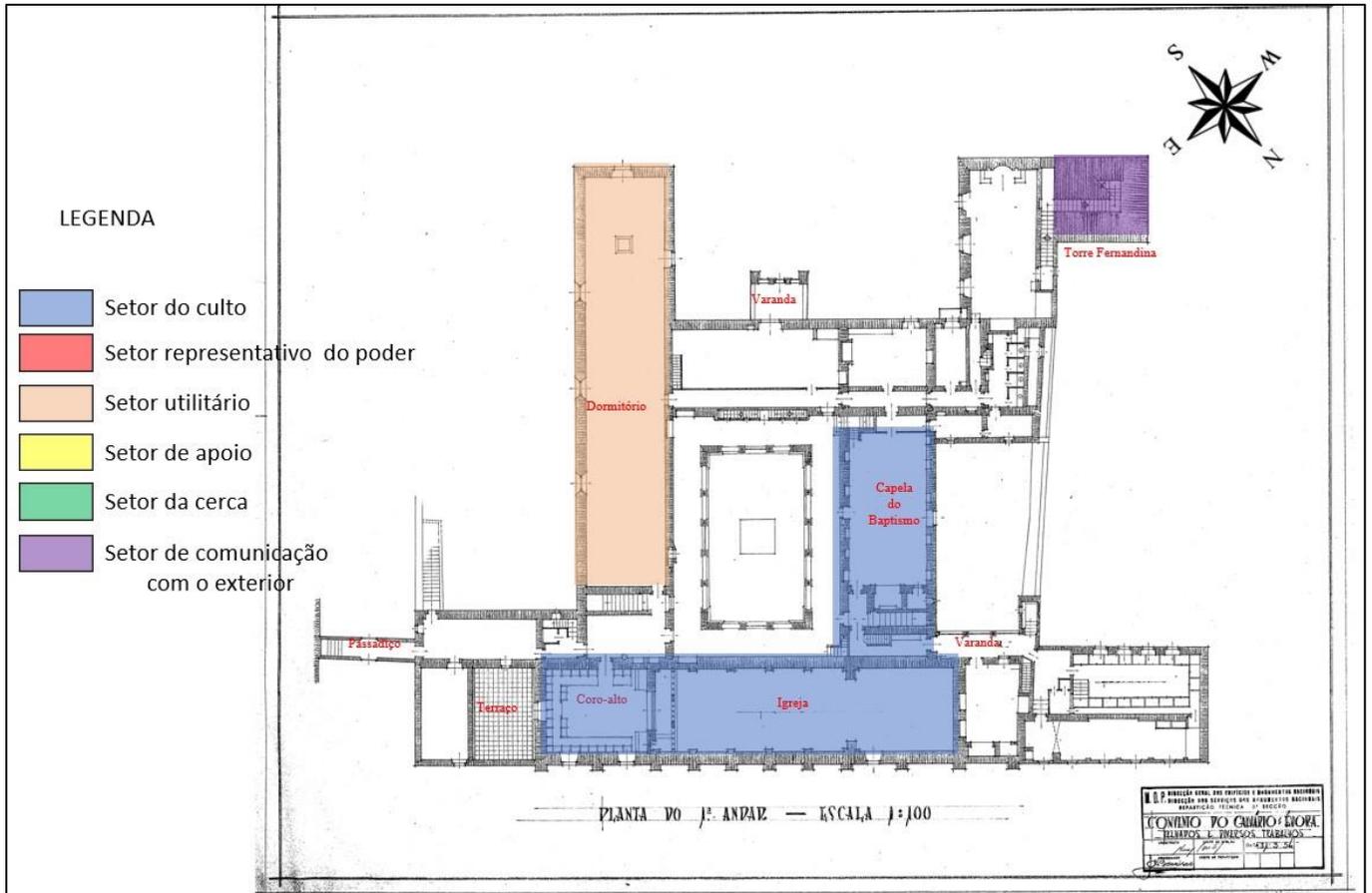


Fig. 2 Setorização das divisões do Convento no segundo piso.
Fonte: Elaboração própria sobre a Planta SIPADES.00000898.

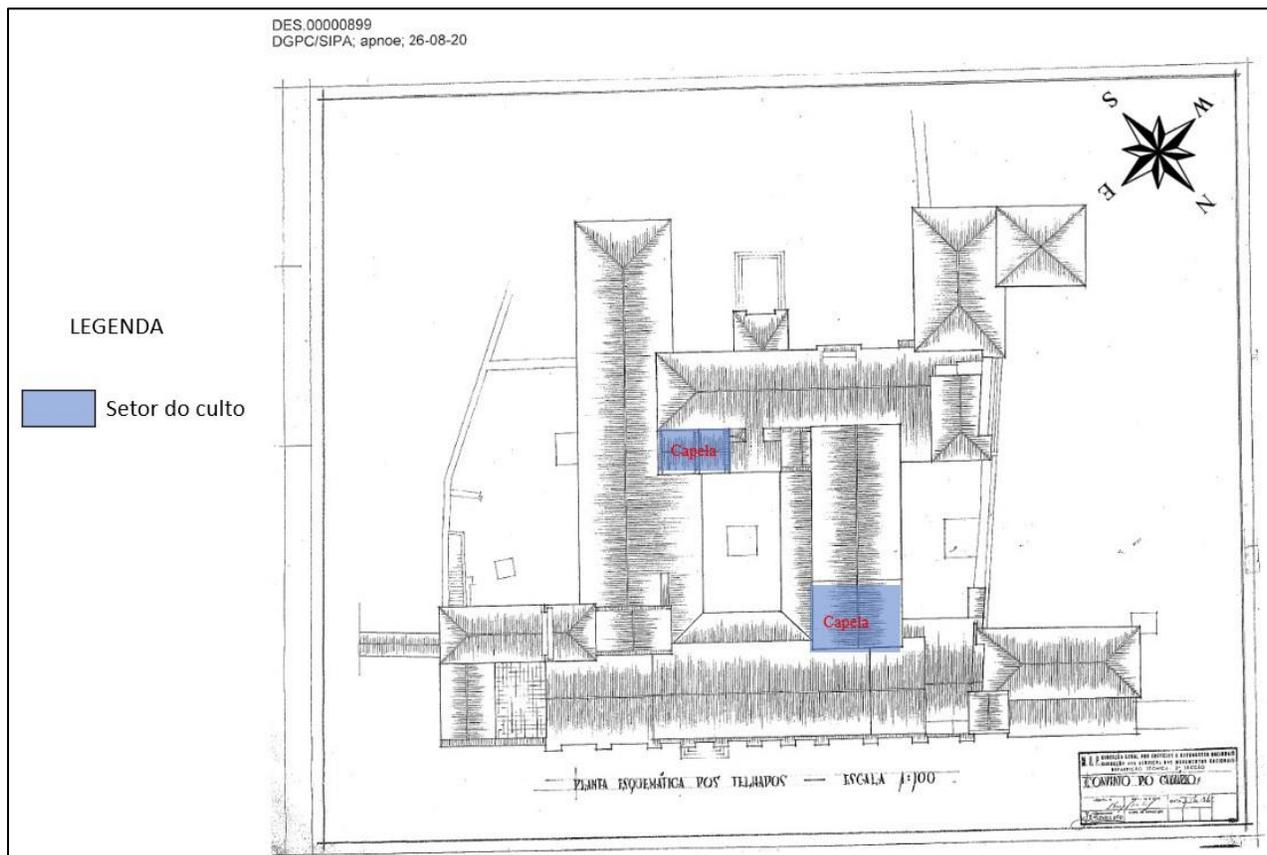


Fig. 3 Setorização das divisões do Convento no terceiro piso parcial.
Fonte: Elaboração própria sobre a Planta SIPADES.00000898.

Anexo 33

Poço do Pátio

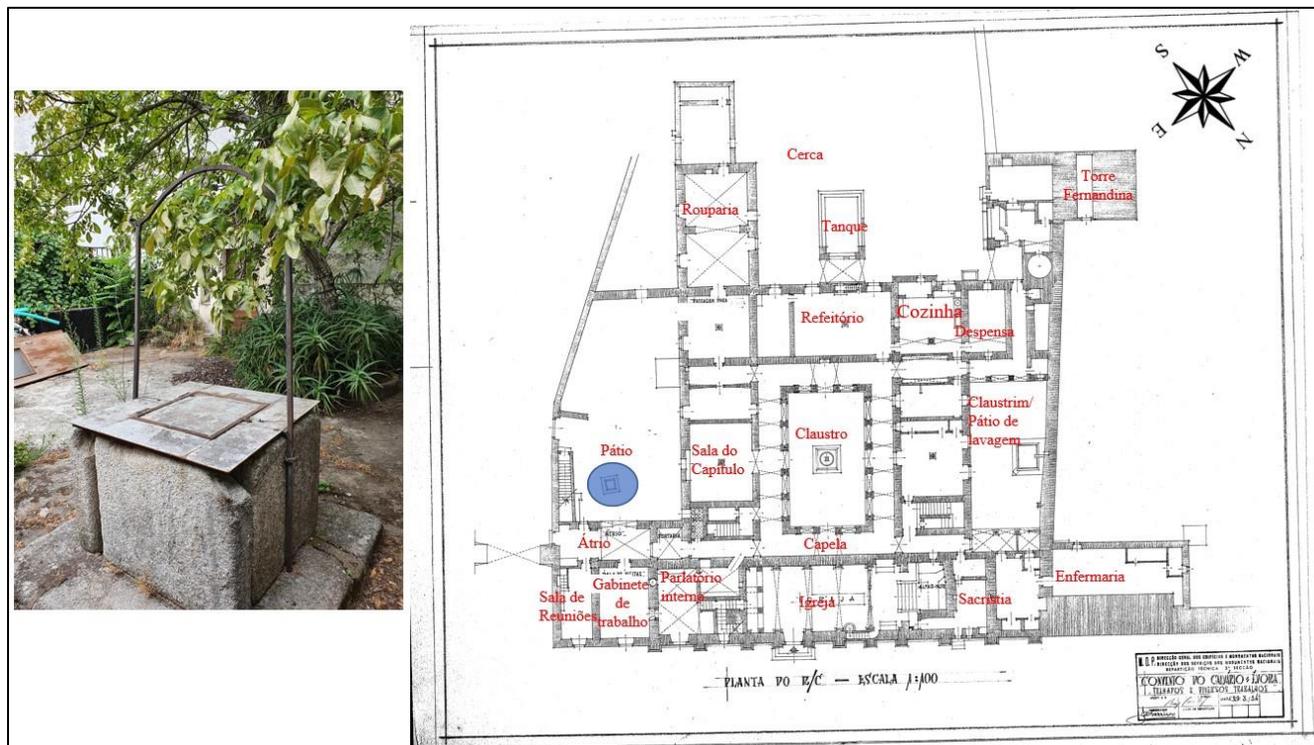


Fig. 33 Poço do Pátio- primeiro piso.

Fonte: Elaboração própria (agosto de 2020)/ Fonte: Elaboração própria sobre a Planta SIPADES.00000897.

Anexo 34

Átrio (função atual)

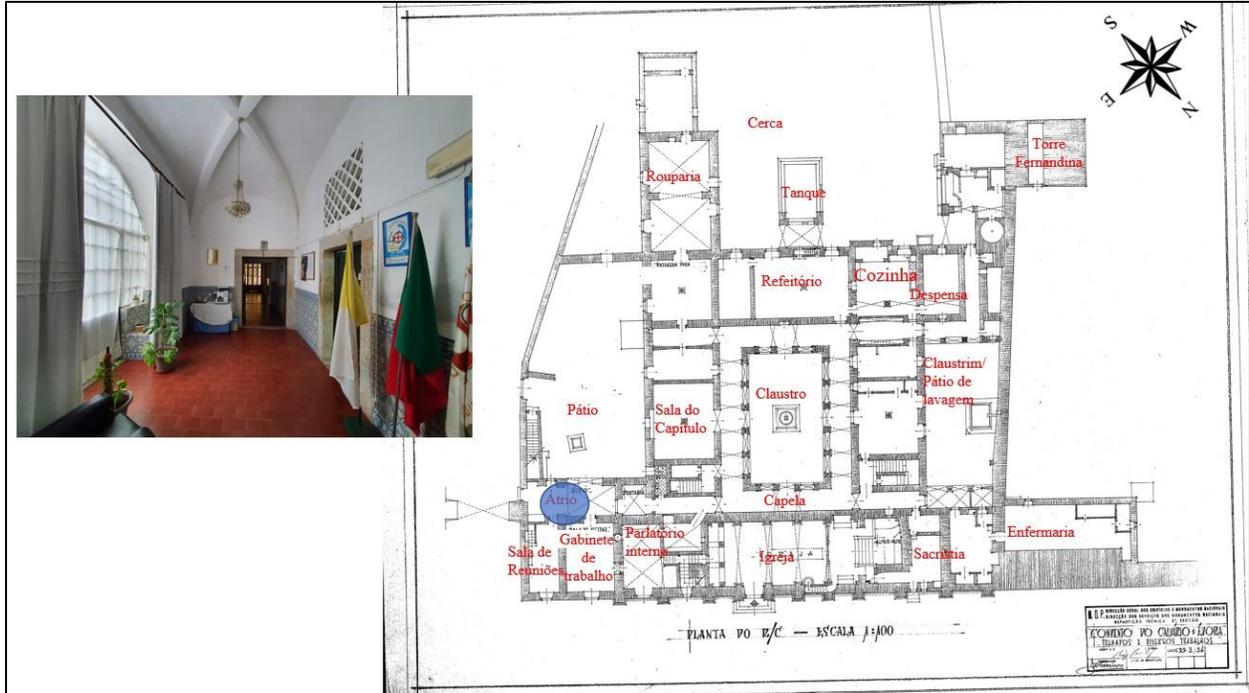


Fig. 34 Átrio (função atual) - primeiro piso.

Fonte: Elaboração própria (agosto de 2020)/ Fonte: Elaboração própria sobre a Planta SIPADES.00000897.

Anexo 35

Sala de reuniões (função atual)



Fig. 35 Sala de reuniões (função atual) - primeiro piso.

Fonte: Elaboração própria (agosto de 2020)/ Fonte: Elaboração própria sobre a Planta SIPADES.00000897.

Anexo 36

Roda/Gabinete de trabalho (função atual)

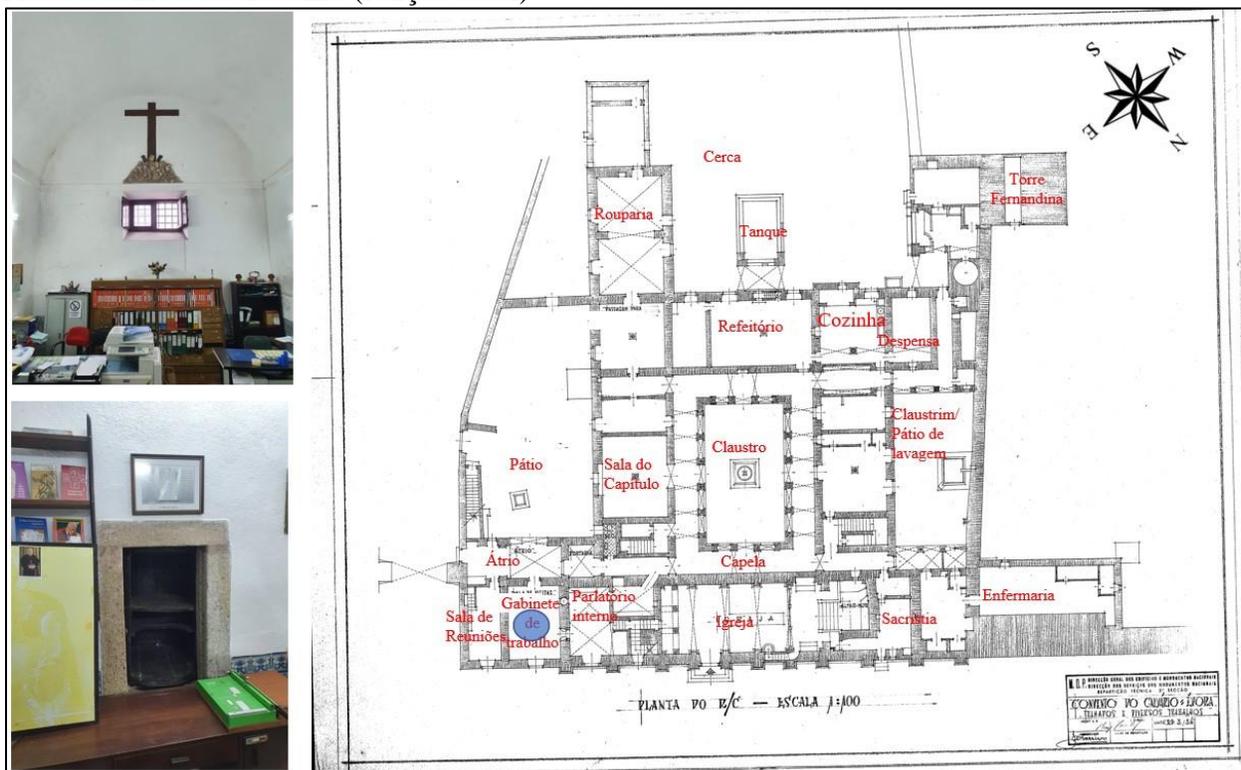


Fig. 36 Roda/Gabinete de trabalho (função atual) - primeiro piso.

Fonte: Elaboração própria (agosto de 2020)/ Fonte: Elaboração própria sobre a Planta SIPADES.00000897.

Anexo 37

Parlatório interno

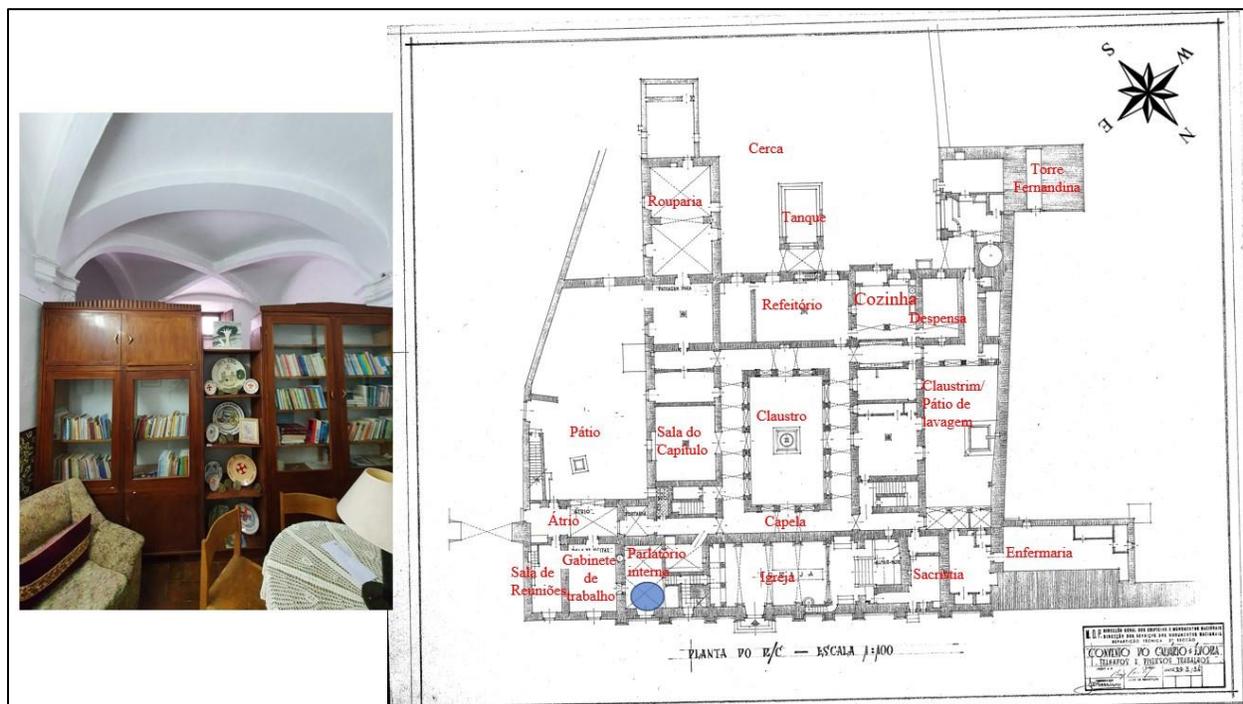


Fig. 37 Parlatório interno- primeiro piso.

Fonte: Elaboração própria (agosto de 2020)/ Fonte: Elaboração própria sobre a Planta SIPADES.00000897.

Anexo 38

Claustro



Fig. 1 Claustro.

Fonte: Elaboração própria (agosto de 2020)/ Fonte: Elaboração própria sobre a Planta SIPADES.00000897.

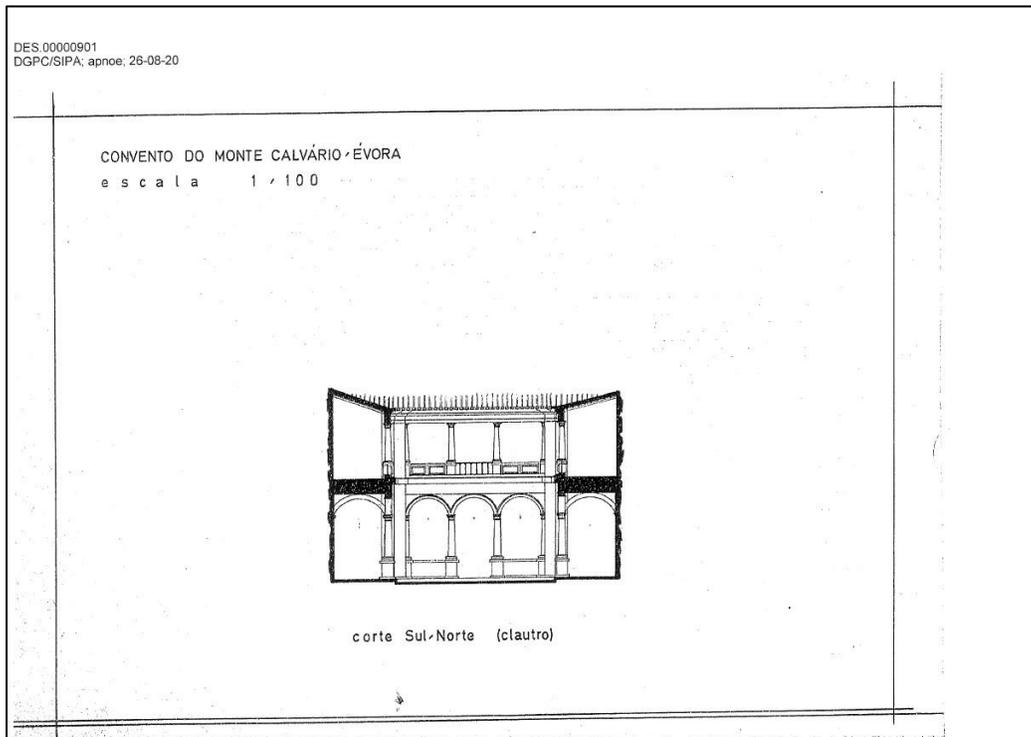


Fig. 2 Corte do claustro.

Fonte: Planta SIPADES.00000901.

Anexo 39

Via Sacra no primeiro piso do claustro

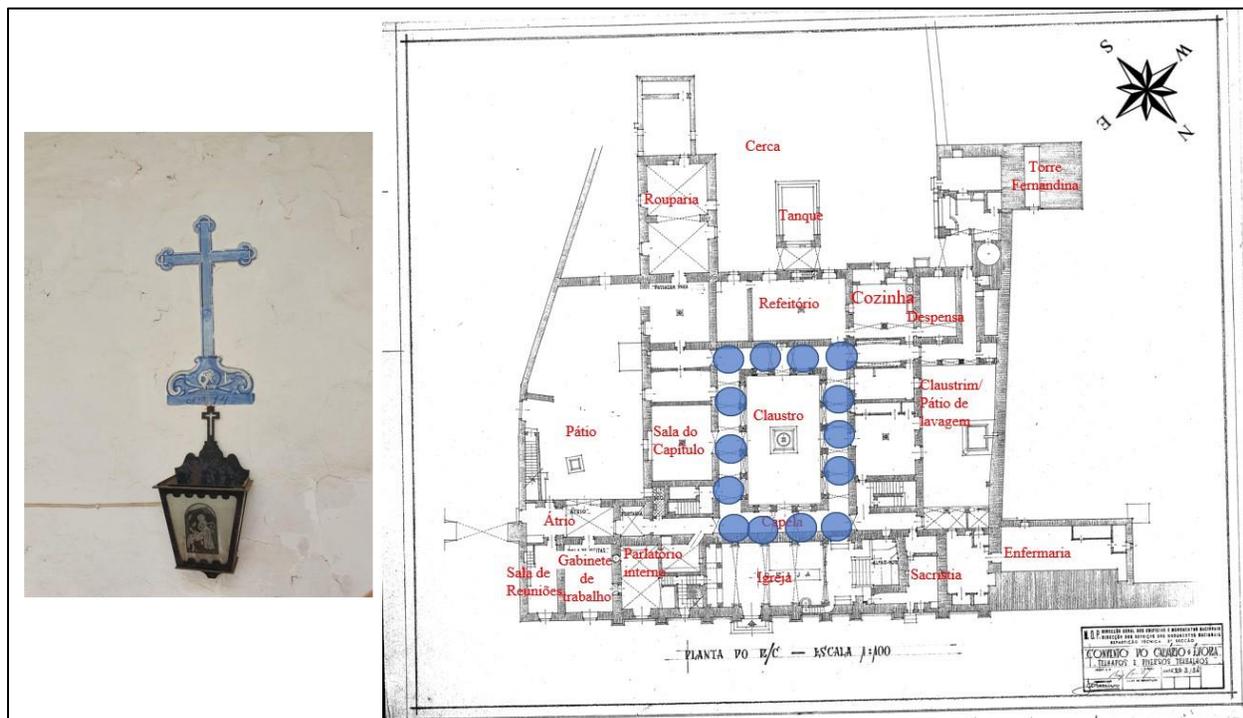


Fig. 39 Via Sacra no primeiro piso do claustro.

Fonte: Elaboração própria (agosto de 2020)/ Fonte: Elaboração própria sobre a Planta SIPADES.00000897.

Anexo 40

Nave da Igreja

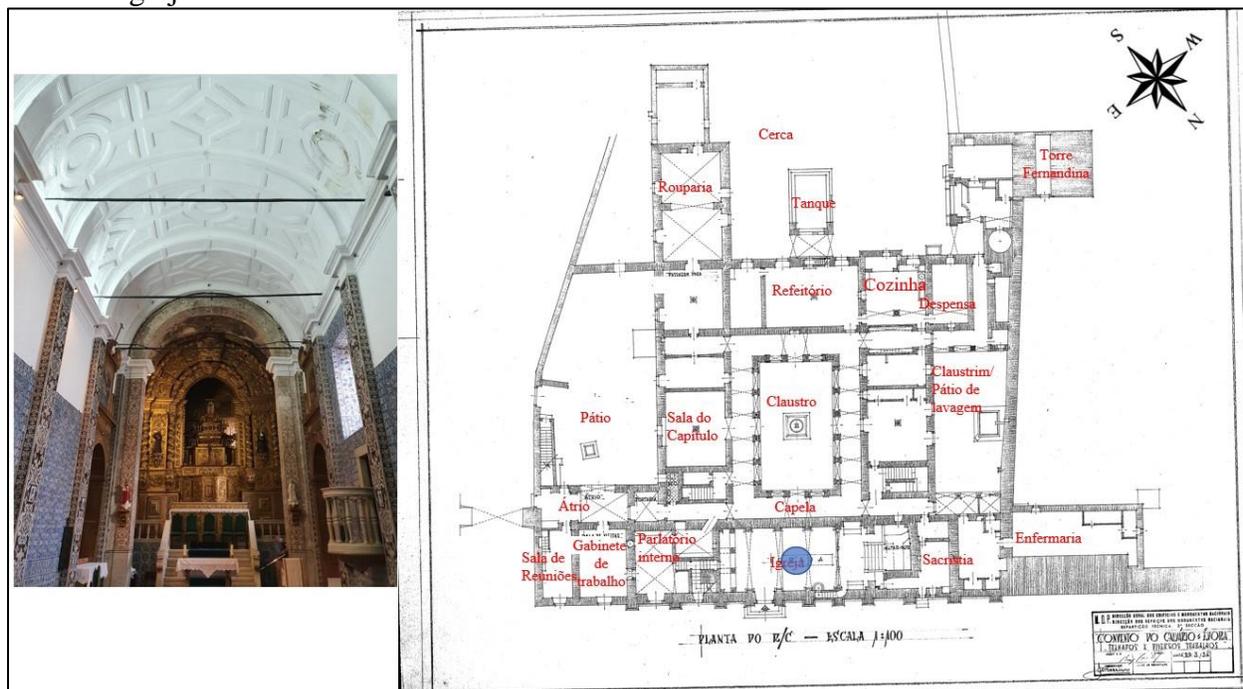


Fig. 40 Nave da Igreja.

Fonte: Elaboração própria (agosto de 2020)/ Fonte: Elaboração própria sobre a Planta SIPADES.00000897.

Anexo 42

Transepto, lado da Epístola; Pintura com *Assunção da Virgem*



Fig. 42 Transepto, lado da Epístola; Pintura com *Assunção da Virgem* - primeiro piso.
Fonte: Elaboração própria (agosto de 2020)/ Fonte: Elaboração própria sobre a Planta SIPADES.00000897.

Anexo 43

Capela-mor

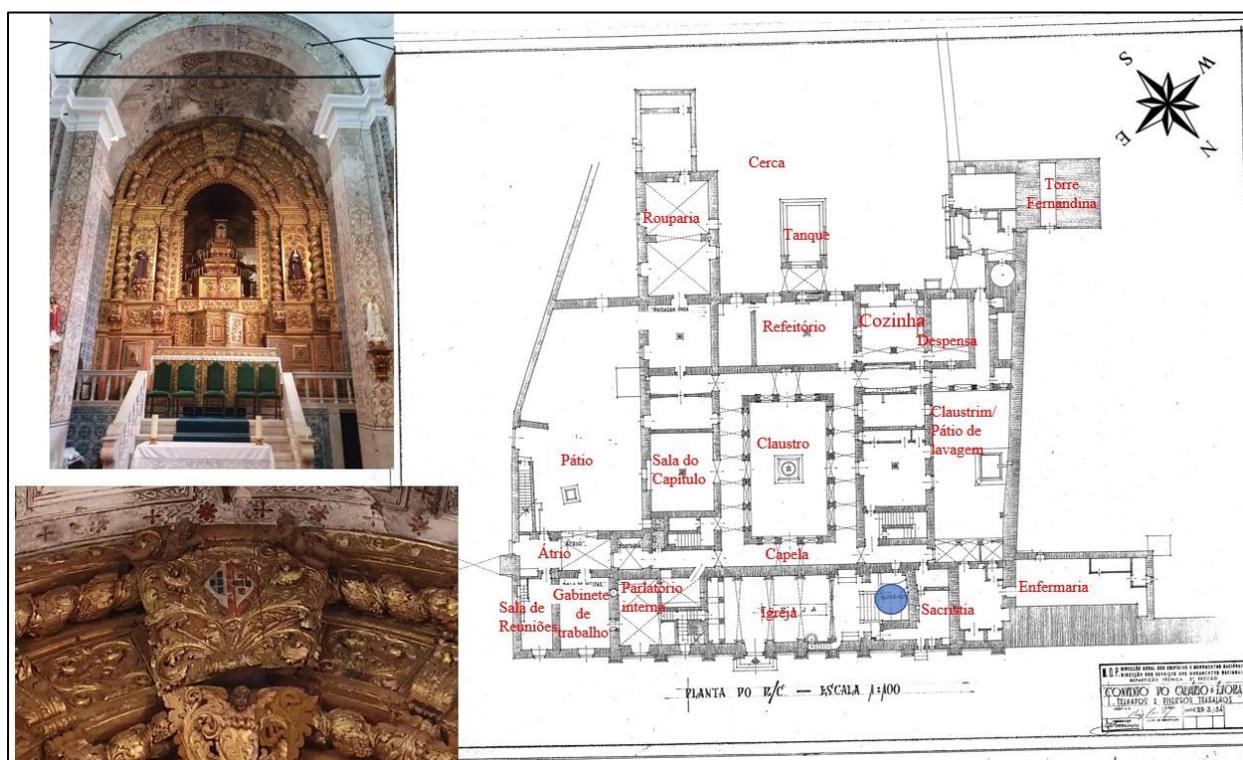


Fig. 43 Capela-mor. Retábulo e detalhe das armas da Infanta D. Maria, fundadora do cenóbio. - primeiro piso.

Fonte: Elaboração própria (agosto de 2020)/ Fonte: Elaboração própria sobre a Planta SIPADES.00000897.

Anexo 44

Sacristia



Fig. 44 Sacristia, com acesso à sacristia interna e ao exterior do convento - primeiro piso.

Fonte: Elaboração própria (agosto de 2020)/ Fonte: Elaboração própria sobre a Planta SIPADES.00000897.

Anexo 45

Pinturas na Igreja



Fig. 1 Seis pinturas na nave e no balcão do Coro alto (1960).

Autor: David Freitas.

Fonte: Arquivo Fotográfico de Évora (DFT4273).



Fig. 2 Seis pinturas na nave da igreja (1960), seriam 5, dado que num dos vãos existe uma janela.
Autor: David Freitas.
Fonte: Arquivo Fotográfico de Évora (DFT4271).

Anexo 46

Igreja. Balcão com balaustrada que precede o Coro alto

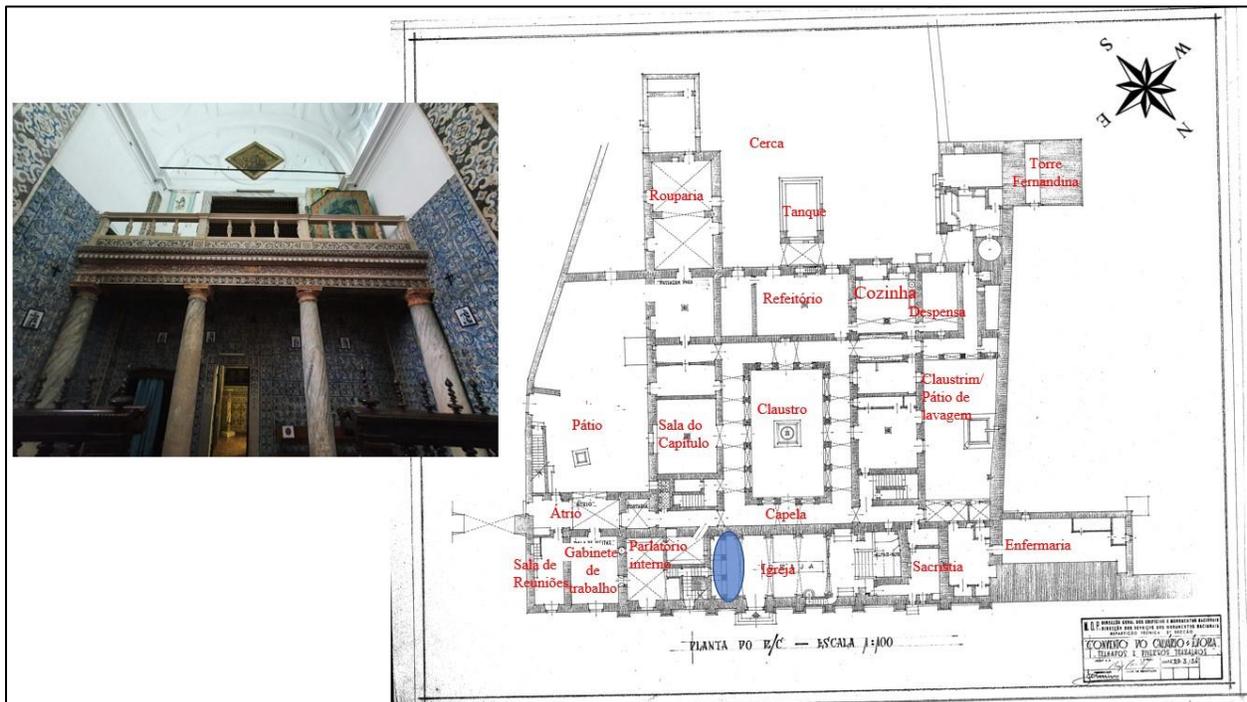


Fig. 46 Igreja. Balcão com balaustrada que precede o Coro alto.

Fonte: Elaboração própria (agosto de 2020)/ Fonte: Elaboração própria sobre a Planta SIPADES.00000897.

Anexo 47

Sala Capitular

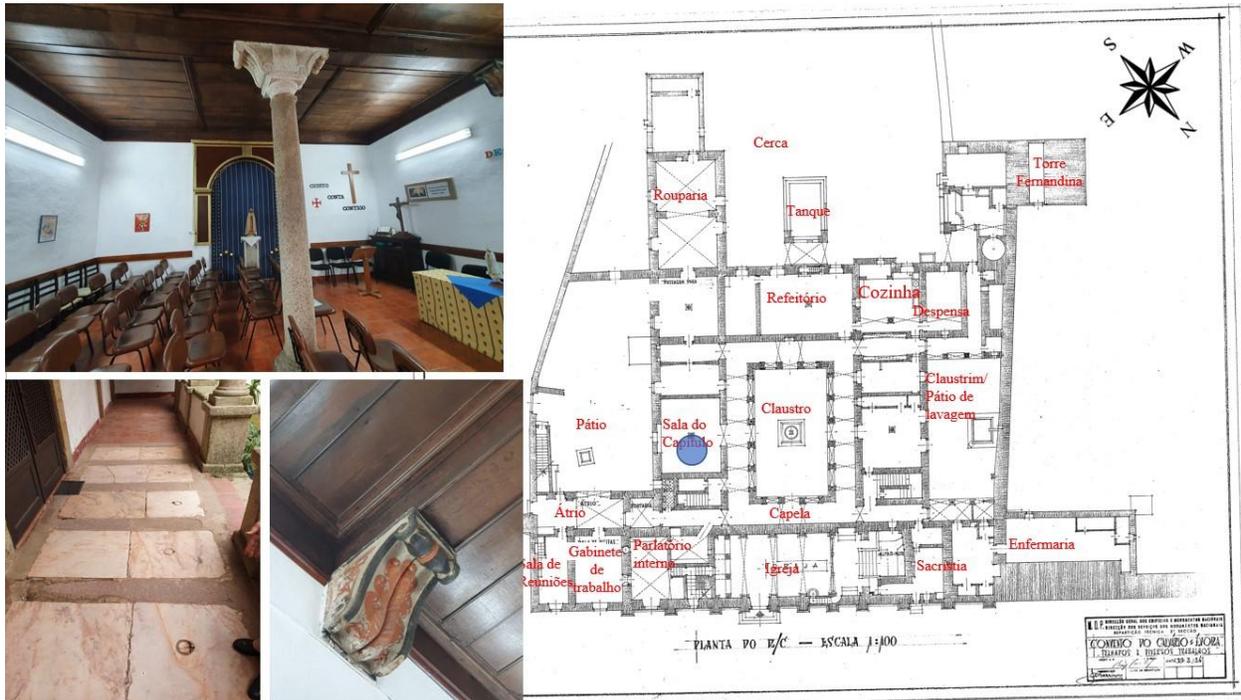


Fig. 47 Sala Capitular (lanço sudeste do claustro). Detalhes (acesso, interior, mísula) - primeiro piso.

Fonte: Elaboração própria (agosto de 2020)/ Fonte: Elaboração própria sobre a Planta SIPADES.00000897.

Anexo 48

Refeitório

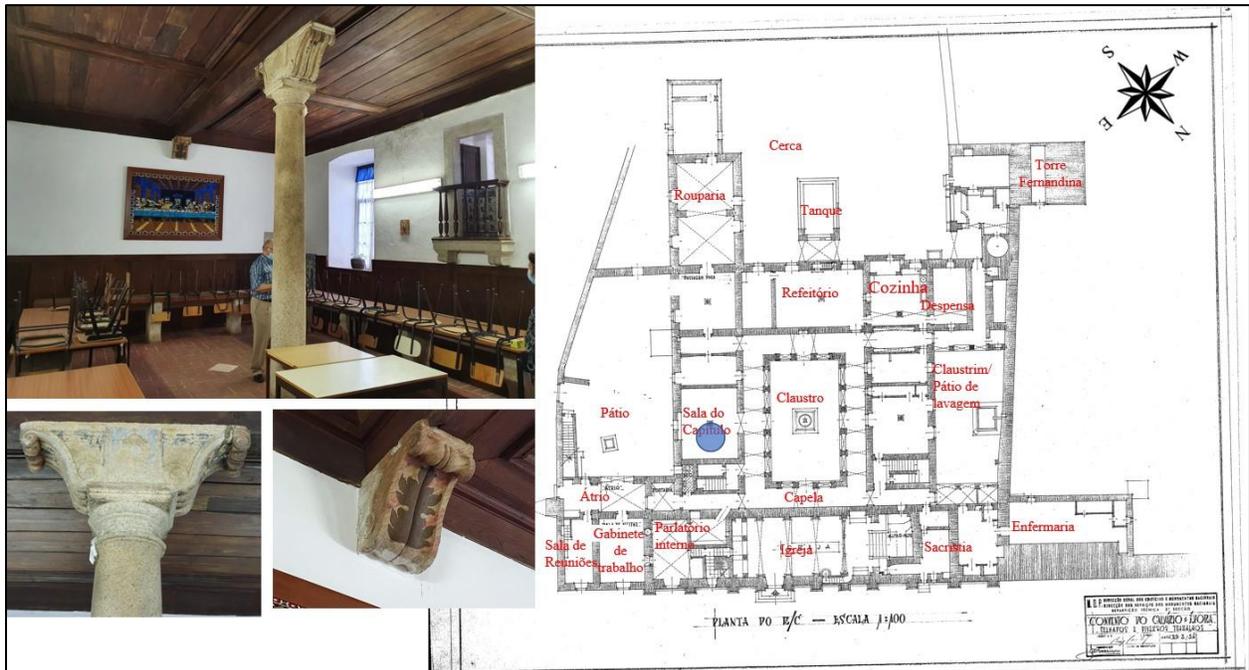


Fig. 48 Refeitório (lanço sudoeste do claustro). Detalhes (capitel, interior, mísula) - primeiro piso.
Fonte: Elaboração própria (agosto de 2020)/ Fonte: Elaboração própria sobre a Planta SIPADES.00000897.

Anexo 49

Tríptico no Refeitório (1960)



Fig. 49 Tríptico no Refeitório (1960) - primeiro piso.

Autor: David Freitas.

Fonte: Arquivo Fotográfico de Évora (DFT4270).

Anexo 50

Tríptico na Sé de Évora (proveniente do Refeitório do Convento do Calvário)



Fig. 50 Tríptico na Sé de Évora (proveniente do Refeitório do Convento do Calvário).

Fonte: Elaboração própria (janeiro de 2020).

Anexo 51

Azulejo figura avulsa no Refeitório



Fig. 51 Azulejo figura avulsa no Refeitório - primeiro piso.
Fonte: Elaboração própria (agosto de 2020).

Anexo 52

Fonte na entrada do Refeitório

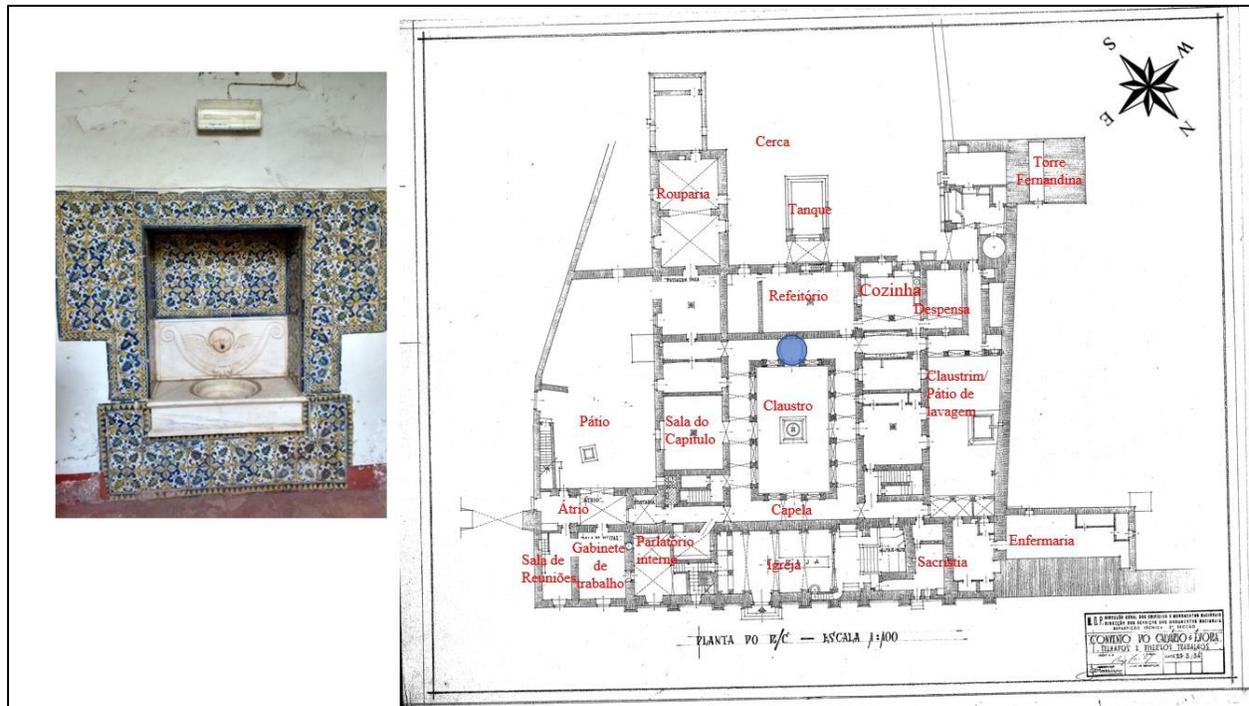


Fig. 52 Fonte na entrada do Refeitório - primeiro piso.

Fonte: Elaboração própria (agosto de 2020)/ Fonte: Elaboração própria sobre a Planta SIPADES.00000897.

Anexo 53

Antigas capelas do claustro (1900-1920)

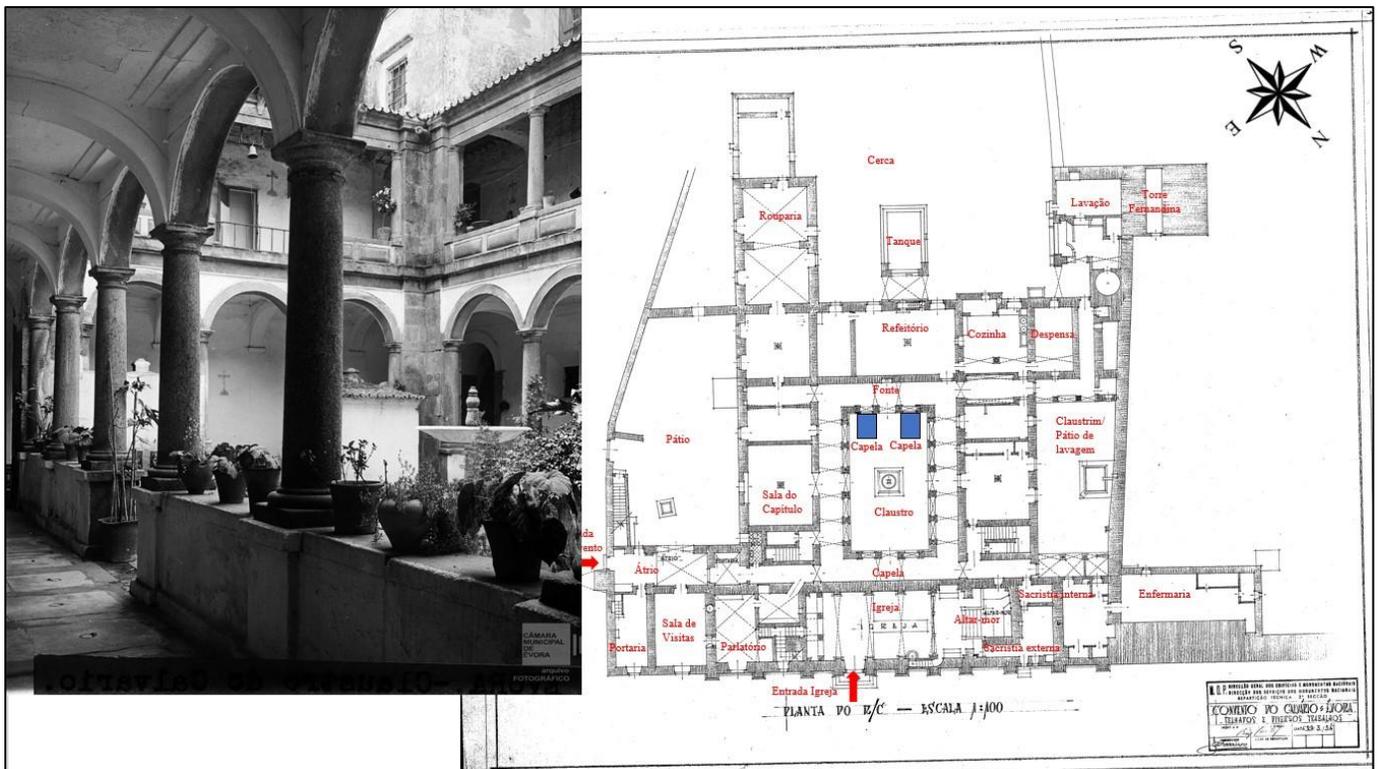


Fig. 53 Antigas capelas do claustro (1900-1920). Lanço sudoeste do claustro.

Autor: Gama Freixo?

Fonte: Arquivo Fotográfico de Évora (GPE0017) / Elaboração própria sobre a Planta SIPADES.00000897.

Anexo 54

Capela do Claustro

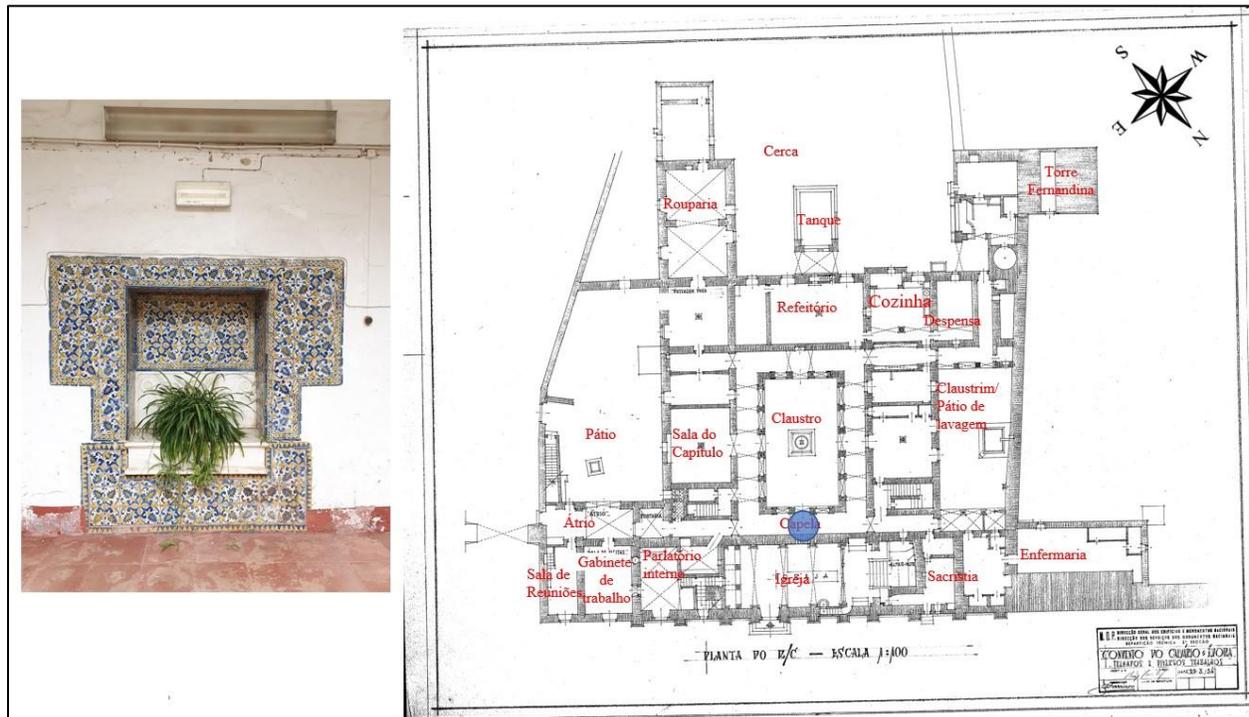


Fig. 54 Capela do Claustro - primeiro piso.

Fonte: Elaboração própria (agosto de 2020)/ **Fonte:** Elaboração própria sobre a Planta SIPADES.00000897.

Anexo 55

Cozinha

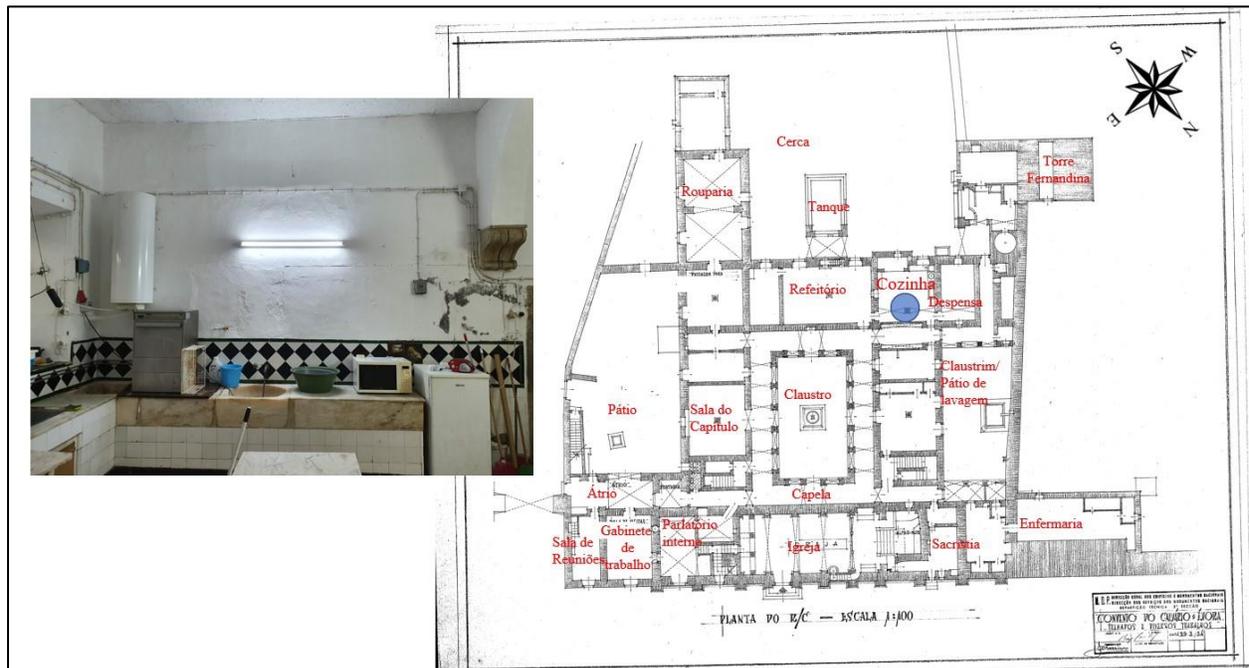


Fig. 55 Cozinha - primeiro piso.

Fonte: Elaboração própria (agosto de 2020)/ Fonte: Elaboração própria sobre a Planta SIPADES.00000897.

Anexo 56

Lavanderia

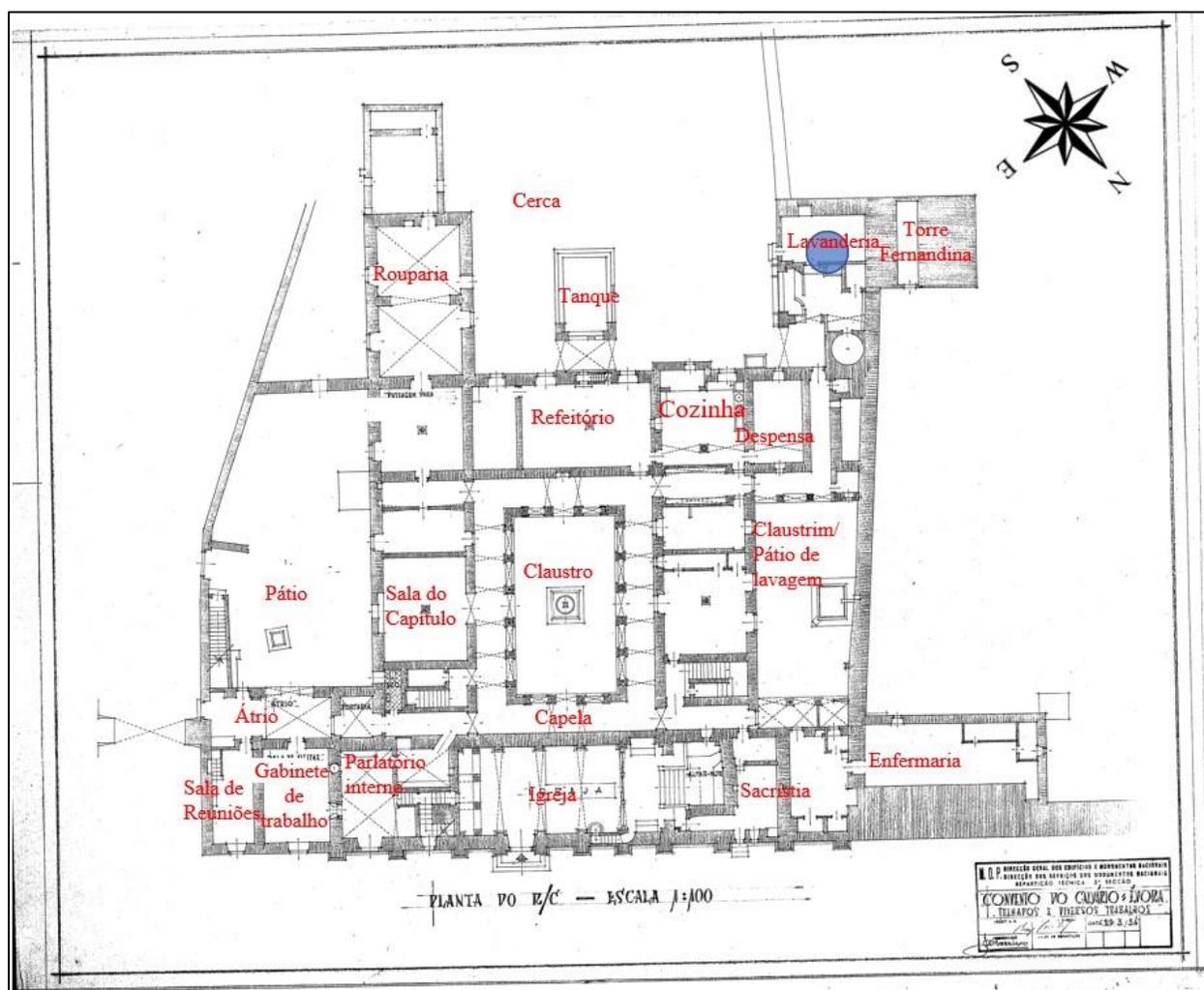


Fig. 56 Lavanderia - primeiro piso.

Fonte: Elaboração própria sobre a Planta SIPADES.00000897.

Anexo 57

Antessala do refeitório

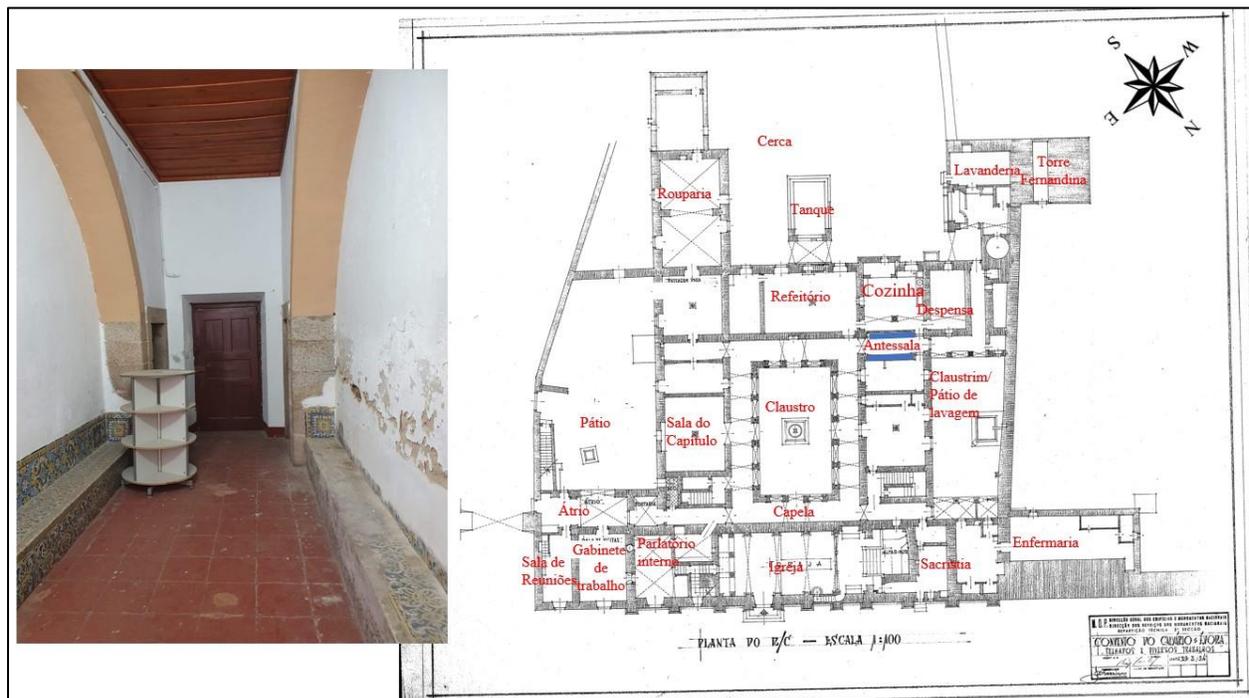


Fig. 57 Antessala do refeitório - primeiro piso.

Fonte: Elaboração própria (agosto de 2020)/ **Fonte:** Elaboração própria sobre a Planta SIPADES.00000897.

Anexo 58

Segundo refeitório (século XX)



Fig. 58 Segundo refeitório (século XX) - primeiro piso.

Fonte: Elaboração própria (agosto de 2020)/ Fonte: Elaboração própria sobre a Planta SIPADES.00000897.

Anexo 59

Atual Sala de apoio à Sala de Arrecadação

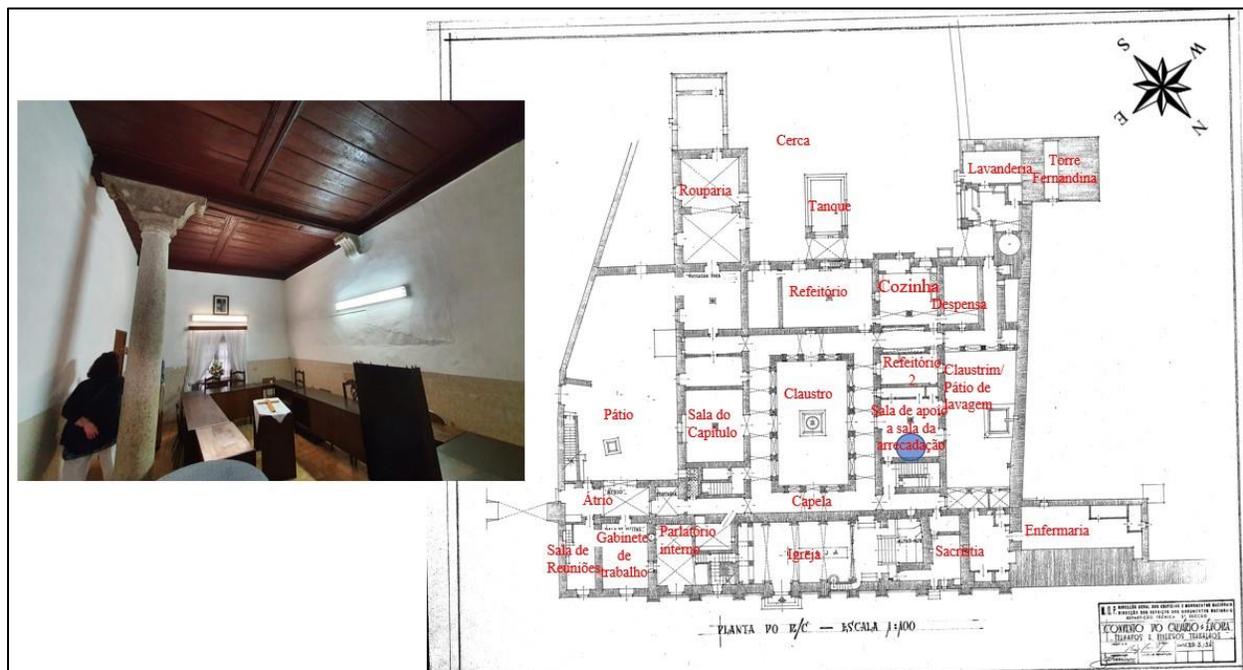


Fig. 59 Atual Sala de apoio à Sala de Arrecadação. Coluna idêntica à do Refeitório - primeiro piso.

Fonte: Elaboração própria (agosto de 2020)/ Fonte: Elaboração própria sobre a Planta SIPADES.00000897.

Anexo 60

Claustrim

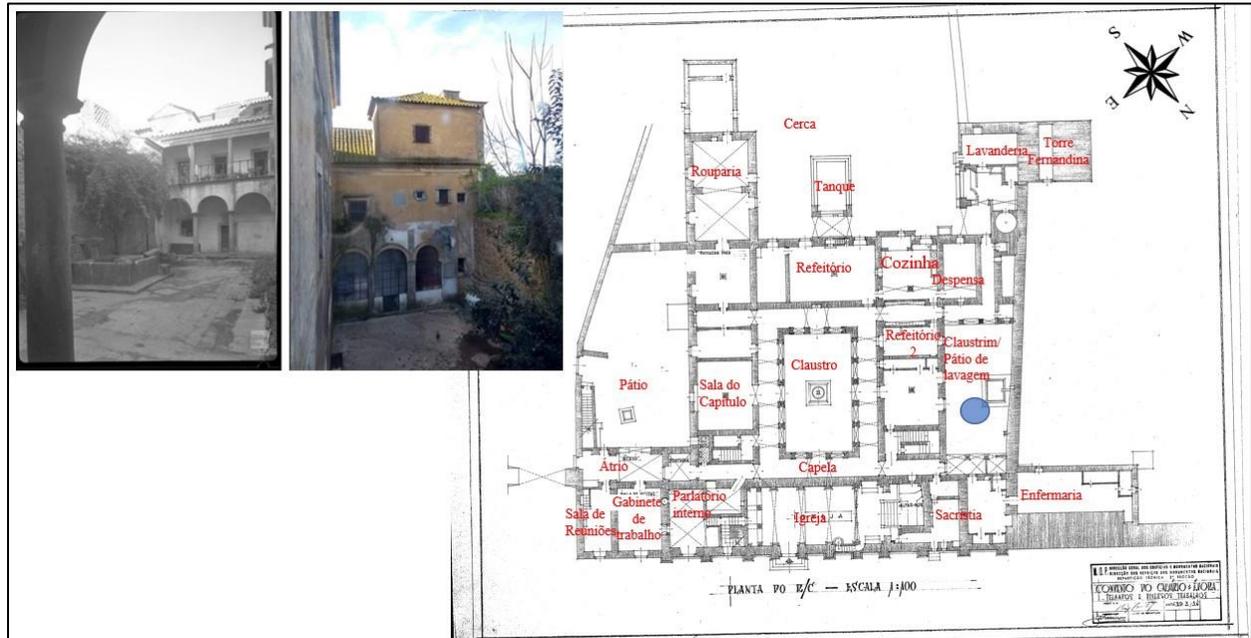


Fig. 60 Claustrim - primeiro piso.

Fonte: Fotografia claustrom (1960) David Freitas/ Arquivo Fotográfico de Évora (DFT4269).

Fonte: Fotografia claustrom - Elaboração própria (agosto de 2020).

Fonte: Elaboração própria sobre a Planta SIPADES.00000897.

Anexo 61

Enfermaria e antessala

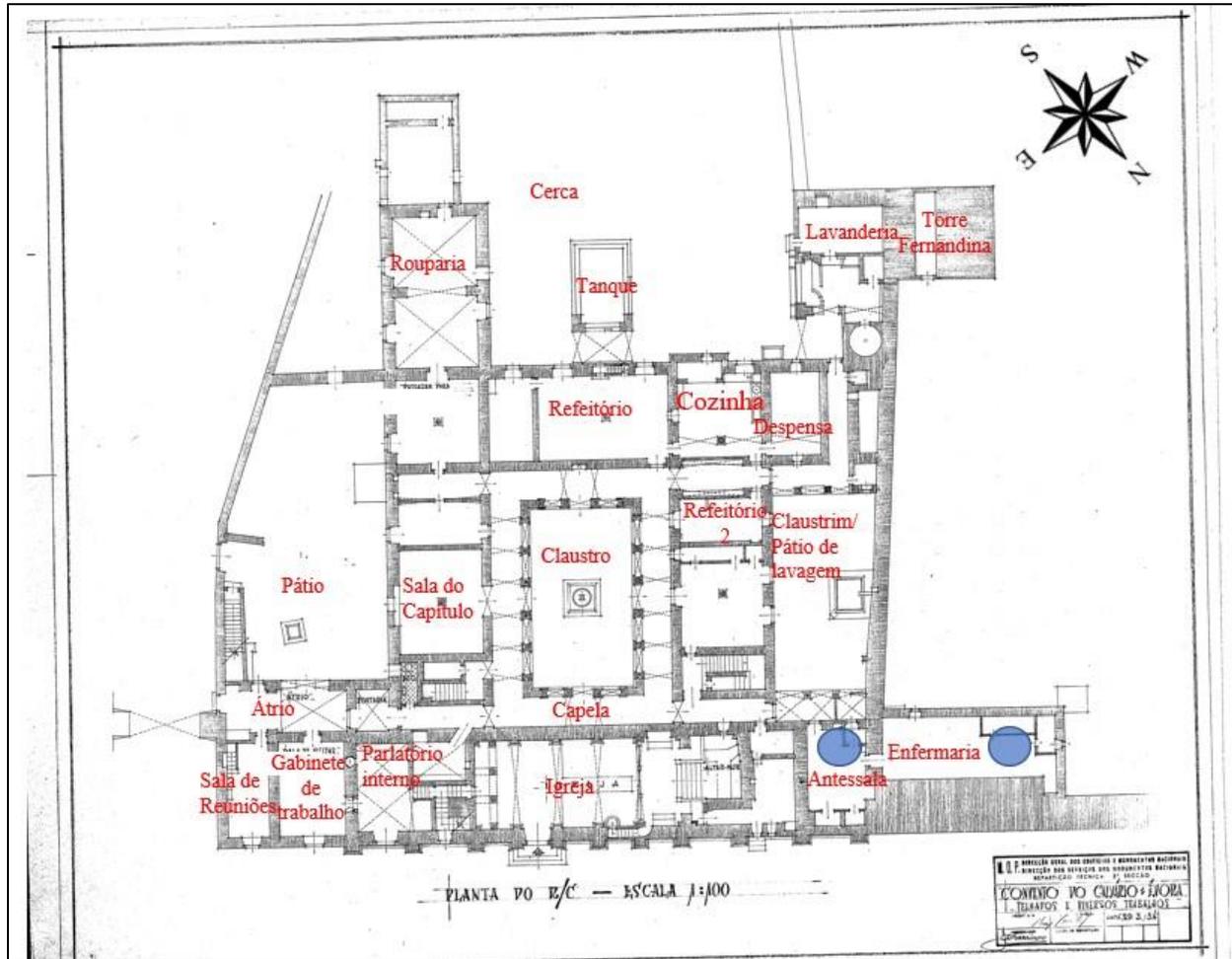


Fig. 61 Enfermaria e antessala - primeiro piso.

Fonte: Elaboração própria sobre a Planta SIPADES.00000897.

Anexo 62

Dormitório



Fig. 62 Dormitório - segundo piso.

Fonte: Elaboração própria (agosto de 2020)/ Fonte: Elaboração própria sobre a Planta SIPADES.00000898.

Anexo 63

Rouparia



Fig. 63 Rouparia - primeiro piso.

Fonte: Elaboração própria sobre a Planta SIPADES.00000898.

Anexo 64

Sala de leitura (século XX) e varanda

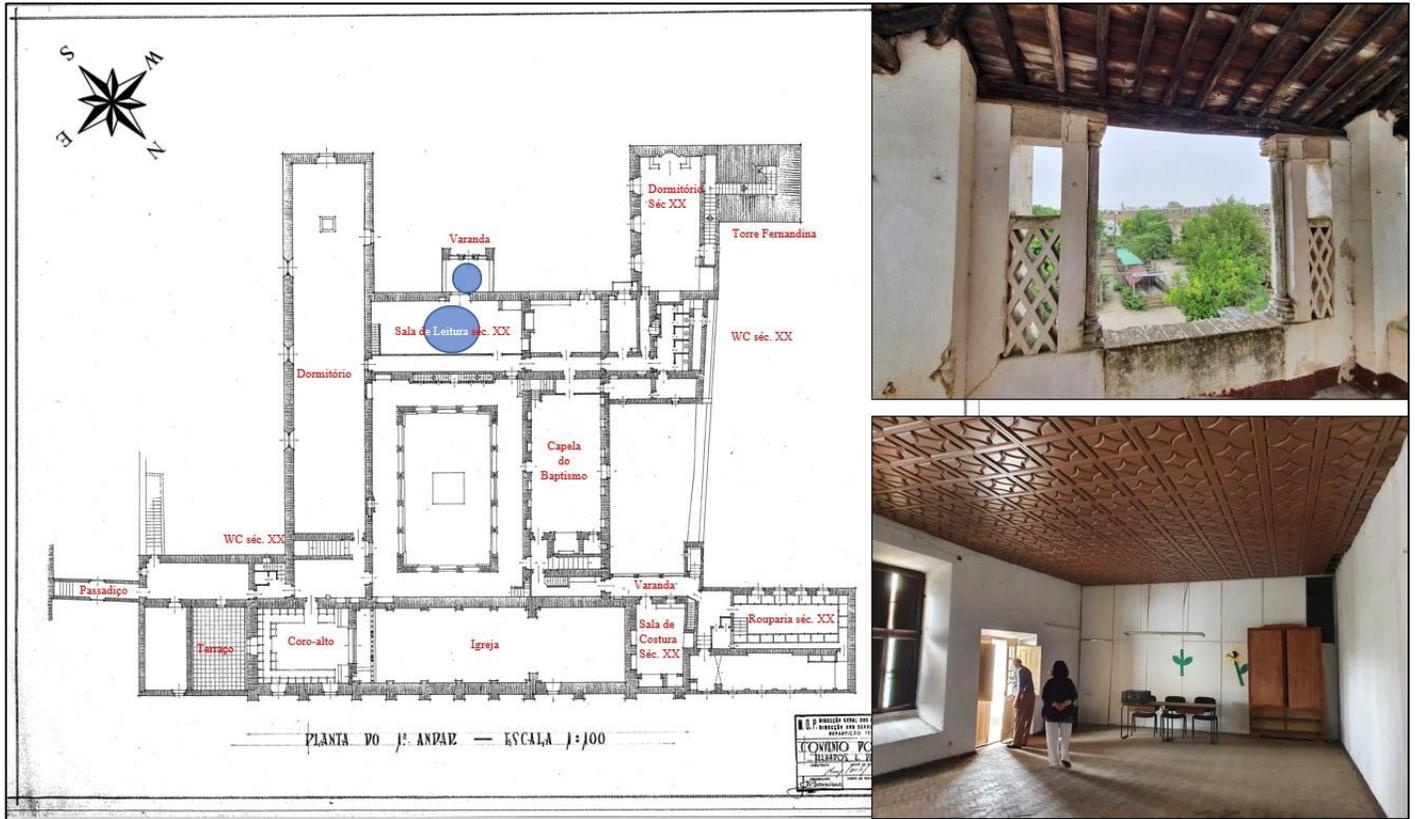


Fig. 64 Sala de leitura (século XX) e varanda - segundo piso.

Fonte: Elaboração própria (agosto de 2020)/ Fonte: Elaboração própria sobre a Planta SIPADES.00000898.

Anexo 65

LXXIV

Coro alto

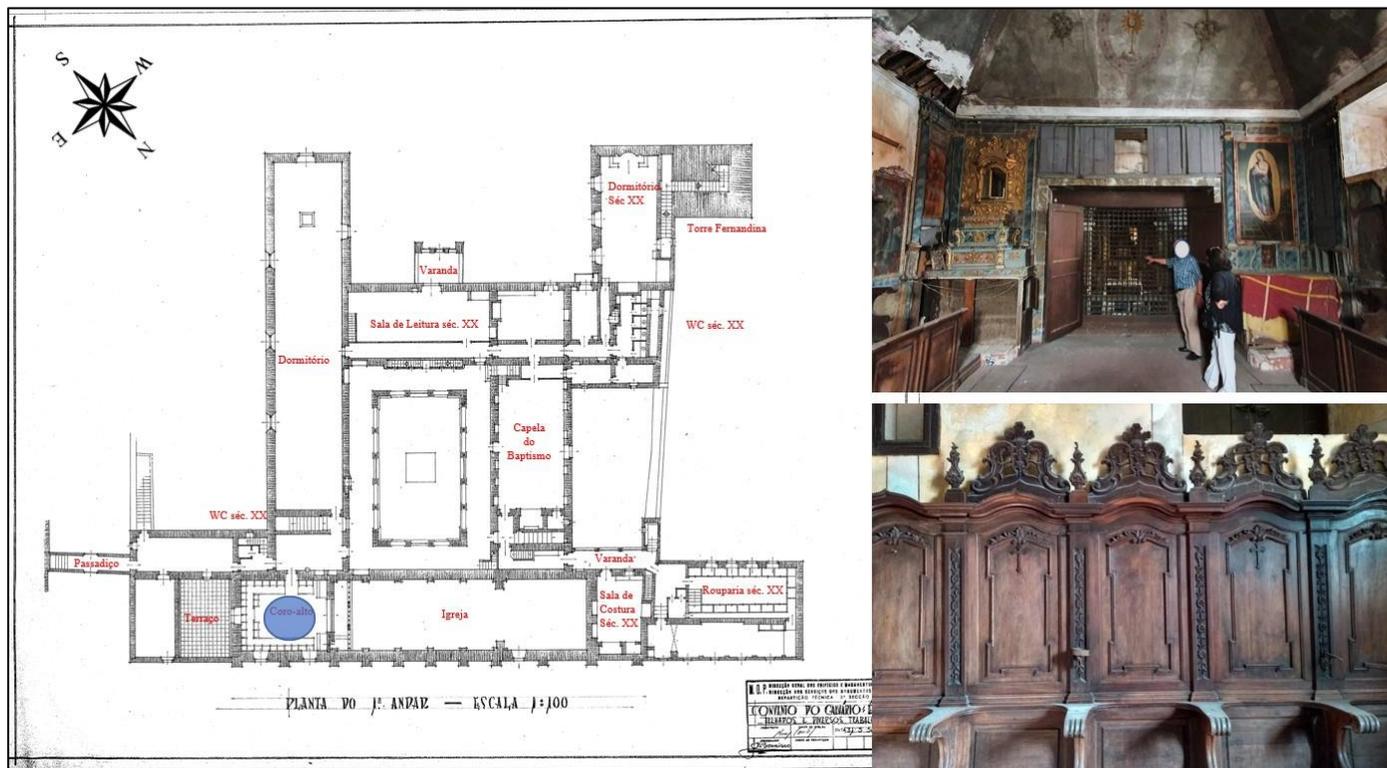


Fig. 65 Coro alto. Pormenor do cadeiral- segundo piso.

Fonte: Elaboração própria (agosto de 2020)/ Fonte: Elaboração própria sobre a Planta SIPADES.00000898.

Anexo 66

Capela do Baptismo

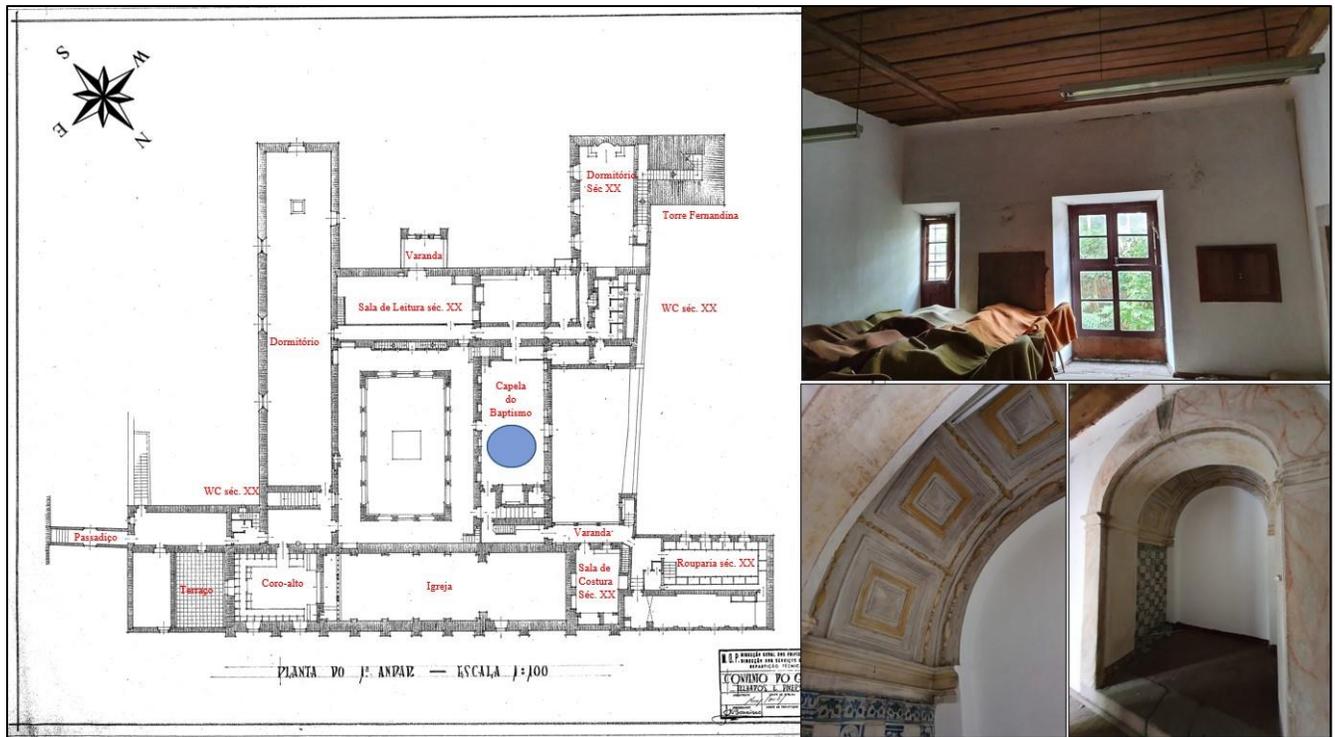


Fig. 66 Capela do Baptismo - segundo piso.

Fonte: Elaboração própria (agosto de 2020)/ Fonte: Elaboração própria sobre a Planta SIPADES.00000898.

Anexo 67

segundo dormitório (século XX)

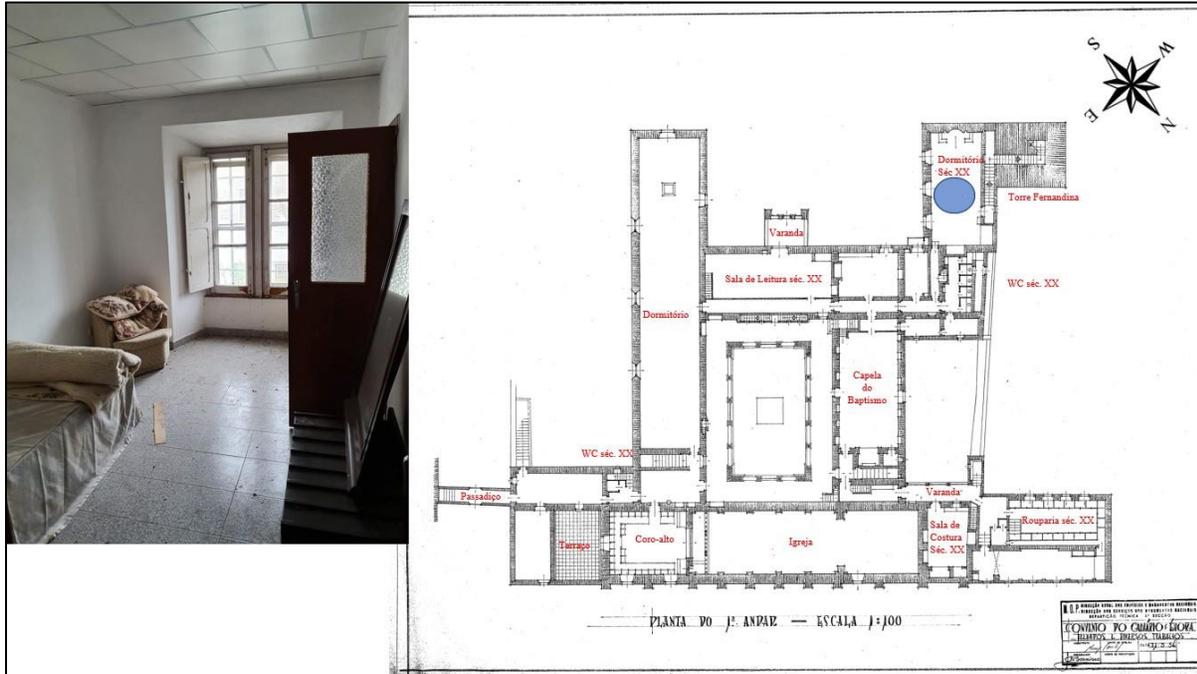


Fig. 67 segundo dormitório (século XX) - segundo piso.

Fonte: Elaboração própria (agosto de 2020)/ **Fonte:** Elaboração própria sobre a Planta SIPADES.00000898.

Anexo 68

Casas de banho (século XX)

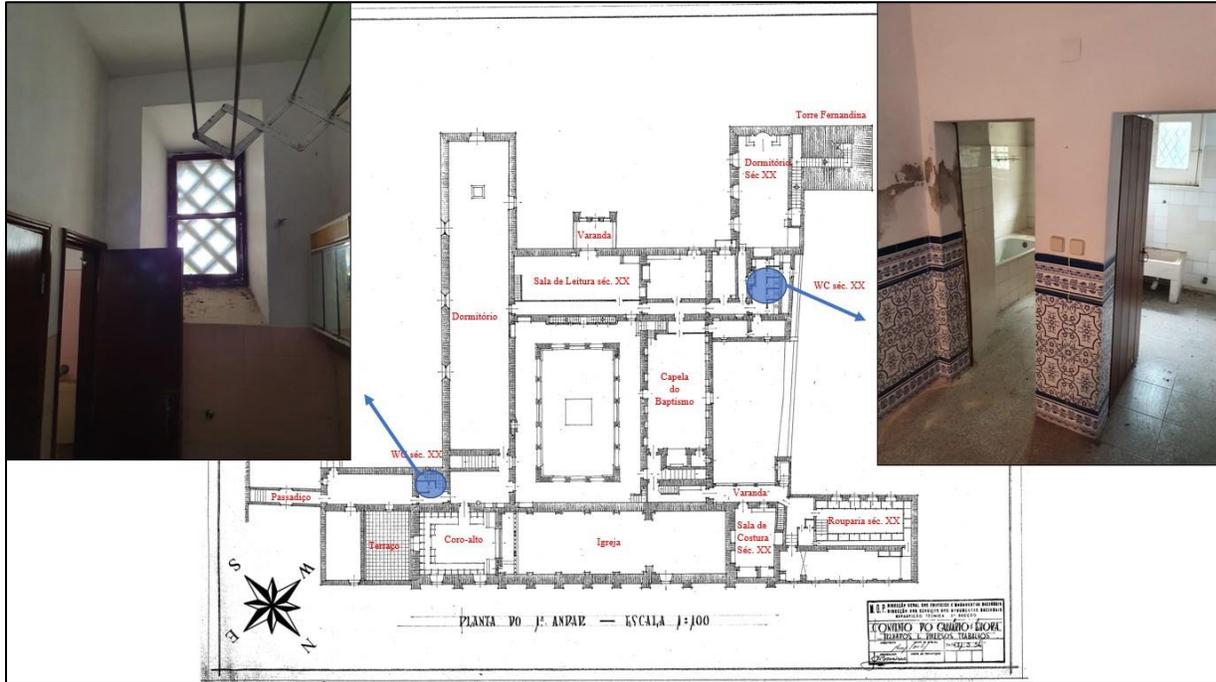


Fig. 68 Casas de banho (século XX) - segundo piso.

Fonte: Elaboração própria (agosto de 2020)/ Fonte: Elaboração própria sobre a Planta SIPADES.00000898.

Anexo 69

Rouparia (século XX) e Enfermaria (original)

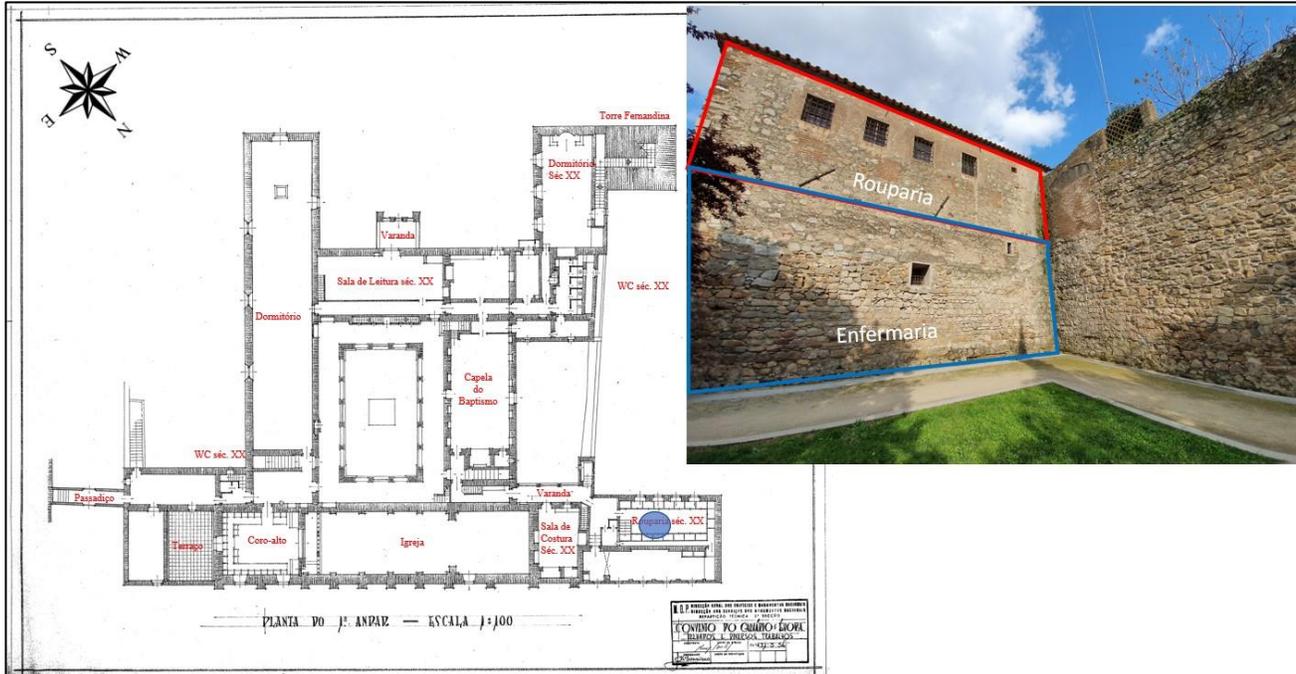


Fig. 69 Rouparia (século XX) e Enfermaria (vista exterior do Convento).

Fonte: Elaboração própria (agosto de 2020)/ Fonte: Elaboração própria sobre a Planta SIPADES.00000898.

Anexo 70

Sala de costura (século XX)

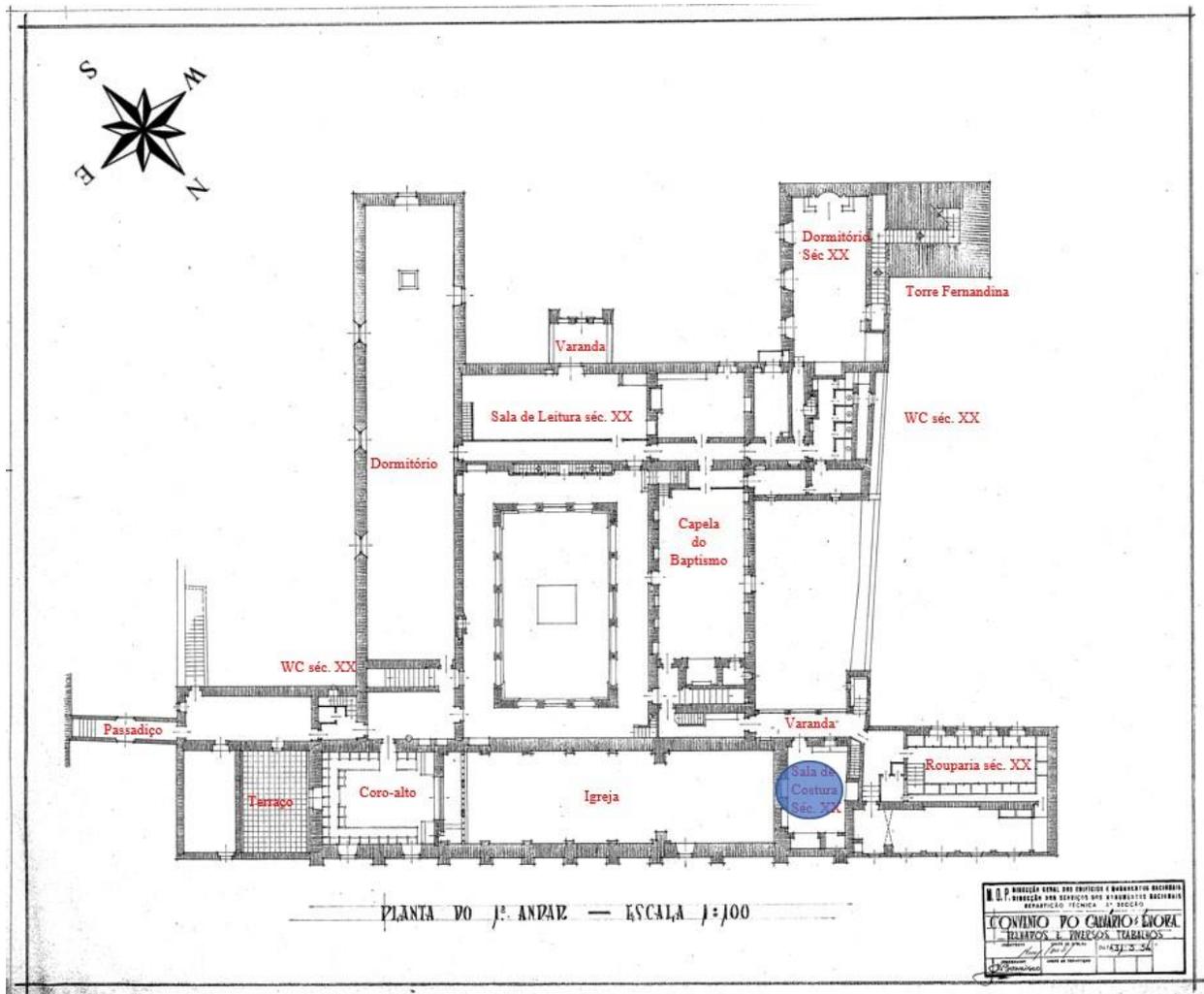


Fig. 70 Sala de costura (século XX) - segundo piso.

Fonte: Elaboração própria sobre a Planta SIPADES.00000898.

Anexo 73

Capela da cerca



Fig. 73 Capela da cerca.

Fonte: Elaboração própria (agosto de 2020)/ Google Earth 2021.

Anexo 74

LXXXIII

Via Sacra na cerca



Fig. 74 Via Sacra na cerca.

Fonte: Elaboração própria (agosto de 2020).

Anexo 75

Horta na cerca das religiosas



Fig. 75 Horta na cerca das religiosas.
Fonte: Elaboração própria (agosto de 2020).

Anexo 76

Adições de acabamentos, salas e pinturas no Convento

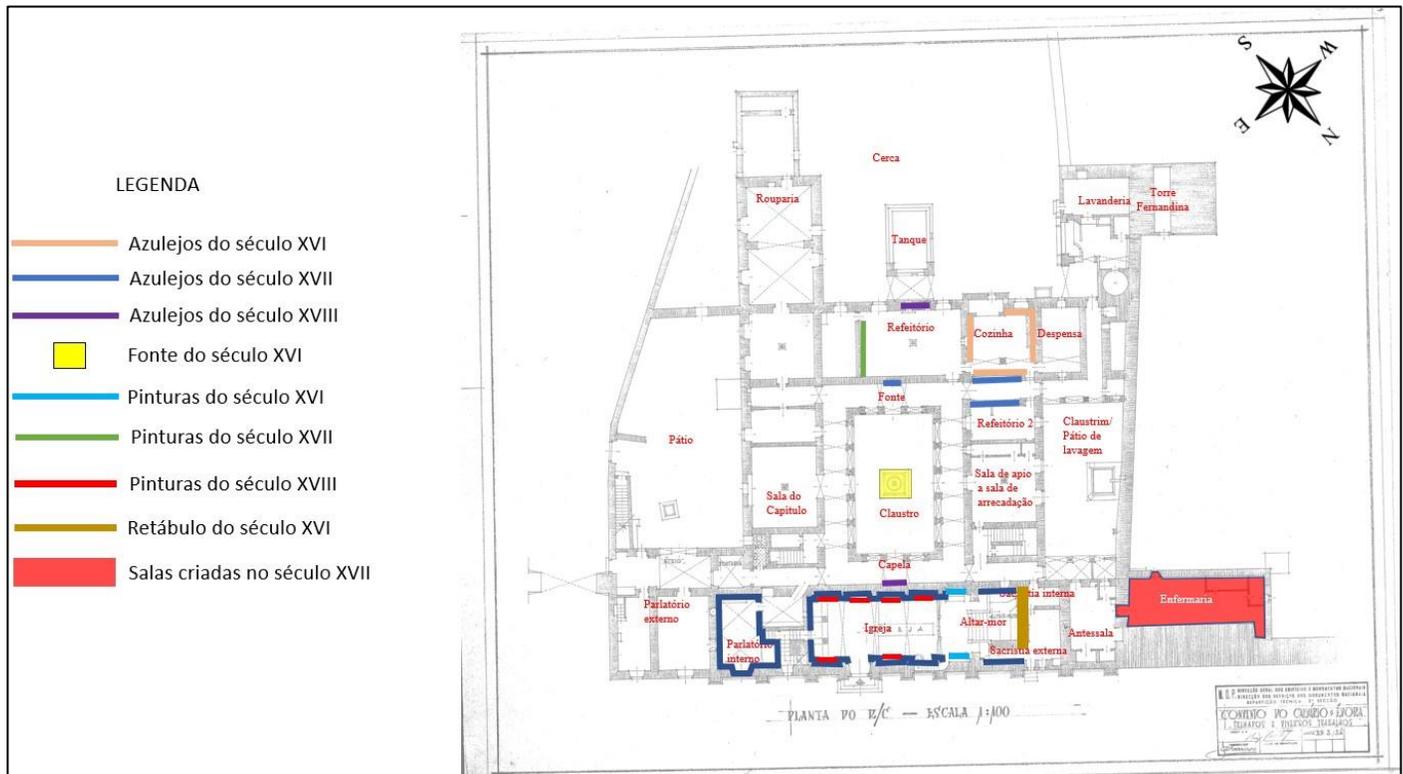


Fig. 1 Adições de acabamentos, salas e pinturas no primeiro piso.

Fonte: Elaboração própria sobre a Planta SIPADES.00000897.

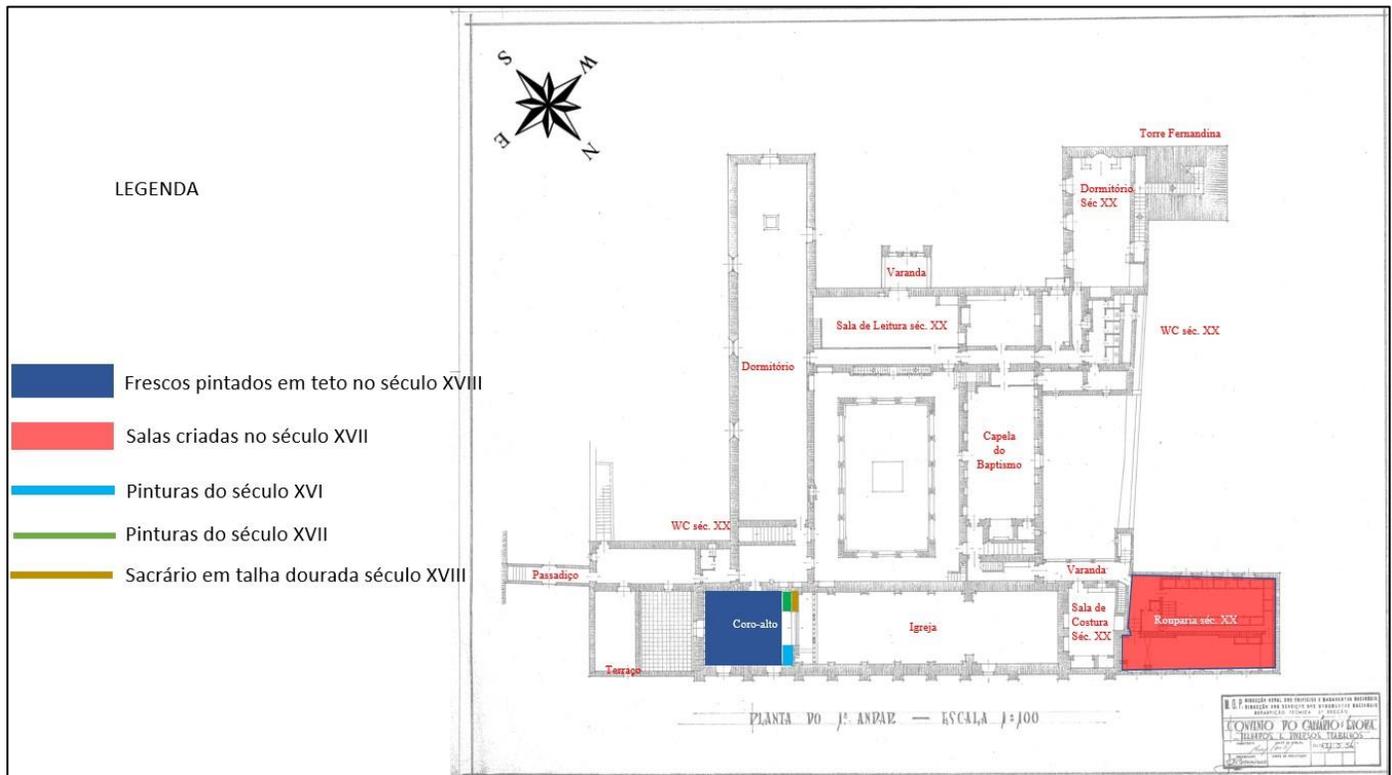


Fig. 2 Adições de acabamentos, salas e pinturas no segundo piso.
Fonte: Elaboração própria sobre a Planta SIPADES.00000898.

DES.00000899
DGPC/SIPA; apnoe, 26-08-20

- LEGENDA
-  Frescos pintados em teto no século XVIII
 -  Salas criadas no século XVII

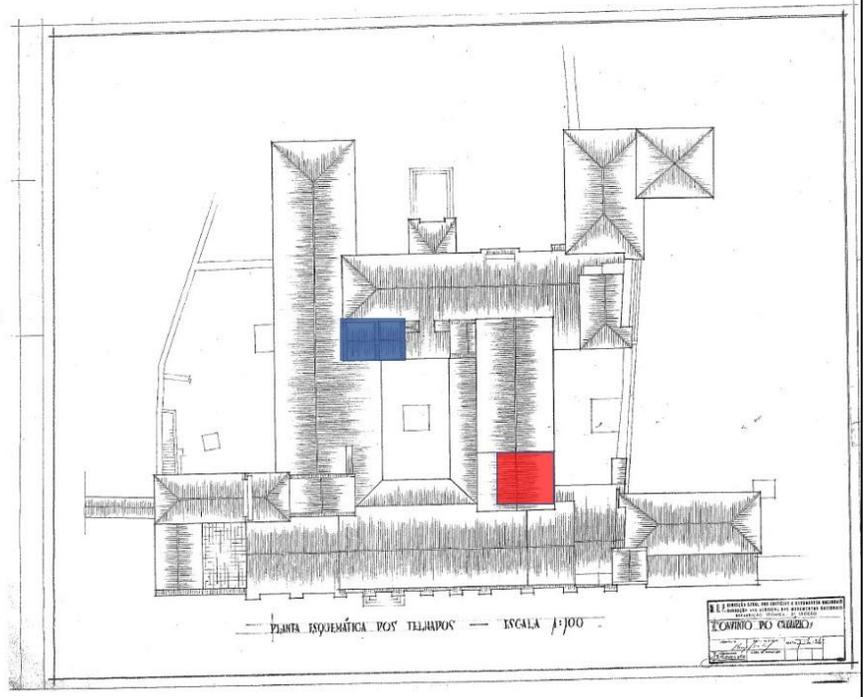


Fig. 3 Adições de acabamentos, salas e pinturas no terceiro piso parcial.
Fonte: Elaboração própria sobre a Planta SIPADES.00000899.

Anexo 77

Destacamento de pintura de abóbada da igreja



Fig. 77 Destacamento de pintura de abóbada da igreja.
Fonte: Elaboração própria (agosto de 2020).

Anexo 78

Pintura mural comprometida na abóbada da Capela-mor



Fig. 78 Pintura mural comprometida na abóbada da Capela-mor.
Fonte: Elaboração própria (agosto de 2020).

Anexo 79

Fissura na abóbada da Capela-mor

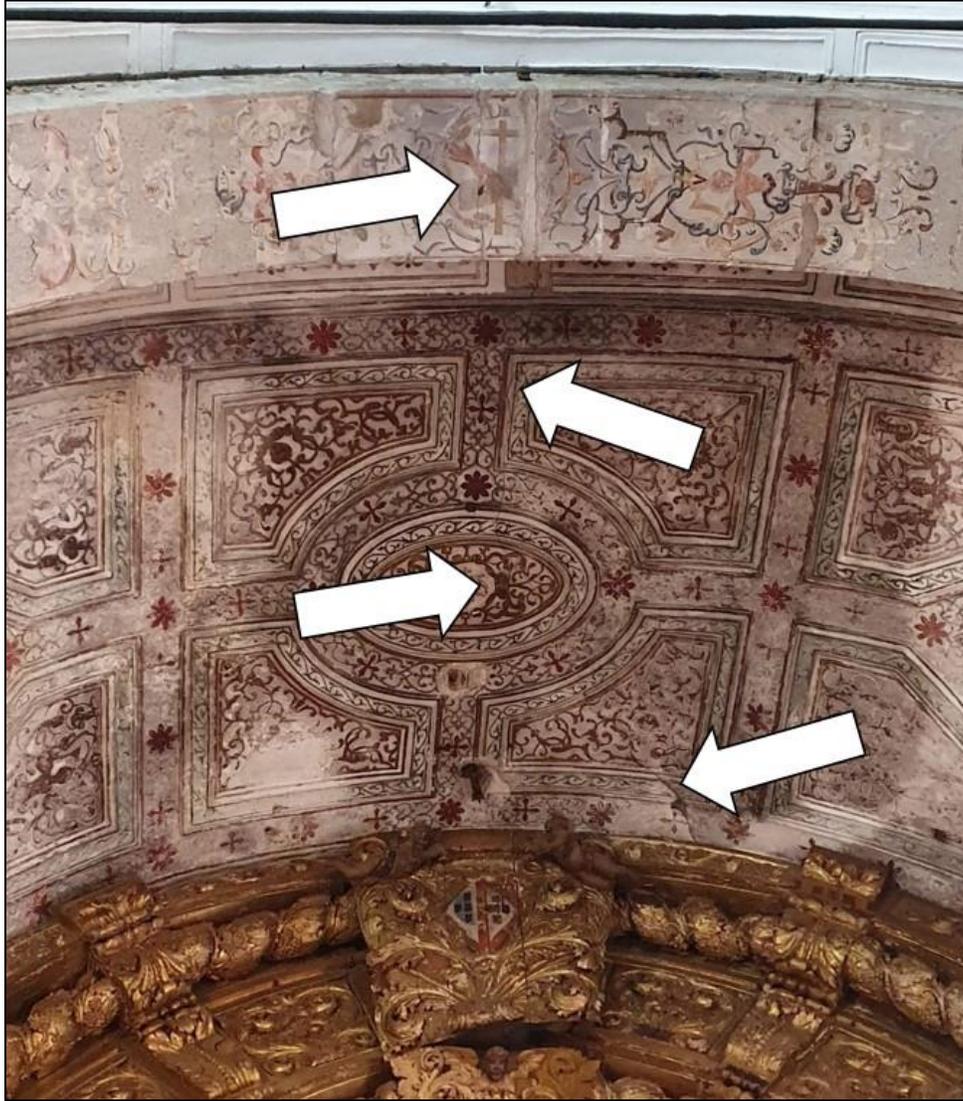


Fig. 79 Fissura na abóbada da Capela-mor.
Fonte: Elaboração própria (agosto de 2020).

Anexo 80

Colapso de tábuas no teto de caixotões do Coro alto (madeira e estuque)



Fig. 80 Colapso de tábuas no teto de caixotões do Coro alto (madeira e estuque).
Fonte: Elaboração própria (agosto de 2020).

Anexo 81

Lacuna em parede do Coro alto



Fig. 81 Lacuna em parede do Coro alto.
Fonte: Elaboração própria (agosto de 2020).

Anexo 82

Base de capela do Coro alto

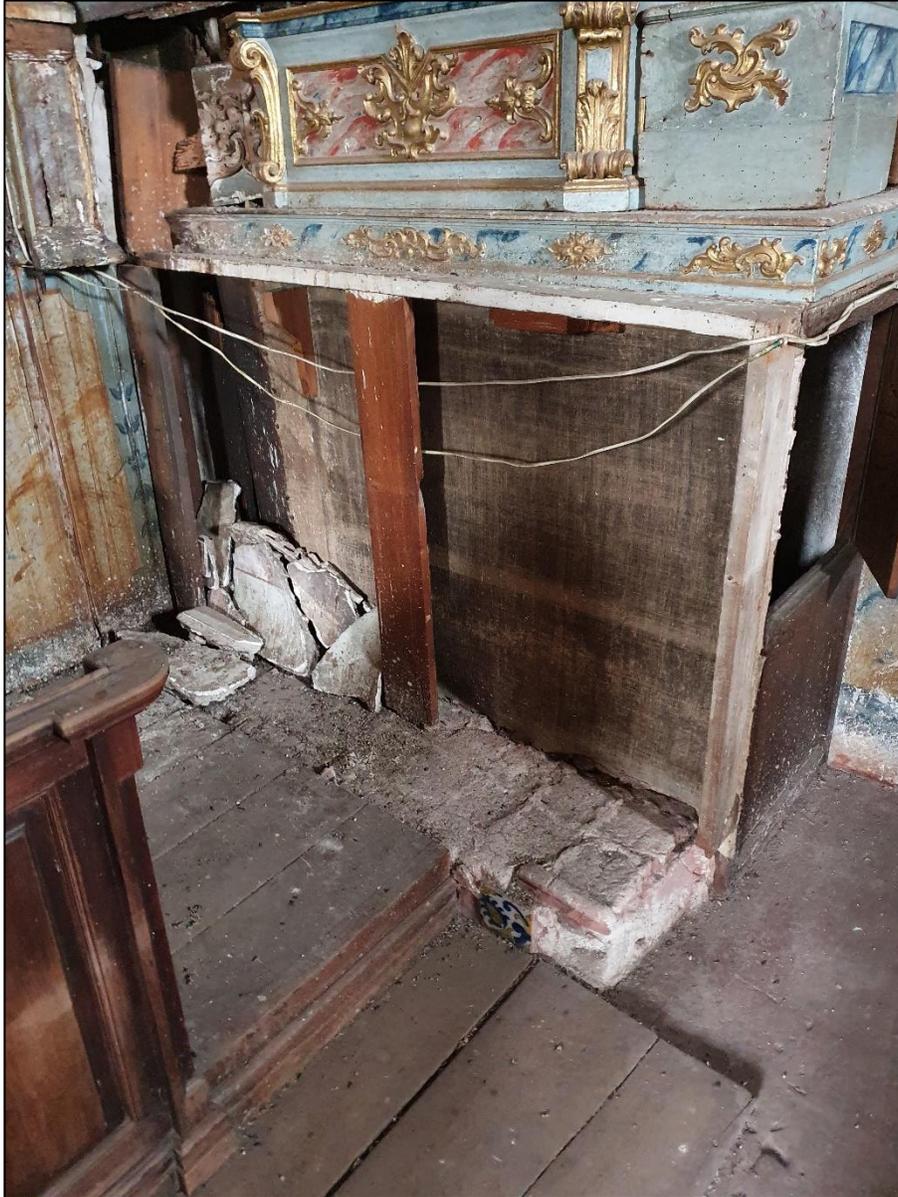


Fig. 82 Base de capela do Coro alto.
Fonte: Elaboração própria (agosto de 2020).

Anexo 83

Pinturas murais manchadas no Coro alto



Fig. 83 Pinturas murais manchadas no Coro alto.
Fonte: Elaboração própria (agosto de 2020).

Anexo 84

Possível elemento decorativo do retábulo-mor que caiu e foi substituído

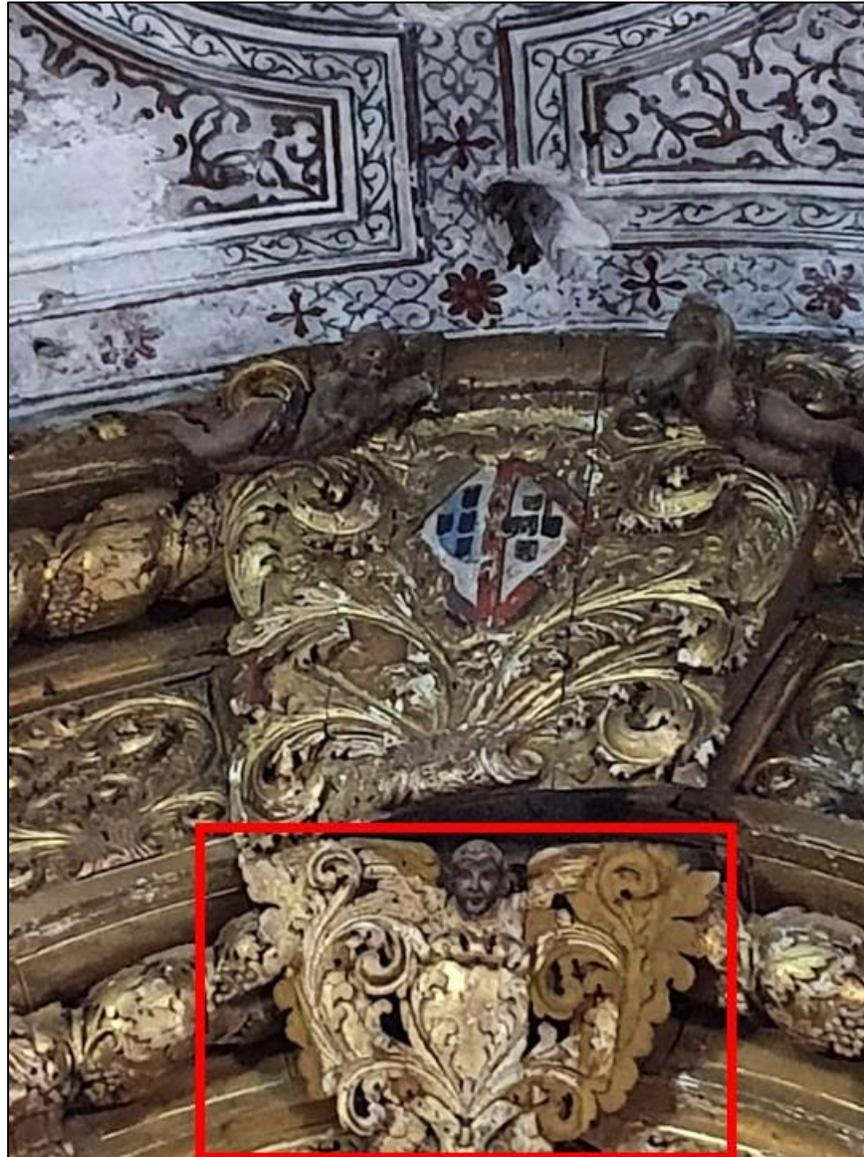


Fig. 84 Possível elemento decorativo do retábulo-mor que caiu e foi substituído.
Fonte: Elaboração própria (agosto de 2020).